

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)

Jornalismo como missão:
Militância e Imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-
1920

LEANDRO CLIMACO MENDONÇA

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. LAURA ANTUNES MACIEL

Niterói
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)

Leandro Clímaco Mendonça

**Jornalismo como Missão:
Militância e Imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Antunes Maciel

Niterói
2017

M539 Mendonça, Leandro Climaco.
Jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920 /
Leandro Climaco Mendonça. – 2017.
253 ; il.
Orientadora: Laura Antunes Maciel.
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de
História, 2017.
Bibliografia: f. 239-253.

1. Imprensa. 2. Subúrbio. 3. Intelectual. 4. Política. 5. Rio de Janeiro, RJ. 6. Distrito
Federal (Brasil). I. Maciel, Laura Antunes. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de História. III. Título.

**Jornalismo como Missão:
Militância e Imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920**

Leandro Clímaco Mendonça

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Laura Antunes Maciel

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa
Instituto de Artes e Comunicação Social/UFF

Profa. Dra. Heloisa de Faria Cruz
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Leonardo Affonso de Miranda Pereira
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC)

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

AGRADECIMENTOS

O trabalho de investigação científica é sempre obra coletiva. As mãos invisíveis que ao meu lado se uniram na feitura desta tese são muitas, e por isso aqui estou para agradecer-lhes publicamente.

Inicialmente, quero registrar a importância para o desenvolvimento dessa pesquisa do trabalho coletivo desempenhado pelos funcionários e servidores vinculados às instituições públicas de guarda documental sediados na cidade do Rio de Janeiro, em especial os da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Sem o abnegado esforço devotado por esses profissionais à preservação dos materiais e registros históricos produzidos ao longo do tempo por instituições e grupos sociais diversos, uma investigação como essa jamais seria viável.

Aos funcionários do PPGH/UFF, agradeço pelos quatro anos de bom convívio, onde pude contar com o auxílio sempre célere e profissional dos funcionários da secretaria.

À professora Virgínia Fontes fica o meu agradecimento pela qualidade do curso ministrado no âmbito do PPGH/UFF. Nele pude aprofundar leituras e participar de debates que foram fundamentais para o encaminhamento da pesquisa que então se iniciava.

À professora, pesquisadora, orientadora e amiga Laura Maciel, o meu muito obrigado. Pela orientação sempre presente e dedicada; pelas experiências profissionais generosamente compartilhadas; pelas discussões críticas acerca do magistério; e pelo exercício exemplar da profissão, que me serve como espelho. Eu não tenho a menor dúvida de que o professor e historiador que sou hoje é fruto do aprendizado sempre constante obtido através das trocas profissionais vivenciadas nos escritórios e bares da vida. E isso, me alegra dizer, é para o resto da vida.

Aos professores Leonardo Affonso de Miranda Pereira e Marialva Barbosa, agradeço pelas contribuições dadas no exame de qualificação. Sem a seriedade e a qualidade de suas intervenções esse trabalho não seria o mesmo. A Heloísa de Faria Cruz e Marcelo Magalhães, professores que compuseram o restante de minha banca de defesa, deixo o meu agradecimento pela atuação dedicada e pelas críticas embasadas, que tanto contribuirão para pesquisas futuras.

Também não posso deixar de registrar a importância dos amigos e amigas que ao longo dos últimos quatro anos estiveram ao meu lado. A Leonardo Sato e a Priscila, o

meu muito obrigado por efetivamente compartilharem das dores e delícias de minha vida de doutorando. A atenção sempre foi interessada e proativa, razão pela qual não canso de aprender com as contribuições que ambos vêm me proporcionando sobre os estudos acerca das relações de poder no período da Primeira República, especialmente aquelas relacionadas aos campos político e jurídico da então capital federal. A Marcelo Lyra agradeço pelas contribuições dadas após a leitura de parte do trabalho; o seu olhar sensível de historiador e poeta me tranquilizaram num momento difícil da escrita. No mais, sigo na certeza de que continuaremos brindando a vida nessa e por essa cidade, que ambos amamos; Também agradeço a Luciana Pena Franca pelas animadas conversas sobre a experiência de ser doutorando; a Lucrécia de Mascarenhas e a Pedro Parga pelas trocas profissionais, que tanto me ensinam sobre o magistério; a João de Castro, pelo debate intelectual da mais alta qualidade; e ao Tiago Frias e Mila de Paula, irmãos pra vida.

Ao Ricardo Teixeira, agradeço pela oportunidade de me apresentar o professor Alfredo de Oliveira, que generosamente compartilhou o material da Miscelânea Pinto Machado, cujo original se encontra sob a guarda do Instituto de Arqueologia Brasileira. Logo, não poderia deixar de agradecer ao Diego Lacerda, do IAB, pelas atenções dispensadas a este pesquisador.

Também não poderia deixar de agradecer à instituição para a qual trabalho, o Colégio Pedro II. Em primeiro lugar, pela política de valorização dos professores, reconhecível pela adoção de licenças para aqueles envolvidos na pesquisa científica em mestrados e doutorados. O afastamento por um ano foi de fundamental relevância para o bom encaminhamento da pesquisa. Em segundo lugar, por ter me permitido conviver com profissionais da mais alta qualidade, presentes em todas as disciplinas. Agradeço, em especial, a equipe de História do Campus Tijuca II pela compreensão nos momentos finais da escrita, e pelos meus alunos. Sem vocês esse trabalho não faria o menor sentido.

Por fim, quero agradecer à minha família. Ao Eduardo, pelo companheirismo, por sempre estar ao meu lado, me incentivando, me dando força, sendo crítico, sendo, enfim, o meu amor; aos meus irmãos, Raquel, Leonardo e Yohann; aos meus pais, Jorge e Marisa; a minha avó Neuza; a Nadir; aos meus sobrinhos; e, claro, àqueles que já fazem parte da minha vida, Cláudia, Éric, Hilda, Fernanda, Wal, Ana, Kátia, Juliana, Ruth e tantos outros dessa que é hoje também a minha família.

A todos, o meu muito obrigado.

RESUMO

Essa tese investiga as experiências de um grupo de jornalistas com os títulos da chamada ‘imprensa suburbana’ e da ‘imprensa empresarial’ do Distrito Federal entre 1900 e 1920. Ao longo desse período, caracterizado por intensas transformações urbanas e rurais na feição da então capital federal, os jornalistas mais destacados dessa imprensa mobilizaram a palavra em letra de forma como meio privilegiado para intervir enquanto sujeitos ativos naquela realidade. Ao elevarem os subúrbios cariocas ao posto de atores políticos da cidade em mutação, esses periodistas alcançaram posições de prestígio nos bairros onde viviam, dialogando com alguns dos setores mais organizados daquela população (proprietários / comerciantes / operários) e seus projetos de intervenção na cidade. O processo resultou no convite, por parte dos donos dos jornais diários de maior vendagem do Rio de Janeiro, para que esses periodistas suburbanos redigissem as seções *sobre* os subúrbios, seções por aqueles criadas. Esse trabalho, portanto, buscou privilegiar a investigação sobre o jornalismo por eles praticado nas duas pontas desse circuito informativo, indagando sobre as estratégias editoriais por eles adotadas; as diferenças no interior desse campo; os usos que fizeram da imprensa; e os sentidos por eles atribuídos às suas práticas jornalísticas. Nessa caminhada, foi possível reconstruir capítulos da história da cidade pouco explorados pela historiografia. Através da imprensa, esses intelectuais dos subúrbios articularam várias iniciativas em prol desse pedaço da urbe, como a criação de associações ‘pró-melhoramentos’, congressos, ligas e campanhas públicas. O resultado da investigação permite questionar a noção de “atrofia da política” no campo político carioca do período, tão propalada pela historiografia, ao incorporar novos atores políticos e seus projetos de cidade e sociedade, razão pela qual se faz possível uma nova leitura sobre as ações desenvolvidas pelos poderes públicos responsáveis pelo governo da capital ao longo das duas primeiras décadas do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; Subúrbio; Intelectual; Política; Rio de Janeiro, RJ; Distrito Federal (Brasil).

ABSTRACT

This thesis investigates the experiences of a group of journalists with the so-called 'suburban press' and 'business press' of the Brazilian Federal District between 1900 and 1920. Throughout this period, characterized by intense urban and rural transformations in the Brazilian federal capital, the most prominent journalists of this press mobilized the word in print as a privileged way to intervene in that reality. By elevating Rio de Janeiro's suburbs to the status of political actors in the changing city, these journalists reached prestigious positions in the neighborhoods where they lived, dialoguing with some of the most organized sectors of the population (owners / traders / workers) and their intervention projects for the city. The process resulted in the invitation, from the owners of Rio de Janeiro's biggest-selling daily newspapers, to these suburban journalists to write sections *about* the suburbs, sections *by* those created. This thesis therefore investigates their journalistic practices at both ends of this information circuit, inquiring about their editorial strategies; the differences within this field; the uses they made of the press; and the meanings they attributed to journalism. Thus it reconstructs chapters of the history of the city still little explored by the historiography. Through the press, these suburban intellectuals articulated various initiatives in favor of the suburbs, such as the creation of 'pro-improvement' associations, congresses, leagues, and public campaigns. The result of the investigation allows us to question the notion of "atrophy of politics" in Rio de Janeiro's political field, so propounded by the historiography, by incorporating new political actors and their projects for the city. It therefore enables a new reading of the actions developed by the public authorities responsible for the capital's government throughout the first two decades of the twentieth century.

KEYWORDS: Press; Suburban; Intellectual; Politics; Rio de Janeiro city; Brazilian Federal District.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: Imprensa e Subúrbios: Entre suplemento, noticiário e instrumento de militância	34
1.1. A emergência da rede de comunicação suburbana: jornalismo <i>nos e sobre</i> os subúrbios	35
1.2. Alianças impressas com o operariado	62
1.3. Articulações impressas em prol dos “melhoramentos” suburbanos	69
CAPÍTULO 2: Pelo direito de reclamar e exigir: o Congresso Suburbano	91
2.1. “Os guardas avançados da causa suburbana”	94
elegante: as “queixas” das elites locais.	104
2.2. Por um subúrbio	104
2.3. Silêncios e lacunas: o fim do Congresso Suburbano.	123
CAPÍTULO 3: A crise da carestia nas penas militantes da intelectualidade suburbana	133
3.1. A diversidade sócio espacial das campanhas contra a carestia	134
3.2. Na Imprensa, longe das ruas	144
3.3. A luta contra a carestia nos subúrbios: projetos em disputa	162
CAPÍTULO 4: Intérpretes da classe proprietária suburbana e rural	183
4.1. Em nome de quem? Atacadistas, varejistas e consumidores na pena dos periodistas suburbanos	187
4.2. Ruas e Praças em disputa: comércio, imprensa e política no debate sobre os mercados e feiras livres	195
4.3. O ‘Comitê de Agitação e Ação Pró Pequena Lavoura’	207
Considerações Finais	231
Fontes	236
Referências Bibliográficas	239

LISTA DE IMAGENS

Imagem I: <i>O Subúrbio</i> , Méier, edição 11.07.1908.	41
Imagem II: <i>Gazeta Suburbana</i> , Todos os Santos, edição 22.09.1910.	43
Imagem III: <i>Echo Suburbano</i> , Madureira, edição 24.04.1911.	45
Imagem IV: Detalhe da seção “Subúrbios”. <i>A Tribuna</i> , Rio de Janeiro, edição 27.12.1911.	53
Imagem V: “Nos Subúrbios”. <i>A Época</i> , Rio de Janeiro, edição 5.9.1916.	57
Imagem VI: Detalhe da seção “O Subúrbio”. <i>O Paiz</i> , Rio de Janeiro, edição 1.03.1918.	58
Imagem VII: “O Subúrbio”. <i>O Paiz</i> , Rio de Janeiro, 3.05.1918.	60
Imagem VIII. Membros do Congresso Suburbano. Fonte: <i>O Malho</i> , Rio de Janeiro, edição 477, 4 de novembro de 1911.	98
Imagem IX. Inauguração de Praça do Hipódromo, no Engenho Velho. Fonte: <i>O Malho</i> , edição 397, de 23.04.1910.	125
Imagem X. A legenda informa a inauguração de vários melhoramentos no “florescente subúrbio” de Anchieta. Fonte: <i>O Malho</i> , edição 532, de 25 de novembro de 1912.	125
Imagem XI. Inauguração de jardim em Vila Isabel com a participação da Associação Beneficiadora de Vila Isabel. Fonte: <i>O Malho</i> , edição 421, 8 de outubro de 1910.	125
Imagem XII: “A Revolução pela fome”. <i>A Época</i> , Rio de Janeiro, edição 6.3.1913.	140
Imagem XIII: “Coluna Operária”. <i>A Época</i> , Rio de Janeiro, edição 20.08.1913.	143
Imagem XIV: “Movimento Operário”. <i>Correio da Manhã</i> , edição 9.03.1913.	144
Imagem XV: “A revolução pela fome”. <i>A Época</i> , Rio de Janeiro, edição 25.03.1913.	161
Imagem XVI: “No Comissariado”. <i>Gazeta Suburbana</i> , Méier, edição 21.6.1919.	193
Imagem XVII: Folheto de Propaganda do Comitê Pró Lavoura para o 1º comício, na Penha, em novembro de 1917. <i>Coletânea Pinto Machado</i> .	223

INTRODUÇÃO

No dia quinze de Janeiro de 1941, a primeira página de *O Suburbano*, jornal “consagrado aos interesses dos arrabaldes, subúrbios e zonas rurais do Distrito Federal” foi preenchida com artigo intitulado “Benjamin Magalhães”. Para o habitual leitor da folha, em sua edição de número 1.258, a chamada provavelmente não causou nenhum estranhamento. Ao contrário, ao evocar esse nome, o jornal reafirmava aos seus leitores a memória daquele que por vinte anos dirigiu a redação do mais antigo periódico feito no e para o subúrbio, ainda em circulação na cidade. O texto lembrava o sexto ano de sua morte, e trazia passagens de sua biografia. Em uma delas, o redator destacou os “inolvidáveis serviços” do jornalista às zonas suburbanas e rurais e, não menos importante, identificou o jornalista como um dos mais “ardorosos batalhadores pela Abolição e pela República e sempre nos grandes comícios, ao lado de Lopes Trovão, seu amigo particular, de Silva Jardim, Aristides Lobo (...) Patrocínio e outros evangelizadores desses ideais sua palavra se fazia ouvir.”¹

Ainda em 1941, outra publicação carregando em seu título referência ao subúrbio carioca entrou em circulação na cidade: o *Almanaque Suburbano*, dirigido por Henrique Dias da Cruz. O periódico, que se propunha informar, orientar, instruir e recrear publicou editorial assinado por seu diretor trazendo não apenas informações sobre os assuntos que o leitor encontraria nas mais de cem páginas que o compõem, como também dados biográficos do próprio jornalista. Dentre eles, chamou a atenção para o vínculo que nutria com aquele pedaço da cidade e o quanto isso moldou a sua identidade como jornalista:

Quarenta anos de permanente residência nos subúrbios e mais de trinta de jornalismo dedicados a esta zona quando ainda era chamada “Mato Grosso Carioca”, parece, dão, se não o direito, a oportunidade ao modesto organizador deste Almanaque de apresentá-lo às populações para quem foi feito. Redator, há longos anos, de *A Noite*, como em outros prestigiosos órgãos de imprensa, temos sido, com modéstia, é verdade, mas, com muito entusiasmo, autor de reportagens e crônicas, sempre na preocupação de propulsionar o progresso dos subúrbios. Não satisfeitos com a palavra escrita, demos, ainda, a falada, no programa radiofônico “Subúrbios, - cidades da Cidade”, na Nacional. Por isso, algumas das crônicas lançadas ao ar aparecem neste Almanaque².

¹“Benjamin Magalhães”. *O Suburbano*, Rio de Janeiro, 15.01.1941, p.1.

² Cruz, Henrique Dias da. “Este Almanaque”. *Almanaque Suburbano*. Sampaio, 1941, p.4.

Na mesma edição, Dias da Cruz lembraria que a sua trajetória não tinha nada de singular. Em “Obreiros anônimos” fez referência àqueles que, tal qual ele, se voltaram para o jornalismo enquanto porta-vozes dos subúrbios, reivindicando a condição de “jornalistas suburbanos [para aqueles] que têm ajudado a construir o progresso dessa imensa zona, num trabalho verdadeiramente abnegado, patriótico”. Em seguida, apresentou um a um os nomes daqueles “jornalistas suburbanos” que se destacaram no passado, e dos que ainda se sobressaíam em nome dessa causa na imprensa:

(...) Xavier Pinheiro, Pinto Machado, Souza Valente, Benjamin e Eduardo Magalhães, Augusto Menezes, Wilton Morgado, Mariano Garcia, Tito Soares, Candinho Mendes, e outros, que já se ausentaram de nós; J. R. Vieira de Mello, Carlos Santos, Diomedes de Moraes, Cesar Polary, Eduardo Maia, Eurico de Mattos, Francisco Guimarães, o “Vagalume”; e outros, que ainda ai estão para fazer da nossa estima, na continuação da obra de civilização³.

As memórias de Eduardo Magalhães e Henrique Dias da Cruz remetem para nomes que participaram ativamente de uma imprensa consagrada à defesa dos subúrbios cariocas que se constituiu e difundiu no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. Os jornalistas à frente desse periodismo reconheciam a sua modéstia, o limite da sua voz, e da sua força frente àqueles que se destacaram nos grandes veículos de circulação diária da cidade, e mesmo entre os intelectuais de renome do período. Nem por isso deixaram de valorizar o jornalismo que praticaram ao longo dos anos, certos de que dialogavam com uma massa de leitores considerável da cidade, capaz de prover sua subsistência enquanto profissionais da palavra escrita. Em 1941, muitos desses jornalistas já haviam morrido, mas outros ainda continuavam trabalhando – inclusive espraiando sua ação através de programas de rádio – por uma causa que nos dias atuais pode parecer estranha ou sem sentido.

As histórias desses homens e o seu envolvimento com o periodismo vêm mobilizando a minha atenção como historiador. As pesquisas com a diversidade de jornais e revistas que compuseram essa imprensa e a tentativa de reconstruir as suas trajetórias como jornalistas permitiram redimensionar as possibilidades abertas para aqueles que desejavam exercer funções intelectuais na cidade. Havia um circuito informativo que orgulhosamente se reconhecia como suburbano, cujas intervenções na

³“Obreiros Anônimos”. *Almanaque Suburbano*, Rio de Janeiro, 1941, p.112.

cidade foram variadas, no tempo e no espaço, e que expressaram um vigoroso ingrediente da cidade letrada carioca em pleno processo de expansão populacional e urbano, e cuja reconstituição histórica permite revelar outras dimensões sobre a história da cidade, e as experiências nela vividas, ainda pouco conhecidas.

Mas, afinal, em quais territórios da cidade eles se constituíram como suburbanos? Em nome de quais subúrbios estes homens fundaram jornais e dirigiram seções e colunas em jornais diários? É possível traçar uma linha divisória entre diferentes espaços da cidade qualificados ou associados historicamente aos subúrbios? Existe um debate acadêmico sobre os usos na pesquisa histórica de um conceito originalmente empregado na área da geografia. Nelson da Nóbrega Fernandes, por exemplo, investigou os usos da categoria ‘subúrbio’ aplicado a formas geográficas distintas em cidades europeias, as norte-americanas e a cidade do Rio de Janeiro no período entre 1858 e 1945. Para ele este é o período em que houve a expansão urbana do Rio de Janeiro – acompanhada da ‘segregação’ dos trabalhadores nos territórios situados fora do perímetro urbano e ao longo das ferrovias –, aos quais essa categoria foi “aplicada” progressivamente produzindo sua especificidade em relação ao restante da cidade. Os resultados de sua pesquisa revelaram que, em meados do século XIX, bairros como Gávea, Botafogo e São Cristóvão eram denominados ‘suburbanos’, assim como Engenho Novo, Méier e Sampaio, de acordo com o antigo significado de zona periférica à cidade. Portanto, ele concluiu que houve uma mudança no significado da categoria ‘subúrbio’ – o chamou de ‘rpto ideológico’ –,⁴ de modo que subúrbio passou a designar apenas os bairros populares atravessados pelas linhas férreas, e que esta

⁴FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O Rpto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro, 1858-1945*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2011, p. 30. As análises se apoiam na noção de “rpto ideológico”, formulado por Lefebvre como “um processo de mudança abrupta e repentina de mudança das categorias” orienta a análise se apoia na obra clássica de Henri Lefebvre a partir do estudo sobre as transformações urbanas operadas em Paris no governo do prefeito Hausmann. O autor entende que essa reforma, conduzida pelo Estado bonapartista, tinha como objetivo eliminar a ‘desordem’ presente na área urbana, ou seja, visava expulsar os operários, artesões, as classes populares, enfim, do Centro da capital. As jornadas populares de junho de 1848, que tantos temores trouxeram aos capitalistas e aos governantes do país, os levaram a elaborar aquilo que Lefebvre chama de *estratégia de classe*. O primeiro ato dessa estratégia se materializou na substituição das ruas tortuosas do Centro por largas avenidas, que resultou na expulsão dos trabalhadores para os subúrbios. O segundo foi assentado na ideologia do *habitat*, cujo projeto era baseado na propriedade da casa pelo proletariado nos subúrbios. O terceiro ato teria se materializado a partir da crise habitacional, tendo em vista que o mercado não havia se interessado em construir casas baratas para os trabalhadores. Isso levou o Estado francês a transformar essa questão em política pública, cujo resultado foi a construção de conjuntos habitacionais. Com isso, surgiu o que o autor chama de “novas cidades”. Portanto, propõem que o capitalismo estruturou as cidades desde o século XIX a partir de uma hierarquização que ele chama de a “ideologia do habitat”. Essa seria caracterizada por uma política de Estado que incorpora o espaço suburbano como local de moradia privilegiado para os trabalhadores. Conferir em: LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro, 2001, pp. 22-25.

transformação ocorreu nas primeiras décadas do século XX, tendo a reforma urbana de Pereira Passos como ‘catalizador’.

A investigação de Fernandes procurou demonstrar que os subúrbios cariocas se estruturaram dessa forma permeados por preconceitos de classe, carregados por noções depreciativas e por um determinismo geográfico que, em certa medida, sobrevive até o presente. É inegável a força e o poder de permanência dessa leitura no imaginário social da cidade. O “ser suburbano” carrega há mais de século toda uma carga de estereótipos, ainda que jamais tenha sido compartilhada por todos, e que seus sentidos tenham sido disputados ao longo de todo esse período. Entretanto, análises como a de Nelson da Nóbrega Fernandes – ao traçar uma genealogia do processo de ocupação e transformação de territórios rurais em suburbanos e um inventário de significados para a palavra usada para definir esse processo – mais escondem do que revelam sobre as histórias e experiências concretas de homens e mulheres que deram forma e sentido a esses territórios do então Distrito Federal.

Não tenho dúvida de que qualquer pesquisador que se debruçar sobre as notícias e informações publicadas pelos periódicos do início do século XX encontrará, sem muito esforço, testemunhos depreciativos sobre esse pedaço da capital e sua gente invariavelmente associados à negação da cidade, como a ideia do subúrbio sofrido, carente e precário, tão comuns na ‘grande’ imprensa do centro da cidade. O cronista do *Jornal do Brasil*, Benjamim Costallat, em uma de suas crônicas retratou os subúrbios sob um sono “*pesado*” e “*triste*”, resultado do extenuante trabalho desempenhado pela sua população nas inúmeras atividades existentes no Rio – leia-se o Centro da cidade e seus bairros mais aristocráticos –. O ir e vir do trabalho, o desconforto enfrentado nos trens suburbanos, os desafios vivenciados nas ruas sem calçamento, sem luz, sem segurança seriam, segundo Costallat, *uma constante nos subúrbios*, o que o leva a concluir: “*É a vida suburbana, triste e monótona. Igual, sempre igual, eternamente igual!...*”⁵.

Contudo, também é certo que uma fração daqueles moradores dos subúrbios, muitos dos quais homens de letras com inserção no jornalismo lutaram para instrumentalizar essa imagem a seu favor. Ou seja, disputaram os modos de ver e qualificar aqueles territórios em que moravam e trabalhavam, propuseram sentidos e significados procurando transformar estereótipos e preconceitos, em vias de se

⁵ COSTALLAT, Benjamim. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995, pp. 74-75. Grifo meu.

estabelecer como uma característica essencial daqueles bairros, em traço definidor das suas identidades como jornalistas. Surgiam os paladinos da “causa suburbana”. Recorro a outro testemunho para qualificar o argumento. Em 1908, *O Subúrbio* promoveu uma festa no Méier em nome da *Liga de Ação Cívica* que seu dono acabara de fundar ao lado de outros companheiros de pena. Ao repercutir o evento, reproduziu uma miríade de notas e matérias publicadas nos demais periódicos da capital, reforçando uma estratégia que embasou as ações de vários jornalistas desse campo: a busca por diferenciação social. Um dos textos reproduzidos foi o do poeta Olavo Bilac, então cronista da *Gazeta de Notícias*. O semanário agradeceu como “órgão local” ao “emérito artista do verso” pelas palavras dispensadas. E estas revelam um subúrbio distinto do de Benjamin Costallat e daquele presente na obra de Nelson da Nóbrega Fernandes e de tantos outros que trabalharam apenas teoricamente com o processo de “suburbanização” ocorrido na cidade nas primeiras décadas do novo século:

Já agora é preciso contar com os subúrbios na vida do Rio de Janeiro. A cidade já não acaba em S. Cristóvão. O Mato Grosso existe. Até pouco, quando se dizia de um homem: “reside nos subúrbios”, era como se dissesse, “vive no Acre”. Os subúrbios eram, para os moradores do centro da cidade, uma região inóspita e selvagem de desterro e castigo. Quando se falava de uma família outrora rica, e de repente caía em miséria, havia sempre esta frase: “Os Fulanos estão agora morando nos subúrbios!” – o que equivalia a dizer: “Morreram! estão enterrados! Deus lhes fale na alma!”. Mas os subúrbios cansaram dessa fama desmoralizadora, e deram para brilhar, e estão quase metendo Botafogo e Laranjeiras em um par de chinelos! Já têm teatros, clubes, bibliotecas, salões de baile, parques, corsos, batalhas de flores, meias-quaresmas, concursos de beleza, jornais, “binóculos”, e todo o aparelho complicado e vistoso de uma existência “smart”.(...) Há por aí além, nessas ridentes estações servidas pela Central, entre árvores imensas, alguns recantos deliciosos de sombra e sonho, que gostosamente eu fixaria a minha vida no estudo e no trabalho, se ainda em minha alma se pudesse abrigar a esperança de haver descanso para este temperamento irrequieto que me inflama. Amo os subúrbios, e gosto de vê-los em pleno progresso, sustentando-se a si mesmos, libertando-se da dependência das lojas da rua do Ouvidor e dos teatros do Largo do rocío”⁶.

A crônica de Olavo Bilac, ainda que pontuada por certa condescendência de quem, como ele, olha de fora, traz elementos de outros subúrbios por muito tempo negligenciados pela bibliografia das mais diversas áreas do conhecimento: o subúrbio

⁶“A Comemoração cívica de 13”. *O Subúrbio*, Méier, edição 23.05.1908, p.1.

das camadas médias, dos pequenos capitalistas, dos comerciantes e negociantes em geral, dos profissionais liberais solidamente estabelecidos em carreiras variadas – advogados, médicos, jornalistas, teatrólogos, engenheiros, políticos – cujas vivências se expressaram em torno de associações recreativas, com seus teatros amadores, clubes dançantes, grupos carnavalescos; além de tantos outros que, ao lado da experiência com o periodismo compunham vivências que não chamaram a atenção de Benjamin Costallat muito tempo depois, na década de 1920. Lima Barreto chamou esse segmento social de “aristocracia suburbana” e, sempre que pôde, levou para as crônicas e mesmo para os romances personagens desse vistoso “smart”. O literato não se cansou de ridicularizá-la, como em sua famosa crônica, “O Trem dos Subúrbios”. Nela, ao narrar aspectos sociais de uma simples viagem de trem, acusou a “presunção, o pedantismo, a arrogância e o desdém em que olhavam as minhas roupas desfiadas e verdoengas (...) Hoje, porém, não me causa senão riso a importância dos *magnatas suburbanos*. Esses burocratas faustosos, esses escrivães, esses doutores de secretaria, sei bem como são títeres de politicões e politiquinhos”⁷.

Compartilhando a compreensão de Williams, para quem “os problemas mais ativos de significado estão sempre primordialmente embutidos nas relações reais, e que tanto os significados quanto as relações são caracteristicamente diversos e variáveis”⁸ podemos compreender que avaliações como a de Olavo Bilac e Lima Barreto expressam, antes de tudo, seus valores, formação, leituras de mundo, e o modo como entendiam a cidade e a própria sociedade em que viviam e se reconheciam. E eram sem dúvida mundos bem distintos: aquilo que era valorizado nos subúrbios por Bilac era, por sua vez, desprezado por Barreto. O mundo das letras olhou para os subúrbios a todo instante, e contribuiu para fixar certas leituras e significados sobre ele e sua gente no campo simbólico. Ao conduzir esta pesquisa, no entanto, tentei não me prender às descrições e imagens opostas e até contraditórias construídas sobre os subúrbios – para as quais os jornalistas suburbanos também contribuíram – para buscar os modos como eles vivenciaram a experiência de morar e praticar o jornalismo nos subúrbios e em nome dos “interesses locais”, reconhecendo o chão social no qual esses homens atuavam para conhecer as causas e questões sociais às quais eles se dedicaram e pelas quais lutaram.

⁷ Barreto, Lima. *Feiras e Mafuás*. Rio de Janeiro, editora Mérito, 1953, pp.147-148. Grifo meu.

⁸ WILLIAMS, Raymond. “Introdução”. In: *Palavras-chave*. Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo, Boitempo, 2007, p. 39.

O certo é que o subúrbio, como experiência histórica e significado únicos, nunca existiu, e as experiências de sua população eram, evidentemente, múltiplas, como não poderia deixar de ser em um período onde mudanças estruturais ocorriam na cidade. Os trabalhadores estavam, de fato, se deslocando para os subúrbios, processo que se agudizou a partir da criação da linha de trens suburbanos para transporte de passageiros na década de 1870.

Por isso, aqueles que investigaram os subúrbios o fizeram com o intuito de compreender o processo de transformações deflagradas na cidade no período em que as relações de mercado se tornaram hegemônicas, exatamente no período em que se situa esta pesquisa, na virada do século XIX para o XX, quando a atual paisagem urbana do Rio de Janeiro começou a ser desenhada.⁹ Para aqueles que utilizaram essa imprensa em suas pesquisas, o interesse se explicava pela tentativa de mostrar como os habitantes dos subúrbios ou de um pedaço reagiram e se posicionaram frente a esse processo de segregação sócio-espacial em curso naquele momento.

O geógrafo Maurício de Almeida Abreu, no artigo publicado na *Revista Espaço e Debates*, foi quem utilizou, de forma pioneira, o conjunto desses periódicos como material de pesquisa em sua reflexão sobre a construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro no período entre 1870 e 1930.¹⁰ O objetivo do pesquisador era mostrar como a população da “periferia de ontem” – os subúrbios da cidade margeados pelas linhas férreas –, acompanhou e reagiu ao processo de transformação daqueles espaços em áreas destinadas à moradia do proletariado. O autor analisou essa imprensa, por ele intitulada de “jornais locais” ou “imprensa de bairro”, em busca das críticas e das diferentes formas de reação dessa população frente ao descaso das instituições públicas, que pouco investia em obras urbanas que dotassem aqueles espaços dos mesmos equipamentos públicos que outras áreas da cidade recebiam.

Rafael Mattoso, ao estudar as experiências dos moradores da freguesia de Inhaúma na cidade do Rio de Janeiro entre 1900 e 1903 utilizou, dentre outros

⁹ Sobre as transformações sócio espaciais ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, verificar: ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Zahar, 1987; PECHMAN, Robert Moses. *A gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, UFRJ/PUR, 1985; SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. *Contribuição ao estudo da história do subúrbio do Rio de Janeiro (a freguesia de Inhaúma: de 1743 a 1920)*. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro, UFRJ, 1987; SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. *De freguesias rurais à subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em História Social, USP, 1996.

¹⁰ ABREU, Maurício. “A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930)”. *Revista Espaço e Debates*. São Paulo. NERU, Ano VII, vol. 1, nº 21, 1987. p.12.

materiais, dois periódicos criados nessa freguesia. Declarando a intenção de abordar o processo de “evolução sócio espacial” da cidade através de uma história “vista de baixo”, o autor utilizou os jornais para analisar os seus conteúdos, especialmente as partes referentes às reclamações e reivindicações que revelariam pistas “sobre as estratégias de sobrevivência daqueles moradores”.¹¹ Mesmo trabalhando com apenas dois títulos, *O Echo Suburbano* e *Progresso Suburbano*, Mattoso defende que o conjunto dos periódicos suburbanos foi criado para resistir ao processo de segregação em curso na cidade operado pelos agentes do Estado, levando-o a identificá-los como “mecanismos de resistência popular”. Ao refletir sobre os interesses dos responsáveis por estes jornais, o historiador concluiu que essa imprensa não se interessou em “dar a fala” diretamente aos diferentes grupos que compunham os subúrbios, o que teria contribuído para a criação de um “arquétipo” do suburbano:

(...) Ao longo de nossa pesquisa pudemos perceber que, recorrentemente, *os responsáveis por estes jornais não se propuseram a dar a fala diretamente aos distintos grupos que compunham os subúrbios, se auto proclamando porta-vozes dos interesses —suburbanos frente aos representantes políticos. Desta forma, acabavam por contribuir para a criação de um arquétipo do suburbano, forjado a partir da homogeneização do proletariado honesto, pobre e explorado, legitimando indiretamente o discurso vitimizador.* Dando continuidade a esta lógica, os proprietários-editores também incorrem no erro de acabar por reconhecer e validar o papel das instituições político-administrativas, subordinadas as vontades dos novos prefeitos (...) ¹².

Cristiane Regina Miyasaka, assim como Mattoso, também buscou investigar o cotidiano dos trabalhadores que viviam na freguesia de Inhaúma,¹³ buscando compreender o impacto das reformas urbanas realizadas pelo governo do Prefeito Pereira Passos e de que maneira a população pobre de Inhaúma vivenciou e enfrentou esse período de enormes transformações na cidade. A autora buscou respostas através da análise de processos-crime e na cobertura jornalística realizada por alguns jornais criados nos territórios da freguesia de Inhaúma, como *Echo Suburbano*, *Progresso Suburbano* e *Commercio Suburbano*. No caso dos jornais, é perceptível a preocupação de Miyasaka em identificar os objetivos e interesses que incentivaram essa prática

¹¹ MATTOSO, Rafael. *Echos de resistência suburbana: Uma análise comparativa das contradições sócio-espaciais cariocas a partir das experiências dos moradores da Freguesia de Inhaúma (190-1903)*. Rio de Janeiro/RJ. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2009, p.17. Grifos meus.

¹² Idem, p.137.

¹³ MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2008.

jornalística, no entanto, assim como Abreu e Mattoso, a autora argumenta que a “imprensa suburbana” era toda voltada para a defesa dos “interesses locais” sem, no entanto, matizá-los.

Cristiane Miyasaka contribuiu sobremaneira para a compreensão desse processo histórico ao demonstrar não só a redução no número de habitações populares disponíveis no centro, como a atuação da Prefeitura nos subúrbios fechando o cerco sobre a ocupação do solo urbano a partir da criação de novas regulamentações para a construção e reconstrução de imóveis, além da cobrança de novos emolumentos, especialmente para a área mais populosa e urbanizada do distrito de Inhaúma¹⁴. Trabalhando com petições e recursos impetrados pelos moradores contra os autos de infração de posturas aplicados pela Prefeitura, seu trabalho fez emergir o que até então estava ausente nessa bibliografia, a saber, a reação da população residente no subúrbio de Inhaúma frente ao reforço do controle do solo suburbano pelas autoridades¹⁵.

De maneira diversa, portanto, da explorada por Miyasaka, que trabalhou com as experiências de trabalhadores que decidiram acionar a Prefeitura contra decisões de seus agentes que computavam como arbitrárias, neste trabalho o foco são as avaliações de sujeitos que, em nome dos interesses suburbanos, recorreram ao jornalismo para fixarem na esfera pública seus nomes e dos jornais ou colunas onde escreviam como intérpretes do proletariado suburbano. Logo, enquanto a autora de “Viver nos Subúrbios” pesquisou efetivamente os trabalhadores residentes nos subúrbios, minha investigação acompanha aqueles que buscaram “falar” em nome desses trabalhadores, o que evidentemente representa uma formidável diferença de perspectiva em relação ao processo pesquisado.

Esses pesquisadores, cada um à sua maneira e utilizando uma fração desses periódicos, chegou a conclusões que inferem uma homogeneidade entre essas experiências de suburbanos com a imprensa, o que se explica por que, em primeiro lugar, nenhum se propôs investigar essa imprensa e suas redes de articulações; e segundo, porque analisaram esses periódicos com o intuito de mapear e arrolar o

¹⁴Idem, p. 91. A autora trabalhou com a legislação que foi sendo instituída pela municipalidade a partir dos anos 1890 para regular a construção na cidade, e nos subúrbios, em particular. O prefeito Pereira Passos chegou a editar um decreto, o de nº 391 de 1903, que determinava a cobrança de licenciamento para todas as obras realizadas na cidade, incluindo todos os distritos suburbanos e os rurais. No mesmo ano, o Decreto 976 isentou os proprietários das freguesias de Santa Cruz, Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Irajá, Ilha do Governador e Paquetá, e da parte rural de Inhaúma do pagamento de quaisquer emolumentos.

¹⁵Idem, p.27.

conjunto de reclamações e críticas direcionadas ao Estado, para posteriormente utilizá-las em suas pesquisas para exemplificar formas de reação dessa população frente ao processo de segregação e abandono pelos poderes públicos que aqueles espaços sofriam. Ou seja, usaram essa imprensa apenas como fonte de informações e de forma secundária na análise.

Alguns pesquisadores privilegiaram investigar o processo de constituição dos subúrbios por esses trabalhadores e conduziram pesquisas sobre aspectos de sua vida cotidiana, as ações individuais e/ou coletivas que desenvolveram, e as questões que os mobilizaram, tanto na dimensão mais circunscrita do mundo do trabalho, como também naquilo que se referia à vida enquanto cidadãos¹⁶. Mas nos subúrbios moravam, também, os burocratas e doutores retratados por Bilac e Barreto nas crônicas selecionadas, que criavam e frequentavam “teatros, clubes, bibliotecas” e associações diversas através das quais intervieram com objetivos e formas diversas na realidade social. Se para uma fração deles, o desejo compartilhado de habitar espaços urbanos mais qualificados, condizentes com a posição e prestígio social que acreditavam serem detentores era uma das finalidades que perseguiram, para outros as pretensões eram ainda maiores, e se expressaram na defesa pública de projetos que ampliassem as obrigações do Estado no campo dos direitos sociais e na reiterada crítica ao traço oligárquico que estruturava os mecanismos de funcionamento das diferentes instâncias de poder que compunham a República. Independente das questões que os mobilizaram e os projetos de sociedade que defenderam na esfera pública, a arma escolhida por eles foi a palavra impressa em letra de forma, e em nome dessas causas não se furtaram em incorporar narrativas como a do cronista Costallat.

Exercendo um jornalismo produzido no diálogo – quase sempre tenso – com outros modos de fazer imprensa e militância política naquele momento histórico, eles forjaram argumentos que contrapunham os “melhoramentos” da região central ao mundo da precariedade que caracterizaria todos os distritos suburbanos, em consequência das omissões do Estado, tanto no que se refere ao espaço público, quanto à negligência dos poderes públicos em relação a outras dimensões da vida cidadina,

¹⁶Ver, entre outros: MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios*, op. cit.e MIYASAKA, Cristiane Regina “Na mira dos funcionários municipais: considerações acerca das infrações de postura nos distritos suburbanos do Rio de Janeiro no início do século XX”. *Revista Mundos do Trabalho*, ANPUH/ GT Mundos do Trabalho/Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, v. 5, n. 9, 2013; SERFATY, Elaina Reiole Círiolo. *Pelo Trem dos Subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870-1906)*. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro, PUC/RJ, 2017.

como o direito à alimentação, moradia e transporte dignos. São estas práticas jornalísticas nos subúrbios que venho privilegiando em minhas pesquisas nos últimos anos. No mestrado busquei reconhecer essa imprensa periódica criada nas dezenas de bairros ou distritos suburbanos desde pelo menos a década de 1880 e, para isso, trabalhei com 25 periódicos publicados até os anos 1920, quando essa experiência apresentou um significativo declínio¹⁷.

Ao inventariar o acervo preservado na Biblioteca Nacional, encontrei alguns títulos microfilmados, outros que podem ser consultados apenas fisicamente e aqueles que, devido ao seu avançado estado de deterioração, não estão mais disponíveis para a consulta. Para ter acesso aos títulos dessa imprensa através dos mecanismos de consulta da instituição se requer habilidade para testar inúmeras palavras chave. Com o tempo, fui organizando uma tabela com os títulos efetivamente disponíveis para consulta e assim construí o projeto de pesquisa para o mestrado. Conhecer essa intensa experiência de suburbanos com o periodismo foi um trabalho árduo, pois até hoje esse material não mereceu um inventário e tratamento sistemático por parte da curadoria da BN, apesar de atualmente uma fração desse material ter sido digitalizado e estar disponível *online* na Hemeroteca Digital.

Desde o início do trabalho com esses periódicos, os desafios que enfrentaria foram se tornando mais evidentes. Além de contar com poucos trabalhos acadêmicos que usaram essa imprensa como fonte de informações, aqueles que o fizeram trabalharam com um universo muito reduzido de títulos – seja em função das dificuldades de acesso aos materiais seja pela abordagem e os objetivos definidos nas investigações – resultando em interpretações parciais e sempre elaboradas a partir de outras questões e problemas históricos.

Ao longo desse primeiro esforço de investigação, identifiquei diferentes projetos de imprensa, razão pela qual afirmo existir, de um lado, uma imprensa nos subúrbios, variada quanto aos grupos editores e interesses sociais, e de outro, uma imprensa suburbana, caracterizada por um jornalismo fortemente militante, criado para defender uma “causa suburbana”, entendida como luta pelos “melhoramentos” morais e materiais para “os subúrbios”, devotada para a conquista do “progresso” para os territórios onde eram produzidos. Esta pesquisa é, portanto, um esforço de investigação sobre uma

¹⁷A Dissertação de Mestrado em História foi defendida na UFF em 2011, e publicada como: MENDONÇA, Leandro Clímaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Niterói, Editora da UFF, 2014.

parcela dessa imprensa não apenas produzida nos subúrbios – endereço de redações e oficinas, mas, também, de redatores, colaboradores e leitores – mas que se constituiu e afirmou como defensora dos “interesses locais” e que, por isso, venho intitulado de suburbana. Por isso mesmo, se na pesquisa anterior privilegiei mapear e analisar dezenas de periódicos, agora o objetivo foi analisar os títulos mais influentes desse meio, aqueles que circularam por maior tempo, e cujos proprietários ou responsáveis possuíam ou conquistaram maior inserção social, econômica ou política entre os diferentes segmentos daquela sociedade e que, também, conseguiram se inserir no restrito grupo dos jornalistas empregados nas redações dos grandes diários cariocas.

Ao privilegiar alguns títulos e jornalistas da imprensa suburbana, pude aprofundar a investigação em torno das suas iniciativas na e pela cidade. As questões iniciais surgiram ainda no mestrado, quando me deparei com a existência de uma complexa rede de comunicação social articulada nos subúrbios – e em nome dos subúrbios e suburbanos – por esse periodismo. Nas páginas dessa imprensa ganhou destaque um número significativo de associações, centros, ligas, congressos e campanhas públicas que revelavam o alto grau de mobilização dessa rede, e o quão estratégico era a imprensa para a viabilidade de todas elas. Embora a pesquisa tenha se estendido dos anos 1880 até a década de 1940, quando foram criados os últimos periódicos suburbanos, concentrei a investigação entre os anos de 1900 e 1920 por avaliar que este foi o período em que a imprensa suburbana demonstrou toda a sua força – expressa no número de títulos criados e em sua capacidade de articulação e intervenção – possibilitando mapear os jornalistas mais atuantes e as diversas pautas coletivas que eles ampararam.

Os jornalistas que compunham essa rede comunicativa suburbana – Pinto Machado, Xavier Pinheiro, Eduardo e Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, José Roberto Vieira de Mello e Dias da Cruz – se sobressaíram na criação ou direção de diversos periódicos da imprensa suburbana – como *O Subúrbio*, *Gazeta Suburbana*, *Echo Suburbano*, *O Suburbano*, *Revista Suburbana* –, como também pela inserção nos jornais diários de maior vendagem na cidade, onde exerceram funções como redatores das seções para ou sobre os subúrbios e, em menor número, também em colunas voltadas para o operariado. Logo, conduzi a pesquisa com o intuito de reconstruir as trajetórias desse grupo de jornalistas atuantes na imprensa suburbana e empresarial para, a partir delas, identificar os diversos pontos de contato e articulação do circuito

informativo que ajudaram a criar e que, por sua vez, me permitiram identificar os grupos e interesses sociais mais amplos nas quais se inseriam e se reconheciam.

Procurei compreender a lógica das suas ações e os sentidos que essas experiências assumiam para eles enquanto homens de seu tempo e jornalistas que atuavam em periódicos com projetos editoriais e estruturas organizativas distintas e até concorrentes. E, ainda mais significativo, busquei compreender quais os usos que fizeram desses periódicos, como se dava a relação entre suas atividades como repórteres, redatores, diretores ou proprietários de jornais e a militância em várias causas que abraçaram; qual a importância da imprensa – pequena e grande – para as ações que conduziram na cidade; em quais embates se envolveram na esfera pública; quais projetos defenderam e propuseram em nome dos subúrbios e dos suburbanos; e com quem estabeleceram alianças ou fizeram oposição. Ao trabalhar com esse conjunto variado de materiais, busquei ficar atento às possíveis diferenças e/ou disputas internas que aproximavam ou afastavam esses jornalistas; e com quais segmentos sociais mais dialogavam e compartilhavam expectativas acerca do futuro.

A centralidade que a imprensa assumiu em suas experiências revela quão estratégica era a disputa pela opinião pública e a importância da função de jornalista. Ainda que a imprensa que conduziram nos subúrbios reproduzisse o modelo que vinha se tornando vitorioso na imprensa empresarial, com seu noticiário separado da opinião; o colunismo; o uso de fotografias; o emprego de uma linguagem coloquial e a abordagem de assuntos palpitantes da vida urbana, esses jornalistas suburbanos jamais deixaram de praticar o mais visceral do jornalismo opinativo, e a abrir espaço para interrogarem diferentes aspectos sobre questões que mobilizavam o seu cotidiano. Daí minha preocupação em mapear esses posicionamentos e coloca-los em diálogo, confrontando argumentos entre eles e com outros testemunhos.

Por essa razão, selecionei e aprofundei a leitura de um conjunto de títulos da imprensa suburbana e ampliei a investigação ao incorporar alguns títulos da imprensa empresarial, especialmente aqueles em que o grupo de jornalistas suburbanos trabalhou como redatores ou repórteres. A princípio, minha intenção era mapear todas as seções suburbanas mantidas pela imprensa empresarial com o intuito de responder se o jornalismo praticado era o mesmo nas duas pontas do circuito informativo; se era possível identificar outros sentidos para a prática jornalística, e quais outros subúrbios eram instituídos por essa imprensa.

Com o transcorrer da pesquisa, decidi privilegiar as seções em que eles eram os redatores, casos da seção “Subúrbios”, d’*A Tribuna*, “Nos Subúrbios”, d’*A Época*, e “O Subúrbio”, d’*O Paiz*. Essa decisão foi tomada em função da constatação da importância estratégica atribuída por eles a essas seções e colunas e o quão vigorosa foi a intervenção pública desses jornalistas, especialmente entre 1911 e 1918, quando a cidade enfrentou uma grave crise social por causa do aprofundamento dos efeitos da carestia. Esse tema mobilizou especialmente os jornalistas dessa rede que ocupavam postos de liderança no movimento operário, casos de Pinto Machado e Mariano Garcia, extremamente atuantes entre sindicatos e partidos operários socialistas e reformistas. A força desse debate na esfera pública os mobilizou de tal maneira que decidi aprofundar a pesquisa sobre o tema, tendo como fio condutor as posições que eles e os demais periodistas assumiram ao longo dos anos, e o quanto os periódicos foram cruciais para a articulação das ações que conduziram em diferentes espaços associativos em que militavam. Em todas as seções que dirigiram havia um generoso espaço destinado ao artigo de fundo, onde inscreviam suas avaliações sobre a realidade e assumiam posições de guias, avaliando e refutando projetos, apontando caminhos para a superação dos problemas que enfrentaram individual e coletivamente, e principalmente, onde se referenciavam enquanto mediadores qualificados para os conflitos de seu tempo.

Ao torna-las fonte de pesquisa, me propus interroga-las com o propósito de caracterizar seus proprietários, a relação destes com os redatores oriundos da imprensa suburbana, a sua posição no mercado de notícias da cidade, o tipo de jornalismo valorizado, e os vínculos sociais e colorações políticas mais amplas de seus donos, alçados ao posto de figuras públicas de relevo na medida em que vários desses títulos ampliaram suas vendagens na cidade.

Assim como na pesquisa anterior, nesta precisei reconstruir uma espécie de quebra cabeças para reconhecer a rede de comunicação social que constituíram, seus pontos e elementos de articulação e captar a “produção comunicativa”¹⁸ que geraram e alimentaram. Privilegiei na pesquisa a leitura e análise de jornais como *O Subúrbio* (circulou por seis anos, 1903-05; 1907-1911), *Gazeta Suburbana* (circulou por ao menos onze anos, 1910-1921), *Echo Suburbano* (dez anos, 1910-1920) e *O Suburbano* (ao menos vinte e sete anos, 1914-1941). Ainda que tenham atuado por períodos relativamente longos, em se tratando da pequena imprensa, suas coleções preservadas

¹⁸ Cf. WILLIAMS, Raymond. “Meios de comunicação como meios de produção”. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo, Ed. Unesp, 2011, p. 74.

abarcam um período de no máximo quatro anos, como é o caso da *Gazeta Suburbana* (1910-11; 1919-20); dois anos, para *O Subúrbio* (1907-08); e, no caso do *Echo Suburbano* e *O Suburbano*, apenas algumas edições – o primeiro abrangendo meses de 1911 e o segundo, de 1935 e 1941.

Essas dificuldades foram parcialmente superadas com a incorporação de documentação inédita formada por uma coleção de recortes de textos jornalísticos preservada e organizada por Pinto Machado, um dos jornalistas suburbanos, que transformei em fonte de pesquisa. Neste trabalho eu o intitulei *Miscelânea Pinto Machado*.¹⁹ A coleção, composta por dois livros, reúne um valioso material jornalístico produzido tanto por Pinto Machado como por outros jornalistas que o transformaram em tema de suas reportagens e análises. O jornalista não apenas colaborou para periódicos suburbanos, como o *Echo Suburbano*, *Reflexo Suburbano*, *Brasil Moderno*, *Brasil Fallado* e *Revista Suburbana* (1918), como também dedicou sua pena para jornais diários, tais como *A Tribuna*, *Gazeta da Tarde*, *O Século* e *O jornal*, além de títulos da imprensa operária, como a *União Operária* (1904) e *Semana Operária* (1907). O material é composto por um conjunto significativo de artigos sobre o movimento operário, especialmente seus embates com os anarquistas; sua defesa sobre a necessidade do cooperativismo entre os trabalhadores; seu posicionamento político frente aos pleitos eleitorais ocorridos na capital, especialmente o que elegeu o Marechal Hermes da Fonseca à presidência da República e seu apoio ao programa de criação das vilas proletárias. As inúmeras conferências que proferiu em agremiações coletivas suburbanas, comícios e atos públicos assim como em entidades como a *Sociedade Nacional da Agricultura*, entre outras, também fazem parte do acervo.

São, ao todo, centenas de recortes contendo reportagens, artigos, notas jornalísticas, fotografias e até mesmo documentos pessoais de um dos mais influentes militantes da fração reformista do movimento operário da capital e um dos principais articuladores e propugnadores da luta pelos então chamados ‘melhoramentos

¹⁹Essa documentação foi achada por uma moradora em sua casa, no bairro de Marechal Hermes, em 2013. Restaurada, foi posteriormente entregue aos cuidados do *Instituto de Arqueologia Brasileira*, uma entidade privada com sede na cidade de Belford Roxo, na Baixada Fluminense. Segundo Diego Lacerda, responsável pela área de comunicação do Instituto, a coleção de recortes teria sido montada ao longo do tempo pelo próprio Pinto Machado. Após a morte do jornalista, sua filha e genro teriam se responsabilizado pela preservação desse arquivo. Não se sabe ao certo como esses volumes foram parar na casa onde foram encontrados, mas se sabe que os familiares do jornalista residiram por décadas na Vila Proletária Marechal Hermes, inaugurada em 1914. Para mais informações sobre essa documentação e contato com a instituição, acessar: *Instituto de Arqueologia Brasileira*. Disponível em: <http://www.arqueologia-iab.com.br/news/view/129>. Acesso em: 02/03/2016.

suburbanos', campanha que mobilizou por décadas os jornalistas dessa imprensa. A descoberta dessa documentação contribui de maneira para os pesquisadores interessados na investigação histórica sobre essas questões, pois contempla recortes de jornais e revistas, suburbanos ou não, publicados entre 1916 e 1921. No entanto, esses recortes não vêm acompanhados de referências, como título e data, por exemplo. Muitas vezes é possível descobrir essas informações a partir da leitura do texto, pelos títulos das seções onde foram publicados, ou mesmo pelas características gráficas, reconhecíveis a partir da pesquisa com outros títulos da imprensa periódica. Outras vezes, não, razão pela qual com certa frequência as citações foram referenciadas apenas com informações sumárias – nome da seção ou do periódico – seguidas da informação *Miscelânea Pinto Machado*.

O aprofundamento da investigação sobre essa imprensa e seus jornalistas permitiu alargar a compreensão sobre as possibilidades abertas para indivíduos que não compunham as elites intelectuais em um período marcado pela emergência de uma incipiente indústria cultural. A centralidade que a imprensa assumiu para esses homens e o quanto foi mobilizada para a articulação de seus projetos e para a instituição deles próprios enquanto guias e intérpretes dos anseios de determinados segmentos sociais impõe uma reflexão teórica sobre como entendo a imprensa, como trabalhei com esse suporte, e o que entendo por intelectual e o seu papel na sociedade.

Ao decidir investigar as experiências de suburbanos com o periodismo suburbano nutria, a princípio, expectativas de que lidaria apenas com um jornalismo que reforçaria *a priori* o campo da organização e lutas populares e dissidentes. Os resultados reunidos na pesquisa evidenciaram que essa relação era mais complexa, plural e contraditória. Em primeiro lugar, reconheci que lidava com segmentos sociais que, ainda que formulassem críticas ao modelo de cidade tido como incapaz de democratizar o acesso a bens e serviços públicos de natureza urbana, integravam ou se associavam a um campo conservador, compartilhado com aqueles com formação intelectual parecida e atravessado por valores e preconceitos com os hábitos e práticas populares e apenas marginal e pontualmente críticos ao poder.

Aliás, o desejo de se tornarem jornalistas e donos de periódicos era, antes de tudo, fruto do prestígio social que usufruíam nas localidades onde viviam por causa das profissões e funções que exerciam. Tal prestígio muitas vezes não foi suficiente para os qualificarem como vozes respeitadas e ouvidas perante o conjunto da sociedade carioca. No entanto, a posição social que ocupavam nos bairros lhes permitiram não apenas

controlar os meios de produção da notícia – como sócios e donos de pequenas tipografias nos bairros ou com capital suficiente para imprimir nas casas impressoras do centro –, como também os instrumentos necessários para a produção dos bens simbólicos já que eram letrados, alguns eram bacharéis, dominavam a escrita formal e os códigos do fazer jornalístico.

Raymond Williams advertiu sobre a necessidade de se investigar os meios de comunicação como meios de produção, pois eles são materialmente produzidos e reproduzidos, ou seja, fruto e expressão de relações sociais e, como tal, subordinados ao desenvolvimento histórico. O intelectual marxista defendeu a necessidade de uma história da “produção comunicativa” cuja abordagem se volte para a história dos próprios meios de comunicação. Nesse sentido, indicou questões que deveriam mobilizar a investigação histórica nesse campo, como o controle e o acesso aos meios de comunicação que dependem de estrutura física, apontando para uma discussão mais sofisticada sobre os usos desses meios, ou seja, quem os usa e para quê, refutando análises que ou os entendem ou como meros meios de informação e comunicação, ou que enfatizam apenas a recepção, próprios de estudos que entendem a audiência pela via do consumo de massa.²⁰ A imprensa é um instrumento de práticas sociais e como tal seu testemunho não é neutro e expressa as tensões e contradições sociais. Nesse sentido, a imprensa suburbana expressa os pontos de vista, os interesses e projetos sociais e de classe defendidos pelos seus proprietários, diretores e jornalistas.

Para o período histórico que pesquiso, Angel Rama ajudou a refletir sobre o que vem a ser o intelectual e como as mudanças ocorridas nas cidades latino-americanas na virada para o século XX abriram novas possibilidades de inserção profissional e de atuação na vida pública. O autor discorreu sobre a ampliação do letramento nessas sociedades, especialmente após-1880, quando as cidades apresentaram um crescimento vertiginoso. O ensino e o jornalismo passaram a absorver os novos intelectuais que surgiram desse processo e, com isso:

(...) A letra apareceu como a alavanca de ascensão social, da respeitabilidade pública e da incorporação aos centros do poder; mas também, em um grau que não havia sido conhecido pela história secular do continente, de uma relativa autonomia em relação a isso tudo, sustentada pela pluralidade de centros econômicos que a sociedade burguesa em desenvolvimento gerava (...)²¹.

²⁰ WILLIAMS, Raymond. “Meios de comunicação como meios de produção”, op. cit., pp.69-76.

²¹ RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo, Boitempo, 2015, p.72.

A crítica que fez ao pensamento mais ortodoxo do marxismo, que compreende o intelectual como mero executor de projetos formulados pelo Estado e suas instituições, e a sua compreensão de que atuam como produtores de “consciências que elaboram mensagens” capazes de constituir ideologias públicas auxiliaram na leitura das experiências dos jornalistas envolvidos com a imprensa suburbana, na medida em que os reconheço como vozes que se afirmaram na esfera pública elevando um pedaço da cidade à condição de ator político²². A perspectiva teórica de Angel Rama foi incorporada por pesquisadores que refletiram sobre esse processo no Brasil. A historiadora Heloísa de Faria Cruz, ao investigar um diversificado conjunto de materiais impressos na cidade de São Paulo entre 1890 e 1915, em especial as chamadas revistas domingueiras ou de variedades, permitiu pensar sobre a relação entre imprensa, cultura e cidade. A autora buscou encaminhar sua reflexão no sentido de compreender as relações de poder instituídas por meio da expansão da cultura impressa e da imprensa periódica. Nesse momento, o povo e a cidade apareciam de forma recorrente nessa imprensa, permitindo não só conhecer novos hábitos e atitudes presentes na cidade em expansão, mas também a existência de novos grupos produtores e leitores de periódicos:

(...) A cidade intromete-se na imprensa. O crescimento da cidade, a diversificação das atividades econômicas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento da vida mundana são incorporados às formas e conteúdos dessas publicações. Através de novas temáticas, personagens e linguagens, o processo social que transforma a cidade passa também a configurar as publicações (...)

As redações e grupos leitores passam a congregar, além da elite masculina dos políticos-doutores-literatos, outros grupos sociais, como imigrantes, mulheres cultas da elite, camadas intermediárias letradas, professores, escrivães, caixeiros, funcionários burocráticos, tipógrafos e linotipistas – e também outros trabalhadores urbanos.”²³

Trabalhando a partir da perspectiva da História Social, a autora constrói sua argumentação trazendo essa imprensa periódica para as disputas no campo da cultura afinal, afirma, a imprensa era um meio de comunicação até então basicamente utilizado pelas elites, seja como produtores ou consumidores. Logo, as disputas existentes na cidade e pela cidade passaram a ser travadas também nos espaços tradicionais da cultura letrada. Esses novos produtores de periódicos passaram a disputar espaços, a defender e combater projetos, a se articular em um verdadeiro movimento de conquista de

²² Idem, p.42.

²³ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo, Educ/Fapesp/Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000, pp. 80-81.

visibilidade e intervenção pública por meio da palavra impressa, em uma sociedade de massas caracterizada pela constituição de um recente mercado de bens culturais.

Partilhando da mesma perspectiva teórica, Laura Maciel vem desenvolvendo, ao longo do tempo, análises sobre os conflitos no campo da cultura letrada na cidade do Rio de Janeiro no mesmo período desta pesquisa. A autora, através de inúmeros artigos²⁴, buscou mapear as múltiplas experiências de grupos populares com os códigos da cultura letrada, tais como o investimento na produção de textos, edições de periódicos, criação de escolas e bibliotecas, bem como a centralidade dada ao associativismo, diverso e espraiado pela cidade, tendo como objetivo “buscar as razões pelas quais diversos grupos, que ganhavam sua sobrevivência em longas jornadas de trabalho, dedicaram-se à produção intelectual e literária”²⁵. Apoiada em Stuart Hall, sua reflexão sobre o que entende por popular serviu como referência para o desenvolvimento da pesquisa. Segundo a autora:

(...) o popular não é entendido como uma qualidade inerente às ações ou materiais produzidos por um grupo social ou atribuídos a ele, nem como materiais e conteúdos consumidos por grupos subalternos (...) o popular remete para algumas experiências que, em seu tempo histórico, se constituíram e apresentaram como alternativas, como críticas ou dissidências e, portanto, em contínuo processo de disputa/apropriação/redefinição com as dominantes ou hegemônicas²⁶.

Com isso não estou afirmando que os jornais e jornalistas mais influentes da imprensa suburbana eram, *a priori*, populares, e, portanto, críticos do projeto hegemônico de imprensa, cidade e sociedade. O que quero afirmar é que essa é uma dimensão que esteve presente na condução que imprimi à pesquisa, ou seja, que fiquei atento às posições que esses homens assumiram nos conflitos mais amplos de seu tempo, para avaliar em que medida assumiram, ou não, a defesa de projetos que naquele

²⁴ Em seu último artigo a autora abordou o investimento de inúmeras categorias profissionais, de maior ou menor qualificação, no periodismo e na ampliação do letramento entre os sócios de suas entidades, condição vista como essencial para que as suas lutas fossem também travadas nos espaços até então dominados pelas elites. Ao dar-lhes protagonismo, Laura Maciel percebeu a importância que conferiam a certos espaços da cidade onde estavam localizadas as sedes sociais de suas ligas, associações, uniões, partidos, tipografias e redações, elevados a espaços de memória, umbilicalmente ligados às suas trajetórias enquanto agremiados, jornalistas e tipógrafos. Ou seja, as várias dimensões de suas vidas na cidade eram transformadas em pautas jornalísticas, de maneira que novos sentidos e vínculos com as ruas e praças da urbe eram instituídos, elevando a imprensa dos trabalhadores também à condição de espaço de memória. MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa, esfera pública e memória operária (1880-1920)”. *Revista de História*. São Paulo, USP, nº 175, Jul-Dez 2016, pp. 435-438.

²⁵ Maciel, Laura Antunes. “Cultura Letrada, intelectuais e memórias populares”. In: ENGEL, Magali Gouveis; CORRÊA, Maria Letícia; SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2012, p.57.

²⁶ Idem, p.56.

momento eram associados ou expressavam um campo que tencionava a hegemonia burguesa.

Nesse sentido, a historiadora Marta Barbosa, em sua reflexão sobre história, imprensa e memória, me ajudou a compreender os cuidados que nós historiadores temos de ter ao trabalhar com a imprensa ainda entendida como o espelho do mundo, “uma fonte secundária, um apoio”. Esta maneira de entender e trabalhar com a imprensa resulta em uma séria limitação na busca pela compreensão da realidade na medida em que o processo de produção da notícia, os interesses e relações sociais que a compõem são negligenciados. A autora defende outros caminhos:

(...) Por outro lado, existe a posição de tomar a imprensa como objeto, discutida teórica e metodologicamente, problematizando sua natureza social, suas relações sociais, seus processos de instituição. Esta última posição exige um processo de aprendizagem, porque implica escolhas políticas fundamentais. Impele estabelecer um lugar da crítica social, posicionar-se em relação aos sujeitos que vivem diferentes e desiguais experiências que se confrontam em meio a interesses antagônicos. A depender de nossas escolhas teórico-metodológicas e políticas, a forma de investigar os diferentes temas e fontes sofrerá modificações, seja para construir visibilidades necessárias das relações sociais, seja para silenciar.²⁷

Logo, ao encaminhar a reflexão e prática de pesquisa nos termos sugeridos pela historiadora, ao analisar os conteúdos que a imprensa periódica suburbana privilegiou, não busquei elaborar uma lista contendo o conjunto de assuntos que foram abordados para depois organizá-los e encaixá-los no interior de minha reflexão. Se assim fizesse, correria o sério risco de homogeneizar os diferentes pontos de vista e opiniões divergentes entre os jornalistas suburbanos, assim como os diferentes projetos de sociedade e vínculos articulados através de sua prática jornalística e dessa imprensa naqueles espaços.

No campo dos estudos da chamada história da imprensa, a centralidade das abordagens sempre recaiu sobre os títulos da chamada imprensa empresarial. O fato de vivermos imersos em uma sociedade marcada pela quase ausência de pluralidade nos meios de comunicação fez com que muitos pesquisadores sentissem a necessidade de entender a força e o papel desempenhado por esses veículos na sociedade contemporânea. Evidentemente que as perguntas e questões que orientaram e orientam

²⁷ BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. “Sobre História: Imprensa e Memória”. In: MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de KHURY, Yara Aun. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d’Água, 2006, p.267.

esses estudos podem tanto servir para legitimar o poder desses órgãos perante a sociedade, como também para questionar, através de uma discussão mais ampla, sobre a sua própria constituição como grande empresa capitalista visceralmente voltada para a manutenção do *status quo*. Foi essa segunda opção que orientou o influente trabalho de Nelson Werneck Sodré sobre a imprensa no Brasil. Em depoimento concedido por ocasião do relançamento de sua obra *História da Imprensa no Brasil* no final dos anos 1990, Sodré refletiu sobre o papel da imprensa brasileira no final do século XX, chamando a atenção para a intensidade e o grau de importância que havia adquirido a propaganda para os grandes jornais do país. O resultado dessa dependência, segundo o autor, foi o gradual afastamento e independência dos periódicos em relação à opinião dos leitores e a defesa de um projeto único de sociedade:

(...) A imprensa de hoje, e é de esperar que isso seja transitório, não é elaborada por jornalistas e apresenta um aspecto singular; os grandes jornais de hoje têm fisionomia inteiramente diversa de antes.

Uma das diferenças está na impressionante uniformidade de posições, em cada um dos jornais, e não na diversidade. A grande imprensa brasileira opera, na fase atual, uma tarefa que nunca antes desempenhou: a de deformar a realidade, ou a de escondê-la. No momento, por exemplo, todos os grandes jornais apoiam o neoliberalismo (...) ²⁸.

Marialva Barbosa foi outra pesquisadora que buscou compreender a força, o poder e a influência dos grandes diários na sociedade carioca do passado. Em *Os Donos do Rio*, a autora investigou as transformações pelas quais passaram os principais diários em circulação no período entre 1880 e 1920 na então capital federal. Entre as mudanças identificadas pela pesquisa estava o aumento da influência que esses veículos passaram a exercer por conta do aumento vertiginoso verificado na vendagem de exemplares, que lhes conferiam maior poder de pressão, e a proximidade que esse grupo proprietário, transformados em grandes capitalistas, estabeleceu com os aparelhos do Estado. A natureza dessa imprensa, segundo Barbosa, teria cooptado os intelectuais, que no limite, passaram a trabalhar na construção de consensos “cujo fim último é perpetuar a dominação de classe” ²⁹. Não é menos importante a sua reflexão sobre o poder da imprensa na produção da memória social e, particularmente, sobre a atuação dos jornalistas nesse processo:

²⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Atualizada. Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p.16.

²⁹ BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio, Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2000, p.12.

Ao selecionar o fato, transpondo-o do lugar da normalidade para o da anormalidade, transformando-o em acontecimento, e ao escolher a forma da narrativa, o jornalista está constituindo o próprio acontecimento e criando uma memória da atualidade. Uma memória que obedece a critérios subjetivos e engendra a questão do poder.

Assim, ao selecionar o que deve ser notícia e o que vai ser esquecido, ao valorizar elementos em detrimento de outros, a mídia reconstrói o presente de maneira seletiva, construindo hoje a história desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido³⁰.

A leitura da obra de Robert Darnton, em especial “Os Best-sellers proibidos da França Revolucionária” me fez ficar atento para a ação das redes de comunicação, por ele definida como “rede de comunicação composta por artérias, veias e capilares e que leva em conta todos os estágios do processo de produção e distribuição”³¹. A obra tinha uma dupla preocupação. Por um lado, identificar e analisar os conteúdos dos títulos que compunham a rede de livros proibidos na França pré-revolucionária, e por outro, incorporar os testemunhos históricos dos diversos agentes envolvidos na produção e circulação do livro, ou seja, editores, tipógrafos, censores, policiais, carregadores, escritores, e, claro, o leitor. Essa perspectiva permitiu discutir em outro patamar a recepção de uma obra literária na sociedade, e o seu impacto na opinião pública de uma dada época. Ou seja, o seu encaminhamento de pesquisa me deu subsídios para refletir sobre a existência de circuitos informativos nos quais os vários componentes são peças fundamentais para a instituição de valores, crenças e leitura de mundo numa determinada conjuntura histórica. Na imprensa em prol dos subúrbios, a rede de comunicação na qual jornalista e periódicos estavam inseridos alimentava ao mesmo tempo suas ações e as pautas e conteúdos, referendavam e legitimavam iniciativas coletivas, articulavam campanhas públicas, de maneira que seria impensável tamanha desenvoltura caso não dominassem os meios de produção física e simbólica da notícia.

Logo, a questão do diálogo entre o produtor de notícias e a recepção é fundamental, e Leonardo Pereira, em “Negociações Impressas”, chamou a atenção para essa dimensão que muitas vezes fica de fora da abordagem daqueles que estudam imprensa ou a incorporaram como fonte de pesquisa. Chamando a atenção para o fato de que na cidade do RJ na década de 1920 a maioria da população já era letrada,

³⁰ BARBOSA, Marialva. “Jornalistas, “senhores da memória”?”. Texto apresentado no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2004. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/1248/1/R0165-1.pdf>

³¹ DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo; Companhia das Letras, 1998.

lembrou que a pesquisa histórica não deve se encerrar nas intenções daqueles que dirigem e redigem os materiais jornalísticos. Para ele, há diálogos e negociações entre o produtor e o leitor, ainda mais numa cidade onde a imprensa formatada enquanto grande empresa precisava conquistar novos leitores para sobreviver nesse concorrido mercado³². E essas negociações, afirma, não são as mesmas entre títulos de uma mesma imprensa. Por isso, defende que o investigador deve ficar atento à polifonia que caracterizava os jornais do período. Essa dimensão e esse cuidado foram incorporados nesta pesquisa tanto com a análise dos periódicos suburbanos como no trabalho desenvolvido com as seções suburbanas e operárias dos jornais da imprensa empresarial. As diferenças foram significativas, especialmente quando os redatores eram os próprios jornalistas da imprensa suburbana.

Ao decidir investigar essa imprensa tomando-a como questão central de minha reflexão, estruturei a pesquisa buscando a pluralidade dessas experiências. Como historiador do social, acredito que as escolhas, valores e desafios propostos e expressos individualmente ou coletivamente por homens e mulheres em um determinado momento podem sofrer (re)significações. Essa indeterminação do social significa um direcionamento da prática de pesquisa para a busca das relações sociais e disputas travadas no momento em que eram experimentadas. Para dar conta da análise dos diferentes órgãos de imprensa nos subúrbios e, também, das colunas sobre os subúrbios na imprensa empresarial, essas experiências são apresentadas em quatro capítulos, abordando as diversas questões e desafios enfrentados por estes jornalistas em sua produção.

O primeiro capítulo procura introduzir e situar a emergência da rede de comunicação suburbana através do mapeamento e diálogo entre os veículos que compunham a imprensa suburbana, e o tipo de jornalismo que privilegiavam, com aquele produzido sobre os subúrbios criado pelos grandes diários da cidade. Além disso, refletirei sobre a importância dos veículos que controlavam ou trabalhavam para a articulação de associações e campanhas públicas.

No segundo capítulo, abordarei uma das campanhas públicas articuladas por essa imprensa, o *Congresso Suburbano*, criado para defender os interesses de todo o subúrbio. Nele refletirei sobre o protagonismo dos jornalistas no processo de sua criação, e o quão estratégico se tornou para a organização dos grupos de interesse mais

³² Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. “‘Negociações Impressas’: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. In: *História* [online]. 2016, vol.35, e99.

influentes daquela sociedade em sua luta por mais investimentos públicos naquela região.

O terceiro capítulo abordará a atuação pública desses jornalistas na primeira crise da carestia, que estourou enquanto drama social em 1913. Nele será discutido como os intelectuais suburbanos relacionaram essa crise com os subúrbios, os conflitos no interior do movimento operário, assim como no próprio campo da imprensa suburbana.

Por fim, no quarto e último capítulo, abordarei a atuação desses intelectuais ao longo da segunda crise da carestia (1917). Desta vez, a imprensa será indispensável não apenas para garantir que suas avaliações, diagnósticos e proposições para a superação da crise sejam inscritas na esfera pública, como será fundamental para a articulação de uma nova campanha pública por eles organizada na cidade: o *Comitê Pró Pequena Lavoura*.

CAPÍTULO 1 – IMPRENSA E SUBÚRBIOS: ENTRE SUPLEMENTO, NOTICIÁRIO E INSTRUMENTO DE MILITÂNCIA.

Uma importante dimensão revelada pela análise da atuação de jornalistas e jornais suburbanos, assim como das seções e colunas sob suas direções nos grandes diários cariocas, é a conformação de uma rede de comunicação social nos subúrbios, cuja constituição data dos anos iniciais do século XX e vai até o final dos anos 1910. Ao mesmo tempo em que nos subúrbios surgiam tipografias e redações voltadas para a produção de periódicos, no centro as grandes empresas do setor se voltavam para a conquista de leitores desses territórios da cidade. Permeando a estratégia de construção de legitimidade perante essa audiência, muitos dos jornalistas já associados a uma causa suburbana foram contratados para redigir essas novas colunas. Recebendo nomes como *sobre* os subúrbios, *pelos* subúrbios ou *nos* subúrbios essas seções constituíram espaços jornalísticos na imprensa diária, destinados a dar publicidade às ações e reivindicações de trabalhadores e proprietários nos diferentes distritos, que eram também potenciais leitores e consumidores de notícias, opiniões e reclames publicitários.

A atuação desses jornalistas nos jornais produzidos nos subúrbios e nas seções sobre os subúrbios mantidas pelos diários de maior vendagem da cidade suscitou algumas indagações: o jornalismo que praticavam nos dois tipos de imprensa era o mesmo? Afinal, por que mesmo ocupando espaços garantidores de maior prestígio social, eles jamais deixaram de controlar seus próprios periódicos nos subúrbios? Neste capítulo buscarei responder essa e outras perguntas acerca dessa emergente rede de comunicação suburbana.

Outra evidência relevante para a reflexão deste capítulo diz respeito à diversidade do crescente associativismo constituído nos territórios que compunham as zonas suburbanas e da intensa militância de alguns destes jornalistas suburbanos nesse processo. Com o avanço das primeiras décadas do século XX nota-se um vertiginoso desejo de setores daquela sociedade em se associar a partir dos mais diferentes interesses. Gradativamente, as páginas dos jornais e revistas revelavam um conjunto de iniciativas que contou com a participação dos próprios jornalistas. Seja para promoverem aquelas que não contavam diretamente com as suas participações, seja para darem visibilidade aos projetos em que estavam profundamente vinculados, esses

homens utilizaram a imprensa como meio estratégico para garantir que essas experiências ganhassem visibilidade perante um público massivo.

Alguns desafios residem exatamente na tentativa de conferir sentido àquelas experiências históricas a partir do cruzamento das informações fragmentadas contidas nos periódicos, posteriormente postas em diálogo com outras fontes, de maneira que se possa responder às seguintes perguntas: É possível afirmar ter existido naquele período uma rede social constituída por diversos segmentos da sociedade suburbana e articulada por meio de uma fração do periodismo suburbano? Em nome da defesa de quais interesses e lutas suburbanas eles agiram? Qual a natureza do associativismo valorizado por esta imprensa e como atuaram no processo de fomentação, expansão e consolidação de associações nos subúrbios? Por fim, em quais práticas / experiências associativas eles investiram?

1.1. A emergência da rede de comunicação suburbana: jornalismo *nos e sobre os subúrbios*

No dia 6 de Julho de 1908, os leitores de *O Subúrbio* receberam edição especial em comemoração ao aniversário de um ano da folha do Méier. Dentre os colaboradores estava um jovem jornalista de nome Pinto Machado, que em seu artigo associava o sucesso do jornal a iniciativa do seu fundador, proprietário e diretor, José Antônio Xavier Pinheiro – “O Subúrbio sendo criação tua, *é um fruto do inteligente meio suburbano*, tornando-se por justos motivos o mentor dos que nos subúrbios *sabem ler e compreender*”³³. Poucos anos depois, o próprio Pinto Machado, alçado ao posto de diretor de outro jornal criado para ser o *Echo Suburbano* sentenciaria qual a missão de um jornal publicado naquelas paragens:

Jornal que se publica nos subúrbios, que cogita do bem estar dos suburbanos, tínhamos uma vez convidados, a obrigação de aceder. Cá estamos pois na estacada.
*A nossa passagem por este posto, será uma missão de combate*³⁴.

Longevo, o jornal que dirigiu por dez anos era um espaço fundamental para o exercício daquilo que o jornalista entendia como “direito que julgamos ter de *pregar*”

³³ Pinto Machado. “O aniversário do O Subúrbio”. *O Subúrbio*, Méier, 6.7.1908, p.1. Grifos meus.

³⁴ Pinto Machado. “A nossa missão”. *Echo Suburbano*, Madureira, 31 de julho de 1911, p.1. Grifo meu.

nossas teorias, sem peias, sem submissões, sem entraves. Temos ideais definidos (...) que não se subordinam ao querer de quem quer que seja”³⁵.

Ao referendar a imprensa enquanto meio de combate para aqueles que, como ele, compunha o “inteligente meio suburbano”, Pinto Machado evidenciou que no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX havia, entre os habitantes das localidades surgidas nas margens dos trilhos e da cidade, indivíduos e grupos que desejavam falar em nome da coletividade suburbana. Em trabalho anterior, chamei a atenção para o protagonismo de alguns títulos dessa imprensa que, em nome dos “interesses locais”, produziram um jornalismo fortemente devotado à defesa daquilo que entendiam ser os interesses gerais dos subúrbios³⁶. Não por acaso, folhas como *O Subúrbio*, *Gazeta Suburbana*, *Echo Suburbano* e *O Suburbano* conseguiram se viabilizar comercialmente, de maneira que circularam por um longo período na cidade, alcançando uma trajetória bem distinta das suas congêneres de vida efêmera.

O sucesso desses empreendimentos jornalísticos evidencia o quão capazes foram seus proprietários e diretores em viabilizá-los enquanto meios privilegiados para propagar seus valores e avaliações sobre a realidade, bem como o quão indispensáveis se tornaram para a articulação de seus projetos de intervenção pública em seus bairros e na cidade. Falando em nome *dos* e *para* os grupos de pressão dos quais faziam parte, esses jornalistas tornaram-se mediadores estratégicos na condução de suas lutas. A projeção por eles alcançada nos subúrbios lhes permitiu, inclusive, ocupar postos chave em colunas e seções do noticiário suburbano que aos poucos foram criados pelos órgãos da imprensa carioca que se organizavam enquanto grande empresa³⁷.

Por esta razão, farei uma breve apresentação desse grupo de jornalistas que se destacou na imprensa suburbana com o intuito de reconhecer os integrantes desse emergente mercado de notícias suburbano, procurando identificar as linhas gerais do jornalismo que criaram em diferentes distritos e, também, o noticiário sobre os subúrbios que redigiram ou dirigiram para os veículos de maior circulação da cidade. E, claro, pontuarei de onde exatamente estes jornalistas falavam em nome do “subúrbio

³⁵Pinto Machado. “O Nosso Dia”. *Echo Suburbano*, Madureira, 24.4.1918, p.1. Grifos meus.

³⁶MENDONÇA, Leandro Clímaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

³⁷Refiro-me ao processo de expansão e transformação na produção e distribuição do jornalismo carioca, na virada para o século XX, que permitiu sua constituição como uma “imprensa estruturada em moldes capitalistas”, com grande tiragem e divisão de trabalho mais complexa, financiada pela publicidade e que se caracteriza como um negócio lucrativo e rentável. Conferir em: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p. 355.

carioca”, não apenas para identificar as localidades onde residiam e iniciaram suas experiências na lide jornalística, mas para reconhecer os grupos sociais aos quais pertenciam e os interesses econômicos e políticos que defendiam na virada para o novo século.

José Antônio Xavier Pinheiro e Antônio Augusto Pinto Machado eram habitantes, respectivamente, dos distritos do Méier e de Irajá. O primeiro compunha a chamada “área da cidade”, ou formalmente urbana, enquanto o segundo integrava, ao lado de Jacarepaguá, Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá, os distritos suburbanos e rurais, segundo definição da Prefeitura do Distrito Federal em 1903³⁸. As localidades onde residiam foram criadas ou se expandiram em torno do primeiro eixo ferroviário da cidade, inaugurado em 1858. A inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II, futura E. F. Central do Brasil (EFCB) foi o principal fator para o adensamento populacional das localidades que contavam com estações destinadas ao transporte de passageiros. No ano de sua inauguração, a Linha do Centro, como era chamada³⁹, contava com as estações do Campo(atual Central do Brasil), São Cristóvão, Vargem Grande (distrito de Engenho Novo) Cascadura, (Inhaúma) e Sapopemba(atual Deodoro, em Irajá). A partir da década de 1870, com a utilização de mais dois trens diários até a estação de Cascadura, foi inaugurado um sistema suburbano de transporte de passageiros que intensificou o processo de transformação daqueles espaços, antes ocupados por fazendas e chácaras, em bairros residenciais. A década seguinte seria marcada pela inauguração de novas estações – Engenho de Dentro, Piedade, Rocha, Derby Club, Sampaio, Quintino, Méier, Mangueira e Encantado –, o que, segundo Maurício de Abreu, viabilizou a chegada de novos contingentes populacionais interessados na compra de terrenos e casas mais baratos⁴⁰.

Na virada para o novo século, mais especificamente em 1890, 92.906 pessoas residiam nos subúrbios. Dezesseis anos depois, essa população duplicou, atingindo 185.687 habitantes. E todo esse crescimento gerou uma composição social variada nos distritos suburbanos. Assim como havia famílias compostas por trabalhadores de maior

³⁸Segundo o Decreto nº 434 de 1903, o Distrito Federal ficava dividido em 25 distritos: 18 constituíam a área urbana: Candelária, Santa Rita, Sacramento, São José, Santo Antônio, Santa Tereza, Glória, Lagoa, Gávea, Sant’Anna, Gambôa, Espírito Santo, São Cristóvão, Engenho Velho, Andaraí, Tijuca, Engenho Novo e Meyer. As restantes foram classificadas como “povoados da zona suburbana”. Rio de Janeiro. Decreto n.º 434, de 16 de junho de 1903. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* (AGCRJ), Códice 18-3-13, Decretos executivos (1903).

³⁹RODRIGUEZ, Hélio Suevo. A descrição da Linha do Centro. In: *A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro: o resgate de sua memória*. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004, pp.32-42.

⁴⁰ ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*, Op. Cit, p.50.

renda, pequenos capitalistas, funcionários públicos e profissionais liberais, crescia o movimento de chegada de trabalhadores de menor renda⁴¹, muitos dos quais operários das fábricas e oficinas recentemente abertas⁴², residentes em áreas pouco ou nada urbanizadas, não muito distantes de outras ocupadas por lavradores e pequenos criadores cuja produção era voltada para a subsistência e para a venda nas feiras e pequenas casas comerciais.

A fixação dessa população já havia resultado na intensificação do comércio e do setor de serviços e, claro, no maior envolvimento de uma fração da sua população com a prática do jornalismo. Dentre as localidades que compunham os subúrbios da EFCB, algumas se destacaram em função do significativo envolvimento de uma fração da sua população com a prática do jornalismo como Sampaio, Engenho Novo, Méier, Engenho de Dentro, Piedade, Cascadura, Madureira, Marechal Hermes e Deodoro. Entre as décadas de 1880 e 1940, ao menos 48 jornais foram criados nesses distritos dos subúrbios. No conjunto dos distritos suburbanos, o total chegou a quase 100 títulos. As oportunidades abertas para aqueles que reuniam algum capital, pecuniário e simbólico – como letrados, detentores de elevada formação educacional (médicos, advogados, engenheiros, professores) e ocupantes dos postos intermediários da administração pública – resultou na expansão dos negócios privados e no espraiamento das experiências com os códigos da cultura letrada⁴³, permitindo que nessas localidades fossem instaladas ou se expandissem tipografias, redações jornalísticas, liceus, escolas, bibliotecas, ateneus e associações de feições e interesses variados cujos iniciadores,

⁴¹ Para a historiadora Cristiane Miyasaka, os subúrbios sofreram uma ocupação popular muito antes das reformas urbanas promovidas no Centro pelo prefeito Pereira Passos, ao contrário de análises anteriores que consideravam as tarifas cobradas pela linha do subúrbio muito altas para o bolso do trabalhador de menor renda. A análise dos dados dos censos de 1890 e 1906 evidenciou que o aumento populacional verificado nas freguesias suburbanas mais próximas do centro - Inhaúma e Irajá - se deu, em grande medida, pela maior presença de trabalhadores. Entre 1890 e 1906, Inhaúma apresentou o maior crescimento populacional (293%), seguido pela freguesia de Irajá (109%). Os dados sobre a ocupação profissional dos habitantes da Freguesia de Inhaúma presentes nos Recenseamentos do Rio de Janeiro, em 1890, mostram que 39% dessa população trabalhavam no serviço doméstico; 23% exerciam atividades nas indústrias, 16% sobreviviam do trabalho agrícola e 14% eram empregados no comércio. Em 1906, o percentual de trabalhadores das indústrias sofreu um aumento significativo, passando para 32% da população de Inhaúma; em seguida, totalizando 27%, estavam os trabalhadores braçais, jornaleiros ou aqueles com profissão mal definida. Os empregados domésticos correspondiam a 24% dos ocupados, os do comércio 8% e os profissionais liberais não passavam de 1% dos residentes de Inhaúma. Para maiores informações sobre o perfil dos habitantes dos subúrbios, conferir em: MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Dissertação de Mestrado em História, UNICAMP, 2008, p.49.

⁴²SERFATY, Elaina Reieli Cirilo. *Pelo trem dos subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870-1906)*. Dissertação de Mestrado em História, PUC/RJ, 2017, p. 46; pp. 61-62 e pp. 72-73.

⁴³ CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana -1890/1915*. São Paulo, Educ./FAPESP/APESP/Imprensa Oficial, 2000, p. 42.

incentivadores, organizadores e militantes compuseram aquele que tão orgulhosamente Pinto Machado chamou de o “inteligente meio suburbano”.

Ele e Xavier Pinheiro eram apenas alguns dos nomes que se destacaram nesse campo. Homens como Eduardo e Benjamin Magalhães, José Roberto Vieira de Mello, Ernesto Mattoso, Luiz Anesi, Henrique Dias da Cruz, Américo e Ricardo de Albuquerque, Elzio Maia, Mariano Garcia, dentre outros, – com origens, formações e ocupações profissionais distintas –, compartilhavam do mesmo desejo de se tornarem colaboradores, editores, redatores, diretores e uns, até mesmo, donos de jornais, revistas e almanaques, de maneira que se reconheciam e foram reconhecidos por frações dos segmentos mais abastados dos subúrbios, e mesmo por certos segmentos populares, como importantes lideranças em prol da luta pelos melhoramentos moral e material das zonas suburbanas⁴⁴. Ao mapear suas trajetórias na imprensa, percebi a força de alguns nomes, que ao longo do período pesquisado exerceram funções variadas em diversos periódicos, e cuja militância em outros espaços coletivos revelou a emergência de uma intrincada rede de comunicação social nos subúrbios, cuja constituição data dos anos iniciais do século XX e vai até o final dos anos 1910. Por isso, aprofundi a análise em torno das experiências de um grupo de jornalistas – Xavier Pinheiro, José Roberto

⁴⁴Numa cidade que exercia a função de principal polo irradiador do poder político e econômico do Brasil desde o período colonial, espaço onde se concentrava a burocracia estatal, era significativo o peso alcançado pelos servidores públicos no quadro geral das profissões. Trabalhando com os dados do censo de 1906 para o Rio de Janeiro, Eulália Lobo identificou o expressivo número de funcionários públicos e profissionais liberais que residiam na cidade: eram 14.946 profissionais liberais, 15.831 integrantes das forças militares e policiais e 14.692 da burocracia estatal. O quadro organizado pelo geógrafo Maurício de Abreu é ainda mais interessante para esta pesquisa, na medida em que, trabalhando com os dados do censo de 1920, monta a distribuição ocupacional da população por freguesias. O primeiro grupo (forças militares e policiais com os empregados na burocracia civil) passou para um total de 54.194 pessoas. Desse total, 20.012, ou 36,9% eram habitantes das freguesias suburbanas (São Cristóvão, Engenho Novo, Méier, Inhaúma, Irajá), disparado o maior percentual da cidade. A inclusão de São Cristóvão e Engenho Novo, considerados distritos urbanos no período, pode induzir o leitor a imaginar que a maioria dos funcionários públicos ali residia. Na realidade, o distrito de Irajá era o que mais concentrava esse grupo, 7.596 pessoas (14,0% do total), seguido pelo de Inhaúma, 6.000 (11,0%), números bem superiores aos de São Cristóvão, 2.398 (4,7%) e Engenho Novo, 2.482 (4,6 %). Evidente que há outros fatores a serem considerados. O Méier já era um distrito que, sozinho, era espaço de moradia para 3.536 pessoas desse grupo (6,5%), número bem significativo que reforça o epíteto que o consagrava como a “capital dos subúrbios”. Em segundo lugar, aparecem as freguesias centrais, totalizando 14.128 (26 %); em seguida, aquelas situadas no eixo Sul da cidade, com 7.853 (14,5%), as do eixo Norte (Engenho Velho, Andaraí e Tijuca), com 7.183 (13,2%). Por fim, as demais freguesias (Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz e as Ilhas) totalizavam 5.018 membros desse grupo, o menor verificado em todo o Distrito Federal. As freguesias que abrigavam a maior percentual de capitalistas e profissionais liberais eram as centrais (8.919, ou 27,6 % do total) e as situadas no eixo Sul da cidade (8.919, 27,6 %), como era de se esperar. Ainda assim, o número revelado pelo censo para as freguesias suburbanas surpreende: 7.178 (22,2 %). Dessa vez, porém, os maiores números se encontram em Engenho Novo (1.948, 6%), Méier (1.818, 5,6 %) e São Cristóvão (1.530, 4,7 %), seguidos por Irajá (1.195, 3,7 %) e Inhaúma (687, 2,1 %). Conferir em: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, pp. 501-502; ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008, p.85.

Vieira de Mello, Pinto Machado, Mariano Garcia e os irmãos Eduardo e Benjamin Magalhães –, que se destacou ao longo do período pelo envolvimento com a criação ou direção de vários periódicos suburbanos, seções ou colunas na imprensa empresarial, assim como na ativa militância em associações e campanhas públicas diversas.

No transcorrer da primeira década, José Antônio Xavier Pinheiro se destacou como um dos mais prestigiados nomes do periodismo suburbano por causa de sua participação na condução de empresa responsável pela edição daquele que foi o mais longo jornal dos anos 1900: *O Subúrbio: Jornal Independente, Noticioso, Literário e Consagrado aos interesses locais* (Imagem I). De periodicidade semanal, e com redação na Rua Matheus, nº 1, na Estação do Méier, circulou em dois momentos distintos: entre 1903- 1905 e na segunda fase entre 1907 e 1911⁴⁵. De início, foi propriedade da J. Vigier & C, tendo como sócios o deputado federal e capitão do exército Américo Albuquerque, o funcionário da EFCB e seu irmão, José Ricardo de Albuquerque, além do suplente de polícia na 12ª circunscrição policial (Méier)⁴⁶ e 2º Oficial da Secretaria do Conselho Municipal, Xavier Pinheiro⁴⁷. Anos depois, entre 1907-1911, o mesmo se tornaria proprietário, administrador e diretor do jornal, tendo ao seu lado na redação o oficial da Polícia, Cruz Sobrinho (redator-chefe) e seus antigos sócios, que ocuparam os cargos de redatores, juntamente com o médico Joaquim Tanajura, Henrique de Magalhães e Dr. Ataliba Reis.

⁴⁵O acervo da Biblioteca Nacional contém edições que vão de Julho de 1907 (4ª edição) até Dezembro de 1908 (74ª edição).

⁴⁶“Suplentes de delegados”. *Almanaque da Gazeta de Notícias para o ano 1903*, Rio de Janeiro, pp.77.

⁴⁷“Secretaria do Conselho Municipal”. *Almanaque da Gazeta de Notícias para o ano 1903*, Rio de Janeiro, p. 513.



Imagem I: O Subúrbio, Méier, edição 11.07.1908, p.1.

Apesar da vida longa, as dificuldades para manutenção d' *O Subúrbio* eram grandes não apenas por falta de anunciantes e recursos financeiros como pela necessidade de Xavier Pinheiro acumular, em alguns momentos, várias funções "redator, o secretário, o revisor, o gerente, o agenciador" durante quatro anos⁴⁸. Com o desaparecimento de *O Subúrbio*, Xavier Pinheiro acumulou rápida passagem como repórter suburbano do *Jornal do Comércio*⁴⁹; trabalhou no *Diário Oficial*⁵⁰; dirigiu a

⁴⁸ "O Subúrbio". *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição n. 09409, de 10 de julho de 1910, p. 6.

⁴⁹ *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição n. 09240, de 21 de janeiro de 1910, p. 3. Xavier Pinheiro também representava o *Jornal do Comércio* nos subúrbios. *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição n. 09382, de 13 de junho de 1910, p. 5.

⁵⁰ *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição n. 10476, de 13 de junho de 1913.

*Gazeta Municipal*⁵¹; tornou-se redator-chefe da *Revista do Centro Acadêmico Rivadávia Correa* em 1913⁵², diretor da seção suburbana d' *O Paiz* em 1918, da *Gazeta Suburbana* em 1917⁵³, além de seu crítico literário entre 1919-1920.

A *Gazeta Suburbana*, aliás, foi um dos títulos mais longevos no mercado de notícias suburbano e iniciou sua circulação na cidade na década de 1880⁵⁴. Em 1910, já com novos donos e outra equipe de redatores, saiu com a pretensão de ser um *Semanário Crítico, Noticioso, Dedicado aos interesses da zona suburbana* (Imagem II). A sua redação mudou de endereço ao longo do tempo, mas jamais deixou de estar localizada em uma área bem circunscrita do subúrbio da Central: a primeira estava situada na Rua José Bonifácio, 52, Todos os Santos; em seguida se mudou para a Rua Dr. Bulhões, 11, Engenho de Dentro; em 1919 foi para a Rua Lia Barbosa, 13, Méier e, por fim, para a Rua Amaro Cavalcanti, 13, também no Méier. A Sociedade Anônima proprietária da folha estava a cargo, entre 1910 e 1911, de Ernesto Mattoso, J. Luiz Anesi e Alcebiades A. Mello. O primeiro era teatrólogo e jornalista, tendo sido redator da *Revista Cruzeiro* e colaborador da *Gazeta da Tarde*, onde assinou, em 1886, artigos sob o pseudônimo de *Zutt*⁵⁵. O segundo era redator da seção suburbana do jornal católico *O Universo* e ao longo dos anos se tornou o principal diretor da *Gazeta Suburbana*. Entre 1917 e 1920, no entanto, o jornal foi dirigido por Xavier Pinheiro, Manfredo Liberal (até novembro 1919) e José R. Vieira de Mello (Nov.1919-1920)⁵⁶.

⁵¹ *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição n. 10725, de 1914.

⁵² *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição n. 10469, de 6 de junho de 1913.

⁵³ *O Paiz*, Rio de Janeiro, Edição n. 11769, de 27 de dezembro de 1916, p. 6.

⁵⁴ Foi o primeiro jornal carregando no título um termo derivado da palavra “subúrbio”. A *Gazeta Suburbana: folha recreativa, noticiosa e de interesses locais* foi fundada em 1883 e possuía redação na Rua do Hospício, 149-151, no Centro. No topo do jornal, no entanto, vinha estampado o bairro de Todos os Santos, localidade onde viviam os fundadores do jornal, Júlio de Moura, Alberto Ourique e Américo Pires. Em 1885 a folha passou a ser controlada por Coriolano de Oliveira.

⁵⁵ Mattoso, Ernesto. *Cousas do Meu Tempo (reminiscências)*. Boudeaux, Imprimeries Gounouilhou, 1916, p.325.

⁵⁶ Apesar de a *Gazeta Suburbana* ter circulado ao menos até 1921 as edições preservadas no acervo da Biblioteca Nacional abarcam os anos de 1910 e 1911 e de 1919-1920.

GAZETA SUBURBANA

Semanário Crítico, Literário, Noticioso, Dedicado aos interesses da zona suburbana — Propriedade de uma sociedade anônima

ANNO I

Todos os Santos, (Capital Federal) 22 de Setembro de 1910

NUMERO 5

EXPEDIENTE

Redacção: Rua S. João, 100.

Administrador: Sr. João de Deus.

Proprietários: Sr. João de Deus e Sr. Manuel de Jesus.

Anno 1910 — Semestre 28000

Numero avulsos 100 rs.

As assignaturas començam e terminam em qualquer tempo e não pagam subscrição.

Toda a correspondência deve ser enviada á Redacção da Gazeta Suburbana. Não José Botelho 32

Todos os Santos.

Aviso — Não recebemos de nada além a correspondência que nos faça pelo correio sem o respectivo selo.

Pelo Suburbio

Dadas as condições em que vivemos todos os suburbanos não é apenas um direito sendo dever imperativo a luta em que nos devemos empenhar pela hygiene do alorionado suburbano. Certo, o emente profeta do distrito federal já se tom occupado de mais de uma necessidade da zona suburbana (Obrigo de frente as nossas ruas, os nossos jardins...)

É, portanto, ao lugar as primeiras palavras deste artigo me dominava de um modo a espírito não apenas o direito, mas o dever imperativo que me cabe, como a qualquer suburbano, de lutar pela sorte do que, com a terra, se desmancha. Mattos — Grossos.

Carta Aberta

AO EX. SR. DR. SEREDELLO CERRA

PROFESSOR DE DIREITO CONSTITUCIONAL

FOUNDEIRO

EX. SR. DR. SEREDELLO CERRA

Anjo da Guarda

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Quando vieres de fora, quando vieres de fora, quando vieres de fora...

Porem a vida desses suburbanos de que se trata o artigo de hoje, e a vida de quem vive na zona suburbana... *Plavio Guimaraes*

22 de Setembro
Ha um anno que, muita de propaganda publicas... *Plavio Guimaraes*

Ha um anno que, muita de propaganda publicas... *Plavio Guimaraes*

Ha um anno que, muita de propaganda publicas... *Plavio Guimaraes*

Ha um anno que, muita de propaganda publicas... *Plavio Guimaraes*

Ha um anno que, muita de propaganda publicas... *Plavio Guimaraes*

Ha um anno que, muita de propaganda publicas... *Plavio Guimaraes*

Ha um anno que, muita de propaganda publicas... *Plavio Guimaraes*

Ha um anno que, muita de propaganda publicas... *Plavio Guimaraes*

Ha um anno que, muita de propaganda publicas... *Plavio Guimaraes*

Ha um anno que, muita de propaganda publicas... *Plavio Guimaraes*

Imagem II: Gazeta Suburbana, Todos os Santos, edição 22.09.1910, p.1.

Quando assumiu a direção da semanal do Méier, o jornalista Vieira de Mello, como era conhecido, acumulava experiências tanto na direção de jornais e revistas - *Reflexo Suburbano* (1907), *O Palmuro*: *órgão da Palestra Literária* (1910) e *O Repórter* (1911), como na de redator da seção suburbana do diário *Correio da Noite* e de diretor-proprietário de uma *Revista Suburbana* (1918), com redação instalada na Rua Barão do Bom Retiro, nº 5, Engenho Novo. Um dos colaboradores da folha, responsável pela redação da seção destinada ao operariado, era Pinto Machado, com quem o jornalista há muito havia estreitado os laços.

Português de nascimento, o ex-operário tecelão e gráfico Pinto Machado iniciou sua carreira jornalística no Rio de Janeiro no jornal *A União Operária* órgão oficial da

União Operária do Engenho de Dentro (1903-1909), presidida por ele entre 1903 e 1909. Ao longo dos anos, porém, foi se estabelecendo como jornalista suburbano, fosse através da direção de títulos dessa imprensa (*Reflexo Suburbano*, 1907; e *Echo Suburbano*, 1911-1920); como colaborador (seção “Pelo Operariado”, da *Revista Suburbana*, 1918; *Brasil Moderno*, anos 1920) ou ainda como redator das seções suburbanas criadas pelos diários de feição empresarial (seção “Subúrbios” d’ *A Tribuna*, 1907-1911; “Subúrbios e Arrabaldes”, da *Gazeta da Tarde*, 1913; “O Subúrbio”, ao lado de Xavier Pinheiro n’ *O Paiz*, 1917; seção “Vida Suburbana”, d’ *O Jornal*, anos 1920). Ao seu lado na condução do movimento operário e na imprensa estava o cigarreiro socialista Mariano Garcia, que apesar de menos associado ao jornalismo suburbano, participou de diversas campanhas em prol dos subúrbios e dos trabalhadores que ali viviam. Foi colaborador de seções como “O Subúrbio”, d’ *O País* (1917) e “Gazeta Operária”, da *Gazeta Suburbana* em 1920.

Para Pinto Machado, em especial, o prestígio acumulado ao longo da primeira década já lhe permitia viver da pena enquanto jornalista associado à defesa das causas operária e suburbana. Se não bastasse, as relações políticas que estabeleceu ao longo do tempo o levaram a ocupar postos da administração pública, como coronel da Guarda Nacional, 2º suplente de polícia do 25º distrito e administrador da *Vila Proletária Marechal Hermes*. Ao aceitar o convite de J. Cardoso para compor a equipe do *Echo Suburbano* em 1911 (Imagem III), ele se tornou um dos jornalistas que por mais tempo acumulou a direção de um periódico dessa imprensa: nove anos ao todo. Com redações localizadas sempre em Madureira (entre 1910 e 1911 esteve nas ruas Araújo, nº 1; e em diferentes números da Rua Marechal Rangel), a folha se tornou a principal referência noticiosa do distrito de Irajá, onde trabalharam nomes como o advogado Victorino Tosta (Gerente), João De Wilton Morgado (Secretário), Manoel Simas (diretor antes da chegada de Pinto Machado)⁵⁷.

⁵⁷As edições do *Echo Suburbano* preservadas na Biblioteca Nacional abarcam apenas o período entre Abril e Dezembro de 1911.



Imagem III: *Echo Suburbano*, Madureira, edição 24.04.1911, p.1.

Mas, dentre todos os títulos da imprensa suburbana, o de circulação mais longeva foi *O Suburbano* (Imagem IV), fundado pelos irmãos Eduardo Pedroso Alves Magalhães e Benjamin Magalhães em 1914 na localidade de Sampaio, no distrito do Engenho Novo. Ao longo do tempo, a redação e oficinas estiveram instaladas na Rua Vinte e Quatro de Maio, primeiro no número 413 e depois no nº 645. Segundo informações recolhidas em documentação do Arquivo Nacional, o tenente e tipógrafo Eduardo Magalhães e o advogado criminal Benjamin Magalhães o controlaram até pelo menos 1941⁵⁸. Eduardo Magalhães iniciou sua carreira jornalística como colaborador do

⁵⁸O decreto que regulamentou a “liberdade de imprensa” em 1923 definia que as oficinas impressoras, jornais e outros periódicos eram obrigados a matricular em um livro de registros mantido por cartório no Registro de Títulos e Documentos do Distrito Federal, do território do Acre e dos

Progresso Suburbano (Piedade, 1902); tornou-se gerente d' *O Subúrbio*, redator da revista *O Teatro*, e, com o avançar dos anos 1910, se consolidou nessa atividade ao dirigir o *Almanaque Suburbano* nos anos 1911 e 1912⁵⁹; e ao redigir, ao lado irmão, a seção “Nos Subúrbios” do diário *A Época* entre 1912 e 1917.

Ao esquadrihar as trajetórias dos principais jornalistas da imprensa suburbana, conclui-se que aqueles que se firmaram nesse mercado residiam em um trecho muito específico dos subúrbios: o que vai de Sampaio, no distrito de Engenho Novo, até Madureira, no de Irajá, atravessado por bairros do distrito de Inhaúma, como Engenho de Dentro, Piedade, Quintino e Cascadura, todos às margens da EFCB. O mapeamento da formação e ocupações profissionais tanto deles quanto dos inúmeros colaboradores dos periódicos que criaram revela a forte presença de integrantes das camadas médias, especialmente funcionários públicos, civis e militares, e profissionais liberais, muitos dos quais proprietários com negócios estabelecidos na região, bem como militantes profissionais do movimento operário. Fator de prestígio social, a formação em Direito, a princípio apenas compartilhada por Benjamin Magalhães e Victorino Tosta, tornou-se elemento de distinção também para Xavier Pinheiro (formado em 1916) e Pinto Machado (graduado em 1922), que assim adentraram no seletivo grupo de bacharéis da cidade.

Ainda que alguns tenham conquistado posições na imprensa empresarial, suas breves biografias demonstram que para aqueles que desejavam exercer funções intelectuais a vida não se resumia aos cargos oferecidos pelas empresas jornalísticas de maior projeção da cidade. Ambiciosos, transitavam por essa rede de pequenos, e nem tanto, jornais suburbanos esperançosos em conquistar a respeitabilidade do público, condição vista como indispensável para qualificarem a palavra impressa associada aos seus nomes. A busca por prestígio visava capacitá-los para o exercício do jornalismo através do qual militavam a favor de várias causas e entidades e tentavam conduzir a opinião de uma faixa de seu público. A minuciosa pesquisa conduzida por Marialva Barbosa sobre os jornalistas da imprensa comercial permitiu identificar que, entre os dirigentes, prevalecia homens oriundos de famílias ligadas a grandes fazendeiros, advogados, médicos, engenheiros e funcionários do alto escalão estatal. Os que desempenhavam funções medianas nas redações, repórteres e redatores,

Estados. No livro deviam constar as seguintes informações: nome, residência, nacionalidade, folha corrida do dono da oficina, além do endereço da sede administrativa. Decreto nº 4.743, de 31 de Outubro de 1923. “Matricula de oficinas impressoras, jornais e outros periódicos”, Rio de Janeiro, 1924.

⁵⁹ *Almanaque Suburbano para o ano de 1911*, Sampaio, 1912.

compartilhariam uma trajetória profissional em comum, o do jovem acadêmico que complementava sua renda escrevendo para os jornais e revistas⁶⁰.

O fato de esses jovens viverem em um período onde as chances de ingresso na carreira são maiores constitui, por si só, uma mudança significativa em relação à geração de letrados que os antecederam. Para Heloísa de Faria Cruz, o alargamento social da prática jornalística em São Paulo foi fruto da cidade que se expandia e se transformava, onde novos grupos sociais eram elevados à condição de leitores e produtores de textos impressos. Com isso, as redações surgidas pelos diversos cantos da cidade passaram a congregar:

(...) além da elite masculina dos políticos-doutores-literatos, outros grupos sociais, como imigrantes, mulheres cultas da elite, camadas intermediárias letradas, professores, escritoras, caixeiros, funcionários burocráticos, tipógrafos e linotipistas – e também outros trabalhadores urbanos⁶¹.

Os periódicos criados nos subúrbios cariocas, ainda que não contassem com redações estruturadas sob uma complexa estrutura hierárquica e infraestrutura de porte, como os dos grandes diários do período, reproduziam, em grande medida, as características dos seus congêneres da imprensa empresarial. Em “Nas Margens” destaquei as formas de financiamento e as estratégias de circulação adotadas por essas folhas, como a adoção da política de assinaturas e de vendas avulsas em diferentes pontos dos bairros e a negociação de espaço publicitário, alimentada pela atuação de uma extensa rede de representantes espalhados subúrbios à dentro⁶². A linha editorial seguia em grande medida as mudanças então em curso na imprensa brasileira, cuja principal característica era o enfoque dado ao noticiário, com sua miríade de seções voltadas para segmentos específicos da população e suas múltiplas formas de experimentar a vida numa cidade que se massificava.

Mesmo seguindo a tendência ditada pelas grandes empresas do mercado, o objetivo primeiro desses homens ao exercerem o jornalismo era garantir espaço na esfera pública para as suas opiniões e avaliações sobre a realidade, materializando-as em papel e tinta. Por isso davam importância ao artigo de fundo – espaço que abria o jornal destinado à publicação de textos geralmente escritos por seus diretores e articulistas mais notáveis – proporcionavam generosa abertura para a opinião de seus

⁶⁰ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010, p.144-148.

⁶¹ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida*, op. cit., pp. 80-81.

⁶² MENDONÇA, Leandro Clímaco. *Nas Margens*, op. cit., pp. 69-71.

redatores e colaboradores, e garantiam a visibilidade para a movimentação associativa e política que eles e os demais integrantes de sua rede social conduziam nos subúrbios. Dito de outra maneira, a razão de ser de veículos como *O Subúrbio*, *Gazeta Suburbana*, *Echo Suburbano* e *O Suburbano*, dentre outros, era a atuação marcadamente militante instituída por seus jornalistas, razão pela qual conquistaram o apoio decisivo de setores daquela população, transformados em leitores que abraçaram o sustento desses títulos mediante a aceitação de assinaturas e compra de espaço publicitário.

Mas não eram apenas as pequenas folhas editadas nos subúrbios que disputavam os seus moradores/leitores. Da área central da cidade, centro do poder político e econômico, as grandes empresas do setor também desejavam conquistar as simpatias e bolsos dos leitores suburbanos. Se nas décadas de 1880 e 1890 o noticiário suburbano era ainda uma raridade nos diários de maior circulação, nos vinte anos seguintes tornou-se praticamente uma obrigação ou uma “febre” nas redações e páginas impressas.

Os jornalistas suburbanos souberam se aproveitar desse movimento, tanto que alguns se tornaram os redatores desse “novo” espaço aberto pela imprensa comercial da cidade, no entanto, este jamais substituiu a necessidade que sentiam de controlar seus próprios periódicos nos subúrbios. As razões são várias. Em primeiro lugar, como se verá logo adiante, essas colunas eram irregulares, deixavam de ser publicadas com frequência e o espaço concedido pelo jornal era, na maioria das vezes, pequeno e seu conteúdo era composto por cartas enviadas pelos leitores. A *Gazeta Suburbana* certa vez criticou o formato dessas seções, a sua “uniformidade”, sempre preenchidas por “reclamações” e notas sociais abordando festas de aniversários e casamentos que para o articulista não resultavam em nenhum ganho concreto para aqueles que os acionavam⁶³. Fazer jornalismo era muito mais que isso. A *Revista Suburbana* oferece pistas. Em 1918, o jornalista Sálvio Dias, autor da seção “Pelos Subúrbios”, ao refletir sobre a “imprensa na zona suburbana” reforçou a sua importância, pois “embora modesta, não sabe deter-se, nem mesmo permitida por dificuldades inúmeras, quase insuperáveis”. Por acreditar que a imprensa – “(...) onde quer que levante a tua tenda, é uma força dominante, um aumento de vida e progresso” – intuía que a palavra impressa os permitiria alcançar seus objetivos, na medida em que era ali, “fora do perímetro urbano” onde “grande parte dos nossos jornalistas tem a sua residência, em localidades afastadas do centro”, logo:

⁶³ Joãozinho. “Em ar de conversa”. *Gazeta Suburbana*, Todos os Santos, edição 15.09.1910, p.1.

Os jornalistas que moram nesta (...) zona, aproximados por interesses comuns, quando não fosse por instinto de conservação, deveriam, portanto, em pensamento unidos e com vencedor esforço, despertar os legisladores e governantes municipais (...) ⁶⁴

Os dois testemunhos expõem com nitidez o quão importante e estratégica era a imprensa controlada por eles nos subúrbios. Ao menos com ela e a partir dela é que se sentiam fortes o suficiente para conduzir seus esforços com vistas a cobrar das autoridades sobre as suas necessidades enquanto habitantes dos subúrbios.

O primeiro que buscou se dirigir ao leitor dessa parte da cidade foi o jornal *Diário de Notícias*, responsável pela publicação, entre 1885 e 1888, das “Notas Suburbanas”. Em 1890, foi a vez de *A Tribuna*, que criou a coluna “Fóra de Portas – Revista dos Subúrbios”. Em 1907, o diário a remodelou completamente, lançando “Subúrbios”, que em 1911 era uma seção diária e chegou a ocupar quatro colunas. Anos antes, em 1901, o *Correio da Manhã*, assim que estreou, criou a “Pelos Subúrbios”. Irregular, não preenchia nem uma coluna de texto, e invariavelmente deixava de ser publicada, como em 1902 e 1903. Em 1910, o nome dessa seção foi mudado para “Correio Suburbano” e depois para “Subúrbios e Arrabaldes”. O *Jornal do Brasil* estreou a seção “Subúrbios” em 1906, mas apenas em 1908 se comprometeu a publicá-la com regularidade. Assim como o *Correio*, o espaço era reduzido – menos de uma coluna de texto das dez que preenchiam uma página. No ano seguinte, no entanto, a seção ganhou robustez passando a ocupar mais de uma coluna. Em 1914, mudou o nome para “Notícias dos Subúrbios” (chegou a ocupar uma página inteira, mas era semanal e foi publicada por apenas alguns meses) e, por fim, em 1918, a ainda mais irregular “Nos Subúrbios”. A coluna “O Paiz nos Subúrbios” foi lançada em 1906 e saía diariamente, ocupando duas colunas. Entre 1907 e 1909, *O Paiz* deixou de publicá-la. Na década seguinte, porém, voltou com a coluna, agora sob o título de “Pelos Subúrbios” e em 1918, sob o formato de suplemento, “O Subúrbio” e “Seção Suburbana”. Ainda nos anos 1910 o *Diário de Notícias* lançou o “Diário Suburbano”; *A Época* publicou, entre 1912 e 1917, a “Nos Subúrbios”, frequentemente também chamada de “A Época nos Subúrbios”. O espaço ocupado pela coluna variou ao longo do tempo: de três a quatro colunas no início para apenas uma entre 1916-1917; o *Correio da Noite*, por sua vez, publicou a “Pelos Subúrbios”, modificada em 1914 para “Subúrbios e Arrabaldes”.

⁶⁴Dias, Sálvio. “Pelos Subúrbios”. *Revista Suburbana*, Engenho Novo, edição 15.09.1918, p.2.

Em geral, os jornais diários mantinham uma agência nos subúrbios, e alguns, até mesmo, uma rede de colaboradores, que tinham a função de promover a aproximação das folhas com o público leitor e anunciante nos vários distritos. O responsável pela agência do *Jornal do Brasil* em 1910 se chamava Fausto Benter da Costa e, em 1911, Tenente Sousa Valente. Nesse ano, sua agência central suburbana estava instalada na Rua Manoel Victorino, 169, Engenho de Dentro. A do *Correio da Noite* em 1913 também se situava nessa rua, mas no número 121; N' *A Época*, sua agência mudou de endereço algumas vezes, mas sempre em torno da Estação do Sampaio: primeiro na Rua Engenho Novo, nos números 3 e 15; depois na Rua Anna Nery, 658, Villa Santos Leal e, por fim, Rua Vinte a quatro de Maio, 413. N' *A Tribuna*, em 1911 a população deveria se dirigir para “A Tribuna nos subúrbios – Rua Goiás, 10, Engenho de Dentro”. N' *O Paiz*, em 1918, a sua agência estava situada na Rua Barão do Bom Retiro, n. 5, Engenho Novo.

Com a exceção de Xavier Pinheiro, que dirigiu um suplemento suburbano n' *O Paiz* que estampava seu nome no alto da página, nas demais o comum era manter o anonimato dos responsáveis. Alguns nomes, porém, tornaram-se conhecidos em função das notas e comentários publicados pelos “colegas” em diferentes ocasiões e periódicos. Pinto Machado dirigiu a “Subúrbios” d' *A Tribuna*, José R. Vieira de Mello a “Pelos Subúrbios” do *Correio da Noite* e Eduardo e Benjamin Magalhães a “Nos Subúrbios” d' *A Época*. A presença desses jornalistas na condução do noticiário suburbano nesses diários evidencia a existência de um intercâmbio entre os periódicos suburbanos e os empresariais. O convite para que ocupassem tais postos ocorreu após acumularem experiência com o jornalismo exercitado nos órgãos da imprensa suburbana nos anos 1900. Ao mesmo tempo, ao tornarem-se responsáveis pelas seções sobre os subúrbios nos jornais diários, angariavam ainda mais prestígio enquanto militantes da causa suburbana. Mas, uma vez que atuavam nas duas pontas desse circuito informativo, é possível afirmar que o jornalismo por eles praticado era o mesmo nos dois grupos de veículos? Ou haveria nuances que demarcariam diferenças significativas?

As seções suburbanas criadas pelos maiores diários da cidade nos anos 1900, como *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* eram, basicamente, preenchidas por notas e cartas de leitores contendo denúncias, “queixas e reclamações”, bem como proposições acerca de questões de ordem urbana, em sua maioria, dirigidas contra a Municipalidade. O mesmo interesse mobilizaria os redatores Pinto Machado (*A Tribuna*), Eduardo e Benjamin Magalhães (*A Época*) e Xavier Pinheiro (*O Paiz*). Contudo, a análise desse

material demonstra que seus usos iam muito além da necessidade de se conquistar e/ou fidelizar leitores suburbanos mediante o exercício do papel de intermediários dessa população frente aos poderes públicos, como geralmente os trabalhos no campo da História da Imprensa interpretaram o surgimento de seções desse tipo⁶⁵.

O que buscarei demonstrar é que em nome de uma suposta causa comum suburbana, esse grupo de redatores de seções suburbanas, em consonância com a identidade político-ideológica e interesses eleitorais dos donos dos jornais diários, utilizaram essas colunas como meio estratégico para a articulação de diversas iniciativas na esfera pública.

Publicada desde 1907, a seção suburbana d' *A Tribuna*⁶⁶ redigida por Pinto Machado conseguiu se firmar como um dos mais amplos noticiários desse tipo na imprensa diária, pois ao longo dos anos investiu na contratação de representantes espalhados por diversos bairros que atuavam como correspondentes locais produzindo matérias e cobertura de eventos os mais diversos. A coluna era preenchida por artigo de fundo, que abria o espaço, e um noticiário dividido por bairros/localidades suburbanos – Engenho de Dentro, Madureira, Pavuna, Piedade, Cascadura, Rocha, Encantado, Parada do Colégio, Bonsucesso, Inhaúma, dentre outros – e mesmo por alguns que oficialmente compunham a zona urbana – São Cristóvão, Engenho Novo e Méier – mas que, por possuir elites locais mais articuladas e interessadas em conquistar maiores investimentos públicos para seus bairros, engrossaram o movimento de unidade suburbana constituído por essa imprensa. O investimento d' *A Tribuna* nesse noticiário expressa uma estratégia editorial bem definida: sua direção buscava conquistar os leitores (e eleitores) desse extenso território da cidade⁶⁷. Pouco se sabe sobre o jornal, que não mereceu

⁶⁵ Marialva Barbosa afirma que a criação de seções como essa pelos periódicos tinham como objetivo “criar o hábito de consumo urbano junto a um público mais vasto. Assim, os jornais mais populares são aqueles que se valem, ao mesmo tempo, do prestígio dos literatos e do diálogo permanente com o público leitor. Todos, com maior ou menor destaque, destinam parte de seu espaço às “queixas do povo”, que percebe nos periódicos uma via de acesso possível junto às instâncias de poder”. BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*, op. cit., p.126.

⁶⁶ No acervo da Biblioteca Nacional há edições preservadas para os anos 1890-1891 e 1911. Segundo Nelson Werneck Sodré, o jornal foi fundado em 1889, ainda no Império, como *Tribuna Libérale* se destacou como um ferrenho crítico ao então recente regime republicano. Acochado por pressões do governo de Deodoro da Fonseca, o diário chegou a fechar em dezembro de 1889, retomando sua trajetória em 1890 com novo título, *A Tribuna*. Conferir em: Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, op. cit., p.284. Nesse período, sua redação e oficinas estavam instaladas na Rua do Ouvidor, 31, Centro. No início dos anos 1910, o jornal passou para o número 164 da mesma rua, agora chamada de Coronel Moreira César. Saía, em média, com quatro páginas, divididas em seis colunas. Como os grandes do período, mantinha sistema de assinaturas: capital – 12\$000 / Estados – 16\$000 / estrangeiro – 16\$000 por ano, além de venda avulsa, no valor de 40 réis.

⁶⁷ A seção, uma das maiores do jornal, figurava ao lado de outras como: “Telegramas”: área destinada a publicação de notícias produzidas por agências internacionais, mas também de outras regiões do Brasil;

maiores atenções por parte dos estudiosos da imprensa. Por isso a dificuldade em se obter informações relevantes sobre sua posição no mercado de notícias da cidade (vendagem, formas de circulação, penetração junto a segmentos de leitores, etc). Sobre os controladores, por sua vez, sabe-se que ao longo dos anos 1900 se tornou propriedade de Antônio Azeredo, político com base eleitoral no estado de Mato Grosso, onde se elegeu deputado federal (1891-1893) e senador (1897-1930). No plano federal, era vinculado ao grupo político de Pinheiro Machado⁶⁸, senador que articulou a candidatura vitoriosa do marechal Hermes da Fonseca à Presidência da República. Uma vez eleito naquela que foi a mais acirrada campanha eleitoral da Primeira República⁶⁹, seu governo pôde contar com o apoio incontestado de Antônio Azeredo⁷⁰, que além de proprietário e redator-chefe d' *A Tribuna*, também fora dono de *O Malho* e fundador da *Gazeta da Tarde* e do *Diário de Notícias*.

Pinto Machado, assim como o seu patrão, fora um entusiasta da candidatura de Hermes da Fonseca, e ao longo de seu mandato se firmou como interlocutor privilegiado junto a uma fração do movimento operário e do eleitorado suburbano. Em Irajá, onde mantinha residência, participou da criação da *Junta Pró-Hermes* ao lado de outros jornalistas, e juntos se envolveram na criação de outras entidades associativas, tanto no distrito de Irajá como no de Inhaúma. A função de redator da seção “Subúrbios” se revelou assim estratégica. Através desse espaço, o jornalista divulgava tanto aquelas associações das quais participava – *Comitê Central de Melhoramentos em Irajá*; *Centro Republicano de Irajá* – quanto às demais pelas quais nutria simpatia; informava e convocava para as reuniões, assembleias e eventos promovidos pelos sócios; elogiava seus iniciadores e diretores; noticiava a presença de políticos em suas

“Congresso Nacional”: destinada a publicação de notícias da Câmara e do Senado; “E.F. CENTRAL”: notícias relacionadas ao cotidiano da estrada de ferro; “Registros e Notas”: notícias diversas; “Correios”: notas sobre a administração da repartição pública; “Falecimentos”; “Esportes”; “Notas Policiais”; “Casamentos”; “A Pedidos”; “Anúncios”; “Folhetim d’A Tribuna” (rodapé da página 3); “Teatros”, “Concertos” (programação dos clubes, teatros, cinemas).

⁶⁸ Foi senador da República pelo estado do Rio Grande do Sul entre 1891 e 1915. Segundo Izabel Pimentel da Silva, o político foi muito próximo do presidente Nilo Peçanha, e desempenhou papel decisivo na articulação que garantiu a indicação do marechal Hermes da Fonseca, então ministro do governo Afonso Pena, à Presidência da República. Conferir em: SILVA, Izabel Pimenta. “Pinheiro Machado”. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.

⁶⁹ Nelson Werneck Sodré abordou esse período de agitação nas redações e de que maneira os títulos da imprensa empresarial se posicionaram nessa campanha: “A imprensa dividiu-se, desde o momento em que enfrentando o poderio das forças dominantes, Rui Barbosa decidiu-se a desencadear a campanha civilista: ficaram com ele o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias*, *O Século*, *A Notícia* e *a Careta*; tomaram posição em favor de Hermes da Fonseca, o *Jornal do Comércio*, o *Jornal do Brasil*, *O País*, *A Tribuna*, e mais a *Revista da Semana* e *O Malho* (...)”. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, op. cit., p. 327.

⁷⁰ FANAIA, João Edson. “*Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*”.

dependências, e os cobrava sobre obras e investimentos nas localidades em que residiam. Em épocas de eleição, a seção promovia concursos que cumpriam papel de termômetro eleitoral, dirigindo-se aos leitores para saber quem eles gostariam que os representasse na Câmara dos Deputados ou no Conselho Municipal; e, ainda mais significativo, ressaltava o protagonismo dos leitores ao transformá-los em eleitores dos representantes daquela que iria se tornar a maior campanha pública em prol dos subúrbios organizada na cidade: o *Congresso Suburbano*, toda ela articulada pela seção ao longo da segunda metade de 1911. Em ambos os casos, a coluna publicava junto ao texto um cupom para os leitores sufragarem os nomes de sua preferência e devolvê-los ao jornal. Nos meses seguintes, divulgava os resultados das apurações, revelando as escolhas dos seus leitores/eleitores (Imagem IV).

A TRIBUNA---QUARTA-FEIRA

SUBURBIOS

Concurso eleitoral—Vamos agora a publicação do concurso-consulta, que tem por finalidade avaliar os candidatos que nas futuras eleições deverão representar o mesmo distrito eleitoral dos leitores.

O presente concurso durará até o dia 30 de maio, e os cinco cavalheiros mais votados nos retratos publicados neste Malho serão os candidatos da respectiva biographia.

Concurso eleitoral

Quem deve representar o 2.º distrito eleitoral na Câmara dos Deputados:

.....

.....

.....

.....

.....

O eleitor.....

A Tribuna 27—12—1911.

MATRIMÔNIO—Fizeram-se no dia 20 do corrente, pelos laços matrimoniaes o Sr. Alarico Cardoso, funcionario da Estrada de Ferro Central do Brasil e a senhorita Elias de Almeida.

Testemunharam o acto civil os Srs. Alfredo de Paula Dias, funcionario da marinha, Otavio Mello, funcionario da Estrada de Ferro Central do Brasil e a senhorita Celeste Cardoso, irmã do noivo.

No acto religioso que se realizou na capella do Orphanato de Santo Antonio, foram paronymphos por parte do noivo, o Sr. Alfredo de Paula Dias e por parte da noiva o Dr. Aguiar e Excm. Sra. D. Eugenia Sandoval de Souza Castro.

Assistiram ao acto religioso, as seguintes pessoas: Amelia Cardoso, Georgina de Almeida, Maria das Dores Almeida, mãe do noivo, DD. Françoisa Castrioto, Mile. Carmen Marçilly Moraes, as professoras Polyana Ferrão e Estrella Chaves, Olympia Ferrão, Maria Leite, Adalina, Rosalina e Doralina Guarra e o Sr. José Maria da Silva Braga.

Terminada esta acto religioso, pelo noivo foi oferecido na residencia da Excm. Sra. D. Eugenia Sandoval Castro, um lauto jantar a todos os convivas, tendo em seguida os nubentes embarcado em Casa Lira, ás 7 horas. As noivas da noite, com destino a Palmyra, onde ficaram sua residencia.

Estação Rio de Janeiro de Albuquerque—Realizou-se a 1.º de janeiro a festa de inauguração desta estação, na antiga localidade S. Anchieta. A festa terá todo o realce.

Reatango TIRO BRASILEIRO DO REALENGO—De accordo com o Regulamento das sociedades de tiro confederadas, esta sociedade de desportos nacionaes, no dia 20 do corrente a assembleia geral, para eleição do conselho director que tem de dirigir os seus destinos durante o anno de 1912.

Foi o seguinte o resultado da eleição:

Para presidente: capitão Luiz José Martins Penha, 29 votos; 1.º tenente Aristides Brasil 1 voto; Francisco de Souza, 1 voto.

Para vicepresidente: 1.º tenente honorario João Pimentel da Conceição, 28 votos; 1.º tenente atirador Almerindo Valle de Meirelles, 1 voto; Carlos Gralha, 1 voto; Antonio José Alves, 1 voto.

Para secretario: 2.º tenente atirador Candido de Aguiar Curvello, 29 votos; 1.º tenente atirador Almerindo V. de Meirelles, 1 voto; capitão atirador João Carlos Martins, 1 voto.

Para a honrosaria: 1.º tenente atirador Almerindo V. de Meirelles, 17 votos; Odilão Correia de Albuquerque, 10 votos; Gabriel P. de Campos, 2 votos; capitão atirador João Carlos Martins, 1 voto, e Carlos Amaral, 1 voto.

Director do tiro: 1.º tenente Aristides Brasil, 28 votos; 2.º tenente atirador Candido C. de Aguiar Curvello, 1 voto.

Vogues:

Carlos Gralha, 29 votos; aspirante Patrocínio Costa, 28 votos; capitão atirador João Carlos Martins, 26 votos; capitão Tenorio de Albuquerque, 20 votos; Odilon Correia de Albuquerque, 20 votos; Maximiano Costa, 9 votos; 1.º tenente atirador Almerindo Valle de Meirelles, 8 votos; Honor Alves, Carlos Amaral, Gabriel Campos, capitão Martins Penha, Annibal Amaral, Antonio Ferreira, A. Lara, Francisco Martins de Almeida, Manoel da Silva e 1.º tenente Aristides Brasil, um voto cada um.

Comissão de contos: capitão Heliodoro Amorim, 29 votos; capitão Luiz Bastos Guimarães, 26 votos; capitão José Pereira da Luz, 20 votos; 1.º tenente João P. da Conceição, 1 voto; Annibal Amaral, 2 votos; Carlos Amaral, 1 voto.

Ficou assim constituído o novo conselho de

passado mais uma vez a refeição do Meyer para delicia e satisfação dos suburbanos do Meyer. Em torno á banda de musica que tocava em frente ao quartel estacionavam grupos de moças parvulas, que alegres como sempre animavam aquella verdadeira festa de um domingo exultante mas animadissimo e lindo.

Domingo proximo se repetirá.

SOCIEDADE DANÇANTE E PASTORIL TERNO DO SOL—A 24 do corrente esta estimada sociedade com sede á rua Dr. Dias da Cruz, fez um passeio pelas ruas da Piedade onde foi recebida com demonstrações de apreço pela população local.

O Sr. Pedro José da Silva recebeu muitos applausos.

Falecimento—NASCIMENTO—O Sr. Francisco da Costa Lima e sua Excm. senhora Dona Olympia Lima, tiveram a gentileza de nos comunicar o nascimento a 20 do corrente de mais uma menina que receberá o nome de Judith.

FALLECIMENTO—O Sr. 1.º tenente João Pinto de Faria e sua Excm. esposa Dr. Anna Barreto Pinto de Faria, soffreram o doloroso golpe de perder seu filho Meacyr, fallecido a 24 do corrente.

Nossos paezinhos.

ANNIVERSARIO—A 24 do corrente fez annos a senhorita Françoisa Cordeiro de Oliveira, filha do Sr. capitão Januario Cordeiro de Oliveira, proprietario do Cinema Theatre Piedad.

Eugenio de Deutero—ANNIVERSARIO—A 24 do corrente fez annos a Sr. D. Germana Goulart da Silva, esposa do Sr. Candido da Silva.

No mesmo dia, festejou seu natal o Sr. Victorino Freire, advogado muito estimado.

Anchieta—MELHORAMENTO—O Sr. coronel José Ricardo de Albuquerque, a pedido dos Srs. capitão Henrique Brandão, Carlos de Costa Fontella e Pinto Machado, acaba de conseguir do illustre director da E. F. Central do Brasil a parada naquela estação do trem S. 3.

Madureira—ANNIVERSARIO—Fez annos hontem o Sr. Antonio Palmeira Junior, funcionario postal, que foi muito felicitado por seus collegas e amigos.

Festa—FESTA—A festa religiosa commemorativa do nascimento do Christo foi uma noite solemne, tendo um brilho e realce nunca vistos em festas alli realisadas.

Até alta na noite estiveram no local muitas pessoas, algumas da corte da cidade.

Santa Cruz—CASAMENTO—Realizou-se sabado passado, o enlace matrimonial do Sr. Honorio Barreto com a senhorita Maria de Mello.

Serviram de padrinhos da noiva, o Sr. Alípio Lopes de Oliveira e D. Liberiana Raposo, e do noivo, o Sr. Victor Villon e D. Florença de Souza Villon.

O acto civil realisou-se ás 5 horas da tarde, na residencia da noiva, e o religioso ás 6 horas, na matriz da Conceição, em Santa Cruz.

As 7 horas da noite, foi servido lauto banquete.

Em seguida dançou-se animadamente até alta madrugada.

Entre o grande numero de pessoas presentes, vimos:

Srs.: DD. Françoisa Pimentel, Liberalina Raposo, Florença de Souza Villon, Antonietta Ribeiro, Luiza de Mello Fernandes, Alzira Barreto, Herminia de Mello, Philomena Alves, Julianna Jurema, Ferraniles, Josephina Kaiser, Joana de Almeida, Josephina Siqueira, Judith Pires, Guillermina Farias Rodrigues, Christina de Oliveira, Helena Campos, Altamira Motta, Marietta Dutra, Irem Gomes Pereira, Eydia de Mello, Hilda Raposo, Otília Gomes Pereira, Maria Dolores Gonçalves, Marianna Rosa, Belmira Esteves de Farias, Marietta Correira, Emilianna Pereira, Carmen Coelho de Souza, Helena de Mello, Annita Coelho de Souza, Luiza de Mello, Amélia da Costa Leite, Guillermina de Mello, Arnobio de Oliveira, Maria Luiza de Araújo, Maria da Luz Pacheco, Mathilde da

Imagem IV: Detalhe da seção “Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 27.12.1911, p.3.

Iniciativas como essa revelam que a seção “Subúrbios” n’ *A Tribuna* privilegiava dialogar com uma fração diminuta, porém muito influente, da população suburbana: os homens letrados e eleitores. Estes, ainda que relativamente não fossem muitos, constituíam um contingente considerável na cidade, muitos dos quais habitando os subúrbios, faixa de expansão urbana da capital-metrópole. Nesse campo de disputa, Pinto Machado tinha lado: era um “hermista” e simpático à gestão do prefeito nomeado pelo presidente, Barata Ribeiro (1910-1914). Isso sinaliza que, ao menos n’ *A Tribuna*, o noticiário em nome dos subúrbios referendou os novos inquilinos do poder, vistos como abertos às demandas de uma pretensa comunidade suburbana, ao mesmo tempo em que serviu como espaço privilegiado para o jornalista articular ações em prol dos subúrbios onde ele e seus companheiros iam se instituindo enquanto mediadores qualificados para o tipo de negociação política capaz de garantir-lhes as obras e os investimentos que almejavam para os territórios em que habitavam e diziam representar.

Assim como n’ *A Tribuna*, o noticiário suburbano d’*A Época* não apenas expressou a identidade político-ideológica dos seus proprietários e redatores, como se tornou um meio fundamental para a articulação dos seus projetos político-eleitorais e de intervenção na cidade. O jornal, fundado em 1912, era propriedade de uma Sociedade Anônima controlada por Vicente Piragibe, J. B. da Câmara e Vicente de Ouro Preto, também diretores do diário em sua fase inicial⁷¹. Dentre os sócios, o mais destacado foi Vicente Piragibe⁷² e sua carreira jornalística teve início no jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio. Posteriormente, atuou como redator d’ *A Imprensa*, então dirigida por Rui Barbosa, e no *Correio da Manhã*, onde trabalhou desde a sua primeira edição. Ao longo desse período, ganhou a confiança de Edmundo Bittencourt, dono e diretor da folha, de onde apenas saiu para, também ele, adentrar para o seletivo grupo dos donos de

⁷¹As edições d’*A Época* preservadas no acervo da Biblioteca Nacional abrangem todo o período em que circulou, entre 1912 e 1919. Entre 1913 e 1918, a direção geral do jornal coube apenas a Vicente Piragibe, indício de que se tornou o único proprietário. Em 1918, o jornalista passou a empresa para P. D’ Almeida Godinho. Ao longo do tempo, sua redação e oficinas ocuparam dois endereços: ente 1912 e 1914 a Avenida Rio Branco, 151, e depois a Rua do Rosário, 139. Saía, em média, com 8 páginas, cada uma dividida em sete colunas. Trabalhou com assinaturas anuais e semestrais. A primeira custava 30\$000 e a segunda 18\$000. Para o estrangeiro, os valores sofriam acréscimo de 50%.

⁷²Sobre Vicente Piragibe, conferir nota biográfica escrita por Izabel Pimentel da Silva em: ABREU, Alzira Alves de (coord. Geral). *Dicionário histórico biográfico da Primeira República, 1889-1930*. [Recurso Eletrônico]. FGV, 2015.

jornais de circulação diária na cidade. Primeiro com a *Folha do Dia*, e depois com *A Época*.

Nas eleições presidenciais de 1910, o jornalista Vicente Piragibe se posicionou a favor do candidato Rui Barbosa, mesma postura assumida por Edmundo Bittencourt, seu mentor e principal referência no jornalismo. Com a derrota do jurista baiano, transformou sua folha em tribuna oposicionista, privilegiando em seu noticiário artigos e matérias daqueles que, como ele, associava o governo de Hermes da Fonseca a uma ditadura. Para a realização do noticiário suburbano, Piragibe contratou os irmãos Eduardo e Benjamin Magalhães, também eles críticos do marechal. Nos anos que se seguiram, o Distrito Federal seria marcado por uma conjuntura de forte agitação política. A crise da carestia se tornou aguda entre 1913 e 1918, mobilizando entidades de trabalhadores a organizarem dezenas de comícios públicos que levaram milhares às ruas. Nos centros mais populosos da cidade, agudizava-se o sentimento de sua gente de que eram portadores de certos direitos enquanto cidadãos. Para o diretor-proprietário d' *A Época* e seus redatores do noticiário suburbano, a conjuntura era propícia para ampliarem os papéis de mediadores sociais que procuravam assumir. A coluna “Nos Subúrbios” tornava-se, assim, um canal estratégico de negociação e disputa política⁷³.

Através dela, seus redatores garantiram espaço para promover e repercutir as ações articuladas por uma agremiação política criada por eles próprios nos subúrbios (*Concentração Republicana Suburbana*), responsável pela condução de comícios de cunho eleitoral dedicados a eleger Benjamin Magalhães intendente municipal e a reeleger Vicente Piragibe deputado federal no pleito de 1917 (Imagem V); aconselhar seus leitores nos pleitos eleitorais a partir do elogio público dos candidatos de sua preferência e da difamação de seus oponentes, buscando dirigir seus votos; acompanhar o cotidiano de algumas associações criadas nos subúrbios, em especial as recreativas e pró-melhoramentos – *Centro Suburbano*, *Centro Triangular Progressista*, *Inhaumense Clube*, *Democrata Clube* –; divulgar as ações conduzidas por entidades da classe proprietária ligadas ao comércio suburbano da cidade – *Associação Beneficente Comercial Suburbana* e *Sociedade União Comercial Suburbana* –, legitimando suas

⁷³O jornal ainda publicava as seguintes seções: “Notas avulsas”; “Política Exterior”; “Coluna Operária”, assinada por Mariano Garcia (entre 1912 e 1913); “Cousas Portuguesas”; “Crônica Esotérica”, assinada por Barão Ergonte; “Congresso Nacional”; “Conselho Municipal”; “Ecos Sociais” (aniversários, casamentos, nascimentos, festas, batizados, etc); “Telegramas” (notícias dos estados brasileiros e do estrangeiro); “Coisas do Teatro”, assinado por A.; “Despacho Coletivo” (contém a publicação de decretos da presidência da República e de ministérios); “Forças Armadas”; “Esporte”; “Comércio, Indústria e Lavoura”; “Alfândega”; “Córte e Recórtes” (crônicas); e “Folhetim d’A Época”.

pautas; publicizar as medidas por eles adotadas frente aos poderes públicos municipais enquanto sócios dessas mesmas associações, corroborando para o fortalecimento de suas figuras públicas enquanto porta-vozes e intérpretes desses grupos na imprensa; propagandear as ações de uma campanha pública em defesa do pequeno lavrador da cidade (*Comitê de Propaganda e Ação Pró Pequena Lavoura*) na qual participaram ativamente entre 1917 e 1918.

Para o diretor-proprietário Vicente Piragibe, o noticiário suburbano d' *A Época* era estratégico para as posições que assumia no tabuleiro do campo político carioca, pois contava nos subúrbios com prepostos que atuavam para referendar seu nome entre diferentes segmentos sociais (comerciantes, camadas médias, lavradores, operários). Ainda que fossem proprietários e compusessem os quadros de associações da classe proprietária, Eduardo e Benjamin Magalhães se dispuseram a falar, também, em nome do operariado, em especial os que trabalhavam para empresas do Estado, contingente que compôs uma fração dos eleitores que vinham sufragando o dono d' *A Época* como representante do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados. Na prática, a coluna suburbana oferecia ao político a oportunidade de dialogar com esse eleitorado, o permitindo posicionar-se sobre questões sensíveis de interesse dos segmentos que compunham sua base eleitoral.



Imagem V: “Nos Subúrbios”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 5.9.1916, p.6.

Por fim, ao longo de 1918 Xavier Pinheiro tornou-se diretor do único suplemento suburbano já publicado na imprensa empresarial da cidade no período. Intitulado *O Subúrbio*⁷⁴ (Imagem VI), foi publicado n’ *O Paiz* e estava disponível apenas para aqueles que o assinassem (3\$000 pela assinatura mensal). O conteúdo era preenchido por colunas de periodicidade diária, como “Indicador Suburbano” – contendo anúncios negociados diretamente no escritório da sucursal, no Engenho Novo –, “Vida Social” e “Clubes, Teatros e Cinemas” (Imagem VII), e outras irregulares, como “Pelo Operariado”, “Pela Zona Rural” – com artigos assinados por Itagy, pseudônimo criado por Pinto Machado – e “O Meu Dia”, assinado por José R. Vieira de

⁷⁴ O suplemento circulou sob a direção de Xavier Pinheiro entre Março e Julho de 1918. Em Maio passou a se chamar “Seção Suburbana”.

Mello⁷⁵. Benjamin Magalhães, Ângelo Tavares, João Câncio e Satanelo completavam o time de colaboradores fixos do suplemento, que ainda publicava cartas enviadas por leitores, alguns ilustres, como Mariano Garcia.

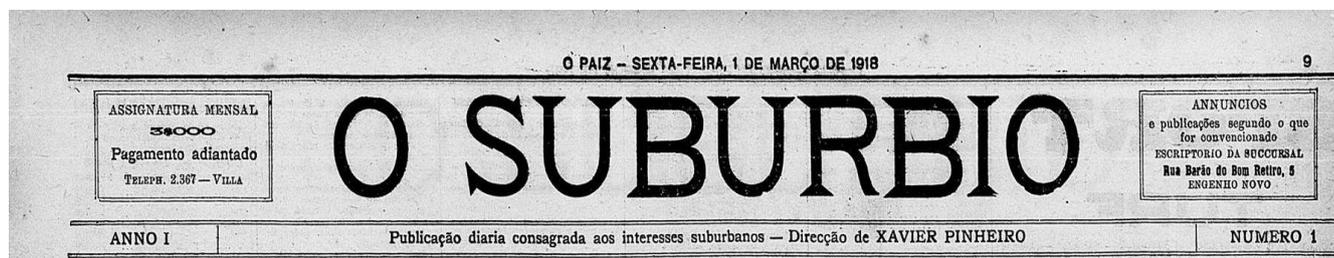


Imagem VI: Detalhe da seção “O Subúrbio”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 1.03.1918, p.9.

No final dos anos 1910, o diário de João Lage vivia uma situação bem distinta daquela experimentada no alvorecer do século. O período de apogeu que permitiu ao português construir um dos mais suntuosos edifícios na reluzente Avenida Central havia ficado para trás. Apesar do estreito vínculo que estabeleceu com o poder político, que nas palavras de Marialva Barbosa o permitiu viver “das benesses do poder público e do que recebia em troca de apoio explícito, aos dirigentes, seja estaduais, municipais ou nacionais”⁷⁶, o jornal vinha atravessando grave crise financeira no final daquele decênio. Longe da popularidade usufruída por matutinos como *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, cuja política editorial voltada para a conquista de leitores de todas as classes sociais havia sido mais consistente, *O Paiz* passou a conviver com quedas sucessivas de suas tiragens e viu cristalizar na esfera pública a fama de folha visceralmente governista⁷⁷. É nesse contexto que sua direção negocia com Xavier Pinheiro a direção do suplemento devotado aos subúrbios. Simpático às administrações Venceslau Brás e Amaro Cavalcanti (prefeito do DF), além de nome prestigiado entre os segmentos mais abastados dos subúrbios, a pena oficialista do jornalista caía como

⁷⁵ O jornal ainda possuía as seguintes seções: “Pela Política”; “Atualidades” (charges publicadas, em geral, na primeira página); “Ecos e Fatos”; “Vida Social” (concertos, casamentos, festas, missas, enfermos, falecimentos, banquetes, visitas, viajantes, aniversários, espetáculos). Essa seção chegava a ocupar uma página inteira; “Agricultura, comércio e indústria”; “Cinematógrafos”; “Queixas e reclamações”; “Secção portuguesa”; “Casos de policia”; “Coluna Operária”, assinada por Mariano Garcia; “Congresso Nacional”; “Estrada de Ferro Central”; “Alfandega”; “Prefeitura do Distrito Federal”; “Livros Novos”; “Noticias da Prefeitura”; “Interior”; “O Paiz nos Estados”.

⁷⁶ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*, op. cit., p.46.

⁷⁷ Idem, p.47.

uma luva para um veículo altamente endividado cuja sobrevivência dependia, em grande medida, da venda, para os governos, de generoso espaço publicitário voltado para a publicação dos seus Atos Oficiais.

Em um período fortemente marcado pela tensão social na cidade por causa da crise da carestia, a página tornou-se estratégica por abrigar os principais nomes da intelectualidade suburbana e suas teses para a saída da crise; por noticiar o cotidiano e amparar as pautas e demandas dos sócios da *Associação Comercial Suburbana* e demais associações criadas por proprietários locais em prol dos melhoramentos e voltadas para a arregimentação política, como *Centro Melhoramentos Progresso em Inharajá*, *Centro Melhoramentos em Anchieta*, *Centro Triangular Progressista*, *Centro Republicano Dona Clara*, *Centro Político Campo Grande* e o *Centro Eleitoral Vicente Piragibe*; por incentivar a mobilização de uma fração dos capitalistas suburbanos na criação de uma entidade devotada a organizar e liderar o eleitorado do segundo distrito, como foi o caso do *Centro Político Comercial e Industrial Suburbano*; por difundir as teses do campo reformista do movimento operário, contrário às greves e comícios públicos organizados pelas entidades do anarco-sindicalismo; e, por fim, por tornar-se espaço articulador das ações promovidas por Xavier Pinheiro e demais companheiros de militância em torno do *Comitê Pró Lavoura*.

evitar a generalização. O esforço da pesquisa residiu em mapear as seções em que os jornalistas mais influentes da imprensa suburbana assumiram a função de redatores ou diretores, visando promover um diálogo entre as pontas de um circuito informativo que nas primeiras décadas do século XX se caracterizou pelo enraizamento da experiência jornalística em diferentes zonas da cidade. Na constituição desse mercado de notícias, os jornalistas, antigos ou recém-chegados à profissão, contribuíram para transformar um território específico da cidade em ator político, transubstanciado em pauta motriz do jornalismo militante que abraçaram, e traço estruturante da identidade intelectual meticulosamente construída por eles na esfera pública.

A colocar em diálogo os periódicos suburbanos que dirigiram ou atuaram, e estes com os noticiários mantidos pelos grandes diários, uma primeira característica se impõe: esses jornalistas atuavam de forma coletiva, se citavam, se referenciavam, se noticiavam, davam, enfim, visibilidade às ações que protagonizavam na imprensa, na política e nas várias dimensões da vida cidadina. Por isso a recorrência com que informavam o cotidiano dos segmentos mais abastados dos subúrbios, eles incluídos, em torno de associações recreativas, pró-melhoramentos, centros republicanos e entidades da classe proprietária, e mesmo de trabalhadores onde alguns militavam. As seções suburbanas também se tornaram essenciais para a propaganda das campanhas públicas criadas, incentivadas e/ou conduzidas pelos próprios jornalistas, além de lhes permitirem demarcar posições, avaliações e proposições em momentos de crise política e social vivida pela cidade. Ou seja, ainda que não precisassem controlar a redação desse noticiário para garantir espaço para os projetos de cidade e sociedade que abraçaram nas primeiras décadas do século XX, uma vez as dirigindo, potencializavam o eco de suas vozes, pois além de reforçarem suas posições internas, passavam a falar para um público mais amplo. Por outro lado, assumir a direção dessas seções significa que foram reconhecidos pelas direções das empresas jornalísticas, e mesmo por seus donos, como atores relevantes e confiáveis para o diálogo que buscaram estabelecer com uma faixa dos leitores da cidade.

O que a historiografia ainda não havia percebido é que entre as veias e capilares que formavam o mercado de notícias da cidade, os subúrbios não eram apenas territórios que forneciam “assuntos” e notícias e cuja população cumpriria apenas o papel de leitores. Agora, mais do que nunca, os grupos mais articulados dessas zonas passavam a explorar a imprensa com o intuito de transformar em pauta jornalística os desafios e dilemas que acreditavam enfrentar, tornando-se, assim, também eles

produtores de conteúdos disputando o controle sobre a opinião de parcela significativa dos moradores da cidade. Mas, como se viu, ainda que em determinadas conjunturas estivessem em lados opostos na política institucional, o jornalismo que praticaram em nome dos subúrbios, nos veículos que controlavam nos bairros ou nas seções que redigiam para a imprensa empresarial, tornou-se uma espécie de campo mediador de interesses variados que envolveram donos de jornal, políticos, segmentos da classe proprietária e trabalhadores de maior renda, muitos dos quais interessados em dirigir as consciências e os votos da crescente população que habitava as zonas suburbanas, que em conjunto formava o segundo distrito eleitoral da capital federal. Sendo assim, algumas perguntas se impõem: quais vínculos sociais esse grupo de jornalistas estabeleceu nos territórios que diziam representar? Com quais regiões e áreas se identificavam e aprofundaram o diálogo com seus moradores? Quais desses jornalistas e jornais mais se aproximaram do campo popular?

1.2. Alianças impressas com o operariado

Para jornalistas como Pinto Machado e Mariano Garcia, os subúrbios eram, antes de tudo, os territórios da cidade onde habitavam e trabalhavam. Por isso, ao longo do período reforçaram seus papéis enquanto interlocutores de uma fração do operariado que ali vivia junto a patrões e o campo político. Antônio Mariano Garcia, cigarreiro e propagandista socialista⁷⁸, militou em diversas associações, centros e congressos

⁷⁸Já no início do século XX, Mariano Garcia também se destacaria na militância pela criação e manutenção de diversos partidos socialistas operários criados no Rio de Janeiro entre 1890-1912. Através da *Gazeta Operária*, jornal que dirigiu em dois momentos distintos (1902-3; 1906), defendeu a necessidade de formação do Partido Socialista Brasileiro, conforme determinação do 2º Congresso Socialista Brasileiro, realizado em Santos no ano de 1902. Sua criação ocorreu em um contexto de acirramento da luta operária na cidade do Rio, em meio às greves protagonizadas por cocheiros e carroceiros, categorias que contaram com Mariano Garcia como sócio fundador de sua entidade, a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas. Logo em seguida, ao lado de nomes como Evaristo de Moraes, Vicente de Souza, Toledo de Loyola, dentre outros, o militante participou da criação da Federação do Partido Socialista Brasileiro e do Centro das Classes Operárias (CCO), esta última combinando funções sindicais e políticas. A folha dirigida por Garcia se destacou tanto por sair em defesa dos trabalhadores em greve, como também pelo apoio político que conferiu a Vicente de Souza quando de sua candidatura ao Parlamento nas eleições de 1903. Sobre Mariano Garcia, conferir: BATALHA, Cláudio. “O socialismo no Brasil na época da II Internacional: uma revisão de algumas interpretações correntes”. Texto apresentado no GT Partidos e Movimentos de Esquerda no *XV Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu/MG, outubro de 1991, p. 17. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/15-encontro-anual-da-anpocs/gt-15/gt27-8/7076-claudiobatalha-o-socialismo/file>. Acesso em: 10 de junho de 2017; e *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920*, op. cit. pp. 70-71; e MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, op. cit., p.124-25. O debate sobre a pertinência da participação dos trabalhadores na política partidária brasileira era

operários, presidiu a Sociedade Benficiente dos Cigarreiros, fundou e dirigiu vários jornais – como a *Gazeta Operária* (1902-3; 1906) – e, foi redator da “Coluna Operária” n’*A Época* (1912-13), no mesmo jornal e período em que os irmãos Magalhães respondiam pela seção “Nos subúrbios”.

Antônio Augusto Pinto Machado fora presidente da *União Operária do Engenho de Dentro* entre 1903 e 1909. A entidade era composta, em sua maioria, pelos empregados das Oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil e operários da fábrica da Companhia Tecidos de Seda Brasileira, instalada em Piedade⁷⁹. A condição para que assumisse tamanha responsabilidade naquela que foi considerada uma das maiores associações operárias do Rio de Janeiro na primeira década do século XX veio após se destacar no trabalho de reorganização dos tecelões, seus colegas de profissão na fábrica de tecidos de Deodoro e da Tijuca. Entre as décadas de 1890 e 1900, esta foi a categoria que promoveu o maior número de greves no Rio de Janeiro, 17 no total⁸⁰. Ao homenagear seu companheiro de militância nos subúrbios através do jornal *Monitor Suburbano* em 1919, Xavier Pinheiro relembrou essa passagem de sua trajetória:

“(…) Conhecemos Pinto Machado nessa ocasião. O seu nome andava envolvido em “greves”, a polícia o perseguia, seguia-lhe os passos, procurava-o para cassar os direitos que ele defendida arduamente, com eloquência. Mas apesar de perseguido, apesar de quererem soffrear o seu entusiasmo, e pôr um dique as suas expansões em prol de seus irmãos indefesos, ofendidos nos seus direitos contra a ganância do patrão absoluto em suas entranhas, Pinto Machado não cedia um só palmo – preso hoje era solto horas depois, de cabeça erguida, resistente na campanha“⁸¹.

antigo e data do final do século XIX. A primeira tentativa fora organizada pelo tipógrafo Luiz da França e Silva e deu origem ao Partido Operário da Capital Federal, presidido por Roberto Kingsman Benjamin, enquanto a segunda foi estruturada pelo tenente José Augusto Vinhaes, responsável pela criação do Centro do Partido Operário (CPO), dirigido por Saddock de Sá e por um conselho formado por representantes eleitos em diversas fábricas e oficinas da cidade, especialmente as pertencentes ao Estado.

⁷⁹Segundo dados do levantamento sobre o movimento operário do Rio de Janeiro do século XIX até a década de 1920, organizado por Cláudio H. M. Batalha, a *União Operária do Engenho de Dentro* foi fundada inicialmente por 71 sócios que, em sua maioria, eram operários das oficinas do Engenho de Dentro da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Em 1921, a organização chegou a contar com 403 sócios, no entanto, devido à falta de notícias em outros meios, os responsáveis pela elaboração do levantamento acreditam que esta organização deixou de existir ainda na década de 1920. Conferir em: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes (org.). *Dicionário do Movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, pp. 280-281.

⁸⁰MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008, p.170.

⁸¹PINHEIRO, Xavier. “Título”. *Monitor Suburbano*, junho de 1919, p. 4. Miscelânea Pinto Machado.

A sucinta biografia prossegue ressaltando as decepções que se abateram sobre Pinto Machado no movimento operário, razão pela qual ele teria se afastado da propaganda operária⁸² e se entregado “com o mesmo ardor e vibratibilidade, à imprensa suburbana, colaborando aqui, ali e acolá, pedindo tudo e tudo para o progresso das zonas rurais e propriamente suburbanas”⁸³. Já como responsável pela redação do artigo de apresentação da primeira edição da revista *Reflexo Suburbano*, o jornalista expressaria as questões que o mobilizavam ao refletir sobre os problemas que afligiam aqueles que viviam no “Mato Grosso da Bela Capital”. De início, impactado pelas consequências resultantes do conjunto de reformas que então se abatiam sobre parte da cidade, associou a felicidade de poucos às dores e decepções que o avanço civilizacional resultava para as condições de vida da maioria da população. Expressou os interesses da classe proprietária suburbana, para quem o abandono dos subúrbios era fruto de uma injustiça tributária praticada pela municipalidade, sempre célere na cobrança dos impostos, mas vagarosa na sua redistribuição em forma de investimentos. Mas também se lembrou de advogar os sofrimentos dos pobres que habitavam a cidade:

“(…) vítima hoje das mazelas orgânicas da sociedade em que vivemos, onde o poderoso e rico fere e espicaça o miserável. *O lar tornou-se uma questão de vida ou morte. Não há casas para a pobreza habitar e as poucas que existem são alvo de tantas exigências que os proprietários têm fatalmente que encarecê-las*”⁸⁴.

Naturalizando a exclusão da grande maioria da população do direito ao voto, culpou o “povo” que compunha o eleitorado habitante daquelas paragens pela situação de abandono em que vivia, responsabilizando-o pela falta de “coragem de mandar ao Conselho Municipal representantes genuínos de seus interesses”⁸⁵. A ausência de reflexão em seus textos sobre a necessidade de expansão dos direitos políticos à maioria da população é um indicativo de que Pinto Machado assimilou parte do ideário positivista, cuja matriz teórica comtiana preconizava que a conquista dos direitos sociais

⁸² José Murilo de Carvalho, ao discorrer sobre os diversos projetos de República e cidadania em disputa no Rio após a proclamação da República, chamou a atenção para essa divisão entre anarquistas e socialistas. Ao abordar os debates suscitados por ocasião do I Congresso Operário Brasileiro, citou o constrangimento passado por Pinto Machado quando, comentando a moção de apoio aos operários russos que haviam se sublevado em seu país, declarou-se socialista político porque no Brasil não havia a miséria que grassava na Rússia. A plateia reagiu de imediato, vaiando o militante de tal maneira que a sessão teve de ser encerrada. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 58.

⁸³ *Monitor Suburbano*, junho de 1919, p. 4. Miscelânea Pinto Machado.

⁸⁴ *Reflexo Suburbano*, Engenho de Dentro, edição 15.9.1907, p. 1-2. Grifos meus.

⁸⁵ *Reflexo Suburbano*, Engenho de Dentro, edição 15.9.1907, p. 1-2.

pelos trabalhadores ocorreria mediante a ação política dos indivíduos mais capacitados, os únicos capazes de liderar a sociedade na condução das mudanças necessárias para a sua reformulação. Homens como ele é que estariam habilitados a liderar os trabalhadores, muito dos quais iletrados, e a interpretar seus anseios nos múltiplos espaços da esfera pública. No entanto, ao contrário da leitura que prevaleceu entre setores das forças armadas adeptas do positivismo, o jornalista não chegou a questionar a legitimidade do Parlamento enquanto espaço de representação política, sendo mais um crítico das escolhas eleitorais feitas pela maioria dos votantes.

Se na juventude o ex-operário tecelão e gráfico se destacou por uma atuação mais combativa, a ponto de ter participado de greves, com o passar dos anos 1900, imerso na presidência da *União Operária do Engenho de Dentro*, deslocou-se progressivamente da sua militância em direção à via da negociação junto aos administradores das empresas do Estado, parlamentares e governos. Em 1903, se aproximou do deputado Américo de Albuquerque e de seu irmão Ricardo de Albuquerque, respectivamente dono e redator do jornal *O Subúrbio*.

A trajetória do político, oriundo de família militar residente no subúrbio de Todos os Santos, é exemplar sobre as oportunidades que se abriram para a jovem oficialidade com o advento da República. Na década de 1880, os irmãos Albuquerque foram sócios fundadores da *Palestra Literária*, entidade responsável pela publicação da revista *O Palinuro*, ambas devotadas ao debate e publicação de obras literárias. Nessa localidade funcionou um grupo de teatro amador mantido pelo *Grêmio Dramático São João Batista*, cujos sócios, Júlio de Moura, Alberto Ourique e Américo Pires – este último familiar da mãe dos irmãos Albuquerque, Cesária Pires –, eram também proprietários da *Gazeta Suburbana* em sua primeira fase. Influenciados pela agitação política e intelectual ocorrida na Corte ao longo das décadas de 1870 e 1880, os jovens integrantes da família Albuquerque, típicos representantes das famílias mais abastadas que então habitavam os subúrbios, acompanharam com excitação a aprovação da Abolição dos escravos e a chegada da República, que apoiaram vivamente. Detentores do conhecimento racional inoculado pelas instituições de ensino – Américo de Albuquerque, por exemplo, formou-se em Ciências e Letras pela Escola Militar da Praia Vermelha – ambos iniciaram, cada um à sua maneira, trajetórias como homens públicos desejosos em conquistar, para além do reconhecimento como homens das letras, espaços de poder tanto na burocracia do Estado, como através de cargos eletivos.

José Ricardo de Albuquerque tornou-se funcionário público vinculado à burocracia da Estrada de Ferro Central do Brasil, onde buscou angariar apoio para um voo inédito na política. Em 1907, o então tenente-coronel se candidatou a uma cadeira do Conselho Municipal pelo 2º distrito com um programa que reunia tanto a defesa da autonomia daquele legislativo como:

“(...) o dever de propugnar, em igual interesse, todas as medidas que possam engrandecer o Distrito, dar-lhe mais vigor, mais prestígio, para conquista de seus legítimos direitos, e, portanto, *prestarei minha modéstia colaboração a todos os assumptos que entendam com o desenvolvimento do ensino primário, da instrução profissional, da higiene publica, das habitações operárias, dos melhoramentos da cidade, e, “principalmente, seus subúrbios”, apoiando, sem restrições, aqueles que se filiarem ao mesmo programa ou lhe derem plena execução.*

Aos Srs. eleitores, meus amigos, meus colegas de funcionalismo público, muitos dos quais anteciparam a apresentação do meu nome ao nobre eleitorado do 2º Distrito, peço o concurso inestimável do seu apoio, assegurando-lhe que, triunfante no pleito, hei de honrar a confiança com que me distinguirem”⁸⁶.

Na edição seguinte, a seção paga do *Jornal do Brasil*, a “Ineditorais”, publicou uma lista formulada pelos empregados “unidos” da E. F. Central do Brasil contendo os seus candidatos para o Legislativo Municipal. Nela, aparecia no topo o nome de José Ricardo de Albuquerque. A sua plataforma eleitoral expressava uma evidente tentativa de aproximação com o operariado residente no bairro do Engenho de Dentro, pois incorporava algumas das demandas que mobilizaram o movimento operário da época, como a necessidade de expansão da oferta de ensino primário e, principalmente, o encaminhamento de soluções que minorassem o enorme déficit de habitações populares na cidade. O candidato acabou derrotado nas urnas, mas dois nomes da lista conseguiram se eleger: Henrique Tavares Lagden e Raimundo Penafort Caldas⁸⁷.

Em 1911 José Ricardo de Albuquerque ocupou a 2º vice-presidência da *Associação de Auxílios Mútuos da E. F. Central do Brasil*, uma associação mutualista fundada em 1883 para “estabelecer a união e a solidariedade de todo o pessoal da

⁸⁶*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 30.03.1907, p. 4. Grifos meus.

⁸⁷O intendente Henrique Tavares Lagden se destacou por ter apresentado, na Comissão Permanente de Indústria, Viação, Obras, Higiene, Assistência e Segurança Pública, projetos relativos à higiene e habitações populares no Rio de Janeiro. Conferir o verbete “Henrique Tavares Lagden” escrito por Evelyn Morgan Monteiro Paiva em: ABREU, Alzira (Coord.) *Dicionário da elite republicana (1889-1930)*.

Estrada de Ferro, no intuito de prestar auxílios aos seus associados e suas famílias”⁸⁸. No mesmo período, exerceu o posto de Oficial de Gabinete do então diretor da estatal, o engenheiro Paulo de Frontin⁸⁹, nomeado para a função pelo governo Hermes da Fonseca. O seu irmão Américo de Albuquerque, por sua vez, foi ainda mais longe. Na condição de pretor e delegado interino nas circunscrições que abrangiam localidades como Engenho Novo e Méier⁹⁰, aliado ao prestígio que sua família mantinha há tempos nos subúrbios, lançou-se candidato e venceu tanto a disputa por uma cadeira no Conselho Municipal (1897-1899) quanto no Congresso Nacional (1903-1905). Em diferentes momentos e periódicos, Pinto Machado lembraria que a diminuição da carga horária de trabalho dos empregados das Oficinas da EFCB para 8 horas diárias só foi possível graças à sua intervenção junto ao então deputado Américo de Albuquerque⁹¹ que, por sua vez, a teria negociado com o diretor da repartição no período, Lauro Muller. N’*A União Operária*, jornal da UOED, ao fazer as saudações de apresentação, lembrou-se tanto dos sócios, homens e mulheres, que compunham a entidade, associações congêneres existentes em outros países, imprensa e demais entidades de trabalhadores, quanto “(...) aqueles que muito têm feito em prol dos seus consórcios”:

Saudações

A União Operária do Engenho de Dentro saúda na data de hoje, todos os seus representantes, sócias, sócios, médicos, advogados, imprensa d’esta Capital e dos Estados, Sociedade Ferro Carril do Estado, no Chile, Grupo Musical Progresso Engenho de Dentro: todas as

⁸⁸ Estatutos da Associação Geral de Auxílios Mútuos da E. F. Central do Brasil, p.1.

⁸⁹ Paulo de Frontin é retratado como um político que buscou ampliar seus canais de comunicação nos subúrbios a partir da aproximação com potentados locais, razão pela qual passou a fazer visitas frequentes à região. Como prefeito da cidade, acabou se tornando conhecido como o “Pai do Operariado” por ter garantido aos operários da Prefeitura os mesmos direitos conferidos aos funcionários. Conferir o verbete “Paulo de Frontin” escrito por Surama Conde Sá Pinto em: ABREU, Alzira (Coord.) *Dicionário da elite republicana (1889-1930)*, op. cit.. Américo Freire, ao refletir sobre as trajetórias de personalidades que se estabeleceram como lideranças do campo político carioca, chamou a atenção para o fato de que foi a experiência de Paulo de Frontin como diretor da E. F. Central do Brasil entre 1910 e 1914 que o levou a se envolver com a política. Isso porque ele havia conquistado popularidade entre os funcionários e operários da estatal, e na opinião pública como um todo, por causa das realizações que promoveu na empresa durante sua gestão. Na década de 1910, liderou a criação da Aliança Republicana, partido pelo qual se elegeu, pelo Distrito Federal, senador (1917-1918; 1921-30), deputado (1919-20) e escolhido para Prefeito (1919). Segundo o autor, seus mandatos se destacaram pela apresentação de leis que ampliavam direitos para o funcionalismo, enquanto a plataforma do seu partido incorporava a defesa de medidas que viessem a atacar os vários problemas que afetavam a vida da população da cidade, tais como: o analfabetismo, a carestia dos alimentos e alugueis, bem como o irregular abastecimento de água, a insuficiente viação urbana, etc. Conferir: FREIRE, Américo. *Sinais trocados: o Rio de Janeiro e a República brasileira*. Rio de Janeiro, 7 letras, 2012, p. 87.

⁹⁰ Américo de Albuquerque tornou-se pretor da 12ª pretoria que englobava o Méier e o Engenho Novo, exerceu interinamente o cargo de delegado na 17ª Circunscrição policial.

⁹¹ *O Subúrbio*, Méier, edição nº 50 e *Correio da Noite* edição 25, 30 de janeiro de 1913.

associações de trabalhadores em geral, e bem assim todos os proletários.

Não devendo ficarem esquecidos aqueles que muito têm feito em prol dos seus consórcios, os Exmos. Snrs. Drs. Lauro Muller, digníssimo Ministro da Aviação: Ozorio de Almeida digno diretor da E. de F. C. do Brasil e J. J. da Silva Freire, ativo sub diretor de locomoção da E. de F. C. do Brasil: não podendo olvidar o nome do digno sócio Benfeitor, o distinto deputado, Capitão Américo de Albuquerque.

*A todos a gratidão eterna da atual Diretoria.*⁹²

As trajetórias de vida dos irmãos Albuquerque nos anos 1900 demonstram o quão estratégico tornava-se para eles a aproximação com o grande contingente de operários residentes no Engenho de Dentro e arredores. Mas eles não buscavam o apoio de qualquer operário, e sim aqueles que eram funcionários de uma empresa pública, como era o caso dos que labutavam nas Oficinas da Central. Assim como o irmão, Américo de Albuquerque também era funcionário da empresa, onde foi chefe da 3ª e da 4ª Divisões da EFCB, além de subchefe do setor de Estatística. Logo, entendo que para um militante como Pinto Machado, presidente de uma “união operária” criada no Engenho de Dentro, o estabelecimento de alianças com homens da política e da burocracia estatal residentes no subúrbio da Central se apresentava como uma estratégia capaz de viabilizar o atendimento das demandas daqueles que representava: os empregados em ferrovias. E mais, essa aproximação tinha o potencial de ampliar seu prestígio como liderança perante o operariado suburbano, ao mesmo tempo em que fortalecia seu vínculo com potentados locais que decidiram envolver-se com o jornalismo em nome dos subúrbios, como fora o caso dos irmãos Albuquerque, donos d’ *O Subúrbio*.

Paralelamente à busca incansável pela criação de consenso junto às demais entidades de trabalhadores em torno da necessidade de criação de um partido político, militantes reformistas ou socialistas do movimento operário como Pinto Machado e Mariano Garcia atuavam também a partir do estabelecimento de alianças com certos chefes políticos reconhecidos por eles como capazes de incorporar, ao menos em parte, suas pautas de reivindicações. A trajetória de ambos expressa e reforça análise de Batalha, ao afirmar que “contrariamente, portanto, ao que destacam a maioria das análises há nas organizações socialistas uma presença significativa de operários e não apenas membros dissidentes das “elites” ou expoentes das “classes médias””⁹³.

⁹² *A União Operária*, Engenho de Dentro, edição 1 de Maio de 1904, p. 1. Grifos meus.

⁹³ BATALHA, Cláudio. “O socialismo no Brasil na época da II Internacional: uma revisão de algumas interpretações correntes”, op. cit., p. 18.

A interseção resultante da criação dessa rede social no “Mato Grosso” do Distrito Federal produziu uma militância singular, talvez única no país, onde os setores médios eram robustecidos por investimentos crescentes dos governos na máquina pública, condizentes com o papel cumprido pela cidade enquanto capital da jovem República. Ainda que jornalistas como Xavier Pinheiro, José R. Vieira de Mello, Eduardo e Benjamin Magalhães também falassem em nome dos trabalhadores suburbanos, o vínculo de fato orgânico que estabeleceram nos subúrbios foi com os proprietários e negociantes ali estabelecidos, em especial os comerciantes.

1.3. Articulações impressas em prol dos “melhoramentos” suburbanos.

Na virada para os anos 1910, o jornalismo praticado em nome dos subúrbios havia ganhado maior protagonismo na cidade, de maneira que os jornalistas mais destacados desse campo haviam alcançado status de atores políticos de relevo entre os grupos de pressão mais articulados nos subúrbios. Ao longo de toda a década, a imprensa que conduziam cumpriu papel de principal articuladora de um conjunto de iniciativas no campo associativo pouco conhecido ou explorado pela historiografia: as associações de natureza político-reivindicativo de cunho local (bairro), voltadas para a organização e direção dos interesses desses segmentos junto aos poderes públicos, em especial frente àqueles que ocupavam cargos eletivos e tinham base eleitoral no segundo distrito da capital. Uma verdadeira febre associativa mobilizou integrantes dessa elite suburbana, materializada através da fundação de centros, comitês, ligas e congresso, pró-melhoramentos e/ou republicanos, e mesmo de associações de feição classista, todas imbuídas, dentre outras coisas, do esforço de garantir a conquista daquilo que entendiam ser um direito enquanto cidadãos.

Ainda que várias associações recreativas criadas e frequentadas por esse segmento social tenham também atuado no sentido de organizá-los e fortalece-los no campo da negociação política, aos poucos foram superadas por outras criadas exclusivamente para esses fins. E dentre os sócios e diretores desses centros, poucos sentiram a necessidade de registrá-las como personalidade jurídica, deixando de matriculá-las no *Registro de Títulos e Documentos* da cidade, conforme preconizado pela Lei número 973, de 2 de janeiro de 1903, que tornava facultativo o registro das associações. A nova legislação determinava que estas, independente do seu perfil – se

religiosas, morais, científicas, artísticas, políticas ou recreativas – poderiam optar por serem regidas pelas regras das sociedades civis.⁹⁴

O fato de apenas os sócios do *Centro Triangular Progressista* e da *Associação Comercial Suburbana* terem optado pelo registro de suas entidades, em conjunto com uma leitura sobre os periódicos suburbanos que retira o protagonismo dos seus jornalistas enquanto parte atuante das lutas de seu tempo possibilita perpetuar uma interpretação hegemônica que desconsidera qualquer possibilidade de espaço para negociações entre o eleitorado e seus representantes no Rio de Janeiro ao longo da Primeira República. Mesmo pesquisas mais recentes conduzidas em nome de uma renovada história política, como as de Américo Freire⁹⁵ e Surama Sá Pinto⁹⁶, que reconhecem a autonomia relativa dos operadores da política da cidade frente ao poder central, ao priorizarem a documentação produzida pelas diferentes instâncias de poder do Estado – Executivos e Legislativos, nacionais e municipais –, acabaram produzindo um conhecimento que, se por um lado, avançou ao reconhecer o protagonismo de intendentes, deputados, senadores e prefeitos no jogo político do Distrito Federal, por outro, pouco questionaram o papel historicamente atribuído aos eleitores, comumente tidos como irrelevantes pela “velha” história política.

Ausente da documentação oficial, esse associativismo jamais fez parte de compêndios ou análises como a de Vítor Manoel da Fonseca, que inventariou os vários tipos de associações criados pelos diferentes segmentos da população carioca entre 1903 e 1916⁹⁷, em especial o associativismo dançante, carnavalesco, recreativo enfim, que

⁹⁴FONSECA, Vítor Manoel Marques da. *No Gozo dos Direitos Civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008, p. 83.

⁹⁵FREIRE, Américo. *Sinais trocados: o Rio de Janeiro e a República brasileira*. Rio de Janeiro, 7 letras, 2012; *Uma capital para a república: poder federal e forças locais no campo político carioca na virada para o século XX*. Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2015; *Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969)*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n.24, p. 295-322, 1999.

⁹⁶PINTO, Surama Sá. *Só para iniciados: O jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro, Mauad X/ FAPERJ, 2011; “Elite Políticas e o jogo de poder na cidade do Rio de Janeiro (1909 - 1922)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Brasília, v. 422, p. 107-120, 2004.

⁹⁷Ainda que não houvesse a obrigatoriedade de registro para a obtenção de personalidade jurídica, as associações recreativas necessitavam, para funcionarem, de autorização da *Secretaria de Polícia do Distrito Federal*, responsável também pela expedição de licença anual para as associações que promoviam “passeatas” pelas ruas da cidade. O autor afirma ter encontrado no fundo da *Secretaria de Polícia do Distrito Federal*, custodiado no Arquivo Nacional, o total de 953 associações entre 1903 e 1916, por ele categorizadas entre carnavalescas (642), recreativas (249), pastoris (53), sindicais (8) e religiosas (1). Ao identificar os bairros e distritos da cidade onde cada uma foi criada, percebeu que Inhaúma, o maior e mais populoso distrito suburbano da cidade, foi aquele com o maior número de associações registradas na polícia do Distrito Federal considerando o endereço das sedes. Ao agrupar as associações por ano (1906, 1912, 1913, 1915, 1916) e distritos, Inhaúma aparece, somando todos os anos, com 94 associações; Irajá, o segundo distrito mais populoso dos subúrbios, chegou a 54 associações no

tanto mobilizou os trabalhadores nos bairros onde residiam e, muitas vezes, trabalhavam cujas experiências vêm sendo incorporadas ao conhecimento histórico a partir de pesquisas conduzidas por historiadores como Leonardo Affonso Pereira⁹⁸.

Logo, reconhecendo que o investimento em torno das associações de caráter político-reivindicativo locais mobilizou lideranças entre as camadas médias suburbanas, cabe responder como jornais e jornalistas articularam a relação entre o periodismo suburbano e o associativismo local? Quais organizações coletivas os periódicos receberam o apoio e a publicidade em suas páginas? Em nome da defesa de quais interesses e lutas suburbanas eles mobilizaram a imprensa? Qual a natureza do associativismo valorizado por esta imprensa e como atuaram no processo de fomentação, expansão e consolidação de associações nos subúrbios? Por fim, em quais práticas / experiências associativas eles próprios investiram?

O Santa Cruz - órgão de propaganda do Tiro de Santa Cruz e dos interesses locais noticiou, em 1911, a criação de um *Comitê Central de Melhoramentos em Irajá*, um dos primeiros fundados exclusivamente com a intenção de propugnar pelos interesses de um distrito da cidade. Pinto Machado, cujo prestígio só crescia por causa de sua atuação como redator da seção “Subúrbios” d’ *A Tribuna*, enviou cartas para as redações de vários periódicos buscando o amparo de suas congêneres para esta iniciativa na qual acabara de se envolver ao lado do também jornalista José Ricardo de Albuquerque:

Illmo. Sr. Redactor d’ *O Santa Cruz*
Santa Cruz.

“Tenho a honra de comunicar a V. Ex. a iniciação na freguesia de Irajá da comissão permanente com o titulo acima, *que tem por fim conseguir dos poderes públicos todos os melhoramentos possíveis para a abandonada freguesia.*

A diretoria ficou composta dos seguintes cavalheiros: - Presidente, *Coronel Jose Ricardo de Albuquerque*; Vice Presidente, *Farmacêutico*

período; o Méier, com 24; Engenho Novo, 21; Campo Grande, 23; Santa Cruz, 15; e finalmente, Jacarepaguá, com 11. Conferir em: FONSECA, Vítor Manoel Marques da. *No Gozo dos Direitos Civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro, Editora Muiiraquitã/Faperj, 2008, pp. 112-114.

⁹⁸O historiador Leonardo Affonso Pereira avançou nesse campo de estudos ao incorporar essa dimensão da vida dos trabalhadores como fator relevante no processo de formação da classe trabalhadora carioca. As associações recreativas e carnavalescas criadas no centro e nos subúrbios e a festa, afirma, constituíram um traço importantíssimo não só da identidade operária como também de outras categorias profissionais, de maior ou menor qualificação, no período da Primeira República. Conferir em: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A Flor da União: Festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro (1889-1922)”. *Terceira Margem: Revista do Programa de Pós Graduação em Ciência da Literatura*, Rio de Janeiro, UFRJ, Ano X, nº 14, 2006, p. 172.

Candido Gabriel de Souza; 1. Secretario, *Antônio Augusto Pinto Machado*; 2. Secretario Antônio de Lemos; Tesoureiro, Comendador Manoel de Sá Pereira Mattos; Procuradores, Galdino Bordalho e Major Amado Montes.

(...)

Progresso, Paz e Justiça.

Pinto Machado 1º. Secretario ⁹⁹

Ele também contaria com o “auxílio” de propaganda do *Jornal Suburbano*, de Madureira, que não apenas estampou em sua primeira página a criação do comitê, como se colocou à sua disposição para “alcançar os melhoramentos que necessita Irajá”.

Comitê Central de Melhoramentos em Irajá

Contando com o apoio da população de Irajá, fundou-se (...) do Distrito Federal, uma agremiação que, como o seu título esclarece, *propugnará pelo progresso da abandonada freguesia*.

Já várias reuniões têm sido realizadas, e, a uma delas, *teve a honra de ter presente o ativo e ilustre intendente Municipal, o Sr. dr. Fonseca Telles*.

Várias reclamações foram feitas ao inteligente representante, entre as quais, *a abertura da agencia municipal e, principalmente, a criação de escolas*, assumpto que o ilustre moço muito empresta a sua valorosa atividade¹⁰⁰.

No jornal diário *A Tribuna*, Pinto Machado ainda exporia aos leitores quais benefícios eram almejados pela população do distrito,¹⁰¹ enquanto na seção “Pelos Subúrbios” do *Correio da Noite* informaria ao seu público sobre os melhoramentos conquistados pela diretoria da associação. Na ocasião, o presidente, José Ricardo de Albuquerque, comunicou para breve a chegada, dentre outros melhoramentos, da iluminação pública às ruas e praças de Madureira¹⁰².

A criação de um comitê pró-melhoramentos reunindo dois jornalistas para lutar por mais investimentos para aquela que consideravam ser uma “abandonada” freguesia, e a capacidade que ambos tiveram de acionar periódicos para além daqueles em que trabalhavam é uma demonstração de como esse periodismo agia no campo associativo. A conformação dessa rede social nos distritos de Inhaúma e Irajá, e o desejo que

⁹⁹ “Comitê Central de Melhoramentos em Irajá”. *O Santa Cruz*, Santa Cruz, edição 28 de maio de 1911, p.4. Grifos meus.

¹⁰⁰ “Comitê Central de Melhoramentos em Irajá”. *Jornal Suburbano*, Madureira, edição 28 de junho de 1911, p.1. Grifos meus.

¹⁰¹ “Comitê Central de Melhoramentos à Freguesia de Irajá”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro (s/d). Miscelânea Pinto Machado.

¹⁰² *Correio da Noite*, Rio de Janeiro, edição 13 de janeiro de 1913, p.4.

nutriam de falar em nome de todo o subúrbio, os levaram a estabelecer pontes de contato com outros jornais e jornalistas suburbanos. O mapeamento dos conteúdos publicados pelas folhas permite que se descortine um conjunto de iniciativas parecido com o *Comitê Central de Melhoramentos em Irajá*, como se observa na tabela abaixo:

TABELA I – ASSOCIAÇÕES PRÓ-MELHORAMENTOS NOS SUBÚRBIOS

NOME	BAIRRO / DISTRITO SUBURBANO	JORNALISTAS ENVOLVIDOS	PERIÓDICOS QUE AS APOIARAM / PERÍODO
1. Comitê Central de Melhoramentos em Irajá	Irajá	Pinto Machado (1º secretário), Coronel José Ricardo de Albuquerque (Presidente)	Seção “Subúrbios” d’ <i>A Tribuna</i> ; <i>O Santa Cruz</i> , <i>Jornal Suburbano</i> e <i>Gazeta Suburbana</i> (1911)
2. Centro de Melhoramentos e Progresso de Inharajá	Irajá (atual Turiaçu, vizinho à Madureira, além de Rio das Pedras (atual Oswaldo Cruz) e Bento Ribeiro		<i>Revista Suburbana</i> (1918); “O Subúrbio” d’ <i>O Paiz</i> (1918)
3. Centro de Melhoramentos de Sapê e Vila de Santa Thereza	Irajá		<i>Gazeta Suburbana</i> (1920)
4. Círculo Pró-Melhoramentos de Irajá	Rua Angélica, 75, Irajá.	Rufino Gomes Júnior (Presidente); Elzio Maia (3º secretário)	<i>Gazeta Suburbana</i> (1920); <i>Brasil Moderno</i> ; <i>O Suburbano</i>
5. Círculo Pró-Melhoramentos dos Subúrbios da Leopoldina	Irajá	Rufino Gomes Júnior (diretor)	<i>Gazeta Suburbana</i> (1920); <i>Brasil Moderno</i>
6. Centro Triangular Progressista (depois chamado <i>Centro Progressista Suburbano</i>)	Irajá		<i>Revista Suburbana</i> (1918); Seção “O Subúrbio” d’ <i>O Paiz</i> ; Seção “Nos Subúrbios” d’ <i>A Época</i> (1917)
7. Centro de Melhoramentos de Anchieta	Irajá		Seção “O Subúrbio” d’ <i>O Paiz</i> (1918)
8. Centro Progressista de Engenheiro Leal	Inhaúma	Henrique Dias da Cruz (Presidente); Carvalho Netto (presidente)	<i>Gazeta Suburbana</i> (1919)

Fonte: Elaborada a partir de informações esparsas recolhidas na imprensa suburbana e jornais diários cariocas.

O mesmo protagonismo foi assumido pelos jornalistas Rufino Gomes Júnior e Cândido de Oliveira da Silva Maia, respectivamente diretor e proprietário do jornal *Brasil Moderno*, ao fundarem o *Círculo Pró-Melhoramentos de Irajá*. Segundo a *Gazeta Suburbana*, a entidade tinha como finalidade “(...) solicitar dos poderes constituídos do Distrito Federal e da República tudo quanto se faz preciso para o progresso moral e material da antiga e importante freguesia de Irajá (...)”¹⁰³. A reunião que selou a criação dessa nova agremiação foi incentivada pelo dono da folha, que disponibilizou sua própria residência para o encontro, dirigido pelo também jornalista Joaquim Jacobina Freire, e secretariado por integrantes da *Gazeta Suburbana* e d’ *O Suburbano*. Esses mesmos jornalistas decidiram eleger para a presidência da nova entidade o diretor, Rufino Gomes Junior e, para a vice-presidência, o dono do *Brasil Moderno*, Cândido Maia. No mesmo ano, Rufino Gomes Junior ainda se envolveria na direção de outro centro com o mesmo perfil, o *Círculo Pró Melhoramentos dos Subúrbios da Leopoldina*.¹⁰⁴

A mesma *Gazeta Suburbana* não se cansaria de pautar o envolvimento de seus “colegas” de imprensa, Henrique Dias da Cruz e Carvalho Netto, na fundação de um centro em Engenheiro Leal, no distrito de Inhaúma. O *Centro Progressista de Engenheiro Leal* foi retratado como uma “instituição que tem por fim fazer de Engenheiro Leal um outro distrito municipal, ou melhor, uma *nova cidade suburbana*”¹⁰⁵. A folha expôs seu apoio aos “moradores, proprietários e negociantes” que, com razão, afirma, querem “tão somente que os poderes públicos deem aquela localidade o que há muito ela vem pedindo: água, luz, esgotos e higiene, para o que hão de empregar todos os esforços junto aos poderes – municipais e federais”¹⁰⁶.

Contando com o apoio do jornal, as ações conduzidas pela diretoria da associação na localidade e junto aos governantes passaram a ocupar com frequência o noticiário dessa folha, reforçando o papel de liderança tanto dos jornalistas que a dirigiam, quanto o da própria *Gazeta*, que franqueava suas páginas para uma mobilização que entendia ser justa e necessária. Artigos carregando títulos como “Engenheiro Leal quer melhoramentos” cumpriam a função de levar ao público a

¹⁰³“Círculo Pró-Melhoramentos de Irajá”. *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 5 de junho de 1920, p. 6.

¹⁰⁴ “CírculoPró-Melhoramentos dos Subúrbios da Leopoldina”. *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 17 de janeiro de 1920, p. 2.

¹⁰⁵ “Centro Progressista de Engenheiro Leal”. *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 19 de abril de 1919, p.1.

Grifos meus

¹⁰⁶Idem.

operosidade de homens que faziam do jornalismo uma missão em prol da coletividade, interpretando os anseios dos moradores e os encaminhando mediante a função de mediadores junto aos governantes¹⁰⁷, além, claro, de garantir a exposição pública dos responsáveis pela conquista dos tão almejados melhoramentos¹⁰⁸.

Mesmo aquelas que não contavam diretamente com a direção desses jornalistas receberam o amparo desse periodismo. Reconhecidos por fundadores, diretores e sócios desse associativismo, e mesmo daqueles fundados com a pretensão de dirigirem politicamente¹⁰⁹ o eleitorado de determinadas localidades (Tabela II) como vozes qualificadas na luta pelos “melhoramentos”, os jornalistas suburbanos eram frequentemente convidados por essas entidades para conduzir eventos na condição de palestrantes ou oradores oficiais.

A *Revista Suburbana*, seguindo os passos desse modelo de jornalismo em rede para apoiar e fortalecer iniciativas coletivas de lideranças locais em prol dos melhoramentos alimentou seu conteúdo editorial a partir das reuniões, festas, campanhas e outras realizações das mesmas valorizando em seu noticiário, por exemplo, os objetivos dos fundadores do *Centro Republicano Progresso de Dona Clara*, que mantém:

(...) sede á rua Dr. Frontin, defronte á estação da E. F. Central do Brasil em D. Clara, e *consta dos seus estatutos a obrigatoriedade de intenso trabalho em prol do desenvolvimento moral e material da*

¹⁰⁷ *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 3 de maio de 1919, p. 1. Nessa edição, o jornal revelou que a direção do centro se mobilizou para garantir a melhoria da comunicação viária de Engenheiro Leal. O objetivo era criar ligações diretas da localidade com Madureira e Cascadura, os bairros mais centrais da região. Também defendiam o rebaixamento da Rua Itaquaty, onde funcionava a *Escola Modelo Silva Jardim* e a instalação de iluminação elétrica em toda a sua extensão. Segundo a direção do centro, todos ganhariam com tais melhoramentos: a Prefeitura, a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Light and Power, que poderia instalar seus trilhos para o serviço de carris nas principais ruas da localidade.

¹⁰⁸ *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 28 de junho de 1919, p.2.

¹⁰⁹ Marcos Guedes Veneu afirma que era comum a existência de centros políticos republicanos na cidade. Se no final do regime monárquico estes já existiam em profusão, totalizando por volta de 16 no final de 1888, com a instauração da República houve um alastramento desse tipo de organização para as diversas freguesias do Distrito Federal. O fato de o *Partido Republicano Federalista*, a principal agremiação partidária do Brasil na década de 1890, não possuir uma estrutura mais arraigada no Rio, em grande parte por conta da condição de antiga capital do Império, centro do seu poder político administrativo, influiu no surgimento de um quadro político partidário mais descentralizado. Em diversos bairros e zonas suburbanas, essas novas agremiações podiam tanto passar para o controle de chefes políticos com poder de mando nas estruturas partidárias que se revezaram no controle do poder político do DF, como podiam manter relativa independência frente a essas estruturas, viabilizando em alguns pleitos a formação de chapas eleitorais contendo nomes avulsos, escolhidos a partir de articulações locais. Também podiam atuar em outras frentes, distribuindo donativos para vítimas de uma epidemia ou funcionando como um centro pró-melhoramentos suburbanos. Cf. VENEU, Marcos Guedes. “Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895”. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 30, n. 1, 1987, p.8.

localidade, que, entre outros benefícios, já recebeu o da colocação do encanamento geral que a abastece d'água. É uma instituição que honra aos seus fundadores¹¹⁰.

A direção da entidade também contava com o apoio de Xavier Pinheiro e Mariano Garcia. O segundo publicou em sua “Tribuna Operária”, do diário *A Tribuna*, sob a chamada “Operariado Suburbano, o Ano Novo das crianças em D. Clara” que o presidente do centro, José Ferreira Simões, convidou para presidir a solenidade comemorativa em suas dependências o “nosso antigo companheiro de lutas Pinto Machado, redator-chefe do “Echo Suburbano”, e administrador da Vila Proletária Marechal Hermes (...)”¹¹¹. A sede social também foi utilizada para a realização de eventos organizados pela *Liga de Ação Cívica*, entidade criada nos anos 1900 e recriada no Méier em 1918 por Xavier Pinheiro. A liga se arvorava a missão de “comemorar todas as datas nacionais, todos os grandes feitos dos estadistas patrícios”¹¹². Ao longo de meses daquele ano, o seu diretor contou com a colaboração de Vieira de Mello, João Câncio, Eduardo Magalhães, Américo de Albuquerque, Benjamin Magalhães, Pinto Machado, Mariano Garcia, dentre outros, na confecção dos estatutos e na direção intelectual dos “festivais” realizados em diferentes espaços de sociabilidade em Irajá. Nas festividades em nome do “Treze de Maio”, os idealizadores conseguiram promovê-las em três associações: no *Centro Republicano Progresso de Dona Clara*, no *Centro Triangular Progressista*, e na *Sociedade Musical de Bonsucesso*. A seção “O Subúrbio” d’ *O Paiz* repercutiu vivamente todas elas¹¹³.

Em 1919, Pinto Machado também participaria como orador de festejos realizados por outras associações: no *Centro Progressista de Engenheiro Leal* e n’A *União Republicana Progresso de Ricardo de Albuquerque*. No primeiro, a festa foi organizada para comemorar a chegada da iluminação elétrica às ruas do bairro¹¹⁴, enquanto a segunda festejou os dois anos de sua fundação, a eleição da nova diretoria, e a inauguração de retratos dos sócios beneméritos. O centro, criado em 1919, tinha como missão “cogitar de todos os interesses políticos e materiais da localidade”¹¹⁵.

¹¹⁰ “Centro Republicano Progresso de Dona Clara”. *Revista Suburbana*, Engenho Novo, edição 15 de setembro de 1918, p.13. Grifos meus.

¹¹¹ “Tribuna Operária”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 1917. Miscelânea Pinto Machado.

¹¹² “O Treze de Maio no Subúrbio”. *O Paiz*, edição 15.05.1918, p.9.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ “Centro Progressista Engenheiro Leal”. *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 5.07.1919, p.2.

¹¹⁵ “Em Ricardo de Albuquerque”. *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 26 de abril de 1919, p. 2.

TABELA II - AGREMIÇÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS SUBURBANAS

NOME	BAIRRO / DISTRITO SUBURBANO	JORNALISTAS ENVOLVIDOS	PERIÓDICOS QUE AS APOIARAM / PERÍODO
1. Centro Republicano de Inhaúma	Piedade, Inhaúma		<i>O Subúrbio</i> (1908)
2. Centro Republicano de Irajá	Madureira, Irajá	Victorino Tosta (Presidente); Henrique Dias da Cruz (tesoureiro); José Cardoso (redator das publicações); Pinto Machado (orador oficial)	<i>Jornal Suburbano</i> (1911); <i>Echo Suburbano</i> (s/d)
3. União Republicana Progresso de Ricardo de Albuquerque	Irajá	Pinto Machado (orador oficial)	<i>Gazeta Suburbana</i> (1919)
4. Centro Republicano Progresso de Dona Clara	Irajá	Pinto Machado, Mariano Garcia, Xavier Pinheiro, Vieira de Mello, Eduardo Magalhães (oradores em eventos)	<i>Revista Suburbana</i> (1918); Seção “O Subúrbio” d’ <i>O Paiz</i> (1918)
5. Centro Político do Méier	Méier	Benjamin Magalhães (participação em festa)	Seção “O Subúrbio” d’ <i>O Paiz</i> (1918); <i>O Suburbano</i> (1920)
6. Centro Político dos Cardosos	Inhaúma		Seção “Notas Suburbanas”, d’ <i>O Jornal</i> (1919)
7. Concentração Republicana Suburbana	Subúrbio da Central	Benjamin Magalhães (sócio e orador oficial) e Eduardo Magalhães (sócio)	Seção “Nos Subúrbios” d’ <i>A Época</i> (1916)
8. Bloco Político Suburbano	Engenho de Dentro, Inhaúma		Seção “Política e Políticos”, da <i>Gazeta Suburbana</i> (1919)
9. Centro Político de Campo Grande	Campo Grande		“O Subúrbio” d’ <i>O Paiz</i> (1918)
10. Centro Político Rural	Marechal Hermes, Irajá	Pinto Machado (orador oficial e redator dos estatutos)	Miscelânea Pinto Machado (1920)
11. Centro Eleitoral Vicente Piragibe	Penha		“O Subúrbio” d’ <i>O Paiz</i> (1918)
12. Centro Republicano de Anchieta (criado após cisão no Centro de Melhoramentos de mesmo nome)	Irajá		“O Subúrbio” d’ <i>O Paiz</i> (1918)
13. União	Méier		“Nos Subúrbios” d’

Política Suburbana			<i>A Época</i>
14. Centro Independente Republicano Rio das Pedras	Irajá	José R. Vieira de Mello (secretário)	“Nos Subúrbios” d’ <i>A Época</i>

Fonte: Elaborada a partir de informações esparsas recolhidas na imprensa suburbana e jornais diários cariocas.

As agremiações fundadas em Engenheiro Leal, Dona Clara e Ricardo de Albuquerque tinham alguns aspectos em comum: eram áreas mais populares de Irajá e contavam com a participação de Pinto Machado, Mariano Garcia, Vieira de Mello e Dias da Cruz, jornalistas que ansiavam se estabelecer como intérpretes do operariado suburbano, e os dois primeiros, como se viu, eram lideranças do campo reformista do movimento operário. Com exceção da *União Operária do Engenho de Dentro*, as demais entidades criadas e/ou dirigidas por eles ao longo dos anos 1910 mantiveram suas sedes no centro da cidade (Tabela III).

No centro pró-melhoramentos de Engenheiro Leal, por exemplo, a *Gazeta Suburbana* explicitou o quão interessada estava a sua direção em educar e dirigir o operariado que ali vivia. A conquista dos melhoramentos ocorreria “(...) sem prejuízo de outros intuitos, como por exemplo, a realização de conferências cívico-políticas na respectiva sede, que se acha situada à rua Maria Passos n. 186”¹¹⁶. Contando em seus quadros, segundo o *Jornal do Brasil*, com “grande número de operários e proletários¹¹⁷”, a entidade foi uma das promotoras dos festejos em comemoração ao 1º de Maio em 1919:

Ecos de 1 de Maio

Foram brilhantíssimas as festas comemorativas da data em que os trabalhadores se reúnem, anualmente para em publico e nas suas associações de classe demonstrarem a coesão e a harmonia de vistas em face do grande problema social para cuja solução tanto se batem. Quer na zona urbana, quer na suburbana, não houve a menor alteração da ordem e tudo se fez na mais alegre expansão de solidariedade, causando ótima impressão nos homens de governo o movimento dos trabalhadores que tomaram parte nas manifestações em publico, e é forçoso confessar, mais do que nunca este ano esses trabalhadores deram aos senhores do capital demonstrações de força que, parecidos, os deixou de sobre-aviso.

¹¹⁶ “Engenheiro Leal quer melhoramentos”. *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 3.05.1919, p.1.

¹¹⁷ “No Centro Progressista de Engenheiro Leal”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, edição 30.04.1919, p. 9.

Entre as festas a que nos referimos destacamos as levadas a efeito na sede do “Sport-Club União”, na Villa Proletária Marechal Hermes, organizada e dirigida por Pinto Machado, nome bastante conhecido no nosso mundo operário, e na sede do Centro Progressista de Engenheiro Leal, organizada e dirigida por H. Dias da Cruz.

Na primeira, em que foi conferencista Mariano Garcia, houve uma parte teatral, levando-se à cena, em estrela a comedia “As costureirinhas”, de tese social e original de Pinto Machado; e, na segunda, em que foi conferencista Vieira de Mello (J.R.), houve magnífica parte musical, terminando com danças.

Os organizadores dessas festas, Pinto Machado e Dias da Cruz, foram alvo de felicitações entusiásticas pelo sucesso que obtiveram¹¹⁸.

Os nomes dos militantes que compareceram para conferenciar na entidade e no *Sport-Club União* administrado pela Vila Proletária Marechal Hermes eram, em parte, os mesmos que no início da década se envolveram ativamente na campanha pela eleição do marechal Hermes da Fonseca à presidência. Em Irajá, eles fundaram a *Junta Pró-Hermes* e posteriormente o *Centro Republicano de Irajá*, articulando essas iniciativas à imprensa do distrito. Antes de se fundir ao *Echo Suburbano* em meados de 1911, o *Jornal Suburbano*, dirigido por Henrique Dias da Cruz, estampou em suas páginas o protagonismo de seus jornalistas na fundação do centro político em Irajá:

Centro Republicano de Irajá

Foram eleitos para dirigirem este Centro politico os srs. *Tenente Victorino Tosta*, presidente; vice-presidente, Capitão João Maltez; secretario, *H. Dias da Cruz*; tesoureiro, *José Cardoso*, redator das publicações e orador oficial, *Capitão Antônio Augusto Pinto Machado*.

A posse será realizada dentre o mês corrente.¹¹⁹

Ao longo dos anos 1910, o *Echo Suburbano* tornou-se estratégico para esses militantes, permitindo expor aos leitores as ações que encaminhavam através do centro em nome dos interesses de Irajá, como fizera o presidente da entidade, Victorino Tosta:

(...) o Centro Republicano de Irajá, por diversas vezes, por intermédio de seu mais obscuro diretor, dirigiu-se às autoridades pedindo melhoramentos, alguns dos quais foram levados a efeito, como sejam a criação do armazém e a estação nova de “Magno”; foi o centro o

¹¹⁸ “Ecos de 1 de Maio”. *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 10.05.1919, p.2. Vale o registro da atuação de Pinto Machado também como autor de peça teatral encenada na comemoração além do destaque dado ao nome de alguns desses jornalistas pelas iniciativas em prol dos trabalhadores.

¹¹⁹ “Centro Republicano de Irajá”. *Jornal Suburbano*, Madureira, edição 28 de junho de 1911, p.1. Grifos meus.

primeiro a protestar contra a mudança da Agencia da Prefeitura para Bonsucesso, como se verifica na “Tribuna” de 2 de Maio de 1912, tendo nessa ocasião o signatário destas linhas convocado uma reunião, a qual não deu resultado (...) ¹²⁰

TABELA III – ENTIDADES DE TRABALHADORES

NOME	BAIRRO / DISTRITO SUBURBANO	JORNALISTAS ENVOLVIDOS	PERIÓDICOS QUE OS APOIARAM
1. União Operária do Engenho de Dentro	Engenho de Dentro, Inhaúma	Pinto Machado (Presidente); Vieira de Mello (representou a entidade no 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906)	<i>O Subúrbio</i> (1907-1908)
2. Confederação Brasileira do Trabalho (COB)	Centro. Acusava possuir sócios nos subúrbios	Pinto Machado (Presidente), Mariano Garcia (secretário)	Seção “Coluna Operária” d’ <i>A Época</i> (1912-13)
3. Liga do Operariado do Distrito Federal (LODF)	Centro. Acusava possuir sócios nos subúrbios	Mariano Garcia e Pinto Machado (diretores)	Seção “Coluna Operária” d’ <i>A Época</i> (1912-13)
4. União Protetora do Comércio Volante	Centro	Pinto Machado (presidente)	Seção “Coluna Operária” d’ <i>A Época</i> (1912-13)

Fonte: Elaborada a partir de informações esparsas recolhidas na imprensa suburbana e jornais diários cariocas.

Ao contrário dos centros criados em Engenheiro Leal, Dona Clara e Ricardo de Albuquerque, cujos sócios pretendiam, em nome da luta pelos melhoramentos, se elevarem à condição de lideranças e intérpretes dos anseios do operariado suburbano, em Rio das Pedras, na mesma Irajá, os fundadores do *Centro Triangular Progressista* se mobilizaram para lutar especialmente pelos interesses dos proprietários locais. Segundo a *Revista Suburbana*, o centro tinha como “fim cogitar dos melhoramentos materiais das localidades denominadas Rio das Pedras, Bento Ribeiro e Inharajá¹²¹. O que vai conseguindo com *acentuado interesse e desusada dedicação*”¹²². O presidente da associação, o capitão José de Almeida Marques, possuía prestígio entre os proprietários de Madureira. Em 1911, seu perfil figurou na sessão “Suburbanos Úteis”, do *Echo Suburbano*, onde foi descrito como “antigo comerciante, é atualmente advogado e

¹²⁰ “Carta aberta ao Capitão Pinto Machado”. *Echo Suburbano*, Madureira, edição e data desconhecidas. Miscelânea Pinto Machado. Grifos meus.

¹²¹ Inharajá era uma localidade do distrito de Irajá.

¹²² “Centro Triangular Progressista”. *Revista Suburbana*, Engenho Novo, edição 15 de setembro de 1918, p. 3. Grifos meus.

representante desta localidade junto ao Congresso Suburbano.”¹²³ Em 1918 liderou processo de mudança dos estatutos da entidade, agora chamada *Centro Progressista Suburbano*. A revisão da sua Lei Orgânica ocorreu para dar conta de interesses outros de seus membros. Conforme destacado no primeiro artigo, o centro mantinha o objetivo de fazer a “propaganda dos melhoramentos materiais da zona rural e subúrbios do Distrito Federal”, assim como a intenção de promover “a defesa dos direitos e interesses dos proprietários de veículos e demais associados (...)”¹²⁴.

Além de se unirem com objetivo de conquistar maiores investimentos públicos para construção e conservação de estradas de rodagem em Irajá, os associados também assumiram o compromisso de garantir para aquele território “abundância d’água, iluminação, higiene das ruas e praças, policiamento, profusão do ensino primário, quer diurno quer noturno, melhoria de horários das Estradas de Ferro ou outra qualquer empresa particular, de viação urbana (...)”¹²⁵.

Os estatutos revelam ainda o interesse da entidade em disponibilizar aos agremiados o serviço de despachante e advogado, bem como o da intermediação política, conforme explicitado pelo 16º artigo - “O *Centro* envidará esforços pela qualificação eleitoral de seus associados, a fim de poder manter o seu próprio prestígio, esforçando-se pela vitória do candidato que melhor convenha aos interesses do Centro.”¹²⁶ Logo abaixo, o parágrafo único esclarece que apenas a diretoria estaria apta a escolher os candidatos, estando a ela reservada a conveniência de levar tal consulta aos demais associados em uma Assembleia Geral.¹²⁷

Como parte das atribuições de militância que se auto impuseram, os jornalistas compartilhavam com os leitores as conquistas desses centros junto ao poder público. A seção suburbana d’*O Paíz* associou, em artigo sugestivamente intitulado “Instituição Útil”, que as obras realizadas pela Municipalidade em Rio das Pedras eram fruto das ações de um “grupo de esforçados e inteligentes suburbanos” que dirigiam o *Centro Triangular Progressista*:

O espirito associativo nesta capital, como em todo o pais, desenvolve-se extraordinariamente, produzindo sempre magníficos resultados.

¹²³“Suburbanos Úteis”. *Echo Suburbano*, Madureira, edição 22 de outubro de 1911, p.1.

¹²⁴*Estatutos do Centro Progressista Suburbano*, p. 2. Arquivo Nacional (BR, NA, Rio, 66. ESV).

¹²⁵*Estatutos do Centro Progressista Suburbano*, p. 2. Arquivo Nacional (BR, NA, Rio, 66. ESV).

¹²⁶*Estatutos do Centro Progressista Suburbano*, p. 6. Arquivo Nacional (BR, NA, Rio, 66. ESV).

¹²⁷*Estatutos do Centro Progressista Suburbano*, p. 6. Arquivo Nacional (BR, NA, Rio, 66. ESV).

Prova-o, de modo incontestável, o Centro Triangular Progressista, existente no Rio das Pedras, à rua João Vicente, no distrito de Irajá. Devido à iniciativa dessa associação, que está sendo dirigida por um grupo de esforçados e inteligentes suburbanos, de todas as classes, Rio das Pedras está melhorando consideravelmente, no que respeita aos serviços de obras e viação.

Por isso, dentro de poucos dias estarão concluídos os seguintes serviços: calçamento da rua João Vicente, colocação de varias bicas de agua, alargamento da rua Cataguazes, construção da principal ponte, limpeza de rios e valas, etc.

Isso importa em melhoramentos que muito concorrerão para o progresso da localidade, bastante populosa, e, entre as demais, a que melhor se presta aqueles que, de pouca renda, procuram habitar o subúrbio.

Bom seria se isso acontecesse em todas as localidades suburbanas. ¹²⁸

A informação de que o então prefeito Paulo de Frontin visitou a sede do centro em 1919, noticiada pela *Gazeta Suburbana*, reforça o quão ativos e relevantes esses centros se tornaram no jogo da política eleitoral estabelecida no segundo distrito eleitoral.¹²⁹ A própria imprensa suburbana não cansou de acusar, desde o início dos anos 1910, a relação que alguns deles estabeleceram com alguns nomes dos círculos políticos municipais e nacionais.

Em 1911, o então intendente Fonseca Telles compareceu a uma das reuniões do *Comitê Central de Melhoramentos em Irajá* para se inteirar sobre as demandas apresentadas pela direção como sendo de toda a população do distrito. Em 1919, a *Gazeta Suburbana* noticiou a presença dos intendentes Alberto Beaumont de Abreu e João Baptista Pereira – eleitos para a legislatura 1919-1922 – em sessão solene organizada pela *União Republicana Progresso de Ricardo de Albuquerque*, a mesma que anunciava a pretensão de se dirigir ao então prefeito Carlos Sampaio com o intuito de conquistar investimentos para a localidade¹³⁰. No *Círculo Pró-Melhoramentos em Irajá*, por sua vez, o desejo de suas lideranças foi alimentado, em grande medida, pelo incômodo que nutriam em relação ao desempenho de um intendente municipal com base eleitoral em Irajá, Manoel Luiz Machado. Segundo testemunho da *Gazeta Suburbana*, a sua atuação no Legislativo municipal não estaria gerando nenhum benefício para a população local, razão pela qual reforçou e legitimou decisão da entidade de se manter afastada dos políticos pretendentes ao cargo de patronos.¹³¹ Para os integrantes do *Centro de Melhoramentos de Sapê e Vila de Santa Teresa*, o vínculo

¹²⁸ *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 8 de março de 1918, p. 11. Grifos meus.

¹²⁹ *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 17 de maio de 1919, p. 1.

¹³⁰ *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 19 de junho de 1920, p. 2.

¹³¹ *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 5 de junho de 1920, p. 6. Grifos meus.

com políticos e o apoio eleitoral às suas candidaturas era uma realidade. Demonstrando que as posições políticas assumidas pelo jornal dependiam das relações estabelecidas pelos próprios jornalistas no campo político, a coluna “Política e Políticos”, assinada por pseudônimo de alcunha Theócrito, publicou nota naturalizando esse tipo de vínculo:

(...) esteve soberba a festa do Centro de Melhoramentos de Sapê e Vila de Santa Teresa, no distrito de Irajá, realizada domingo passado, às 16 horas, em homenagem aos srs. Deputados Mendes Tavares e intendente Alberto Beaumont, J. Baptista Pereira e Coronel Arthur Menezes. Nessa festa verificamos que a população daquelas localidades está firme em sustentar nas urnas os nomes acima referidos sempre que eles forem indicados ao eleitorado para quaisquer cargos eletivos. Já é alguma coisa.”¹³²

No *Centro Progressista de Engenheiro Leal*, diferentes afinidades políticas tinham o poder de gerar conflitos entre os agremiados e, nesses casos, a imprensa muitas vezes assumia um lado. A *Gazeta Suburbana* se posicionou favorável à postura do presidente Henrique Dias da Cruz quando este acusou uma parte dos seus companheiros de atuarem para elevar o deputado federal Vicente Piragibe ao posto de patrono do centro, uma verdadeira “mudança de orientação com que tem sido esse centro dirigido até esta data.”¹³³ Ainda que solidária ao diretor, a própria *Gazeta* já havia publicado que fora Piragibe e o então candidato a uma vaga de intendente do Conselho Municipal, Adolfo Bergamini, os responsáveis pela conquista de iluminação elétrica para as ruas da localidade. Assim como Vicente Piragibe, Adolfo Bergamini era jornalista, com passagens pelas principais redações da cidade, como *Gazeta de Notícias*, *O Século*, *Folha do Dia* e *Jornal do Comércio*. Em 1919, além de ter-se bacharelado advogado, fundou, ao lado de Renato de Toledo Lopes, o diário *O Jornal*¹³⁴. No mesmo ano, compôs a chapa organizada pelo *Partido Republicano do Distrito Federal* para intendente pelo segundo distrito, ao lado de nomes como Honório dos Santos Pimentel, Mário Piragibe (irmão do deputado Vicente Piragibe), Alberico Dias de Moraes, dentre outros.¹³⁵

¹³²“Política a Políticos”. *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 11 de dezembro de 1920, 1. Grifos meus.

¹³³“Sociedades”. *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 2 de agosto de 1919, p.2.

¹³⁴Sobre Adolpho Bergamini, conferir nota biográfica escrita por Sílvia Pantoja em: ABREU, Alzira Alves de (coord. Geral). *Dicionário histórico biográfico da Primeira República, 1889-1930*. [Recurso Eletrônico]. FGV, 2015.

¹³⁵*O Jornal*, Rio de Janeiro, edição 9 de outubro de 1919, p. 9. As informações sobre as chapas apresentadas pelo partido foram publicadas na seção “A Pedidos”. O próprio Adolpho Bergamini pede votos para os nomes que compunham as chapas para o primeiro e segundo distritos.

A posição do jornal a respeito de Vicente Piragibe variava de acordo com a conjuntura e o assunto abordado. Nas eleições daquele ano destinadas a renovar parte das cadeiras do Congresso Nacional, a seção “Política e Políticos” pediu voto para o candidato Manoel Madruga, concorrente de Vicente Piragibe e Fonseca Telles no segundo distrito. Isso, no entanto, não impediu sua direção de apontar em seu noticiário o político como o principal agente público responsável pelo avanço da iluminação elétrica nas ruas daquelas zonas. Em junho de 1919, divulgou as homenagens recebidas pelo deputado prestados por moradores e suas entidades em duas localidades de Inhaúma, uma situada entre o Engenho de Dentro e a Praça do Encantado, e outra no chamado Campo dos Cardosos. Na primeira, a festa fora realizada pela direção da *Associação Comercial Suburbana*. No Encantado, coube ao *Centro Político Campo dos Cardosos*, dirigido por Adolpho Bergamini, a recepção ao político. Integrantes de chapas eleitorais rivais, ambos se uniam quando o assunto era a propaganda eleitoral de suas campanhas no distrito de Inhaúma. As associações, por sua vez, reforçavam os vínculos com aqueles representantes do segundo distrito da capital que exerciam cargos eletivos, apostando no potencial da negociação política.¹³⁶ Em outubro, finalizada a apuração dos votos, ambos comemoraram a vitória das suas respectivas campanhas no processo eleitoral.

A iniciativa pró criação de uma associação para representar os comerciantes suburbanos no campo da negociação político-institucional revela um passo adiante de segmentos da classe proprietária suburbana no campo associativo (Tabela IV).

TABELA IV - ENTIDADES PROPRIETÁRIOS E NEGOCIANTES

NOME	BAIRRO / DISTRITO SUBURBANO	JORNALISTAS ENVOLVIDOS	PERIÓDICOS QUE OS APOIARAM
1. Associação Beneficente Comercial Suburbana (depois chamada Associação Comercial Suburbana)	Piedade, Inhaúma	Benjamin Magalhães (sócio advogado), Eduardo Magalhães (sócio) e Pinto Machado (sócio benemérito)	<i>Revista Suburbana</i> (1918); <i>Gazeta Suburbana</i> (1919-1920); Seção “Nos Subúrbios” d’ <i>A Época</i> (1916-17) e “O Subúrbio” d’ <i>O Paiz</i> (1918)
2. Sociedade União Comercial Suburbana	Engenho de Dentro, Inhaúma	Eduardo Magalhães (sócio benemérito)	Seção “Nos Subúrbios” d’ <i>A Época</i> (1916-17)

¹³⁶ *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 14 de junho de 1919, p. 1.

Fonte: Elaborada a partir de informações esparsas recolhidas na imprensa suburbana e jornais diários cariocas.

A primeira sede da *Associação Beneficente Comercial Suburbana* foi instalada à rua Dr. Manoel Vitorino, em Piedade. Expressando o vínculo dos seus iniciadores com o subúrbio da central, os estatutos da agremiação determinavam que sua sede social jamais deixasse de estar localizada entre São Francisco Xavier e Madureira, área que abrigava o comércio mais pujante de todo o subúrbio carioca. Ainda que entre seus fundadores houvesse a intenção de atrair proprietários de todos os ramos da economia – como os industriais e produtores rurais –, o objetivo maior da entidade era mesmo organizar e dirigir os comerciantes. Conjugando funções beneficentes com aquelas típicas de um incipiente sindicalismo patronal, seus iniciadores propuseram fundar desde cooperativas de produção e consumo até escola, hospital e asilo para os associados e seus familiares, bem como a criação, no futuro, de um jornal diário “para defender em tudo o que for necessário, não só o comércio e a propriedade, mas tudo o que julgar conveniente, *sendo esse jornal o veículo, onde todos devem se congregarem, e pelo qual se deve fazer a propaganda da união*”¹³⁷.

Mesmo sem jamais ter disposto desse órgão oficial, a entidade de classe contou, ao longo da segunda metade dos anos 1910, com a pena dos principais nomes do periodismo suburbano que, a partir de diferentes níveis de vinculação, exerceram a função de ativos propagandistas dos interesses desse grupo na imprensa, de maneira que invariavelmente assumiam tanto o papel de redatores quanto de personagens dos eventos e atividades que se transformavam em conteúdos jornalísticos que estampavam suas folhas. Os irmãos Magalhães, por exemplo, proprietários de uma tipografia em Sampaio¹³⁸, eram sócios da agremiação, sendo que o mais velho, Benjamin Magalhães, ainda atuou como seu primeiro advogado. Em grande medida, foi a partir do estreito vínculo com o comércio local que ambos se voltaram para o exercício da prática jornalística. A longevidade de *O Suburbano* demonstra o prestígio alcançado pelos irmãos entre os negociantes da cidade, em especial os comerciantes e profissionais liberais, que não apenas os amparavam através do acolhimento de assinaturas, como também com a compra de espaço publicitário no jornal, evidência que afirma o quão significativo fora sua base de leitores ao longo do tempo.

¹³⁷ *Estatutos da Associação Beneficente Comercial Suburbana*, p. 1. Arquivo Nacional (BR, NA, Rio, 66. ESV). Grifos meus.

¹³⁸ Estava instalada na Rua Vinte e Quatro de Maio, 413, Estação de Sampaio.

Anos antes, em 1911 e 1912, Eduardo Magalhães já havia demonstrado o quão sólido era seu nome entre os integrantes desse grupo ao tornar-se diretor do *Almanaque Suburbano*. Contratado por Coriolano Rossi, dono da *Tipografia Suburbana*, para dirigir o mais completo compêndio da vida social já produzido nos e para os subúrbios, o jornalista conseguiu, nas mais de cem páginas que compunham cada uma das duas edições, estampar reclames de firmas estabelecidas nos mais diferentes pontos do Distrito Federal. Esse amparo mereceu, inclusive, um agradecimento público no momento em que se dirigia aos leitores no artigo de apresentação – “Destaco, muito desvanecido, o auxílio poderoso do adiantado comércio, que, ainda uma vez, honrou-me com a sua confiança. Para essas acreditadas casas peço a preferência dos leitores”¹³⁹. O sucesso comercial do empreendimento seguramente pesou na escolha dos irmãos para a redação da seção suburbana do diário *A Época* logo em sua estreia, em 1912.

Diretamente interessados no fortalecimento do comércio suburbano, e experientes na lide jornalística, os irmãos Magalhães acabaram tornando-se lideranças respeitadas no meio, razão pela qual figuraram não apenas como sócios da *Associação Beneficente Comercial Suburbana*, como também da *Sociedade União Comercial Suburbana*. Esta última, fundada bem próxima de sua congênere, teve vida efêmera. Seu presidente, Antônio Queiroz da Silva, veio a se tornar, em 1919, presidente da entidade de Piedade, sucedendo Antônio Francisco Corrêa. Em 1916, Eduardo Magalhães também era sócio da *União Comercial* e encampou, na seção “Nos Subúrbios” as ações conduzidas pelas entidades para evitar a aprovação, pelo Conselho Municipal, de projeto defendido pela administração Azevedo Sodré de equiparação dos tributos cobrados pela Prefeitura aos comerciantes da zona suburbana aos da zona urbana. Os irmãos Magalhães deram destaque e apoio ao longo do final de 1916 às várias reuniões organizadas por suas direções¹⁴⁰, as discussões dos sócios¹⁴¹, e a pressão que juntos exerceram junto ao Conselho Municipal, destinatário de petições formuladas pelas duas entidades¹⁴².

A análise de toda essa movimentação, longe de fortalecer teses que compreendem o campo da política formal desenvolvido na capital como um espaço meramente dominado pelos interesses dos detentores do poder, traz indícios da existência de um eleitorado nos subúrbios consciente dos seus direitos. Os diversos

¹³⁹ *Almanaque Suburbano para o ano 1912*. Sampaio, 1912, p.10.

¹⁴⁰ “Nos Subúrbios”. *A Época*, edição 7.09.1916, p.5.

¹⁴¹ “Nos Subúrbios”. *A Época*, edição 22.10.1916, p.4.

¹⁴² “Nos Subúrbios”. *A Época*, edição 18.10.1916, p.6.

tipos de agremiações suburbanas criadas desde a década de 1910 na cidade parecem ter exercido um papel estratégico no jogo da negociação política, muito antes da chegada ao poder do grupo liderado por Getúlio Vargas.

Ao refletir sobre a conjuntura política e social que engendrou a criação do *Partido Autonomista do Distrito Federal* nos primeiros anos do governo Vargas, Carlos Eduardo Sarmiento concluiu que todo o agitado debate em torno desse tema teria propiciado uma completa redefinição do campo político da cidade, permitindo tanto a incorporação de novas lideranças como de novos segmentos da população ao jogo político.¹⁴³ O autor expressa sua concordância com as análises de autores como José Murilo de Carvalho¹⁴⁴ e Marcos Guedes Veneu¹⁴⁵, para quem as forças internas da política carioca tinham na possibilidade interventiva do governo federal um limite para sua atuação. O fato de o governo da União indicar o prefeito do Distrito Federal e de o Senado atuar como árbitro nos conflitos envolvendo a Prefeitura e o Conselho Municipal, provaria os limites institucionais impostos aos chefes políticos cariocas. Segundo o autor, esse quadro teria resultado no estreitamento dos espaços de atuação desses grupos, na medida em que para construir uma hegemonia interna era necessário se aliar com forças externas ao campo político carioca¹⁴⁶.

A “atrofia da política” exercida na cidade seria uma das responsáveis por manter, no período da Primeira República, um restrito grupo no controle dos serviços públicos ofertados à população, responsável por cultivar um tipo de relação entre governantes e governados que afastava estes últimos da plena cidadania política. Ou seja, o controle desses serviços por uma minoria incrustada no poder ampliaria as possibilidades de domínio sobre suas redes de clientela e, por conseguinte, sobre toda a estrutura política da cidade. A manutenção dessa correlação de forças, no entanto, tenderia a ruir a partir da década de 1920 por causa do expressivo aumento populacional verificado na cidade. Segundo Sarmiento, a perpetuação de um reduzido universo de cidadãos ativos fatalmente conduziria ao aumento dos conflitos caso o modelo político e administrativo da capital continuasse o mesmo¹⁴⁷.

¹⁴³ SARMENTO, Carlos Eduardo B. *Autonomia e Participação: o Partido Autonomista do Distrito Federal e o campo político carioca (1933-1937)*. Tese de Doutorado em História, UFRJ, 1996, p. 42.

¹⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

¹⁴⁵ VENEU, Marcos Guedes. *Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895*, op. cit..

¹⁴⁶ SARMENTO, Carlos Eduardo B. *Autonomia e Participação*, op., cit., pp. 40-41.

¹⁴⁷ Idem, p. 42.

A questão de fundo levantada pelo autor pode ser inscrita no debate sobre as questões em torno da representação política. Não parece haver dúvida entre os pesquisadores desse período de que a política institucional estruturada na Primeira República fora pensada para a incorporação de um limitado contingente de cidadãos. O reduzido número de eleitores na cidade e a baixa participação destes nos pleitos eleitorais ao longo dessa primeira fase republicana (1889-1930) seriam provas irrefutáveis desse tipo de arranjo institucional que, aliás, vinha desde a última reforma eleitoral realizada durante o Império.¹⁴⁸ Porém, o que este capítulo tenta demonstrar é que, a despeito do ordenamento legal marcadamente restritivo criado pelos detentores do poder para limitar a participação política, os diversos segmentos da população habitante dos subúrbios, que lentamente iam se organizando, se destacaram por uma atuação ativa frente às instituições, fossem elas de responsabilidade da União, da Prefeitura ou o próprio Conselho Municipal. Sobre este último, o historiador Marcelo de Souza Magalhães já havia demonstrado em sua pesquisa sobre a política carioca no início do regime republicano (1892-1902), que os cidadãos do Distrito Federal acionavam o legislativo municipal em busca de respostas para suas demandas. O autor identificou e analisou dezenas de ofícios enviados pela população aos intendentess, bem como acompanhou a cobertura jornalística realizada por vários veículos de imprensa da cidade em relação ao desempenho do Conselho Municipal. Ao voltar-se para a atuação legislativa, Magalhães identificou um profícuo diálogo entre a população e seus representantes, levando-o a afirmar que uma fração considerável dos cidadãos do Rio de Janeiro efetivamente contava, para a resolução dos seus problemas, com o trabalho do legislativo municipal¹⁴⁹.

¹⁴⁸José Murilo de Carvalho lembra que a legislação eleitoral aprovada na Constituição de 1891 manteve as mesmas restrições previstas na última reforma aprovada no período imperial, em 1881: analfabetos, mulheres, além de mendigos, menores de idade, praças de pré e membros de ordens religiosas não podiam votar. Ainda que tenha sido abolido o critério censitário, 80% da população da cidade fora excluída do direito ao voto. No entanto, o autor destaca que mesmo os cidadãos autorizados a exercer esse direito deixavam de comparecer aos pleitos eleitorais. Os números são espantosos: “(...) Para a eleição da Constituinte em 1890, foram listados 28.585 eleitores, ou seja, 28% do eleitorado potencial, 9,5% da população adulta, 5,5% da população total. Nas primeiras eleições diretas para presidente, em 1894, votaram apenas 7.857 pessoas, ou seja, 7% do eleitorado potencial, 1,3% da população. Em 1896 os alistados tinham subido para 42.252, mas nas eleições deste ano para o Congresso votaram 13.127 eleitores, o que correspondia a 31% dos alistados, 13% do eleitorado potencial, 2,5% da população total.” Essa situação, afirma o autor, permaneceu a mesma ao longo de toda a Primeira República. Conferir em: CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados*, op. cit., pp. 85-86.

¹⁴⁹MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da Política. A Capital Federal, 1892-1902*. Tese de Doutorado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004, pp. 136-137.

A compreensão, por parte de grupos suburbanos, de que eram portadores de certos direitos assim como de força econômica e política os levou a se organizar através de associações que, independente do seu caráter – recreativo, de socorro mútuo, republicano, político-reivindicativo – exerceram o papel de intérpretes dos seus anseios frente às autoridades. A presença e atuação de políticos no cotidiano dessas associações pode induzir pesquisadores filiados à linha historiográfica inaugurada por José Murilo de Carvalho a interpretá-las como meros instrumentos dos seus interesses eleitorais, afinal, não haveria espaço para negociações naquele arranjo institucional restrito. Até porque, segundo a análise defendida por Carvalho, as classes populares tinham plena consciência de que o sistema político sob a República estava fechado para a sua participação e, por conseguinte, para seus anseios, demandas e críticas. Logo, não faria sentido insistir pela sua incorporação àqueles aparelhos de representação política.

O historiador Carlos Eduardo Sarmiento entende que essa relação era marcada pela construção de redes de clientela, onde os detentores do poder manipulavam seus interesses eleitorais a partir do controle dos serviços públicos. Reiteradamente, o historiador utiliza como explicação para sua análise sobre essa dinâmica o conceito de “parolagem e clientela”. Sua contribuição ao debate seria de grande ajuda se ele demonstrasse quem eram esses homens e quais os aparelhos do Estado republicano que os mesmos controlavam. Um autor que avançou nessa discussão foi Américo Freire, que no seu estudo sobre a transformação do Rio de Janeiro em capital da República buscou apresentar como atuava um grupo político com base eleitoral nos distritos rurais e menos populosos da cidade: Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Liderados inicialmente por Tomás Delfino, o grupo foi composto por nomes como Augusto de Vasconcelos (Campo Grande), Raul Barroso (Guaratiba) e Felipe Cardoso Pires (Santa Cruz). Ao longo das primeiras décadas republicanas, o grupo se notabilizou pelas seguidas vitórias eleitorais, tanto na esfera municipal (Conselho Municipal) quanto na federal (Congresso Nacional) e pelo alto índice de participação dos eleitores destes distritos, muito acima do verificado em outros distritos mais populosos da cidade.¹⁵⁰

Ao buscar compreender de que maneira aquele grupo político estruturava seu campo de atuação na política carioca, Américo Freire recorreu à análise de Marcos

¹⁵⁰ Américo Freire relata que, na eleição senatorial de 1892, a participação dos eleitores aptos a votar nas freguesias urbanas não passava de 10 a 15% do total, enquanto que em Sana Cruz, uma das áreas do triângulo, esse índice chegou a 50%. Conferir em: FREIRE, Américo. *Uma Capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000, pp. 171-172.

Guedes Veneu, para quem as áreas rurais da cidade do Rio de Janeiro ainda conservavam traços de relações sociais típicas do chamado coronelismo, diferente das existentes nas demais regiões da capital, onde se sobressaíam relações clientelísticas que seriam fruto do processo de “metropolização”, caracterizado pela emergência de relações de clientela estruturadas pelo controle, pelos detentores do poder governamental, dos serviços urbanos cada vez mais demandados por uma população crescente.¹⁵¹ Seguindo essa linha interpretativa, Américo Freire conseguiu demonstrar as origens sociais dos políticos do Triângulo e as funções que exerceram nos aparelhos governamentais. Augusto de Vasconcelos e Raul Barroso, por exemplo, eram médicos e foram delegados de higiene no período imperial. Segundo Freire, o exercício dessa profissão conferia a eles enorme prestígio político naquelas paragens. Já Felipe Cardoso Pires fora diretor, nos anos 1880, do Matadouro de Santa Cruz, principal agência da municipalidade nas áreas rurais.¹⁵² Ao longo da República, o poder desse grupo teria crescido enormemente, afirma Freire, na medida em que atuavam como intermediários entre a população e os serviços públicos, fortalecendo seus nomes e os viabilizando eleitoralmente.

É digno de reconhecimento o esforço de Américo Freire em reconstruir a história da política carioca através das relações estabelecidas entre os potentados e seu eleitorado nos distritos mais distantes, possibilitando dar concretude a esse processo histórico. No entanto, até pela limitação de fontes, é sempre difícil reconstruir as intencionalidades e os interesses que moviam o outro lado dessa história, a saber, os dos eleitores. Da maneira como essa relação tem sido contada até aqui, estes, ainda que diminutos frente ao total da população daquele período, sempre aparecem como uma espécie de massa de manobra despolitizada ou alienada e presa fácil frente aos interesses dos chefes políticos locais. As histórias contidas nos periódicos suburbanos, especialmente no campo do associativismo e de algumas campanhas públicas que mobilizaram seus jornalistas ao longo das duas primeiras décadas do século passado parecem indicar outras possibilidades interpretativas. Nos capítulos seguintes procurarei avançar nessa direção.

¹⁵¹ Idem, p. 175.

¹⁵² Idem, p. 176.

CAPÍTULO 2: PELO DIREITO DE RECLAMAR E EXIGIR: O CONGRESSO SUBURBANO.

A segunda edição da *Gazeta Suburbana* estampou em sua primeira página dois artigos que expressariam a linha editorial privilegiada pela folha ao longo da década que se iniciava. O primeiro se dirigiu ao leitor através de sugestiva pergunta – “Por que vive desprezada a zona suburbana?” enquanto o segundo, abrigado na seção “Em ar de conversa”, refletiu sobre a febre das seções suburbanas mantidas pela imprensa diária da cidade. Ao responder a pergunta que abriu o jornal, o redator do artigo de fundo cunhou máximas que seguramente eram compartilhadas pela audiência que aos poucos ia se habituando a ler o novo semanário em circulação nos subúrbios:

(...) os subúrbios, apesar de seu desenvolvimento, são desprezados pelas autoridades municipais. *Ninguém pode contestar tal afirmação (...). Nós moradores dos subúrbios concorreremos para os cofres da Prefeitura e do Tesouro; nós também pagamos impostos prediais, licenças, pena d’ água, e outras coisas mais; portanto temos o direito de reclamar, de exigir que melhorem nossa situação*¹⁵³.

A narrativa contida no artigo expressa em grande medida o sentido militante que o jornalismo assumiu para aqueles que ansiavam ocupar os postos de intérpretes e guias dos suburbanos na esfera pública. Suas avaliações sobre os subúrbios eram alicerçadas em uma elaboração intelectual que associava o desenvolvimento material ali existente puramente ao esforço privado dos proprietários locais, vítimas de um desprezo governamental que pouco ou nada fazia para dignificar as zonas que os constituíam. Assertivas como “nós moradores dos subúrbios” temos o direito “de reclamar, de exigir que melhorem nossa situação” expressas no plural produziam e alimentavam uma ideia de unidade que evidentemente não existia. A coletividade para qual se dirigia o redator da *Gazeta* era, como o próprio texto explicita, aquela composta por proprietários, comerciantes, homens de negócios e profissionais qualificados que integravam as pequenas redes comunitárias nas quais os próprios jornalistas estavam inseridos e se reconheciam como “nós” os “moradores dos subúrbios”. Eram, enfim, aqueles que pagavam impostos e cujas rendas alimentavam o luxo de outras paragens.

¹⁵³ “Por que vive abandonada a zona suburbana?”. *Gazeta Suburbana*, Todos os Santos, edição 15.09.1910, p.1. Grifos meus.

A tentativa de incorporação dos anseios desses influentes moradores / leitores suburbanos pelos diários da imprensa empresarial nem sempre foi avalizada como eficaz por aqueles que colaboravam para a imprensa suburbana. O redator da *Gazeta* sugere as razões:

Quase todos os nossos jornais mantêm uma secção suburbana, destinada aos interesses destainfeliz zona. Quem lê a tal secção notará logo a mais completa uniformidade: em geral é sempre isto: “e os moradores da rua tal... reclamam contra a falta de capinação”; ou então: “chamamos a atenção do delegado do distrito contra a vagabundagem que se reúne todas as noites, na esquina da rua...”. E, ocupando um longo espaço, vem logo uma notícia de aniversário ou casamento, com o nome de todas as senhoritas presentes ao baile ou ao jantar.

Qual é o resultado de tudo isso?

Ainda estou para ver. Quem deveria ler as tais secções finge não ter tempo (...)¹⁵⁴.

O articulista demonstra extrema insatisfação com o perfil editorial das seções suburbanas que prevaleceu nos jornais diários mais vendidos da cidade. Ele critica o modelo uniforme que as estruturavam, baseadas na publicação de cartas “resumidas” dos leitores com “reclamações” diversas e no excesso de espaço destinado a noticiar eventos sociais como festas de aniversário e casamentos. A crítica à forma como essas seções eram editadas não expressa apenas sua visão como leitor dos diários, mas também a sua própria experiência como cidadão-reclamante. O autor relata que após o envio de uma extensa carta denunciando o estado de sua rua ao redator de uma dessas seções (não identificada), o conteúdo publicado se resumiu a míseras duas linhas. Como não houve a solução do seu problema, o jornalista questionou a real função daquela (e de outras) seção suburbana. Ou seja, se era apenas para abrir espaço à reclamação ou demandas ou noticiar acontecimentos sociais, para ser um mero conteúdo destinado a preencher espaços, o sentido maior dessas seções perdia o seu significado.

A contrariedade com os limites de um jornalismo que se limita a divulgar as “queixas e reclamações” alimentou, como se viu no capítulo anterior, a febre associativa entre as camadas médias suburbanas em torno de associações organizadas para conquistar maiores investimentos públicos na infraestrutura urbana de seus bairros ou zonas. Para a *Gazeta Suburbana* havia na cidade uma experiência associativa de sucesso que deveria ser seguida por aqueles que comungavam do mesmo ideal. Ele se referia à

¹⁵⁴Joãosinho. “Em ar de conversa”. *Gazeta Suburbana*, Todos os Santos, edição 15.09.1910, p.1. Grifos meus.

criação da *Associação Beneficiadora de Vila Isabel* em 1910 por um grupo de moradores que em pouco tempo havia conquistado obras de melhoramentos para a localidade. Ou seja, para o autor foi “necessário que se criasse uma associação destinada especialmente a cuidar com todo o interesse dos melhoramentos precisos do bairro, para que (...) em pouco tempo sua ação se fizesse sentir beneficentemente, transformando-o”¹⁵⁵.

Se por um lado a iniciativa dos proprietários e negociantes de Vila Isabel¹⁵⁶ serviu de inspiração para a criação de entidades com perfil e objetivos parecidos, como foi o caso do *Comitê Central de Melhoramentos em Irajá*, por outro alimentou expectativas ainda mais audaciosas. O mesmo Pinto Machado que em Irajá se unia a outras lideranças na criação de um centro pró-melhoramentos, decidiu que chegara o momento de, através da seção suburbana que redigia para *A Tribuna*, conduzir uma campanha pública com a pretensão de aglutinar forças em nome de uma causa que entendia ser comum a todos os suburbanos. Logo, rechaçando o *modus operandi* das seções que apenas burocraticamente divulgavam as demandas dos habitantes suburbanos e notícias sobre eles na imprensa diária, transformou o espaço que redigia n’*A Tribuna* em polo articulador das demandas e projetos de cidade dos segmentos mais influentes “da desprezada zona suburbana”.

Neste capítulo, portanto, abordarei a mobilização pela criação do *Congresso Suburbano*, assim como sua atuação e as principais demandas oficiadas pela entidade às instâncias de poder da cidade, procurando avaliar o papel da imprensa na sua viabilização. Ao mapear os conteúdos desses órgãos, surge não apenas a figura do morador insatisfeito com uma urbanidade parcial ou precária, ainda distante do ideário de modernidade ditado pelo centro renovado, como também vozes questionando a maneira como a cidade era governada e os mecanismos comumente empregados para a distribuição do investimento público nos diferentes distritos que a compunham.

¹⁵⁵“Por que vive abandonada a zona suburbana”. *Gazeta Suburbana*, Todos os Santos, edição 6.10.1910, p.1.

¹⁵⁶Eduardo Silva afirma que esta foi a primeira associação de bairro criada no país. Reunindo moradores, proprietários e negociantes, a entidade tinha vários objetivos, dentre os quais o de defender o desenvolvimento moral e intelectual do bairro; estabelecer pontes de contato com os poderes públicos; criação de escolas elementares e profissionais, diurnas e noturnas; a fundação de biblioteca; a defesa de construção de casas baratas e higiênicas para a população proletária; a criação de uma policlínica, etc. SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 36-37.

2.1: “Os guardas avançados da causa suburbana”¹⁵⁷

A rede social articulada em torno das (e pelas) ações de Pinto Machado em Irajá, cuja capacidade de mobilização se estendia para o distrito de Inhaúma, acreditava na organização e ação coletivas. Além das associações nas quais participou, o jornalista e seu grupo se comprometeram a viabilizar uma agremiação com a pretensão de representar os interesses de todas as localidades suburbanas. Em julho de 1911, Pinto Machado lançou em sua coluna “Subúrbios” n’*A Tribuna* campanha destinada a criar o chamado *Congresso Suburbano*:

(...) onde todas as localidades sejam representadas por três cavalheiros cada uma e lembrados e discutidos os melhoramentos a obter dos poderes públicos.

O congresso funcionará nos subúrbios, durante dez ou mais dias, tendo assento no mesmo os intendentes municipais do 2º distrito, os jornalistas suburbanos e os representantes das localidades, que em tais casos serão eleitos pelo povo.

Para conseguir-se saber quais os representantes de cada localidade, *A Tribuna* aventa a eleição, publicando um “cupom”, por meio do qual o público poderá dirigir-nos o nome do cavalheiro que julgar digno de ser o representante desta ou daquela localidade.

O concurso durará um mês, e as normas do Congresso serão publicadas após ouvirmos algumas opiniões a respeito da ideia que aventamos e para qual solicitamos consideramos de todos os que se interessam pelo bem estar dos subúrbios.¹⁵⁸

Ainda que o Congresso viesse a contar com a participação dos intendentes eleitos pelo segundo distrito, a ideia em si revelava o desejo dos setores intermediários daquela sociedade, proprietários e comerciantes suburbanos de se fortalecerem frente às instituições públicas e os representantes políticos carioca. Em relação ao poder legislativo, a cidade do Rio de Janeiro, além de ser o Distrito Federal e abrigar o poder Executivo federal, também passou a contar com um poder Executivo municipal, o Conselho Municipal, conforme projeto de lei aprovado em 1892, representado na figura do prefeito, escolhido pelo Presidente da República.¹⁵⁹ Logo, o eleitorado da cidade, dividido em dois distritos, um urbano (primeiro) e outro suburbano (segundo distrito),

¹⁵⁷ Expressão cunhada por Pinto Machado para se referir aos mais engajados militantes da causa suburbana no seio do Congresso. Conferir em: *Echo Suburbano*, Madureira, edição 19 de novembro de 1916, p.1. Miscelânea Pinto Machado.

¹⁵⁸ “Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 6.7. 1911, p.3.

¹⁵⁹ Lei Federal nº 85, de 20 de setembro de 1892. Estabelece a organização municipal do Distrito Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-85-20-setembro-1892-541262-publicacaooriginal-44822-pl.html>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

elegia, além do chefe do poder executivo federal, integrantes dos dois legislativos sediados na capital: os intendentes municipais e os membros da bancada carioca do Congresso Nacional, os deputados federais e senadores.

Na proposta elaborada por Pinto Machado, ao lado dos intendentes, também ganhavam assento no *Congresso Suburbano*, sem precisar passar por eleições, os jornalistas suburbanos. Os demais representantes, três por cada localidade, seriam escolhidos através do processo eleitoral organizado pela sessão “Subúrbios” d’*A Tribuna*. Segundo as regras criadas por Pinto Machado, qualquer leitor do jornal poderia se transformar em eleitor, bastando para isso preencher os cupons publicados no jornal ao longo de um mês.

A ideia do congresso teve pronta acolhida entre aqueles que integravam a rede de comunicação social suburbana e, em especial, os grupos articulados em torno de Pinto Machado. Ao longo do segundo semestre de 1911, na medida em que os cupons eram preenchidos e devolvidos pelos leitores à agência suburbana do diário, os resultados parciais eram publicados com os nomes dos mais votados por cada localidade. Ao mesmo tempo, a campanha ganhava as páginas dos periódicos suburbanos. Em Irajá, Pinto Machado se articulava por meio do *Echo Suburbano*. Através do artigo de fundo, defendeu a iniciativa e reforçou o protagonismo dos jornalistas suburbanos na condução da campanha:

O redator da seção “Subúrbios”, “d’A Tribuna”, aventou a realização de um Congresso Suburbano, onde todas as localidades sejam representadas, e no qual sejam discutidos melhoramentos necessários à enorme zona suburbana que vai de S. Francisco Xavier a Anchieta, Irajá, Jacarepaguá, Santa Cruz, Guaratiba e Penha.

A ideia foi acolhida com fervor por vários cavalheiros empenhados no progresso dos subúrbios, entre os quais os jornalistas: *Miranda Roza, Xavier Pinheiro, Eduardo Magalhães, Dias da Cruz, De Wilton Morgado e outros*. (...)

Dos eleitos pela votação “d’A Tribuna”, será escolhida a comissão organizadora do Congresso, e essa comissão naturalmente terá poderes para escolher como membros todos os cavalheiros de boa vontade que se proponham a lembrar melhoramentos e benefícios.

O congresso reunindo-se, tornará publico ao menos as necessidades imperiosas dos subúrbios, patenteará publicamente o descaso dos governantes para com a enorme zona cujos moradores pagam direitos como os habitantes do centro da cidade. (...)

O “*Echo Suburbano*”, parte mínima da imprensa carioca, aqui está, aplaudindo a útil ideia da organização do Congresso, e oferecendo tudo o que estiver a seu alcance para que se torne uma realidade.

A zona onde temos a nossa tenda, a malograda freguesia de Irajá, muito poderá gozar de tal ação.

O organizador do Congresso é hoje habitante da mesma, cooperador do seu progresso, e é de acreditar, levantará a ideia de algo ser feito em benefício da mesma (...) ¹⁶⁰.

Os jornalistas – Miranda Roza, Eduardo Magalhães, Dias da Cruz, Xavier Pinheiro e De Wilton Morgado – citados por Machado, foram os primeiros a encampar o projeto e a lhe dar musculatura nos subúrbios da central. Mas acreditando no seu potencial aglutinador, o idealizador publicou em sua coluna convites para que todos os jornalistas com trajetórias vinculadas à imprensa e aos subúrbios se tornassem congressistas. Além de alguns nomes do Conselho Municipal com base eleitoral no segundo distrito, a lista com os nomes dos jornalistas convidados a assumir uma cadeira no *Congresso Suburbano* foi logo publicada n' *A Tribuna*.

Como órgão oficial do Congresso e responsável pela publicação das atas das sessões ordinárias, *A Tribuna* era o veículo com o maior número de representantes – além de Pinto Machado, ganharam o direito de assumir uma cadeira os jornalistas Miranda Rosa e Estevão de Oliveira. Dos demais periódicos da imprensa diária, foram convidados representantes do *Jornal do Brasil*, *O Paiz*, *Correio da Manhã*, *Correio da Noite e Gazeta da Tarde*. Da imprensa suburbana, saíram convites para Xavier Pinheiro (*O Subúrbio*), J. Anezzi (*Gazeta Suburbana*) e Victorino Tosta (*Echo Suburbano*). Por fim, tinham assentos garantidos os representantes d' *O Aperfeiçoador*, d' *A Republica*, d' *O Mundo*, *Tribuna Popular e Jornal dos Estados*. Alguns jornalistas trabalhavam em mais de um periódico, casos do próprio Pinto Machado (também diretor do *Echo Suburbano*), Victorino Tosta (colaborador d' *A Tribuna*) e Henrique Dias da Cruz (gerente do *Echo Suburbano*) ¹⁶¹.

As chamadas aos jornalistas para que participassem da agremiação eram realizadas com o intuito de convocar e arregimentar o maior número possível de lideranças locais, com vistas a fortalecer a iniciativa e ampliar seu alcance social nos demais distritos suburbanos e rurais da cidade. Esperava-se que os órgãos de imprensa que dirigiam ou colaboravam apoiassem a iniciativa, fizessem a divulgação de suas pautas e a cobertura jornalística dos debates ali travados. No entanto, tanto os convites quanto o resultado final das eleições, com os nomes dos eleitos por cada localidade, estampados quase que diariamente na seção “Subúrbios” ao longo do mês de agosto,

¹⁶⁰MACHADO, Pinto. “Congresso Suburbano”. *Echo Suburbano*, Madureira, edição 27.8.1911, p.1. Grifos meus.

¹⁶¹*A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 7.09.1911, p.3. Grifos meus.

não foram suficientes para animar parte dos eleitos e dos convidados. De acordo com as normas elaboradas por Pinto Machado os congressistas que não se apresentavam para tomar posse ou que faltavam a mais de três sessões seguidas sem justificativa perdiam seu assento na agremiação. Nesses casos, eram realizadas novas eleições com vistas a substituir as cadeiras ociosas.

Mariano Garcia, por exemplo, fora escolhido como representante de Inhaúma na segunda rodada eleitoral, iniciada após a verificação dos nomes eliminados, em setembro. Em outubro, após assumir sua cadeira, colocou em debate no Congresso o papel desempenhado pelos congressistas que representavam diversos periódicos da cidade. Em uma das sessões quis saber do presidente quais periódicos efetivamente abriam espaço para a cobertura dos trabalhos realizados pela nova agremiação. A resposta o desagradou de tal maneira que defendeu a necessidade de o coletivo expulsar esses congressistas. Pinto Machado interveio nas discussões e se defendeu argumentando que sua ideia inicial era garantir a união de todos em torno do projeto. Com vistas a solucionar esse problema, os congressistas decidiram que era urgente reformar a Lei Orgânica da agremiação.¹⁶²

Um dos poucos periódicos da imprensa empresarial a abrir espaço para a cobertura do *Congresso Suburbano* foi a revista *O Malho* favorecida pelas relações de amizade que uniam o diretor presidente da Sociedade Anônima mantenedora dessa revista ilustrada, Luiz Bartolomeu, e Pinto Machado responsável pela contratação dele como repórter d' *A Tribuna*, em 1907. Uma pesquisa nas páginas d' *O Malho* evidencia a presença frequente em suas páginas de fotografias e notas registrando a atuação de Pinto Machado em ligas e associações suburbanas, pic-nics, grupos amadores de teatro, cerimônias particulares como o seu próprio casamento, celebrado em 1911 e, também homenagens recebidas pelo jornalista¹⁶³.

No final de 1911, a proximidade entre os dois garantiu publicidade para o *Congresso Suburbano* na revista, que publicou fotografia (Imagem VIII) acompanhada de texto identificando uma parte dos congressistas reunidos na sede da *Sociedade B. M. Progresso do Engenho de Dentro*, local onde eram realizadas as sessões.

¹⁶² “Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 21.10. 1911, p.3. A primeira Lei Orgânica não foi publicada pelo jornal.

¹⁶³ Uma das fotografias publicadas noticiou a homenagem a Pinto Machado prestada em 1906 pelo Centro Artístico Cearense, em Fortaleza, ao batizar sua escola com o nome do então repórter d' *A Tribuna*. “Na terra do Sr. Accioly”. *O Malho*, Rio de Janeiro, Ano X, edição 486, de 6 de janeiro de 1912.



Imagem VIII. Membros do Congresso Suburbano. Fonte: *O Malho*, Rio de Janeiro, edição 477, 4 de novembro de 1911, p.14.

Congresso Suburbano: Criado pela propaganda d'A Tribuna para advogar os interesses da vasta zona. Fotografia feita durante a última reunião. Sentados, da esquerda para a direita: Benjamin Magalhães, tenente Eduardo Magalhães, 1º secretário; Pinto Machado, presidente honorário do Congresso, e representante d' A Tribuna; major Xavier Pinheiro, presidente; coronel José N. Burlamaqui, vice-presidente; Vieira de Mello, 4º secretário e representante do Correio da Noite e coronel José R. de Albuquerque. De pé: H. Dias da Cruz, José J. Gonçalves, tenentes Pedreira e França Sobral, capitão Souza Martins, professor Chagas, capitão Almeida Marques, coronel Sant' Anna, tenente Pimentel da Conceição, Mariano Garcia, Miguel Paes Barreto, Olegário Chagas, major Carlos Pimentel, tenente Viriato Martins e Daniel Alves.¹⁶⁴

O mesmo cenário pode ser observado no que se refere à participação dos intendentes municipais. As atas publicadas n' *A Tribuna* indicam que apenas Francisco Pinto da Fonseca Telles compareceu a uma das reuniões. E mesmo assim na última sessão ordinária, realizada em novembro de 1911¹⁶⁵.

Tamanha instabilidade na composição das cadeiras da agremiação demonstra que a eleição criada por Pinto Machado para preencher as vagas no *Congresso Suburbano* não contava com consulta prévia aos sufragados pelos leitores do jornal. A folha não apresentou uma lista contendo os nomes dos interessados em participar em

¹⁶⁴*O Malho*, Rio de Janeiro, edição 477, 4.11. 1911, p.14.

¹⁶⁵ "Subúrbios". *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 3.11.1911 p.3.

cada localidade. No entanto, ainda que os votos destinados aos eleitos em alguns bairros tenham sido pouco expressivos, a revelação dos seus nomes e as profissões ou cargos que exerciam evidenciam que esta foi uma iniciativa que mobilizou integrantes das camadas médias e proprietárias suburbanas, muitos dos quais militantes com funções intelectuais na imprensa e de direção em associações, condição que lhes conferia maior capacidade de articulação nos bairros em que *A Tribuna* circulava.

Dentre os eleitos, podem-se identificar aqueles que, a despeito do exercício de outras profissões, atuavam como jornalistas suburbanos, caso dos escolhidos para representar Sampaio, os irmãos Eduardo e Benjamin Magalhães, bem como Coriolano Rossi, dono da *Tipografia Suburbana* responsável pela publicação do *Almanaque Suburbano*. Por Santa Cruz, foi eleito Tancredo Guerra Pires, antigo colaborador d' *O Santa Cruz* e representante d' *A Tribuna* na localidade e, em nome do Riachuelo, o escolhido foi Miranda Rosa, já garantido no congresso por ser secretário d' *A Tribuna* e fazer parte do grupo de jornalistas suburbanos selecionados por Pinto Machado.

Um segmento que se sobressai na lista dos eleitos é o de militares, muito dos quais ainda carregando títulos da antiga Guarda Nacional, que só seria desmobilizada em 1922. Enquadravam-se nesse caso os seguintes nomes: Deoclydes de Carvalho (major), João Ribeiro da Silva (capitão), Souza Valente (tenente), Pinto Faria, Henrique da Costa Ferreira, Luiz da França e Ressurreição Sobral (todos com a patente de tenente); Januário de Oliveira, José de Almeida Marques, Nóbrega Filho, João Ribeiro Maltez, Castello Branco e Manuel de Souza Martins (eram capitães); Carlos Pimentel, Francisco Luiz da Nóbrega e Lobo Junior (com a patente de major) e, por fim, o coronel José Nicolau Burlamaqui (comandante do 12º batalhão da Guarda Nacional).

O fato de o presidente Hermes da Fonseca ser um marechal do Exército contribuiu para maior mobilização dos militares na vida pública do país, e da capital em particular. A busca por maior protagonismo no debate público por parte da oficialidade e dos ocupantes de patentes intermediárias de corporações como a polícia, forças armadas e Guarda Nacional foi expressiva entre aqueles que viviam nos subúrbios e atuaram como jornalistas. O proprietário d' *O Subúrbio*, Xavier Pinheiro, era major da Guarda Nacional e suplente de delegado de polícia, enquanto Cruz Sobrinho, seu secretário no jornal, ocupava o posto de oficial superior da Polícia Militar do Rio de Janeiro; Eduardo Magalhães, d' *O Suburbano*, era tenente da Guarda Nacional, mesma patente ocupada por Victorino Tosta, antigo diretor do *Jornal Suburbano*; Pinto Machado, por sua vez, alcançou a patente de coronel da Guarda Nacional e tornou-se

suplente de delegado de polícia durante o governo Hermes. O entusiasmo que nutriam pelo governo Hermes reavivou, mesmo que timidamente, o fenômeno do florianismo, adormecido após a morte do ex-presidente. Xavier Pinheiro, descrito por Pinto Machado como florianista, já havia, inclusive, lançado pela editora Laemmert uma obra dedicada à exaltação da figura do marechal de ferro.¹⁶⁶ Dentre os colaboradores do livro estavam Américo Albuquerque e José Ricardo de Albuquerque, companheiros de redação de Xavier Pinheiro na sua folha do Méier, ao lado de tantos outros nomes – como Raul Pompéia, Emilio de Menezes e Araripe Júnior –, que produziram um conteúdo eminentemente laudatório à figura do militar. A possibilidade de terem novamente na presidência da República um oficial do Exército reavivou as esperanças de setores dessa elite suburbana no governo da República. O major Moreira Guimarães, comandante da *Escola de Guerra* de Realengo, expressou seu contentamento com o início dos mandatos do marechal Hermes no executivo federal e do general Bento Ribeiro no municipal em artigo publicado em novembro de 1910 na *Gazeta Suburbana*, onde colaborava:

(...) Que o marechal abra uma era nova de felicidade nacional – são os votos de quantos, brasileiros ou não, se interessam pelos grandes destinos do Brasil.

Que o novo prefeito leve por diante os melhoramentos de que a zona suburbana tanto carece, são os desejos dos moradores dos subúrbios

¹⁶⁷

Assim como os militares, profissionais liberais como médicos e advogados também se sobressaíram entre os eleitos. Como representante de Santa Cruz foi sufragado, junto com Tancredo Guerra Pires, o médico e advogado Octacílio Camará, com grande influência política no bairro, onde se destacou pela oposição política ao grupo liderado pelo senador Augusto de Vasconcellos. Ele seria eleito deputado federal pelo Distrito Federal nas eleições de 1915 e posteriormente, em 1919, conquistou uma vaga no Senado.¹⁶⁸ Aristides Caire, outro médico que vinha conquistando as simpatias do eleitorado do segundo distrito, especialmente entre os habitantes do Méier, onde

¹⁶⁶PINHEIRO, Xavier. *Marechal Floriano, consolidador da República. Comemoração ao quinto ano de sua morte*. Culto cívico de Xavier Pinheiro e de republicanos florianistas intransigentes. Rio de Janeiro, Editora Laemert, 1900. Disponível em: <https://archive.org/stream/marechalflorian00pinhgoog#page/n9/mode/2up>. Acesso em: 05/06/2017.

¹⁶⁷*Gazeta Suburbana*, Todos os Santos, edição 20.11.1910.

¹⁶⁸ Conferir verbete “Octacílio de Carvalho Camará” elaborado por Izabel Pimentel da Silva em: ABREU, Alzira Alves de (coord. Geral). *Dicionário histórico biográfico da Primeira República, 1889-1930*. [Recurso Eletrônico]. FGV, 2015.

residia, foi um dos eleitos para representar o bairro no *Congresso Suburbano*.¹⁶⁹ Ângelo Tavares, um dos intendentos convidados a participar da agremiação, também era médico e havia conquistado fama e prestígio por causa de sua atuação profissional no Méier. Luiz de Andrade Sobrinho, por Inhaúma, e Manuel da Cunha Junior, pelo Engenho Novo, fecham a lista de médicos que aparecem na primeira lista de congressistas.

Dentre os convidados que atuavam como advogados merece destaque Benjamin Magalhães, Victorino Tosta e Octacílio Camará. Também fora eleito um professor, Francisco das Chagas Pereira de Oliveira, escolhido para representar Jacarepaguá. Nas novas eleições promovidas para preencher as vagas ociosas, foi eleito outro nome do magistério suburbano: Alfredo Martins, pelo Riachuelo. Pinto Machado, mesmo já sendo congressista, fora escolhido por Irajá, o mesmo ocorrendo com José R. Vieira de Mello, eleito por Inhaúma, e com o coronel José Ricardo de Albuquerque, também por Irajá. Miguel Paes Barreto, presidente da *União Operária do Engenho de Dentro*, mesmo não tendo sido eleito pelos leitores/eleitores, foi convidado a participar do Congresso. O mais votado daquela localidade foi Joaquim Januário Rabello de Mattos, presidente da *Sociedade Beneficente Mútua Progresso do Engenho de Dentro*. O papel dessa associação foi vital para viabilizar o *Congresso Suburbano*, na medida em que todas as sessões ordinárias de 1911 foram realizadas no seu salão nobre, situado à Rua Engenho de Dentro, n. 14¹⁷⁰.

A proeminência de alguns jornalistas suburbanos na condução dos trabalhos do Congresso pode ser atestada pelos cargos que ocuparam assim que foram realizadas as eleições destinadas a compor os nomes da mesa diretora. Assim como *A Tribuna*, o *Echo Suburbano* também publicou a lista contendo os nomes escolhidos. O primeiro presidente, cujo mandato provisório iria até dezembro de 1911, foi Xavier Pinheiro; Eduardo Magalhães fora escolhido para ocupar o cargo de 1º secretário, enquanto José R. Vieira de Mello tornou-se o 4º secretário. A vice-presidência coube a José Nicolau Burlamaqui. Este, em uma das sessões, propôs os nomes dos responsáveis por elaborar a lei orgânica da agremiação. Além do próprio, foram indicados: Xavier Pinheiro,

¹⁶⁹ Izabel Pimentel da Silva afirma que Caire havia conquistado uma vasta clientela, tornando-se influente frente ao eleitorado. Em 1917 conquistou uma cadeira na Câmara dos Deputados. Conferir verbete “Aristides Caire” elaborado por Izabel Pimentel da Silva em: ABREU, Alzira Alves de (coord. Geral). *Dicionário histórico biográfico da Primeira República*, op. cit..

¹⁷⁰ *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 29.8.1911, p.2.

Eduardo Magalhães, Pinto Machado e Ferreira Junior. A moção foi assinada por João De Wilton Morgado e Victorino Tosta e aprovada sem ressalvas¹⁷¹.

A primeira redação dos estatutos não foi publicada n' *A Tribuna*. No entanto, na medida em que avançavam os trabalhos, novos questionamentos eram feitos em relação à organização interna da agremiação, especialmente sobre as constantes ausências de parte dos congressistas. Chegou-se a conclusão que era necessário reformar a Lei Orgânica. Além da denúncia de Mariano Garcia, que questionou as vagas destinadas aos jornalistas que não realizavam a cobertura do Congresso nos periódicos em que trabalhavam, havia a ausência dos intendentes municipais e dos vários congressistas que jamais apareceram no salão da *Sociedade B. M. Progresso do Engenho de Dentro*. Octacílio Camará e Aristides Caire são apenas dois exemplos de eleitos que ignoraram a nova associação.

Feita a revisão, *A Tribuna* publicou, na íntegra, ao longo de três edições, os seis artigos que compunham a Lei Orgânica do *Congresso Suburbano*. No primeiro artigo, tem-se explicitado o objetivo da agremiação – “tem por fim cogitar de todos os melhoramentos e interesses da zona suburbana”¹⁷². Como já destacado anteriormente podiam participar todos os escolhidos de acordo com as regras eleitorais estabelecidas pelo jornal, bem como todos os cidadãos reconhecidos como “propulsores” do progresso suburbano.

O artigo 5º estabelecia os territórios pertencentes aos subúrbios da cidade com direito a eleger congressistas. São eles: as zonas das freguesias do Engenho Novo – ainda que este oficialmente não compusesse os distritos das zonas suburbanas –, Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. A Lei Orgânica também estabeleceu o Engenho de Dentro como o bairro sede do Congresso, mas deixou em aberto a possibilidade de mudança, caso fosse necessário.

Os redatores da nova Lei Orgânica, Luciano Pereira, João Pimentel da Conceição e Manahen Miranda, também se preocuparam em estabelecer o tempo de cada legislatura. O artigo três determinava que as sessões ordinárias iniciassem todo mês de janeiro e que as eleições para a nova mesa diretora fossem realizadas assim que o processo eleitoral para a escolha dos novos congressistas ocorresse, nesse caso, sempre em agosto. Este artigo torna evidente a vitória daqueles que desejavam tornar o *Congresso Suburbano* um espaço permanente de representação dos suburbanos.

¹⁷¹“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 4.9.1911, p. 3.

¹⁷²“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 8.12.1911, p.3.

Não era essa a intenção inicial de Pinto Machado. Em uma das atas o idealizador relatou que havia pensado em organizar reuniões contínuas, ocorridas em alguns dias, parecidas com o modelo de um congresso, cujo resultado seria transformado em ofícios posteriormente enviados aos órgãos competentes. Durante as reuniões preparatórias, no entanto, a maioria dos congressistas decidiu transformar o congresso em uma associação permanente. Para Machado, essa transformação inevitavelmente tornava as ações da agremiação mais morosas. Isso não seria um problema, desde que fosse:

(...) necessário acentuar, e bem, que *A Tribuna*, sempre – no concurso que fez – declarou que a missão dos que tomassem parte no Congresso seria de *combate e atividade*.

Tivemos a ventura de verificar que a nossa ideia foi acolhida com carinho por cavalheiros reconhecidamente amantes do progresso da zona suburbana e aos mesmos delegamos a ideia que acalentamos por muito tempo.

E já agora, iniciados os primeiros passos, vencidos os obstáculos que sempre surgem no início de qualquer agremiação, é de esperar que o Congresso vá por diante e consiga realizar o fim para que se criou (...)

173

Sobre as sessões, estas jamais poderiam ocorrer mais de uma vez por semana e os encontros ocorreriam sempre no mesmo horário, às sete e meia da noite. Para que cada sessão tivesse início, ficou estabelecido um quórum mínimo de doze congressistas. Reproduzindo o modelo organizacional presente nos legislativos oficiais, os artigos 16 e 17 versaram sobre a forma como seriam conduzidos os trabalhos nas sessões ordinárias:

Art. 16. Os congressistas, logo que for aberta a sessão, mandarão á mesa as suas indicações ou projetos, que serão lidos pelo 2º secretario e rubricados pelo presidente, que os dará para ordem do dia seguinte, salvo caso de urgência solicitada á casa pelo autor ou qualquer outro congressista.

Art. 17. Em discussão uma indicação ou projeto, poderá o seu autor falar duas vezes, uma para justificá-lo, outra para defendê-lo. Poderá falar uma terceira vez para encaminhar a votação ou para explicação pessoal, não se lhe permitindo que o discurso tome rumo diferente.

Art. 18. A mesa recusará indicações ou projetos que envolvam a política partidária, havendo desse ato recurso para o congresso. ¹⁷⁴

Esses artigos comprovam o elevado nível de organização da associação, pois exigia dos congressistas maior empenho na proposição e defesa dos seus projetos frente

¹⁷³“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 23.9.1911, p.3. (grifo meu)

¹⁷⁴“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 9.12.1911, p.3.

aos demais colegas, havendo, inclusive, a necessidade de que os apresentassem por escrito. Uma vez apresentado à mesa, o projeto poderia ou não entrar na ordem do dia. O artigo 18, por sua vez, buscava impedir que projetos envolvendo a política partidária fossem aceitos, denotando uma preocupação dos idealizadores com os possíveis usos do Congresso por congressistas envolvidos com a política institucional, ou mesmo como forma de evitar que eventuais atritos enfraquecessem a organização.

A associação também contaria com três comissões permanentes: inquérito, redação e verificação de poderes, cada uma composta por três congressistas nomeados pelo presidente após aprovação do plenário. A mesa diretora, além do presidente, contava com dois secretários (o 3º e o 4º secretários seriam eleitos e assumiriam quando necessário).

Em dezembro, os congressistas se reuniram e elegeram a nova diretoria do *Congresso Suburbano*, cujo mandato iria até setembro do próximo ano, conforme determinado pela nova Lei Orgânica. Os eleitos foram: para presidente, com 11 votos, o professor Francisco das Chagas Pereira de Oliveira; para a vice-presidência, com 12 votos, Benjamin de Magalhães; 1º secretário, com 18 votos, o tenente Luciano Pedreira; 2º secretário, com 13 votos, Álvaro Augusto Lopes da Costa; 3º secretário, major Carlos Pimentel e, por fim, para 4º secretário, João De Wilton Morgado.

Feita a apresentação dos congressistas e a forma como organizaram sua “assembleia popular”, abordarei em seguida a maneira como os militantes atuaram à frente da campanha e quais demandas foram privilegiadas no debate realizado por aqueles que se arvoraram o papel de intérpretes dos anseios das populações residentes nos diferentes bairros que constituíam as zonas suburbanas.

3.2: Por um subúrbio elegante: as “queixas” das elites locais.

Assim que as reuniões foram iniciadas, Pinto Machado propôs o envio de ofícios aos presidentes da República e do Conselho Municipal, bem como ao prefeito, comunicando-os sobre a abertura dos trabalhos do *Congresso Suburbano*. Na sessão do dia 3 de setembro de 1911, o líder da campanha afirmou ser necessário que as autoridades fossem informadas sobre “a constituição da primeira assembleia popular

sem caráter político, para a defesa exclusiva de todas as necessidades materiais que carecem as zonas suburbanas que constituem o Distrito Federal”.¹⁷⁵

Entre agosto e dezembro de 1911, *A Tribuna* publicou uma série de ofícios redigidos pelo 1º Secretário do Congresso, Eduardo Magalhães, cujo conteúdo era fruto das discussões travadas entre os congressistas ao longo desse período. Com isso, o Engenho de Dentro, localidade periférica da cidade, tornava-se o centro dos debates pelos melhoramentos dos subúrbios, espaço onde se reuniam os representantes de todas as localidades que compunham aquela vasta zona. Por um breve instante, o centro da cidade, sede das instituições que governavam a capital e o país, tornou-se simbolicamente periferia, cabendo aos líderes dos grupos de pressão mais organizados daquelas zonas debater quais investimentos os poderes públicos deveriam realizar naquela faixa da metrópole carioca. Ainda que destituídos do poder decisório de fato, tinha início a obra de pressão e reivindicação “em prol dos subúrbios” tão almejada pelos intelectuais que viviam nas margens do Distrito Federal.

O mapeamento do conteúdo dos ofícios redigidos pelo Congresso e enviados às autoridades revela o tipo de investimento público e obras de melhoramentos privilegiados e reivindicados pelos congressistas: calçamento de ruas, canalização de esgoto, ampliação da oferta de água tratada, expansão das linhas de bondes, maior regularidade no horário dos trens, criação de escolas e postos de saúde, cobrança pela abertura de novas delegacias e quartéis do corpo de bombeiro, bem como de agências dos correios e telégrafos. Mas, acima de tudo, os debates também revelaram o desejo de transformar a maneira como a cidade era governada visto que a descentralização da administração municipal, defendida por órgãos e jornalistas suburbanos no passado, tornou-se um tema de discussão do Congresso. Outros assuntos, como a falta de moradia; o sistema tributário que incidia sobre os comerciantes suburbanos e os problemas enfrentados pelos pequenos lavradores da cidade também os mobilizaram.

Dentre todas essas demandas, a que em maior número foi lembrada pelos congressistas foi a que cobrava maiores investimentos nas ruas e calçadas dos bairros. Como intérprete dos anseios dos moradores/leitores d’ *A Tribuna* residentes em Sampaio, Eduardo Magalhães oficiou ao prefeito Bento Ribeiro solicitação para obras destinadas ao calçamento de várias ruas; cobrou obras que prolongassem a Rua Paim Pamplona até a Rua Viúva Cláudio; o rebaixamento de parte da Rua do Engenho Novo,

¹⁷⁵“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 4.9.1911, p.3.

entre a cancela da estação Sampaio até a Avenida Santos Leal; a extinção do capinzal da Rua Engenho Novo; e ao Ministério da Guerra, oficiou pedido para arrasar um morro da região como forma de melhorar a comunicação do Engenho Novo com o Méier e como meio de valorizar as ruas do bairro¹⁷⁶.

Os jornalistas Pinto Machado, José R. Vieira de Mello e Deoclydes de Carvalho oficiaram ao prefeito e ao presidente do Conselho Municipal solicitações no sentido de impedir o avanço de projeto da administração da E. F. Central do Brasil, que naquele instante estaria comprando terrenos nas margens da ferrovia com o intuito de criar uma linha auxiliar. Os congressistas estavam mais preocupados em garantir terrenos para a realização de obras viárias que permitissem a ligação da Rua Lia Barbosa, no Méier, à Rua Manoel Victorino, no Engenho de Dentro.¹⁷⁷ Ainda na mesma localidade, o congressista Carlos Pimentel aprovou projeto a ser oficiado pleiteando o calçamento de várias ruas nesse bairro, assim como o prolongamento da Rua José dos Reis até Inhaúma.¹⁷⁸

Miguel Paes Barreto, por sua vez, priorizou pleitear junto ao diretor da *Repartição de Águas, Esgotos e Obras Públicas* obras que levassem água para a Rua D. Luiza, no Engenho de Dentro. Para os responsáveis pela *Companhia City Improvements*, Paes Barreto cobrou a construção de redes de esgoto para as Ruas Treze de Maio (até a Estrada de Santa Cruz), Teixeira de Azevedo, Cesária e Vista Alegre.¹⁷⁹ Deslocando-se para os territórios da antiga freguesia de Inhaúma, surgem demandas parecidas. O coronel José N. Burlamaqui aprovou proposta solicitando melhoramentos urgentes para a Estrada Real de Santa Cruz, e obras que garantissem o prolongamento da rede de esgotos de uma localidade conhecida como Praia Pequena até a esquina da Rua Cachambi.¹⁸⁰ Além da rede de esgotos, a campanha também cobrou da Prefeitura o calçamento da Estrada de Santa Cruz, da Praia Pequena até Pilares¹⁸¹.

Acompanhando o traçado da E. F. Central do Brasil chega-se a Cascadura e Madureira. Ali, os congressistas também aprovaram propostas que buscavam dotar as localidades de investimentos na área de infraestrutura urbana. Para José de Almeida Marques, o mais importante era garantir obras que permitissem a ligação da Rua D. Pedro, em Cascadura, até a Rua Lopes, em Madureira. O congressista, comerciante da

¹⁷⁶“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 20.9.1911, p.3.

¹⁷⁷“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 20.9.1911, p.3.

¹⁷⁸“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 28.9.1911, p.3.

¹⁷⁹“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 03.11.1911, p.3.

¹⁸⁰“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 28.9.1911, p.3.

¹⁸¹“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 03.11.1911, p.3.

região, fez questão de ressaltar que havia negociado com os proprietários daquela área a promessa de que entregariam parte de seus terrenos para a realização da obra. Ainda no campo das reformas viárias, defendeu o prolongamento da Rua Carolina Machado até a estação de Rio das Pedras (atual Oswaldo Cruz), vizinha a Madureira.¹⁸² Do outro lado da linha férrea da Central, na direção do Campinho, a Rua Domingos Lopes foi objeto de preocupação dos congressistas, que enviaram ofício ao prefeito cobrando o calçamento da rua no trecho que ia da estação até o Largo do Campinho.

João Pimentel da Conceição e Manoel de Souza Martins, por Realengo, também cobraram calçamento e iluminação para as principais vias do bairro. O primeiro cobrou a construção de uma ponte na Rua Nepomuceno, entre a Rua Caramurá e a Praça da Conceição. O segundo solicitou investimentos em iluminação pública e calçamento nas ruas de maior movimento, assim como o concerto e a limpeza das sarjetas, além do ajardinamento do Campo de Marte e da Praça da Matriz.¹⁸³ Em Santa Cruz, Tancredo Guerra Pires e Augusto Gentil Falcão aprovaram envio de ofício para a Municipalidade solicitando a criação de nomenclatura e denominação para as ruas¹⁸⁴.

A prioridade conferida pelos congressistas às obras de arruamento, calçamento, alargamento e prolongamento de ruas expressam os seus interesses em valorizar suas propriedades e patrimônios. Donos de imóveis, muitos dos quais também destinados à produção tipográfica, redações e agências de jornais, colégios, casas comerciais, clínicas e centros de diversão, agiam no sentido de conquistar a realização de obras que qualificassem o espaço urbano onde residiam e mantinham negócios. Em busca dessa valorização valia até mesmo defender o arrasamento de um morro no Engenho Novo, uma das áreas mais densamente povoada do subúrbio da central.

No campo dos transportes públicos as cobranças recaíram sobre a EFCB e concessionárias privadas. Pinto Machado defendeu, junto aos seus colegas congressistas, a necessidade de se pressionar o ministro da Viação para que este enquadrasse a direção da Estrada de Ferro Rio D' Ouro para disponibilizar, ao longo dos dias em que ocorresse a Festa da Penha, um serviço regular de trens entre o Caju e a Penha, via Vicente de Carvalho, conforme praticado pela companhia no passado recente:

¹⁸²“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 03.10.1911, p.3.

¹⁸³“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 27.10.1911, p.3.

¹⁸⁴“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 20.12.1911, p.3.

(...) *A repartição de Aguas, Esgotos e Obras Publicas* tem sob sua direção a *Estrada de Ferro Rio d'Ouro*, que dantes, na época das festas da Penha, levava seus trens do Caju à Penha, via Vicente de Carvalho.

Há anos, porém, essa medida não mais é posta em pratica, com sérios prejuízos para o publico, que tem de sujeitar-se aos caprichos da poderosa *Companhia Leopoldina, que constitui atualmente um Estado dentro do Estado*.

Ora, essa anomalia, além de trazer sérios prejuízos ao governo, contribui para que fique somente em campo uma empresa que não serve bem aos seus fregueses.

Espero, pois, que o Congresso tome providências no intuito de, nas festas da Penha este ano o publico ter a seu favor trens da Estrada de Ferro Rio d' Ouro. – Antônio Augusto Pinto Machado, congressista.

185

A percepção de que a *Companhia Leopoldina* acumulava enorme poder, constituindo um verdadeiro “Estado dentro do Estado”, incomodava não apenas Pinto Machado. Álvaro da Costa, eleito para representar a zona de Bonsucesso, localizada nas margens da Estrada de Ferro Leopoldina, propôs, na sessão do dia 13 de setembro, que se pressionasse o ministro da Viação no sentido de se obter da empresa o aumento na oferta de viagens no período noturno, até à 1 da madrugada. Para ele, era inadmissível:

(...) que uma zona onde vive atrofiada em seu progresso uma população de mais de 20.000 habitantes e com grande quantidade de metros quadrados de terras devolutas não pode nem deve se deixar conservar estacionada à mercê do capricho de uma *empresa poderosa que não quer escutar o brado angustioso de um punhado de povo que quer e que deve progredir, cooperando assim para engrandecimento desta vasta metrópole*, a mais bela capital do continente sul-americano, senão também a rival das melhores europeias.

Não atender o brado desses habitantes é *crime de lesa urbs*, senão quase de lesa pátria.

A esta poderosa empresa – E. F. Leopoldina – proponho que seja dado conhecimento do que for resolvido a respeito.

Sala das sessões, 13.9.1911 – Álvaro Costa.¹⁸⁶

O diretor da E. F. Central do Brasil, Paulo de Frontin, também sofreu pressão do *Congresso Suburbano*. José de Almeida Marques cobrou rapidez da sua administração na inauguração da estação de passageiros, já pronta, na localidade conhecida como Nazareth, bem como a entrega da respectiva parada de passageiros na zona de Anchieta, localidade de Irajá limítrofe com o Estado do Rio. O mesmo congressista propôs a

¹⁸⁵Pinto Machado. “Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 16.9.1911, p.3. Grifos meus.

¹⁸⁶ “Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 20.9.1911. Grifos meus.

aprovação de projeto com o objetivo de pressionar a companhia Light and Power, responsável, dentre outros, pelo transporte de carris urbanos da cidade. Esta deveria realizar investimento que garantisse o prolongamento da linha de bonde de Cascadura até a localidade de Rio das Pedras, cujo trajeto seguiria pela Rua Carolina Machado.¹⁸⁷ A mesma companhia foi objeto das atenções de José N. Burlamaqui, para quem a empresa deveria promover o prolongamento da linha Cachambi até a Estrada de Santa Cruz. Nesse caso, o ofício fora enviado ao presidente do *Conselho Municipal*, que, por sua vez, deveria pressionar a empresa, obrigando-a a realizar tal investimento¹⁸⁸.

Os congressistas também atuaram no sentido de dotar os subúrbios com mais escolas, postos de saúde, quartéis do Corpo de Bombeiros, postos policiais e agências dos Correios e Telégrafos. Eduardo Magalhães enviou ofício ao diretor da Instrução Pública demandando a criação de uma escola noturna para operários na região entre a estação do Riachuelo e a de Sampaio, bem como solicitou a mudança de uma escola infantil existente no Morro do Paim para a Rua Minas ou Engenho Novo. Sobre a primeira demanda, justificou que “apesar de já existir uma escola noturna na estação do Engenho Novo, aliás com bastante frequência, ainda assim é grande o numero de operários que em Riachuelo e Sampaio ficam privados do ensino. A criação dessa escola será de grande utilidade.”¹⁸⁹

A direção da Instrução Pública da capital também recebeu ofícios do Congresso com demandas de outros congressistas. José de Almeida Marques cobrou a instalação de uma escola na localidade denominada S, na estação de Nazareth. Segundo o documento, residiriam nessa localidade mais de mil pessoas, muitas das quais analfabetas e a escola seria “indispensável à formação de cidadãos úteis”.¹⁹⁰ João Ribeiro Maltez cobrou a criação de uma escola em Anchieta¹⁹¹; João Pimentel da Conceição conseguiu aprovar sua proposta para a elaboração de ofício demandando a construção de uma escola noturna para operários na sua localidade, Realengo¹⁹²; e, por fim, o *Congresso Suburbano* cobrou a criação de uma escola na localidade conhecida como Flores, em Inhaúma e outra em Anchieta.¹⁹³

¹⁸⁷“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 03.10.1911, p.3.

¹⁸⁸ “Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 03.11.1911, p.3.

¹⁸⁹“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 23.10.1911, p.3.

¹⁹⁰“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 03.10.1911, p.3.

¹⁹¹“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 28.09.1911, p.3.

¹⁹²“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 30.10.1911, p.3.

¹⁹³“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 08.11.1911, p.3.

A pressão dos congressistas sobre a Municipalidade para que esta destinasse mais verbas para a criação e manutenção de escolas nas várias localidades suburbanas revela o interesse dessas lideranças em reduzir o analfabetismo entre as camadas populares. Se o Rio já era uma cidade que contava com mais de uma centena de escolas, entre públicas, particulares e aquelas mantidas por associações promotoras da instrução ou por categorias profissionais de trabalhadores, em todos os seus distritos, nos subúrbios estas ainda eram consideradas insuficientes para atender a uma demanda crescente.

No entanto, essa pressão não era novidade pois, no passado, a mesma cobrança garantiu a criação das escolas que já funcionavam naqueles territórios. O *Almanaque Suburbano* para o ano de 1912 publicou uma extensa lista com os endereços e nomes dos professores responsáveis por cada escola pública em funcionamento em cada distrito suburbano. No total, eram oito distritos suburbanos e em cada um existia três tipos de escolas: feminina, masculina e elementar feminina. Em menor número estavam as escolas noturnas, subvencionadas além de escola elementar masculina.

Um dado que chama a atenção nesse indicador é o elevado número de escolas masculinas e do tipo elementar masculina em funcionamento no 11º e 12º distritos, que englobavam parte das antigas freguesias rurais da cidade – Santa Cruz, Campo Grande e Guaratiba. Segundo o último censo, esses territórios apresentavam a menor densidade populacional da capital, e mesmo assim eram os que abrigavam o maior número de escolas masculinas. Como se pôde verificar, em alguns distritos havia escolas noturnas, criadas para garantir a alfabetização daqueles que já trabalhavam, demanda que não parava de crescer, como atestam os ofícios despachados pelo *Congresso Suburbano* ao diretor da instrução pública. Não é possível afirmar a inexistência de escolas noturnas nos distritos rurais, pois parte delas não era pública. Em 1908, o jornal *O Santacruzense*, dirigido por João Alves e secretariado por Oscar Pimentel, fez campanha para a criação de uma escola noturna na localidade que viesse servir para a instrução dos jovens que trabalhavam nas lavouras da região:

Uma Adesão

O Santacruzense seguindo a trajetória brilhante de pugnar pelos interesses do povo, de prestar os mais relevantes serviços, quer moraes, quer materiais a esta florescente localidade, esta nodireito de trabalhar para a criação de uma escola noturna.

Em dois artigos despertou a atenção geral para que um grupo de negociantes se coligasse, ou que uma das oito sociedades existentes, chamasse a si esse útil e nobre empreendimento que, além de ser secundado pelo auxílio material, contaria com os votos e louvores de uma população reconhecida.

Existe nesta localidade grande numero de rapazes e meninos, que desde a mais tenra idade entregam-se ao labor insano da vida campesina, onde tiram os proventos para manter a família (...) ¹⁹⁴.

O texto, assinado pelo colaborador Silvino Gregório da Silveira, clama por maior protagonismo do jornal na campanha para a criação da escola noturna. Afirma que alcançado tal objetivo, as lideranças locais, envolvidas no comércio e em associações estabelecidas naquela localidade, colheriam enormes benefícios, contando com “os votos e louvores de uma população reconhecida”. A menção aos votos como recompensa por tal investimento em escolas pode explicar em parte as contínuas reivindicações desses grupos por mais escolas e, também, iluminar uma dimensão importante do tipo de relação de poder engendrada nos distritos mais afastados da capital.

Oscar Pimentel, secretário d’ *O Santacruzense*, era filho de Honório Pimentel, um prócere político com base eleitoral em Santa Cruz. Intendente municipal desde 1904, sua carreira no campo político carioca foi construída a partir das relações que estabeleceu com o antigo diretor do *Matadouro de Santa Cruz*, Felipe Cardoso Pires. Este, por sua vez, integrava o grupo liderado pelo senador Augusto de Vasconcellos, chefe político da capital cuja base eleitoral fora construída no chamado Triângulo, área que englobava as três antigas freguesias rurais da cidade, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.

Segundo Américo Freire, o Matadouro era a principal agência municipal nas áreas rurais da cidade. A sua administração conferia enorme poder político aos seus diretores, pois cabia a eles a responsabilidade de garantir o abastecimento de carnes verdes à população do Distrito Federal, bem como a palavra final na assinatura de contratos com fornecedores e na arrematação de mão de obra. ¹⁹⁵ Após a morte de Felipe Cardoso, em 1908, coube a Honório Pimentel a administração do Matadouro, o que lhe garantiu ainda mais prestígio e poder em Santa Cruz. Como resultado de sua

¹⁹⁴ “Uma adesão”. *O Santacruzense*, Edição 25.10.1908, Santa Cruz, p. 1. Grifos meus.

¹⁹⁵ FREIRE, Américo. *Uma Capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*, op. cit., p. 175-176.

articulação social na área do triângulo, Pimentel conquistou e manteve, entre 1904 e 1919, um assento no Conselho Municipal.

Uma das características da ação política desse grupo na região do Triângulo era exatamente a perpetuação dos seus integrantes em diferentes funções públicas, especialmente em cargos eletivos como intendentes, deputados e senadores. Américo Freire chama a atenção para o baixo absentismo das freguesias rurais ocorrido em vários pleitos eleitorais desde a década de 1890, mesmo sendo estes os distritos com menor peso populacional e eleitoral.¹⁹⁶ Esse grupo foi inclusive acusado pelo jornal *Correio da Manhã* de cometer fraudes nas eleições¹⁹⁷, o que não chega a ser nenhuma novidade. Provavelmente não era uma prática exclusiva desse grupo político e sua forma de atuação se basearia no que Marcos Guedes Veneu identificou como relação de clientela em contextos urbanos¹⁹⁸. O que não pode ser menosprezado é o interesse desse grupo em garantir a alfabetização da população mais pobre daquelas zonas, majoritariamente composta por lavradores, e a posterior tentativa de conquistar seu apoio e obter o seu voto.

Ainda que a alfabetização dos trabalhadores adultos carecesse de maiores investimentos, como demonstra a campanha articulada pel'*O Santacruzense* para a

¹⁹⁶Segundo Américo Freire: "No pleito senatorial de abril de 1892, enquanto que nas freguesias urbanas a participação foi em média de 10% a 15% do total de eleitores, em Santa Cruz, por exemplo, ela foi maior do que 50%. Com isso, as freguesias rurais, pequenas em população e eleitorado quando comparadas às urbanas, passavam a possuir um peso considerável e inteiramente desproporcional nas eleições majoritárias gerais. É o que facilmente se verifica quando se examinam alguns resultados das eleições senatoriais no Distrito. No pleito que elegeu Lopes Trovão para o Senado, em julho de 1895, dos 4.119 votos obtidos pelo candidato, 2.450, ou seja, mais da metade, foram obtidos no 3º Distrito da capital que, proporcionalmente, segundo dados de 1890, correspondia a cerca de 30% da população geral do Distrito." FREIRE, Américo. *Uma Capital para a República*, op. cit., pp. 171-172.

¹⁹⁷FREIRE, Américo. *Uma Capital para a República*, op. cit., p. 173.

¹⁹⁸Segundo o autor: "A formação de clientelas num contexto urbano como o do Rio de Janeiro assume formas um tanto distintas dos padrões clássicos do coronelismo, analisados por Victor Nunes Leal nas áreas rurais e nas pequenas cidades, embora siga os mesmos princípios. Entre os chefes políticos do Rio e seus eleitores não há uma relação tão profunda como a que põe o colono ou agregado na dependência do grande proprietário de terras, nem é tão fácil estabelecer sobre uma cidade das dimensões da capital o controle generalizado que os "coronéis" detêm sobre a vida dos pequenos municípios, de modo diverso dos seus contemporâneos das áreas rurais, o eleitor carioca participava simultaneamente de vários conjuntos de relações – de trabalho, vizinhança, religiosas etc. – que correspondiam a áreas sociais distintas. A fragmentação de papéis e domínios sociais proporcionada pela vida numa grande cidade, salientada por vários autores ao tratarem de outros aspectos da vida possui também uma dimensão política, traduzindo-se, no caso, numa maior individualização, contraposta ao caráter totalizador e hierarquizante da relação clássica "coronel-cliente". A relativa "metropolização" do Rio, já ao final do século passado, seria responsável pela abertura de espaços para comportamentos políticos individualizados – e arrisco-me a sugerir que os fenômenos "marginais" da política operária e do jacobinismo estão relacionados com isso –, mas não eram em grau suficiente para o estabelecimento de uma política individualizada de forma geral." Conferir em: VENEU, Marcos Guedes. "Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.30, n.1, 1987, pp. 25-26.

criação de uma escola noturna, os dados publicados pelo indicador do *Almanaque Suburbano* parecem indicar maior poder de barganha desse grupo político frente à municipalidade no que se refere à conquista de escolas masculinas para a região. Isso não é pouca coisa, na medida em que as mulheres não eram eleitoras. Logo, aumentar o número de trabalhadores alfabetizados parece ter sido uma importante estratégia executada pelos políticos do Triângulo, ávidos em perpetuar seus interesses político-eleitorais na região.

Se nos distritos a Oeste da cidade a demanda por mais escolas parece ter sido um elemento fundamental para a viabilidade dos interesses do grupo político do Triângulo, para os congressistas cuja militância se desenvolvia nos distritos de Inhaúma e Irajá, a pretensão de educar as consciências dos trabalhadores de menor renda; moralizar seus hábitos e costumes; e, por que não, de dirigir suas escolhas eleitorais não foi de somenos importância. Eduardo Magalhães, por exemplo, demonstrava preocupação com a vida privada de setores da população, especialmente com a higiene no interior das casas, razão pela qual, inclusive, solicitou ações mais firmes da poder público nessa área. Além disso, o jornalista conseguiu a aprovação da assembleia para projeto de sua autoria voltado para a distribuição de folhetos educativos sobre higiene pessoal. É possível imaginar sem muito esforço que tais folhetos não eram destinados aos seus companheiros de militância, sendo mais um tipo de intervenção voltada a educar a população pobre residente no distrito em que vivia¹⁹⁹.

Além da demanda pela expansão do ensino público, o *Congresso Suburbano* também cobrou das autoridades maiores investimentos na área da saúde pública. Em Santa Cruz havia um problema que incomodava a população que vivia nas ruas próximas do Matadouro. Em ofício endereçado ao prefeito Bento Ribeiro, publicado n' *A Tribuna*, os representantes daquela localidade, Tancredo Guerra Pires e Augusto Gentil Falcão, cobraram ação da municipalidade com vistas a resolver os problemas gerados pela existência da "Vila do Sangue". Alegavam que existia um rio de sangue que escorria do terreno do Matadouro em direção às ruas do entorno, comprometendo a saúde pública. Os mesmos congressistas lembraram ao executivo municipal a necessidade de se fechar a única caixa d'água que abastecia toda aquela zona, instalada na Praça da Matriz. Tal medida, afirmam, era urgente como forma de garantir a qualidade da água consumida pela população.²⁰⁰ A municipalidade também foi cobrada

¹⁹⁹“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 21.10.1911, p.3.

²⁰⁰“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 20.12.1911, p. 3.

para criar um posto de assistência médica no Engenho de Dentro, conforme se verifica em projeto aprovado pelo representante da localidade, Carlos Pimentel²⁰¹.

Em uma associação composta por homens pertencentes a diversas corporações militares, não faltaram propostas visando ampliar a instalação de postos policiais e quartéis do Corpo de Bombeiros, este último militarizado desde a década de 1880, nas zonas suburbanas. No início da década de 1910 ainda não havia postos avançados do Corpo de Bombeiros nos subúrbios, o que demandava que todo o material necessário para a atuação da tropa fosse levado por trens adaptados para a estação mais próxima do acidente.²⁰² Evidente que a demora para o deslocamento dos equipamentos acarretava enormes perdas, levando Carlos Pimentel a cobrar do ministro da Viação a solução desse problema: “Ha muito, Sr. ministro, que os subúrbios reclamam esse melhoramento e o crescimento espantoso das habitações, mais do que nunca, justifica a necessidade desse meio assegurador de socorro imediato em casos de sinistro por incêndio.”²⁰³

Ao chefe de polícia foi demandada a criação de novos postos policiais em diversas localidades - Realengo ²⁰⁴, Terra Nova, Pilares e Anchieta. Segundo o ofício: “Esses lugares, Exmo. Sr. Dr. chefe de policia, são bastante habitados e nenhuma garantia oferecem a pessoas que ali vivem.” ²⁰⁵

A estonteante circulação de impressos na cidade, verificada na passagem para o século XX, acarretava a necessidade de ininterruptas adaptações por parte dos Correios, órgão encarregado da distribuição postal. Por isso, os congressistas também cobraram melhorias do serviço telegráfico, naquela época administrado separadamente da área postal. Abrigando leitores e produtores de textos impressos, além de comerciantes ávidos por uma comunicação mais veloz e eficiente, as zonas suburbanas eram ainda precariamente atendidas por esses órgãos públicos, como se evidencia pela leitura dos ofícios enviados pelo congresso aos responsáveis pelos Correios e Telégrafos:

²⁰¹“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 28.9.1911, p.3.

²⁰²Conferir história da corporação no sítio do Museu Histórico do Corpo de Bombeiros. Disponível em: <http://www.museu.cbmerj.rj.gov.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=116&page=8>. Acesso em: 02/06/2017.

²⁰³“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 08.11.1911, p.3.

²⁰⁴“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 27.10.1911, p.3. Demanda apresentada pelo congressista Manoel de Souza Martins.

²⁰⁵“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 08.11.1911, p.3.

Ao Exmo. Sr. diretor geral dos Telégrafos:

O congresso suburbano, associação criada para cuidar de todos os melhoramentos necessários aos subúrbios aprovou em sua sessão de 23 do corrente um *projeto de seus ilustres consócios Agostinho Almeida e Carlos Pimentel, representantes da zona do Engenho de Dentro, para que fosse instalada uma estação telegráfica no Engenho de Dentro.*

V. Ex. espirito superior, que vem dando á importante repartição dos telégrafos uma orientação feliz, por certo, estudando a proposta verá quanto ela é justa, e, portanto, necessária.

As estações telegráficas nos subúrbios existem muito distanciadas, havendo uma no Meyer e outra em Cascadura.

A grande área entre essas estações é vastíssima, tem um comércio importantíssimo e uma população enorme, mas, está sem os meios de fácil comunicação telegráfica.

Isso importa em grande prejuízo de tempo para as pessoas que necessitam se utilizar do telégrafo. (...) ²⁰⁶

Exmo. Sr. diretor dos Correios:

O Congresso Suburbano, associação criada para tratar exclusivamente dos interesses dos subúrbios, aprovou, na sessão de 30 passado, uma *proposta do seu digno consocio Sr. Pinto Machado pedindo a criação de uma sucursal dos Correios na estação de Engenho de Dentro e a criação de agencias em Terra Nova, Três Vendas, Inharajá, Costa Barros e em algumas localidades do Irajá e Guaratiba e melhoria das distribuições domiciliárias nas localidades distantes visto ser deficiente o serviço.* (...) ²⁰⁷

A instalação de uma sucursal dos Correios e de uma agência telegráfica nessas localidades eram demandas que buscavam dotar aqueles territórios de instrumentos que facilitassem a comunicação dos seus habitantes com toda a cidade. Além disso, a existência de uma ampla e ativa rede de comunicação impressa nos subúrbios – assim como o funcionamento das redações de diários instaladas em diversas localidades – demandavam a criação de novas estações postais e telegráficos e serviços mais eficientes. Cioso do seu papel de intérprete dos anseios da população de Irajá, o jornalista também cobrou da direção dos Correios a criação de novas agências em diferentes localidades daquele subúrbio, tais como Terra Nova, Três Vendas, Inharajá, Costa Barros, além de Guaratiba, na zona rural.

A atenção dispensada por Pinto Machado aos distritos rurais não se resumiu à cobrança para instalação de agências dos Correios nas suas diversas localidades.

²⁰⁶“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 30.10.1911, p.3. Grifos meus.

²⁰⁷“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 07.11.1911, p.3. Grifos meus.

Preocupado com as dificuldades enfrentadas pelos pequenos lavradores da cidade, o jornalista endereçou um ofício ao prefeito e outro ao Ministério da Agricultura com o objetivo de conquistar medidas por ele consideradas essenciais tanto para a qualificação dessa atividade econômica, como para garantir maior controle do poder público sobre o comércio dos alimentos.

Ao prefeito, o congressista solicitou a criação de comícios agrários e o aperfeiçoamento da educação destinada aos lavradores, bem como demandou maior fiscalização da prefeitura sobre as “casas suburbanas” responsáveis pelo comércio de legumes, verduras e frutas,²⁰⁸ assim como cobrou a adoção de medidas para solucionar problema antigo que assolava os campos agrícolas: os formigueiros. O documento chama a atenção para a gravidade deste problema nas hortas de Santa Cruz, cujo enfrentamento:

(...) representa uma necessidade inadiável, porque se prende a assunto referente á riqueza e prosperidade locais e publicas. Ali a formiga devasta de inclemente maneira as plantações cereais, legumes, etc, e danificam pomares inteiros, prejudicando a colheita dos frutos da grande e da pequena lavoura, especialmente desta. É um flagelo que urge combater-se.²⁰⁹

Se Pinto Machado cobrava das autoridades maior fiscalização sobre as “casas suburbanas” com o objetivo de se criar mecanismos de controle de preços, Eduardo Magalhães, então diretor do *Almanaque Suburbano*, estava mais preocupado com a carga tributária paga pelos comerciantes suburbanos. O 1º secretário do Congresso defendeu junto aos seus colegas de associação a aprovação de proposta, e posterior envio de ofício à autoridade competente, baseada na defesa da redução dos impostos pagos por aqueles comerciantes. Para ele, essa classe de proprietários estava sobrecarregada de obrigações, principalmente no que se referia ao elevado gasto com o transporte dos alimentos.²¹⁰

Como visto no capítulo anterior, as pautas que mobilizavam jornalistas como Eduardo Magalhães passava pela defesa dos interesses dos pequenos proprietários, notadamente os do comércio. O alto custo dos alugueis cobrados naqueles territórios mobilizou a atenção do jornalista, que enviou ao presidente do Conselho Municipal ofício propondo medida com potencial de minimizar esse problema:

²⁰⁸“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 07.11.1911, p.3.

²⁰⁹“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 18.12.1911, p.3.

²¹⁰“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 20.9.1911, p.3.

Exmo. Sr. presidente do Conselho Municipal – O Congresso Suburbano, na sua missão de trabalhar pelo progresso dos subúrbios vem solicitar de V. Ex. a criação de uma lei taxando impostos sobre terrenos devolutos na zona suburbana, principalmente áqueles que margeiam a Estrada de Ferro Central do Brasil, contribuindo assim para que as construções aumentem e os alugueis, que são excessivos, se tornem mais baratos.

V. Ex. compreende que beneficio extraordinário virá prestar essa lei aos desfavorecidos da fortuna, que, se veem obrigados a promiscuidade nas habitações, em prejuízo muitas vezes da higiene. (...)²¹¹

O ofício revela as disputas em torno dos usos das terras que margeavam os trilhos da *Estrada de Ferro Central do Brasil*. Assim como Pinto Machado e demais congressistas representantes do Engenho de Dentro, que se colocaram contrários ao plano da direção da estrada de ferro de utilizar as terras devolutas daquele bairro para a criação de uma linha auxiliar, Eduardo Magalhães também propôs outro uso para estes terrenos: a construção de moradias. Para isso, defendeu a necessidade de o legislativo municipal aprovar uma lei onerando, através do aumento dos impostos, todos os terrenos devolutos existentes na zona suburbana, especialmente os que margeassem a EFCB. Tal medida, acredita, proporcionaria a construção de novas moradias e a consequente diminuição do preço dos alugueis.

Esse e outros ofícios são uma pequena amostra do desejo de intervenção na administração da cidade nutrido por uma fração da população suburbana. A administração pública e o mundo político foram interpelados a resolver diversos problemas enfrentados por segmentos daquela população e instados a reavaliar políticas públicas em andamento. Os jornalistas suburbanos atuaram na esfera pública em nome de interesses e causas bem específicas: os da classe proprietária suburbana, e dos negociantes em particular, que defendiam a descentralização da administração municipal como forma de aumentar os investimentos públicos nos subúrbios. O pleito não era novo. O *Echo Suburbano* lembrou que essa pauta já havia mobilizado os principais nomes dessa imprensa, responsáveis pela articulação de outra campanha criada exclusivamente para esse fim: a *Liga de Ação Suburbana*:

Melhoramentos Suburbanos
Uma campanha a travar

²¹¹“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 08.11.1911, p.3.

(...) Um dia pensamos em criar na zona suburbana a *Liga de Ação Suburbana*, e com Pedro Pinto de Miranda, Xavier Pinheiro, Augusto de Menezes, Vieira de Mello, Mariano Garcia, Antonio Quintiliano e outros, chegamos mesmo a efetuar algumas reuniões. *E o fim principal era o combate pela criação de uma Subprefeitura nos subúrbios*. Morreu a liga, ou antes, não se ligaram os suburbanos, porque o publico ainda continua inimigo de cogitar dos seus interesses.

Mas, de nós, *do cérebro de quem redige este jornal*, nunca saiu esse pensar que julgamos de grande utilidade ao bem estar do publico suburbano²¹².

O diretor e “cérebro” que redigia o jornal, Pinto Machado, chegou inclusive a afirmar que este era o seu maior objetivo quando idealizou o *Congresso Suburbano*²¹³. Na assembleia reunida no Engenho de Dentro coube ao tenente João Pimentel da Conceição, eleito representante de Realengo, a apresentação da proposta mais ousada nesse campo. Radicalizando o princípio da descentralização administrativa, apresentou para debate projeto concedendo poder decisório às localidades representadas no *Congresso Suburbano*. Vale a pena conhecê-lo na íntegra:

(...) 1. em cada local suburbano – ou por nomeação do prefeito, ou por eleição direta, com aprovação e reconhecimento do mesmo prefeito, precedendo a tudo isto lei do Conselho Municipal, haverá um “comitê” de nove membros.

2. Estes nove membros deverão ser: um médico, um engenheiro, dois negociantes, dois proprietários e três membros do Congresso Suburbano, todos com mais de cinco anos de residência efetiva no local.

3. Haverá tantos comitês quantas forem as representações locais junto ao Congresso Suburbano;

4. Cada comitê tem por dever velar pelo desenvolvimento do local, propugnando por todos os melhoramentos úteis;

5. Da renda que cada zona der anualmente, a quarta parte será única e exclusivamente aplicada aos seus melhoramentos;

6. O comitê de cada localidade entender-se-á diretamente com o engenheiro municipal do seu distrito, por intermédio do qual dirigirá suas reclamações ao prefeito;

7. O melhoramento pedido pelo comitê irá ao prefeito com o parecer e orçamento organizados pelo respectivo engenheiro, e aquele receberá si a sua execução fica a cargo do comitê ou do engenheiro, abrindo para isso o crédito necessário dentro dos limites da quota mensal de cada subúrbio;

8. Todo o serviço de limpeza de ruas, valas e outros quaisquer melhoramentos, será fiscalizado pelo comitê, que reclamará diretamente do prefeito quando vir que a execução não é legal;

²¹²“Melhoramentos Suburbanos”. *Echo Suburbano*, Madureira, edição 10.09.1911, p.1. Grifo meu.

²¹³“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 11.10.1911, p.3.

9. Cada comitê terá o exercício de três anos, podendo o seu mandato ser renovado tantas vezes o prefeito julgar necessário, ou o voto o confirmar, no caso de eleição;
10. A função dos membros do comitê é gratuita (...) ²¹⁴

O debate em torno da criação de uma Sub Prefeitura nos subúrbios era, no fundo, parte de uma discussão mais ampla sobre a composição dos gastos contidos no orçamento da municipalidade e do controle sobre sua execução. João Pimentel da Conceição deu um passo adiante ao detalhar um projeto que, na prática, descentralizava a gestão dos recursos públicos. Cioso das responsabilidades institucionais da Prefeitura e do Conselho Municipal defendeu que tal projeto fosse debatido e aprovado pelos intendentess e que os membros dos comitês fossem eleitos ou nomeados pelo executivo municipal.

A qualificação acadêmica e social definida como condição para ser membro de cada comitê – um médico, um engenheiro, dois negociantes, dois proprietários e três membros do *Congresso Suburbano* revelam quem estaria apto a participar ativamente das discussões da “coisa pública”, segundo o congressista, assim como o desejo de protagonismo destes jornalistas suburbanos. Ainda que homens com formação superior, proprietários e pequenos capitalistas tivessem lugar garantido, a abertura para três representantes oriundos do *Congresso Suburbano* deixava em aberto a participação de homens com origem social distinta. Tal comitê teria como missão o “desenvolvimento local”.

O projeto defendia uma inversão de prioridade na aplicação dos impostos uma vez que de toda a renda auferida anualmente por cada localidade suburbana, a quarta parte deveria, única e exclusivamente, ser aplicada em investimentos no seu território. Os projetos necessários para a execução dos “melhoramentos suburbanos” seriam garantidos através de uma política de descentralização burocrática, cabendo ao engenheiro do comitê de cada zona a obrigação de produzir um parecer e um orçamento que seriam posteriormente apresentados à Prefeitura. Ao prefeito caberia se entender com cada um dos engenheiros de maneira que o crédito necessário para cada uma das intervenções fosse liberado de acordo com a cota a que cada localidade tinha direito. Ao prefeito também caberia decidir sobre a extensão ou não dos mandatos dos comitês, previsto para durar três anos inicialmente. Por fim, expressando e reforçando o liberalismo aristocrático da época, caracterizado pela compreensão de que a atuação na

²¹⁴“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 31.10.1911, p.3.

política formal ou na vida pública como um todo não deveria ser aberta a todos os cidadãos e contribuintes, defendia a não remuneração dos membros do comitê, o que evidentemente dificultava a participação de trabalhadores mais pobres.

Segundo Pinto Machado, o projeto sofreu ampla discussão na associação, sendo posteriormente enviado para uma comissão especial. No entanto, a maneira como foi concebido dificilmente garantiria a sua aprovação no próprio Congresso. Os membros da associação reconheciam a sua inviabilidade no campo institucional, ainda mais em uma cidade que por ser Distrito Federal era palco constante de intensas disputas entre Prefeitura, Conselho Municipal e Governo Federal quanto à criação de despesas, delimitação de obrigações e cargos públicos.

Os embates em torno das competências de cada ente federativo no tocante às despesas e gastos com o funcionalismo teve um capítulo à parte na história da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Marcelo de Souza Magalhães, no bojo das modificações realizadas em 1892 pelo Congresso Nacional no tocante à administração da capital federal, ficou estabelecido que o Conselho Municipal totalizasse 37 atribuições, número superior àquelas destinadas ao Prefeito do DF. Dentre as atribuições dos intendentess encontravam-se temas centrais da administração pública, tais como: orçamento, impostos, funcionalismo, empréstimos, patrimônio, dentre outros. Essa situação acabou gerando inúmeras disputas entre o executivo e o legislativo municipais ao longo da primeira década republicana, apenas solucionado no governo do presidente Campos Sales, que optou por uma saída pró-fortalecimento da figura do prefeito. Em 1898, seu governo sancionou o decreto nº 543 que em seu artigo 9º conferia ao Prefeito as seguintes atribuições:

Art. 9o – A iniciativa da despesa, bem como a criação dos empregos municipais e do recurso a empréstimos e operações de crédito, compete ao Prefeito.

§ 1o Exercer-se-á essa iniciativa apresentando o Prefeito ao Conselho Municipal o projeto anual do orçamento da despesa e as demais propostas, financeiras ou administrativas, que as necessidades do serviço lhe aconselharem.

§ 2o Deliberando sobre a lei orçamentária, o Conselho não poderá fazer nenhum aumento ou diminuição de ordenado, nenhuma criação ou supressão de emprego, nem votar disposições de caráter permanente, sem proposta do Prefeito”.²¹⁵

²¹⁵Decreto nº 543, de 23 de dezembro de 1898. Regula a administração do Distrito Federal. Apud: MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da Política: a Capital Federal - 1892-1902*, op. cit., p.54.

A primeira década do século XX foi marcada, portanto, pelo fortalecimento da figura do prefeito, que passou a monopolizar a gestão do orçamento público e das nomeações do funcionalismo, resultando daí o enfraquecimento do Legislativo municipal. Segundo a legislação da época, a análise dos vetos do prefeito às resoluções dos intendentes caberia apenas ao Senado, sendo necessária para isso a presença de pelo menos dois terços dos senadores para a derrubada de um veto. O ápice desse poder ocorreu no período do governo do prefeito Pereira Passos (1902-1906), nomeado pelo presidente Rodrigues Alves. Nos seis primeiros meses de seu mandato, Passos governou com o Conselho fechado, conforme determinação da Lei nº 939 de 1902 que ofereceu todo o arcabouço legal necessário às reformas urbanas levadas a cabo na cidade, pela prefeitura e governo federal, nesse momento de excepcionalidade.²¹⁶

É nessa conjuntura pós-fortalecimento das atribuições do executivo municipal que se pode compreender a militância de setores da intelectualidade suburbana pela criação de uma subprefeitura capaz de interferir em algum grau na gestão do orçamento público municipal e criar algum tipo de descentralização administrativa e das prioridades públicas. Parece evidente que as disputas em torno da autonomia do DF, parte das lutas políticas ao longo de todo o período da Primeira República, tenham apresentado um sentido mais radical para as elites suburbanas que militavam pelo reforço do investimento público na infraestrutura urbana das localidades onde viviam e mantinham negócios. Para estes, esse debate não se resumia às discussões acerca das atribuições referentes ao Conselho Municipal e à Prefeitura, mas avançava para o questionamento de um pacto federativo tido como injusto e perpetuador de desigualdades entre os diferentes distritos que formavam a capital. Nesse sentido, os vários projetos apresentados no *Congresso Suburbano* sobre essa temática estavam inseridos em um debate mais amplo que, em período anterior, chegou a pregar a separação dos subúrbios do restante da cidade.

Se em 1911 o projeto de João Pimentel da Conceição não conseguiu a aprovação nem mesmo dos seus colegas de associação, o que dizer do projeto defendido pelo jornalista Ferreira Junior, em 1906, período no qual dirigiu a *Revista Suburbana - Órgão*

²¹⁶Lei nº 939, de 29 de dezembro de 1902. Reorganiza o Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-939-29-dezembro-1902-585356-publicacaooriginal-108367-pl.html>. Acesso em: 02/06/2017. Entre as “providências” desta lei merece destaque os artigos 6º: “O Prefeito será nomeado por decreto, dentre os cidadãos brasileiros de reconhecida competência” e o 3º: “No caso de anulação da eleição, ou em qualquer outro de força maior que prive o Conselho Municipal de se compor ou de se reunir, o Prefeito administrará e governará o distrito, de acordo com as leis municipais em vigor”.

independente, ilustrado e de interesse geral, editado pela única Empresa Tipográfica Suburbana. Na ocasião, o agora congressista suburbano foi mais ainda mais longe na crítica ao ordenamento jurídico definidor dos poderes responsáveis pelo governo do DF. No auge das reformas urbanas realizadas principalmente no centro e eixo Sul da capital pelo governo Passos, Ferreira Junior publicou em sua folha artigo não assinado que defendia abertamente a autonomia dos territórios que conformavam os subúrbios, de modo a transformá-los em um Município Suburbano Federal:

O presente órgão, cujo titulo exprime um programa, não pertence a partido algum político da situação que aplaude ou deprime o Governo da Republica nem a agremiações partidárias, mas a uma empresa particular, que se propõe, com grande sacrifício, por meio da palavra escrita e falada, arrancar uma região feracíssima e salubérrima, qual a suburbana, *promovendo sua justa independência, ou autonomia*, no sentido de constitui a em um Município Suburbano Federal.

*Uma zona vastíssima, ziguezagueada, repleta como está de milhares de habitantes de todas as classes sociais, operários principalmente, sustentando já verdadeiras cidades e vilas mais ou menos em progresso ativo, com sua vida relativa, graças á iniciativa particular, além disto contribuindo, como a própria capital da União, para as rendas municipais e federais, - sem merecer a justa recompensa de que tanto necessita ou as vistas a atenções daqueles que por ela deviam interessar-se, - (...)*²¹⁷

O artigo propõe um argumento central que ganhou densidade no âmbito dos trabalhos realizados pelo *Congresso Suburbano*: o de que todo progresso verificado nas zonas suburbanas era fruto da iniciativa particular, responsável, dentre outras coisas, pelo fortalecimento das rendas municipais e federais, auferidos através dos impostos pagos pelos proprietários suburbanos. Portanto, a defesa da “autonomia” ou “independência” dos subúrbios se assentava na capacidade de suas “classes sociais” gerarem riquezas e proverem a sobrevivência financeira da região e pela constatação de que as administrações municipais e federais falhariam ao não realizarem os investimentos necessários para a qualificação da sua infraestrutura urbana. Se em 1906 já era possível identificar na imprensa suburbana a abertura de espaço para esse tipo de crítica, com o Congresso Suburbano críticas e avaliações semelhantes alimentaram propostas concretas como as defendidas por Eduardo Magalhães, Pinto Machado e João Pimentel da Conceição. Se por um lado já não havia mais o viés de secessão, por outro

²¹⁷“Satisfação”. *Revista Suburbana*, Méier, edição 16.5.1906, p.1. Grifos meus.

se tornava evidente o novo patamar alcançado pelos proprietários suburbanos, cada vez mais conscientes da necessidade de se organizarem em prol da defesa dos seus interesses.

3.3: Silêncios e lacunas: o fim do Congresso Suburbano.

O primeiro presidente do *Congresso Suburbano*, Xavier Pinheiro, ao avaliar os resultados dos quase três meses de sua gestão à frente da campanha, ressaltou a importância da imprensa na sua viabilidade e sucesso. Enaltecendo, em primeiro lugar, o papel desempenhado por Pinto Machado, Pinheiro prestou um depoimento cujo argumento central residia na afirmação de que a imprensa era a única defensora dos interesses da coletividade suburbana:

(...) Posso dar testemunho, como jornalista, de que o subúrbio se limitou a ter unicamente como defensores aqueles que, penalizados pelas suas infelicidades e desditas, se ocupavam nas colunas dos jornais a solicitar providencias aos poderes públicos, mostrando que nada se obtinha em seu proveito para beneficio de uma coletividade que sempre compreendeu os seus deveres, satisfazendo todas as reclamações exigidas pelo fisco, para pagamento de todos os ônus, de todas as taxas, de todas as exigências.

Á imprensa muito deve o subúrbio, e si alguma cousa se tem feito materialmente em proveito de todos os habitantes destas paragens olvidadas criminosamente, deve-se á grita continua, ininterrupta dos que se têm entregado a essa campanha.

O Congresso Suburbano nasceu dessa propaganda da imprensa, dia a dia feita, sem paixão, sem exageros, sem intuios preconcebidos (...)

²¹⁸

As melhorias materiais conquistadas, ainda que limitadas, foram creditadas pelo presidente ao trabalho realizado pela imprensa e pelo *Congresso Suburbano*, responsáveis por dirigir aos “representantes do povo no seio do Conselho Municipal e do Congresso Nacional, os meios práticos de melhoramentos imprescindíveis, reclamados pelo povo e pela imprensa”.²¹⁹ Tal objetivo, afirma, só foi possível graças ao trabalho desempenhado pela secretaria da associação, até então comandada pelo jornalista Eduardo Magalhães, responsável por expedir ao todo 29 ofícios aos mais diversos espaços de poder e órgãos governamentais sediados na cidade: Conselho Municipal, Prefeitura, Chefatura de polícia, ministérios, dentre outros. Em uma das

²¹⁸“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 13 de novembro de 1911, p.3. Grifos meus

²¹⁹Idem.

sessões ordinárias, o congressista José Nigro pediu a palavra para comunicar que inúmeras obras já haviam iniciado por causa da pressão exercida pelo congresso. A ata publicada n' *A Tribuna* não revela quais seriam essas obras, no entanto, na mesma sessão, o congressista tenente Conceição relatou que a diretoria da saúde pública havia atendido sua solicitação de dar melhor uso a um terreno devoluto existente em Realengo; o professor Chagas de Oliveira também comunicou que estava em andamento a reforma da Estrada Vargem Grande, assim como tivera início a construção de uma ponte sobre o Rio Pavuna, em Jacarepaguá²²⁰.

A imprensa acompanhou várias das inaugurações de obras públicas realizadas pela municipalidade em diferentes localidades da cidade (Imagens X, XI e XII). O bairro de Anchieta, em Irajá, foi retratado pela revista *O Malho* como “florescente subúrbio” em evento de inauguração de vários “melhoramentos” em 1912, período em que o *Congresso Suburbano* ainda atuava.

²²⁰“Subúrbios”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, edição 29.11.1911, p.3.



Imagem IX. Inauguração de Praça do Hipódromo, no Engenho Velho. Fonte: *O Malho*, edição 397, de 23 de abril de 1910.



Imagem X. A legenda informa a inauguração de vários melhoramentos no “florescente subúrbio” de Anchieta. Fonte: *O Malho*, edição 532, de 25 de novembro de 1912.



Imagem XI. Inauguração de jardim em Vila Isabel com a participação da Associação Beneficiadora de Vila Isabel. Fonte: *O Malho*, edição 421, 8 de outubro de 1910.

Mas foi o Méier a localidade suburbana que conquistou, ainda na década de 1910, os melhoramentos mais vultosos e duradouros. Congressistas eleitos para representar o bairro haviam apresentado uma série de projetos visando dotar aquele subúrbio de uma assistência médica, uma estação do Corpo de Bombeiros e uma praça ajardinada. A pressão exercida pelo *Congresso Suburbano*, dominado pelos jornalistas que militavam pelos melhoramentos através dos periódicos criados nas margens da cidade, surtiu efeito e no final do seu mandato, em 1914, o prefeito Bento Ribeiro anunciou a compra dos terrenos necessários para a construção dos tão almejados equipamentos públicos no bairro.

A repercussão na imprensa foi imediata. O *Correio da Noite* reproduziu, na íntegra, matérias publicadas originalmente na *Gazeta da Tarde* e em *O País* onde se creditava a conquista de tais melhoramentos às atuações decisivas do jornalista suburbano Xavier Pinheiro e do ex-intendente Ângelo Tavares, também colaborador de periódicos suburbanos, cujo mandato no Conselho Municipal expirou em 1913.²²¹ Em novembro de 1915, a primeira estação do Corpo de Bombeiros nos subúrbios foi finalmente inaugurada, permitindo que uma extensa área que ia da estação Sampaio até a Praça Seca, em Jacarepaguá, passasse a contar com esse vital serviço de assistência pública.²²² Anos depois, em 1919, foi inaugurado, pelo governo Paulo de Frontin, o Jardim do Méier, a tão esperada praça ajardinada, situada entre as ruas Arquias Cordeiro e a antiga Rua Imperial. Ao repercutir o evento de inauguração, *O Paiz* reportou a presença da comitiva do prefeito Paulo de Frontin no bairro, recebida pelo então deputado com base eleitoral no Méier, Aristides Caire (atualmente a praça tem o seu nome), comerciantes da região, além de nomes da imprensa suburbana, como Benjamin Magalhães, responsável por fazer um discurso de recepção à imprensa carioca em nome da sua congênere suburbana²²³.

Ainda que seja possível relacionar tais conquistas às ações empreendidas anos antes pelos militantes à frente do *Congresso Suburbano*, os resultados obtidos não foram suficientes para impedir sua implosão enquanto órgão máximo articulador dos interesses dos segmentos mais abastados dos subúrbios. Pequenas notas jornalísticas informam a realização de sessões ordinárias ao longo do primeiro semestre de 1912 e a campanha acabou no fim desse ano.

²²¹“Pelos Subúrbios”. *Correio da Noite*, Rio de Janeiro, edição 18.3.1914, p.2.

²²²*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 12.11.1915, p.9.

²²³*O País*, Rio de Janeiro, edição 25.05.1919, p. 4.

Na difícil tarefa de descobrir quais os motivos que puseram fim à campanha, uma pista, ainda que frágil, surgiu na edição especial do jornal *O Suburbano*, publicada logo após o falecimento de um de seus proprietários, o jornalista Benjamin Magalhães. O extenso artigo publicado em sua homenagem lembrou, dentre outras coisas, o seu envolvimento no congresso, cujo fim, afirma, teria sido provocado pela “politicagem”²²⁴.

O mesmo argumento fora utilizado pela coluna “Nos Subúrbios” d’*A Época* em 1913. Ao criticarem a Prefeitura pela demora em organizar os nomes das ruas de diversas localidades suburbanas, muita das quais com nomes duplicados, foi lembrado que tal reivindicação era antiga, tendo sido objeto de discussão entre os participantes do *Congresso Suburbano*. O texto lamenta a pouca duração da agremiação, lembrando que: “Infelizmente o Congresso durou o tempo das rosas de Malherbe, *matou-o a politicagem sem ideais*, que é o entrave do progresso destas zonas”²²⁵.

Ainda que breve, a experiência do Congresso Suburbano e a memória sobre ele parecem não ter morrido de todo já que anos depois, em 1916, uma agremiação política fundada no Engenho de Dentro, intitulada *União Política Suburbana*, declarou a intenção de relançar o congresso. Utilizando o espaço aberto pela seção suburbana d’ *A Época*, a direção da nova associação suburbana conclamou os antigos congressistas a participarem ativamente nos trabalhos de sua recriação:

UNIÃO POLITICA SUBURBANA

Sede Rua Archias Cordeiro n. 646

(...)

A diretoria da União tendo conhecimento do congresso realizado em 1911 a que concorreram diversas pessoas que ainda residem e se interessam pela zona suburbana, sem cogitar paixões, partidárias, somente visando o fim útil de congregar esforços de todos para tornar realidade melhoramentos indispensáveis em benefício dos que moram e têm interesse nos subúrbios, indo ao encontro destes congressistas solicita de cada um o mesmo apoio, a mesma solidariedade e boa vontade que prestaram ao passado congresso, e que, no momento atual com a experiência dos anos decorridos, possam todos conseguir pelo conjunto de ideias erguer esta parte da cidade do Rio de Janeiro, tão desconhecida e desamparada pelos poderes públicos.

A comissão de alistamento continua funcionando diariamente na sede social.²²⁶

²²⁴*O Suburbano*, Rio de Janeiro, edição 19.1.1935, p.2.

²²⁵*A Época*, Rio de Janeiro, edição 04.3.1913, p. 5. Grifos meus.

²²⁶*A Época*, Rio de Janeiro, edição 23.12.1916, p. 4. Grifos meus.

Pinto Machado imediatamente repercutiu na imprensa esse chamamento, através do *Echo Suburbano* se posicionou favorável à iniciativa através de artigo intitulado “Congresso Suburbano”. Nele, congratula o presidente da *União Política Suburbana*, Arthur de Souza Garcia, e seus companheiros, “operários, funcionários, povo, enfim (...)”²²⁷ por fazerem política em benefício dos melhoramentos de que tanto precisam os subúrbios. Como órgão oficial da nova associação, *A Época* continuou cobrindo o seu cotidiano e, ainda em 1916, publicou nota em que reafirma o desejo de“(...) que a ideia triunfe por completo, porque o congresso suburbano, será uma sentinela bem vigilante dos melhoramentos locais, devendo porém, alhear-se da politicagem, fonte envenenada que matou o outro congresso.”²²⁸

Corria o ano de 1917 e o desejo de recriar o Congresso Suburbano ainda não havia se concretizado. Do papel de observador, Pinto Machado havia sido instado a elaborar um plano que levasse à execução do projeto. Para isso, reuniu-se com antigos companheiros de militância, Ricardo de Albuquerque, Benjamin Magalhães, major Pedreira e juntos esboçaram a estratégia a ser seguida para o sucesso da nova empreitada.²²⁹

Tudo indica, porém, que tamanho esforço não surtiu efeito. Não há indícios de que o *Congresso Suburbano* voltou a funcionar. Talvez fosse realmente difícil reproduzir uma experiência histórica tão fortemente marcada pela união de tantos nomes irmanados por um interesse comum: a defesa dos interesses da coletividade suburbana. Isso porque, mesmo não faltando motivos para a continuidade desse tipo de militância, muitos dos ex-participantes haviam se engajado em outras frentes de luta. A causa podia ser a mesma, mas as estratégias para alcançar tais objetivos eram diferentes, como visto no capítulo anterior.

A pulverização das lutas pelos melhoramentos suburbanos foi reconhecida pelo próprio Pinto Machado em artigo publicado no *Echo Suburbano*. Em 1916, o jornalista respondeu, em artigo intitulado “Pela Penha”, provocação feita pelo coronel Lobo Junior ao seu trabalho na imprensa, na medida em que não escrevia sobre os problemas enfrentados por aquele subúrbio. Ao coronel, descrito como “propagandista extremado dos melhoramentos de que carece a Penha”²³⁰, Machado respondeu argumentando que

²²⁷Machado, Pinto. “Congresso Suburbano”. *Echo Suburbano*, Madureira, edição 4.12.1916, p.1. Miscelânea Pinto Machado.

²²⁸*A Época*, Rio de Janeiro, edição 30.12.1916, p.5.

²²⁹*A Época*, Rio de Janeiro, edição 14.10.1917, p. 5.

²³⁰“Pela Penha”. *Echo Suburbano*, Madureira, edição 19.11.1916, p.1. Miscelânea Pinto Machado.

“(…) nunca, como atualmente, a zona suburbana teve tantos defensores, sociedades de ação e combate que têm surgido por quase todos os cantos, gente nova, que traz ideais novos na forma e que ótimos resultados podem trazer a causa (…)”²³¹ e prossegue afirmando que se considerava aposentado, julgando que seus serviços não eram mais necessários à luta.

Tal avaliação parece refletir as diferenças que para ele existiam entre o trabalho desempenhado em uma seção suburbana de um jornal diário, cujo poder de repercussão é maior, e aquele empregado na condução de um jornal suburbano, como a direção do *Echo Suburbano*, que ele continuava a ocupar mesmo após sua saída d’*A Tribuna*. O jornalista se referia à atuação no jornal diário com orgulho, descrevendo a seção “Subúrbios” como o “mais forte elemento de combate da causa suburbana”. Sem dúvida, foi através desse espaço na imprensa empresarial que o *Congresso Suburbano* não só foi viabilizado como o acompanhamento do seu cotidiano – convocação para as sessões ordinárias; publicação de atas e dos ofícios enviados aos centros de poder; além dos nomes sufragados em cada localidade no processo eleitoral – ganhou a visibilidade e repercussão necessárias, permitindo que suas ações pudessem ser (re) conhecidas por um público mais vasto.

Ao lembrar aquele “glorioso tempo”, citou aqueles que para ele eram “os guardas avançados na defesa destas zonas”: Xavier Pinheiro, Deoclydes de Carvalho, Augusto de Menezes, o falecido Tito Soares, Dias da Cruz, Santos Leonor e o poeta Eduardo Machado. Outros estariam, segundo ele, entregues ao cansaço e aos afazeres do lar e da família.²³²

Tamanha dedicação entregue à seção “Subúrbios”, “outro jornal dentro do jornal”, lhe havia dado a certeza de que aquele espaço continuaria sua missão no campo jornalístico mesmo sem a sua presença. Não foi o que aconteceu. Pouco tempo depois a coluna foi interrompida, levando-o a supor que a mesma já não seria lucrativa para o diário. Por fim, o jornalista se coloca à disposição de Lobo Júnior para aquilo que for necessário na sua luta em prol dos interesses da zona da Penha:

(…) Quer o velho lutador coronel Lobo Junior, que eu volte à atividade?
Entende, que algo valho, que algo possa fazer?

²³¹Idem.

²³²*Echo Suburbano*, Madureira, edição 19.11.1916, p.1. Miscelânea Pinto Machado.

Pois bem. S. S. dispor de mim, anunciando uma conferência, um comício público, no dia em que bem entender na zona onde é chefe acatado. Lá estarei. Não darei nada de novo, mas serei o mesmo entusiasta de sempre, na defesa precisa do Ramal da Penha. Quer? Pois estou às ordens.²³³

O artigo gerou a reação imediata de outros jornalistas suburbanos, como J. R. Vieira de Mello e Eduardo Magalhães, irritados com a ausência de seus nomes entre os jornalistas citados por Pinto Machado como “guardas avançados” da causa suburbana. A crítica à sua omissão fora publicada n’*O Suburbano*, dos irmãos Magalhães. Utilizando novamente o *Echo Suburbano*, Pinto Machado se defendeu ao alegar que não tivera intenção de nomear todos os “baluartes” em prol dos subúrbios no referido artigo²³⁴.

Para além das disputas acerca das memórias sobre o *Congresso Suburbano*, em especial sobre quais os sujeitos que efetivamente trabalharam nas discussões travadas no salão da *Sociedade B. M. Progresso de Engenho de Dentro* entre 1911 e 1912, o artigo de Pinto Machado e as críticas realizadas por outros jornalistas ao esquecimento de seus nomes revelam as suas tentativas de se legitimarem como intérpretes dos anseios dos habitantes dos subúrbios. Vieira de Mello e Eduardo Magalhães não estavam dispostos a permitir que apenas um militante monopolizasse a narrativa dos acontecimentos, ainda mais em uma conjuntura onde outros periódicos suburbanos, como *O Suburbano* e a *Gazeta Suburbana*, por exemplo, continuavam sua batalha pela sobrevivência em uma cidade (e leitores) disputados por dezenas de periódicos, muito dos quais organizados como grandes empresas.

A quase ausência de registros sobre o *Congresso Suburbano* na chamada imprensa empresarial do período parece indicar que toda aquela agitação não foi capaz de sensibilizar os seus editores. Talvez a criação daquela agremiação não fosse vista como relevante a ponto de merecer uma cobertura jornalística, ou então era o resultado de uma avaliação que entendia o congresso como uma iniciativa de um jornal concorrente, desencorajando a sua visibilidade. Conforme se viu, Pinto Machado se preocupou em convidar vários jornalistas suburbanos para participar do congresso. Muitos não compareceram e outros, mesmo ativos, não garantiram visibilidade nos órgãos em que colaboravam, situação que gerou reiteradas críticas internas. O mesmo não ocorreu com alguns títulos do periodismo suburbano – caso do *Echo Suburbano*, *O*

²³³Idem.

²³⁴*Echo Suburbano*, Madureira, edição 4.12.1916, p.1. Miscelânea Pinto Machado.

Subúrbio e Gazeta Suburbana –, que se esforçaram em dar publicidade aos trabalhos do Congresso.

Ainda que pouco visível para o grande público leitor carioca, a criação do *Congresso Suburbano* e o seu pleno funcionamento ao longo de quase um ano, reunindo dezenas de representantes eleitos pelos leitores d'*A Tribuna* ou convidados por Pinto Machado por causa das funções que ocupavam naquela sociedade, é um divisor de águas no que se refere ao alcance do associativismo nos subúrbios. Pela primeira vez, as lideranças mais destacadas dos grupos de pressão organizados em diferentes localidades, cumprindo o papel de intelectuais autointitulados suburbanos, conseguiam, através do trabalho de convencimento realizado em uma fração do periodismo suburbano e em um jornal diário, arregimentar forças para pressionar os detentores do poder a ouvir e atender as demandas que essas elites ansiavam para as suas ruas e bairros.

Nesse sentido, a busca que esses intelectuais empreenderam por uma representação política que encampasse o projeto de descentralização dos recursos públicos municipais era alimentada a partir das suas avaliações sobre a realidade sócio espacial do território carioca, em franco processo de estratificação nas primeiras décadas do século XX. O sentimento de desprezo que acreditavam serem vítimas se acentuou fortemente após 1906, quando da inauguração não só da Avenida Central (atual Rio Branco) como de todos os melhoramentos urbanos realizados na área central da cidade. Até então entusiastas do trabalho das britadeiras acionadas com o objetivo de remodelar a capital federal, o sentimento mudou quando perceberam que tais avanços não chegavam às localidades em que habitavam. Letrados, passaram a recorrer ao uso da palavra impressa como arma de luta, responsável não apenas por veicular suas avaliações sobre aquela realidade incômoda, como também para transformá-la. Pinto Machado, morador da freguesia de Irajá, ex-presidente da *União Operária do Engenho de Dentro* e já experiente nas lides do trabalho jornalístico, aproveitou o espaço que havia conquistado nesses meios e a interlocução aberta com diferentes segmentos sociais para propor a ideia de criação de um congresso onde os próprios suburbanos proporiam os projetos a serem defendidos frente aos representantes do “povo” no Conselho Municipal, na Prefeitura, e seus nomeados à frente de ministérios e secretarias.

Ainda que seja difícil mensurar o impacto dessa experiência histórica, cujos registros diretos não foram preservados, é incontestável o gradual aumento verificado

no investimento público em algumas localidades suburbanas ao longo dos anos 1910. Mas talvez o mais importante a ser destacado sobre essa experiência não sejam as obras conquistadas junto aos governos ou as leis aprovadas no Legislativo municipal, e sim o reconhecimento de que, mesmo em uma realidade social profundamente caracterizada pela ausência de efetivos espaços de participação política para a maioria da população carioca, aquela iniciativa evidenciava as expectativas nutridas por esse grupo de pequenos proprietários e funcionários públicos com relação às obrigações que caberiam aos detentores do poder político, bem como a postura ativa refletida na capacidade de formular, propor e encaminhar suas demandas a esses poderes.

As experiências dos jornalistas suburbanos em torno da criação do *Congresso Suburbano* na localidade de Engenho de Dentro em 1911 revelou o alcance social dos periódicos no fomento e articulação de campanhas públicas. A presença de Antônio Augusto Pinto Machado à frente da seção “Subúrbios” do diário *A Tribuna* permitiu-lhe dar uma nova dimensão ao circuito letrado e intelectual no qual estava inserido, dotando-o dos meios necessários para o encaminhamento de novas iniciativas coletivas na cidade. Se a defesa da descentralização do gerenciamento do orçamento público municipal era a principal bandeira encampada pelos congressistas, tida como a saída capaz de garantir mais recursos para a urbanização dos subúrbios, com o avançar dos anos, novas demandas e problemas acerca da vida na urbe carioca foram sendo instituídas por esse periodismo, como se verá no próximo capítulo com a questão da carestia da vida, cujo ápice provocou um inédito debate na sociedade sobre as causas da crise e as medidas capazes de debelá-la. A intelectualidade suburbana não deixou de se posicionar sobre o assunto, inscrevendo no jornalismo em nome dos subúrbios suas avaliações sobre a crise e as saídas para a sua superação.

CAPÍTULO 3: A CRISE DA CARESTIA NAS PENAS MILITANTES DA INTELLECTUALIDADE SUBURBANA

A cidade do Rio de Janeiro atravessou, ao longo dos anos 1910, momentos de enorme agitação social. A população continuou crescendo vertiginosamente²³⁵, agudizando antigos problemas que afetavam principalmente os trabalhadores e suas famílias: a persistente desregulamentação das relações de trabalho, responsável por dificultar a obtenção de condições de trabalho mais dignas e avanços na conquista de direitos trabalhistas, a falta de moradias populares, que tanto poder conferia aos proprietários na sua relação com os inquilinos; a precariedade da experiência urbana vivenciada pela população pobre, crescentemente relegada à vida nos morros e bairros mais distantes do centro, caracterizados por infraestrutura e serviços públicos insuficientes, senão inexistentes; e também pela carestia dos alimentos mais básicos que compunham a dieta do carioca, cujo apogeu se deu em dois momentos: 1912-1913²³⁶ e 1917-1919. Evidente que em um período marcado pela Grande Guerra (1914-1919), o então Distrito Federal do país sofreu com os múltiplos efeitos irradiados pelo inédito, e sem precedentes, conflito mundial, especialmente naquilo que afetava o setor de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade às cidades.

Essa conjuntura de crise agudizou a chamada “questão social” conferindo um novo estatuto a essas questões no interior das redações jornalísticas espalhadas pela capital. O espaço destinado à carestia pela imprensa, as personagens privilegiadas e seus interesses – de frações da classe proprietária e/ou da trabalhadora –, os diagnósticos e soluções encaminhados não eram os mesmos, pois expressavam diferentes posições e vínculos sociais de seus proprietários, jornalistas e colaboradores.

²³⁵Comparando os dados dos censos de 1906 e 1920, verifica-se que a população da cidade cresceu 42% nesse período, passando de 802.335 para 1.147.599 habitantes. Conferir: ABREU, Maurício de Almeida. Rio de Janeiro, IPP, 2008, p. 80.

²³⁶Boris Fausto afirma que antes mesmo de estourar a Primeira Guerra Mundial a economia brasileira já enfrentava problemas, chamando atenção para a crise comercial instaurada em 1913, derivada da queda dos preços dos produtos de exportação, ao lado da manutenção do elevado nível de importações. O autor, um dos pioneiros no estudo da relação entre trabalho urbano e conflito social no Brasil, investigou as consequências da crise econômica no campo das relações sociais. O aumento do desemprego e a queda dos salários precarizou ainda mais o padrão de vida das classes populares, que a partir desse momento viu seu poder de compra diminuir drasticamente, dificultando sobremaneira a manutenção com os gastos que mais pesavam no orçamento doméstico, o pagamento dos alugueis e a compra de alimentos. Se não bastasse, ao longo da guerra, os preços dos gêneros alimentícios continuaram subindo, especialmente por causa da sua exportação para os países beligerantes e também pelas emissões inflacionárias que o governo central iniciou em 1915 para sustentar o café e diminuir o déficit do seu orçamento. Cf. FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e conflito social: 1880-1920*. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2016, p. 181.

O núcleo central dos jornalistas responsáveis pela imprensa suburbana – Pinto Machado, Xavier Pinheiro, José Roberto Vieira de Mello, Eduardo e Benjamin Magalhães, além de Mariano Garcia –, também interviu ativamente nesse debate que mobilizou o campo popular. As zonas suburbanas e rurais da capital federal passaram assim a ser objeto de prolongados debates travados na imprensa sobre quais reformas e intervenções as instituições do Estado deveriam encampar para promover o seu desenvolvimento e qual a natureza de suas funções para a garantia da estabilidade social na cidade. Uma fresta se abria para a pena militante da intelectualidade suburbana, que assim ampliava o escopo de sua atuação jornalística. A reconstrução da teia de relações sociais nas quais estiveram envolvidos ao longo do período permitiu que as posições assumidas por eles no debate público sobre a carestia fossem colocadas em perspectiva, pois que, a despeito de um discurso marcadamente centrado no apartidarismo e na defesa da nação, revelam alianças mais profundas com outros segmentos sociais e seus projetos de sociedade.

Na primeira crise da carestia, em 1913, nomes dessa intelectualidade, como Pinto Machado e Mariano Garcia, se sobressaíram nesse debate por causa da condição de lideranças da fração socialista do movimento operário. Por isso, buscarei, através do trabalho com diferentes órgãos da imprensa periódica, suburbana ou não, que contaram com a participação desses homens como jornalistas, reconstruir os modos como abraçaram a luta contra a carestia, os diferentes usos que fizeram da imprensa e os sentidos que atribuíam às suas práticas enquanto jornalistas e intelectuais. Nessa caminhada, me proponho estar atento às avaliações e diagnósticos convergentes e divergentes, de maneira que seja possível desvelar os interesses, projetos e articulações sociais responsáveis por estabelecer os marcos desse debate público, materializado em papel e tinta nas mãos dos leitores cariocas.

3.1 A diversidade sócioespacial das campanhas contra a carestia.

A questão da carestia dos alimentos e dos alugueis, especialmente nos subúrbios, era tema recorrente na pena de Pinto Machado e Mariano Garcia. A despeito das diferenças pontuais nas trajetórias de ambos os militantes, havia um elemento fundamental que, acredito, os unia: a tentativa de se firmarem como intérpretes dos anseios dos trabalhadores pobres, em geral, e do operariado em particular, especialmente daqueles que habitavam e viviam nas margens dos trilhos, da cidade e do

poder: o proletariado suburbano. Assim, ao longo dos anos 1900 e 1910, ambos acabaram revelando através do jornalismo por eles praticado, quem constituía esse segmento social, como vivia e quais problemas e desafios enfrentavam enquanto habitantes daquele pedaço da urbe. O drama da carestia da vida entre as classes populares constitui, a meu ver, o tema motriz que mobilizou a pena militante desses intelectuais, tornando possível apreender as lutas concretas nas quais se envolveram em nome dos trabalhadores no período pesquisado.

Falando em nome dos pobres, dos explorados e dos sem voz, ambos foram aceitos pelos entrincheirados na burocracia do Estado, muitos dos quais operadores da coerção e resolutos homens das letras, pois não apenas compartilhavam o mesmo modelo de militância por eles aceito como o único possível – aquele conduzido através do mais estrito respeito à “lei e a ordem” –, como também assimilaram e incorporaram como deles aquela que viria a se tornar a principal bandeira de agitação desses setores médios: as lutas em prol dos “melhoramentos suburbanos”. As iniciativas encampadas por essa rede social ao longo dos anos 1910, como a criação do *Congresso Suburbano* e dos comitês e associações pró-melhoramentos, como visto nos capítulos anteriores, são evidências do fortalecimento de um tipo de militância que não se furtou em acionar o restrito campo político carioca, fosse para a obtenção dos investimentos públicos necessários para a plena urbanização de parte dos subúrbios, fosse para a conquista de melhores condições de vida e expansão de direitos para os trabalhadores.

A opção pela política por essa rede social suburbana, acredito, é um elemento fundamental tanto para a análise dos métodos de ação empregados por Pinto Machado e Mariano Garcia na condução das entidades e órgãos da imprensa que dirigiram nos momentos em que o problema da carestia pareceu fugir do controle, nos anos de 1913 e 1917, como também ajuda a esclarecer o sentido das proposições que foram assumindo no interior desse debate, especialmente no tocante às reformas que caberiam aos governos realizarem nas zonas suburbanas e rurais da capital como meios necessários para a conquista da estabilidade social.

Nesse sentido, nenhum nome da política nacional foi merecedor de tamanha expectativa por parte desse grupo quanto o do marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra do governo Afonso Pena (1906-1910) que se lançou candidato à presidência da República em 1909. Sua plataforma de governo continha uma avaliação sobre os desafios que o próximo governo enfrentaria no campo social, notadamente no Distrito Federal, onde a população proletária crescia imersa em dificuldades crescentes:

Não nos assoberbam, ainda, felizmente, os grandes abalos produzidos pela luta entre o braço e o capital. O movimento socialista, que tanto apavora as Nações do Velho Mundo, onde o progresso industrial e descobertas científicas vão eliminando o concurso do operário e onde a escassez do solo lhe não fornece campo para o trabalho remunerado, não nos bate às portas e seria planta exótica a estiolar-se à míngua de elementos vitais. Entretanto, o aumento sempre crescente da população, especialmente nesta Capital, a deficiente compensação da atividade e a *carestia dos gêneros de primeira necessidade têm criado uma vida de privações e sofrimentos para os desfavorecidos da fortuna*. Daí o problema operário de difícil solução, pela multiplicidade de faces por que deve ser encarado. Colaboradora do bem geral, a classe dos proletários merece benévola atenção do poder público, sem preterição dos interesses industriais e do capital que lhes proporciona trabalho ²³⁷.

Combinando o desejo de enfrentar o problema da carestia dos “gêneros de primeira necessidade”, já presente no debate público desde o final da década de 1900, com um programa de construção de casas para os trabalhadores nos subúrbios da cidade, Hermes acabaria se firmando como o candidato preferencial entre os militantes do operariado reformista. Se ao longo da campanha presidencial o problema da carestia ainda não havia se tornado explosivo, no alvorecer de 1913 se tornou potencialmente incontrolável, com a emergência de uma mobilização popular que ocupou os largos da cidade através de comícios públicos contra a carestia.

Ao abordar esse movimento no Rio de Janeiro, Cláudio Batalha identificou nada menos do que a existência de três campanhas paralelas, indicando como entidades responsáveis pela articulação e viabilidade da grande maioria dos comícios a Confederação Operária Brasileira (COB) e a Federação dos Operários do Rio de Janeiro (FORJ) ²³⁸. A primeira, uma federação sindical com base no Rio de Janeiro, foi criada em 1906 e, entre idas e vindas, atuou até 1917. A segunda, uma espécie de central sindical reunindo trabalhadores de diversas categorias, foi fundada em 1908 sob os auspícios do 1º Congresso Operário Brasileiro ²³⁹ e funcionou entre 1908-1909 e 1913-

²³⁷FONSECA, Hermes da. “Plataforma do Marechal Hermes”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27.12.1909, p. 3. Grifos meus. Em relação ao enfrentamento da carestia, seu programa defendia conectar as zonas produtoras ao mercado consumidor, através do investimento em vias de comunicação, terrestre, ferroviária ou fluvial; defendia a necessidade de se investir no saneamento das zonas rurais; e como forma de garantir mais braços para as lavouras, defendeu a criação de colônias mistas, civis ou militares.

²³⁸BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, pp. 46-47.

²³⁹ O desejo de socialistas e cooperativistas em viabilizar um partido que expressasse os seus interesses no campo da política partidária levou lideranças de diversas entidades de trabalhadores oriundas de várias partes do país a defenderem, no âmbito dos trabalhos do I Congresso Operário Brasileiro, realizado na Capital Federal em 1906, a orientação do operariado pela adesão de uma política de partido. Dentre essas lideranças, destacou-se o próprio Mariano Garcia, representante, ao lado de Melchior Pereira Cardoso, da

1915. A terceira campanha, de menor impacto, foi organizada pelo campo do socialismo reformista²⁴⁰, diferente, portanto, das duas primeiras que expressavam o modelo de luta preconizado por aqueles que as fundaram e dirigiram: os sindicalistas revolucionários, muitos dos quais anarquistas²⁴¹. Um traço destacado por Batalha para caracterizar esse movimento iniciado em 1913 foi a realização de comícios não apenas na área central da cidade, mas também em alguns bairros das zonas suburbanas.²⁴²

Partilhando, em parte, das preocupações teóricas presentes na obra de Cláudio Batalha, Kaio César Goulart buscou aprofundar a pesquisa sobre as lutas contra a carestia tendo o cuidado de não apresentá-las como o resultado de um movimento socialmente homogêneo. Utilizando alguns periódicos da cidade do Rio de Janeiro como principal fonte de pesquisa, em especial o diário *A Época*, mapeou o noticiário

Associação de Classes dos Manipuladores de Tabacos, e a de Pinto Machado, que, ao lado de Benjamin Prins, representou tanto a delegação da União Operária do Engenho de Dentro, integrada principalmente por ferroviários, quanto do Centro Artístico Cearense no congresso. Essa tese, no entanto, foi derrotada pela maioria dos delegados presentes, que decidiram pela neutralidade no campo político. Cf. Pinheiro, Paulo Sérgio; Hall, Michael M. *A classe Operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930)*. São Paulo, Editora Alfa Ômega, 1979, p. 46.

²⁴⁰ Em artigo intitulado “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”, Batalha refletiu sobre os comícios contra a carestia e o seu papel na formação da classe operária brasileira. Discordando de estudos como o de Boris Fausto que entendem que esta teria ocorrido como fruto de fenômenos meramente econômicos, como a abolição da escravidão ou o processo de industrialização, Batalha defendeu que se deve levar em consideração nessa investigação o modo como os trabalhadores se percebem, ou seja, suas experiências de vida frente às várias dimensões do social. Nesse sentido, não existiria um padrão evolutivo que inevitavelmente marcaria todo esse processo, como perseguiu Boris Fausto. A formação da classe operária seria, antes, o resultado de conflitos responsáveis por produzir avanços e recuos e “pelo fazer-se e pelo desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda a manifestação que afirma seu caráter de classe”. A investigação sobre as mobilizações populares contra a carestia na década de 1910 torna-se, assim, central para esse campo de estudo, na medida em que permite o resgate de um movimento caracterizado pela união de diferentes segmentos sociais e suas entidades na luta por interesses coletivos, em detrimento dos individuais e corporativos. O autor avança ainda mais nessa discussão ao não desqualificar a corrente reformista e seu método de ação ao longo do período da Primeira República. Os ideólogos e militantes dessa corrente fariam da negociação política, fosse com os patrões ou com os governos, a principal tática para a consecução das suas demandas. Suas organizações repeliam veementemente o recurso à ação direta como forma de expressão política. Mas isso não significa, para Batalha, que essa corrente tenha se deixado cooptar pelo Estado. Avaliando o papel desempenhado pelo *Círculo dos Operários da União*, uma das principais entidades criadas por esse segmento em sua luta por direitos sociais, estabeleceu sua diferença em relação àquela que é a mais influente das correntes interpretativas existentes no campo dos estudos sobre cidadania e campo popular no Rio de Janeiro no início do século XX, a fundada por José Murilo de Carvalho, autor do conceito de “estadania”. “(...) Operar com modelos ideais de cidadania não permite ver que o que de fato o Círculo faz é conferir ao Estado o papel de avalista de direitos que ele, Círculo, julga existir. Não há capitulação diante do Estado, mas negociação com este no terreno moral escolhido pelos partidários do Culto ao Trabalho. O fato desse projeto não ter obtido sucesso não deve servir de pretexto para sua desqualificação pela posteridade”. Cf. BATALHA, Cláudio. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Alves. *O Tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 172-173 e 177-178.

²⁴¹ BATALHA, Cláudio. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, pp.218 e 223.

²⁴² BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O Movimento Operário na Primeira República.*, op. cit., p.47.

com a intenção de reunir informações que lhe permitissem descobrir quais organizações estiveram à frente do movimento, a pauta de reivindicações elaboradas em seu interior, os bairros onde ocorreram os comícios, seus oradores, e, claro, a repercussão que tais campanhas alcançaram nos espaços de poder da cidade.

Ao reconstruir a teia social que engendrou a organização dos comícios em 1913, Goulart concluiu que duas forças sociais estiveram à frente desse movimento. A primeira, organizada pelo campo socialista, fora responsável pela campanha dirigida pelo “Comitê de Agitação Contra a Carestia”. A pauta de reivindicações, expressa nas reuniões e comícios liderados pelo advogado Caio Monteiro de Barros, se baseava no protesto contra o papel desempenhado pelos *trusts* e impostos no encarecimento dos gêneros de primeira necessidade. A saída para o problema estaria, portanto, nas ações a serem tomadas pelos governantes, detentores dos poderes legais capazes de frear os “açambarcadores”, termo empregado pelas campanhas para se dirigir aos atacadistas. A segunda, dirigida pela matriz revolucionária, fora responsável pela campanha dirigida por duas entidades, a COB e a FORJ, conforme indicou Cláudio Batalha. Segundo Goulart, estas, para além da defesa de uma pauta que demandava ações governamentais imediatas como forma de baratear os alimentos, se destacaram por defender a ampliação dos direitos sociais, como a redução da jornada diária de trabalho para 8 horas, o aumento dos salários, o combate ao trabalho infantil e a equiparação salarial entre homens e mulheres²⁴³. O reconhecimento da existência dessa pauta classista nos comícios de 1913 levou o autor a discordar de trabalhos anteriores, como o de Boris Fausto e Carlos Fico, para quem apenas em 1917 seria possível identificar a existência de uma pauta com essas características²⁴⁴.

O trabalho de Goulart arrolou 29 comícios realizados na cidade do Rio de Janeiro em 1913. Desse total, 16 foram conduzidos pela união COB/FORJ, 9 pelo Comitê de Agitação contra a Carestia, 3 pela Sociedade Fraternidade e Progresso, 1 pela Liga do Operariado do Distrito Federal e outro sem identificação. As localidades escolhidas para a realização desses *meetings* dão uma dimensão da complexidade que havia atingido a composição social das várias zonas suburbanas da cidade no início dos anos 1910. Bairros mais afastados da área central que abrigavam indústrias de capital

²⁴³ ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)*. Dissertação de Mestrado em História, UFOP, 2014, p. 76.

²⁴⁴ ALVES, Kaio César Goulart. “Trabalhadores contra a carestia de vida: apontamentos sobre a historiografia dedicada aos estudos dos movimentos sociais de 1913 e 1917 na cidade do Rio de Janeiro”. *Revista Aedos*. Porto Alegre, vol. 5, n° 13, 2013, p.154.

privado, como Bangu, Gávea, Vila Isabel e Jardim Botânico; ou oficinas do Estado, como a da EFCB localizada no bairro de Engenho de Dentro, figuravam ao lado de tradicionais espaços de manifestação pública no Centro, como o Largo de São Francisco de Paula, o Largo da Carioca, a Praça Quinze e a Praça Mauá²⁴⁵.

Ao eleger a imprensa como a principal fonte de pesquisa sobre as campanhas populares contra a carestia, Kaio César Goulart evidenciou o quão estratégico era esse meio para os trabalhadores e suas entidades naquele contexto de crise²⁴⁶. De fato, *A Época* se destacou por ter realizado a mais ampla e completa cobertura jornalística diária sobre as três campanhas conduzidas pelos trabalhadores contra a carestia nos primeiros meses de 1913. Ao longo desse período, acompanhou as reuniões preparatórias convocadas pelas entidades envolvidas, repercutiu os comícios, cobrou, através de artigos, ações efetivas das autoridades, contratou militantes operários como colaboradores permanentes, tudo isso reunido em um audacioso projeto gráfico que testou os limites até então adotados pelos principais diários da cidade na elaboração das suas primeiras páginas. A redação d'*A Época* conferiu, às lutas contra a carestia, um protagonismo que se materializou em manchetes impactantes, quase sempre embaladas por uma chamada dramática no topo da página – “A Revolução pela fome” – e pelo emprego de fotografias, responsáveis por levar ao leitor aspectos do gigantismo dos *meetings*, prova visível de que o povo agitava-se (Imagem XII).

²⁴⁵ ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)*, op. cit., pp. 83-85.

²⁴⁶ O autor, no entanto, limitou sua pesquisa e reflexão sobre a imprensa à apresentação dos três periódicos utilizados no seu trabalho: *Correio da Manhã*, *A Época* e *Voz do Trabalhador*. O primeiro foi apresentado como exemplo do tipo de empresa jornalística que então se sobressaía no mercado de notícias da cidade, aquela que demandava grande investimento de capital com vistas, principalmente, à obtenção de lucro. O segundo, caracterizado como de menor porte e prestígio, foi descrito como um órgão pertencente ao campo de oposição ao governo Hermes da Fonseca, mesma linha editorial adotada pelo *Correio da Manhã*. A última folha, por sua vez, fora criada pela *Confederação Operária Brasileira* em 1908, tendo se destacado como o órgão oficial da entidade ao longo dos anos 1910. Com o desenvolvimento dos capítulos, o autor acionou a imprensa apenas como “fonte de informações”, não matizando possíveis diferenças no interior das redações, e suas consequências na elaboração do noticiário publicado, ou o seu protagonismo na instituição da própria carestia enquanto uma “questão social” a ser enfrentada, cujo poder em última instância residia na abertura, ou não, de espaço para que os múltiplos sujeitos sociais envolvidos, e suas entidades, se posicionassem frente ao tema.

DOCEDE ANONIMA A EPOCA
BIBLIOTECA
N. 2. de Camara Cento
Vicente Piragibe

A EPOCA

PREÇO DE ASSINATURA
ANNUO 300.000
SEMANAL 15.000
PERO OBRIGADO 30% a mais
REDACCAO E ADMINISTRACAO
AVENIDA RIO BRANCO N. 151

ANNO II Rio de Janeiro — Quinta-feira, 6 de Março de 1913 N. 219

A Revolução pela Fome O POVO AGITA-SE O MOMENTO E' GRAVE

O "meeting" de hontem A POLICIA PROVOCA DISTURBIOS

Um agente secreto é preso
em um salão um revolver — O chefe
de policia relaxa a prisão —
Um ferido na Assistencia — O mani-
festo da Mocidade Academica
Em Petropolis — Cartas a A. Epoca.

Os agentes fiscaes reúnem-se
no gabinete do prefeito — O presidente
da Republica e os governadores
de Estados — O comicio convocado para
hoje — Na praça 15 de Novembro

É este o caminho

Estava em plena agitação a população em frente ao palácio da Prefeitura da cidade. Uma multidão de pessoas se reunira para discutir a situação da cidade e a possibilidade de uma revolução. O momento era grave e a população estava muito agitada. A polícia estava presente para manter a ordem, mas isso não evitou os distúrbios que se seguiram.



ASPECTO DO "MEETING" DE HONTEM

Um agente secreto é preso em um salão um revolver — O chefe de policia relaxa a prisão — Um ferido na Assistencia — O manifesto da Mocidade Academica em Petropolis — Cartas a A. Epoca.

Os agentes fiscaes reúnem-se no gabinete do prefeito — O presidente da Republica e os governadores de Estados — O comicio convocado para hoje — Na praça 15 de Novembro

Estava em plena agitação a população em frente ao palácio da Prefeitura da cidade. Uma multidão de pessoas se reunira para discutir a situação da cidade e a possibilidade de uma revolução. O momento era grave e a população estava muito agitada. A polícia estava presente para manter a ordem, mas isso não evitou os distúrbios que se seguiram.

Imagem XII: "A Revolução pela fome". A Época, Rio de Janeiro, edição 6.3.1913, p.1.

Ao seu lado na condução de uma cobertura jornalística mais crítica ao governo estava o *Correio da Manhã*. No auge da crise, as matérias sobre o tema eram publicadas diariamente, e artigos mais virulentos cobravam ações imediatas do governo Hermes. Se por um lado é negável a existência de um componente político na postura adotada pelos diários de Vicente Piragibe e Edmundo Bittencourt, ambos notórios apoiadores da campanha civilista derrotada de Rui Barbosa nas eleições de 1910, por outro, já não era

mais possível camuflar a presença do “povo” na rua, e os problemas que afetavam sua vida na cidade. Mesmo jornais situacionistas, como *O País* e o *Jornal do Brasil*, se envolveram na cobertura das campanhas contra a carestia. E assim procederam por uma razão muito simples: seria suicídio editorial vedar os olhos para um problema que alcançava uma dimensão inédita no país, cujas consequências eram desconhecidas para a estabilidade social. Entre os detentores do poder ainda gerava tensão a dramática experiência de terem vivenciado a explosão de uma “revolta popular” sem precedentes na história da cidade.

Para os proprietários dos periódicos mais vendidos no mercado de notícias da cidade, homens de negócios bem estabelecidos, a instituição da carestia enquanto drama social estampado nas páginas das suas folhas era uma ótima oportunidade para se legitimarem como intérpretes dos anseios populares frente àqueles que detinham o poder de solucionar o problema: os políticos que operavam os poderes executivo e legislativo sediados na capital. Mas como a questão não era simples, e fora objeto de posicionamentos de diferentes sujeitos sociais, as redações desses diários, cujo traço fundamental era a busca incessante por novos leitores, independente da classe social a qual pertenciam, adotaram como estratégia abrir espaço para que múltiplas vozes, invariavelmente de campos opostos, se enfrentassem nas suas páginas. Dentre os contendores, havia, por um lado, os segmentos que compunham a classe proprietária brasileira, notadamente os fazendeiros, tanto os que produziam para o mercado exterior quanto os que direcionavam produção para o mercado interno, além dos industriais e comerciantes, estes últimos divididos entre os grandes atacadistas e o pequeno comércio varejista²⁴⁷. E, claro, o fracionado movimento operário, cujas entidades disputavam a condução da luta dos trabalhadores organizados.

²⁴⁷ Joimar de Castro Menezes ressalta as dificuldades enfrentadas pela economia brasileira no período 1913-1918, quando se observou queda acentuada dos valores dos principais produtos exportados pelo país, notadamente o café e a borracha. O primeiro, apesar da conquista do mercado norte-americano, sofreu ações daquele governo que impediu os cafeicultores brasileiros de continuarem controlando o preço da mercadoria no mercado internacional. O segundo passou a sofrer forte concorrência da produção asiática, reduzindo consideravelmente sua inserção no mercado mundial. Em 1913, pela segunda vez desde a década de 1880, o Brasil apresentou déficit na sua balança comercial. O autor lembra que as tarifas alfandegárias constituíam a principal fonte de renda do governo federal, e numa conjuntura de endividamento externo, o governo passou a elevar sucessivamente suas tarifas buscando se financiar. A criação de impostos sobre o consumo e a renda não foram capazes de retirar o peso do imposto de importação no orçamento da União. Tamanha dependência gerava críticas dos países exportadores, insatisfeitos com uma política tarifária refratária aos seus interesses. Suas empresas eram as responsáveis por abastecer o país com toda sorte de produtos: dos insumos para as fábricas aos gêneros de primeira necessidade, como o trigo, por exemplo, vindo da Argentina e dos EUA. Tamanha dependência, claro, aumentava ainda mais o custo de vida da população, pois tornavam mais caros os produtos consumidos

Como resultado dessa estratégia, alguns diários fortaleceram as seções devotadas aos interesses do operariado, transformando-as em um dos espaços onde a carestia era ferrenhamente debatida. N' *A Época*, como já destacado, foi criada a “Coluna Operária” (Imagem XIII), assinada por Mariano Garcia. No *Correio da Manhã* a seção se chamava “Movimento Operário” e fora redigida por Caio Monteiro de Barros (Imagem XIV). No auge do movimento de rua contra a carestia, nos três primeiros meses de 1913, o *Jornal do Brasil* publicava uma tímida coluna intitulada “Operariado”, enquanto n' *O País* não havia, naquele instante, um espaço unicamente destinado a este grupo.

internamente. Conferir em: MENEZES, Joimar de Castro. *Setor Externo e Política Econômica do Brasil – 1913 a 1918*. Tese de Doutorado em História, São Paulo, USP, 2015, p.59.

Por isso, as campanhas contra a carestia colocaram em primeiro plano na sua pauta de reivindicação a suspensão da cobrança das tarifas alfandegárias sobre os gêneros de primeira necessidade. Ou seja, nesse caso, a campanha popular contra a carestia no RJ se encontrava no mesmo lado do setor importador. Do lado oposto, encontrava-se o setor fabril brasileiro, temeroso de que a suspensão ou redução das tarifas viesse estrangular, ainda mais, o ainda incipiente parque industrial do país. Em 1916, o industrial Jorge Street atacou o projeto que previa redução de 25 % das tarifas alfandegárias de alguns produtos, então defendido no Congresso Nacional pelo líder paulista Cincinato Braga, defensor dos interesses da agricultura nacional. Para Street, o consumidor e as rendas do governo brasileiro não se beneficiariam da medida, razão pela qual o *Centro Industrial do Rio de Janeiro* moveu severa campanha ao longo de todo o período contra medidas desse tipo. Conferir em: CARONE, Edgar. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro, CIRJ/Cátedra, 1978, p. 90.

Symasio Rio Branco

Associação de Beneficência e Instrução
Cursos de alfabetização e de arithmetica
Cursos de alfabetização e de arithmetica
Cursos de alfabetização e de arithmetica
Cursos de alfabetização e de arithmetica

RUA CHILI, 25
Director, Dr. Eugenio Mattos

COZINHADA

ANIVERSARIOS
FESTAS
PARTIDAS

CONFERENCIA CHILIPENSIS
CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

CHILIPENSIS

QUEDA

Dr. R. Chaput Prévoist

Exposicao do territorio brasileiro

QUIZ MORRER...

CHILIPENSIS

SPORT

FOOT-BALL

CRIOULOS

COLUNA OPERARIA

OS TRABALHADORES

Imagem XIII: "Coluna Operária". A Época, Rio de Janeiro, edição 20.08.1913, p. 4.

JURÉA

Temos uma comissão para a elaboração da lei de... Uma viagem proveitosa



Dr. Estanislau Pamplona, de regresso ao Rio, fala-nos da sua inspecção ás linhas telegraphicas da Bahia

Para que se possa apreciar a importância da obra...

COLLEGIO N. S. DA AFFARECIDA

MELO TAMBORIM

ASSOCIAÇÕES

A VIDA CIRA

En Pendoyto um individuo mala um cavillo para comer

A policia fluminense toma conhecimento da fraude...

PARC ROYAL

Dr. Bueno de Andrada

PARC ROYAL

A municipalidade de Salern...

DUQUEZA

Alinda a melhor turtura para os cabellus Nas perfumarias

Os ministros da Guerra e da Agricultura dispõem-se a resolver o problema

DE PORTO ALEGRE

Chavus no Ceará

PARC ROYAL

MUTILADO

LLOYD PARENSE

Capital realizado Fundos de reserva (1373 annos) Depósito no Theouro Nacional

MOVIMENTO OPERARIO

Realizou-se hontem á tarde um grande comicio contra a carestia da vida



NO COMICIO DO JARDIM BOTANICO - A' direita, o Sr. Cajo Mestriro da Barros discurrendo sobre a carestia da vida...

PARC ROYAL

ASSOCIACOES

LLOYD PARENSE

Capital realizado Fundos de reserva (1373 annos) Depósito no Theouro Nacional

MOVIMENTO OPERARIO

Realizou-se hontem á tarde um grande comicio contra a carestia da vida



NO COMICIO DO JARDIM BOTANICO - A' direita, o Sr. Cajo Mestriro da Barros discurrendo sobre a carestia da vida...

PARC ROYAL

ASSOCIACOES

Imagem XIV: "Movimento Operário". Correio da Manhã, edição 9.03.1913, p.3.

Na imprensa, longe das ruas.

Tendo como fio condutor as posições assumidas por Mariano Garcia n' A Época, buscarei, a partir do diálogo com os demais periódicos e sujeitos sociais envolvidos naquele debate, mapear como ele e Pinto Machado enfrentaram o problema da carestia.

Caminharam sempre juntos ou em algum momento se distanciaram? Como lidaram com os comícios em praça pública enquanto interlocutores de frações do operariado junto ao governo Hermes? Quais propostas contra a carestia encamparam e quais refutaram? Ao explicitar seus posicionamentos, acredito ser possível responder se o papel que desempenharam naquela conjuntura esteve voltado, em alguma medida, para o fortalecimento do campo popular, dissidente e crítico, ou, antes, se mesmo falando em nome dos fracos cerraram fileiras no campo conservador.

No auge da crise provocada pela carestia, entre os meses de janeiro e março de 1913, Pinto Machado presidia a Confederação Brasileira do Trabalho, secretariado por Mariano Garcia. Ambos também estiveram envolvidos na direção da Liga do Operariado do Distrito Federal (LODF). A primeira, fundada em novembro de 1912 durante a realização do IV Congresso Operário Brasileiro²⁴⁸, funcionava como partido político e central sindical. A segunda, criada em 1911, atuara inicialmente como partido político, mas depois assumiu também um caráter mutualista, tendo dentre os seus objetivos:

“unir, sem distinção de sexo ou nacionalidade, os operários e trabalhadores; difundir os ideais de sua emancipação; auxiliar os sócios enfermos; fundar escolas profissionais, diurnas e noturnas para os seus associados e seus filhos menores de 14 anos; defesa jurídica; auxílio funerário; colocação dos desempregados; manutenção de corpo médico e farmacêutico”²⁴⁹.

A leitura da “Coluna Operária” serve como bússola a indicar os pontos nodais que naquele momento preocupavam Mariano Garcia. Por um lado, ser responsável pela

²⁴⁸Assim como uma ala dos socialistas, os sindicatos e associações que compunham a Confederação Operária Brasileira e a Federação Operária do Rio de Janeiro se negaram a participar desse evento argumentando que os seus idealizadores eram nomes estranhos no seio operário “e que sempre se salientaram pela pretensão de se arvorarem em chefes políticos do operariado”. Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil*. Vol. I, O Movimento Operário. São Paulo, Editora Alfa Ômega, 1979, pp. 170-172. Outros argumentos em contrário ao Congresso foi que seus organizadores atuavam como correias de transmissão dos interesses do governo federal, na medida em que o deputado Mário Hermes, filho do presidente, fora um dos responsáveis pela condução dos trabalhos congressuais no Palácio Monroe. Outro nome do governo com atuação destacada nesse evento foi o de Palmiro Serra Pulchério, engenheiro chefe responsável por conduzir as obras daquela que viria a ser a “vitrine” da política hermista para os trabalhadores: a construção da maior vila proletária até então existente no país, na fazenda de Sapopemba, nas margens do leito da Estrada de Ferro Central do Brasil. Esvaziado, o congresso contou com a participação predominante de representantes das categorias profissionais atuantes nas empresas do Estado, como as que compunham os ferroviários, por exemplo, além dos trabalhadores em transportes urbanos.

²⁴⁹BATALHA, Cláudio. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920*, op. cit., pp. 227-228. Segundo Batalha, a LODF contou, em 1913, com 69 sócios (36 brasileiros e 33 estrangeiros).

redação de uma seção em um jornal diário que, a despeito de não figurar entre os mais vendidos da cidade, vinha se firmando como um órgão respeitado entre os operários. Ihe permitia ampliar enormemente o eco de sua voz perante uma massa indistinta de leitores que recorriam avidamente aos periódicos como fonte de informações. Mas também era evidente que uma parte dessa audiência era bem conhecida: o trabalhador que compunha as bases sociais do reformismo socialista ou cooperativista. Entre 1912 e 1913, esse campo era representado por entidades como a própria LODF, a CBT, a União Protetora do Comércio Volante²⁵⁰, o Centro dos Operários Municipais de Obras e Viação, a Associação dos trabalhadores em Carvão Mineral, a Sociedade de Classe União dos Marceneiros e Artes Correlativas, os empregados em ferrovias, dentre outros. O espaço por ele ocupado diariamente no jornal – duas colunas quase inteiras de uma página – era dividido de maneira a abrigar a publicação de um extenso artigo, na maioria das vezes assinado pelo próprio jornalista, e o noticiário, onde eram publicadas informações sobre a movimentação cotidiana no interior das entidades acima citadas – notas sobre convocação dos sócios para reuniões e assembleias, suas deliberações, resultados de eleições internas, informativos sobre festas, etc –. Sua configuração era uma inovação para a época, na medida em que, como lembra Cristiane Regina Miyasaka, os demais jornais resumiam o conteúdo desse tipo de seção à publicação do noticiário, sem espaço para o artigo de fundo. Ou seja, uma liderança saída do próprio movimento operário passava a escrever e divulgar suas ações em seu nome numa folha de maior circulação²⁵¹.

A inovação foi seguida pelo influente *Correio da Manhã*, que contratou o advogado socialista Caio Monteiro de Barros²⁵² para redigir a também extensa coluna “Movimento Operário”. Irmanados na oposição ao governo Hermes, os proprietários e diretores de ambas as folhas entregaram suas seções operárias a dois jornalistas que, a despeito de se apresentarem como socialistas, não integravam o mesmo campo de militância. Ao contrário, durante o IV Congresso Operário Brasileiro, em 1912, Caio Monteiro de Barros preencheu sua coluna com artigos e cartas de leitores críticos àquele

²⁵⁰Pinto Machado foi presidente da entidade entre setembro de 1913 e janeiro de 1914.

²⁵¹MIYASAKA, Cristiane Regina. “A ‘Questão Social’ e o jornal A Época (1912-1919)”. *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. Anpuh SP. Unicamp, Campinas, 2004, p. 2.

²⁵²*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 31.12.1912. Caio Monteiro de Barros prestava serviços advocatícios para o Centro Cosmopolita, foi um dos fundadores do Partido Socialista Radical (1911) e dirigiu o Comitê de Ação e Defesa congregando várias sociedades operárias. Cf. BATALHA, Cláudio. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920*, op. cit., p. 32.

congresso, retratado invariavelmente como um “falso congresso operário”²⁵³. Mariano Garcia, por sua vez, percebendo o potencial de dissenso que a existência de outra seção operária na imprensa empresarial poderia vir a promover no campo do reformismo socialista, tratou de desqualificar seu “oponente”, suas proposições e os interesses que moveriam o jornal onde trabalhava na cobertura da carestia:

Apesar de muito falada e de muito discutida, a questão da carestia da vida persiste aí aterradora, agravando a situação dos que percebem minguados salários.

Para o operário, para o trabalhador, porque são estes os únicos que conhecem de verdade, o que é a carestia, as outras classes falam, por ser assunto tratado por alguns jornais de vez em quando, para também por sua vez esses jornais venderem mais alguns exemplares, levando assim mais um tostão do bolso daqueles que já não ganham o necessário à sua manutenção. O tema é belo para sucesso jornalístico e manifestações de ideias as mais absurdas, porque sempre esses defensores do nosso estômago e dos nossos interesses, apontam as causas no pouco caso que o governo tem pelas classes populares (...)

²⁵⁴

A coluna prossegue afirmando que, em tese, governo nenhum, no Brasil e no mundo, se preocupa com os interesses do povo, e que essa situação apenas muda quando esse mesmo povo, percebendo o seu poder, força a mudança de orientação do governo. Em sua digressão sobre o funcionamento do sistema político, e as amarras a que estariam sujeitos pelos “traficantes do comércio que exploram os humildes”, enfatiza que apenas com a quebra desse modelo seria possível a um governo tornar-se legítimo perante o povo, ganhar o seu respeito. Mas diz não haver solução fácil, pois que a cada novo imposto criado pelos governantes para sustentarem a máquina pública, por exemplo, o comércio historicamente respondia aumentando ainda mais o valor cobrado pelas mercadorias vendidas aos consumidores. A vítima última, diz, são os trabalhadores, incapazes de suportar tais aumentos. De forma sucinta, e até mesmo didática, o jornalista busca explicar ao seu leitor que o problema é do próprio sistema, do modelo de sociedade que imperava não apenas no Brasil, mas no mundo todo²⁵⁵.

Dessa maneira, ao refletir sobre o tema da carestia nessa edição, Mariano Garcia expôs aquelas que, entendo, constituíam algumas das diretrizes de sua abordagem naquele contexto de acirramento da crise social, exatamente no período em que o

²⁵³“Movimento Operário”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 9.11.1913, p.4.

²⁵⁴“Coluna Operária”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 8.08.1912, p. 6. Grifos meus.

²⁵⁵ Idem.

governo da República era dirigido por um presidente tido por ele e Pinto Machado como reformista. Uma delas era que nem todos aqueles que falavam em nome do operariado eram vozes legítimas a intervirem no debate sobre a carestia, recado enviado diretamente para o também militante socialista Caio Monteiro de Barros, advogado e redator do *Correio*. A outra, mais sofisticada, se assentava na reelaboração do significado das críticas dirigidas ao governo, na medida em que entendia o Estado como parte de um sistema maior cujas amarras lhe dificultavam tomar decisões capazes de debelar rapidamente a crise. Tal ponderação expressa a fala de um militante preocupado em evitar a erosão do apoio popular que, acreditava, o então ocupante do Palácio do Catete, o marechal Hermes da Fonseca, ainda possuiria junto aos setores do operariado em que combatia. Mas para que essa ponderação surtisse o efeito esperado entre os trabalhadores era necessário que o governo enviasse sinais de que estava agindo na direção da superação das causas geradoras da carestia.

Com a chegada de 1913 e o início da agitação das ruas, a preocupação do jornalista em se posicionar no interior do movimento operário ganhou ainda mais relevo. Enquanto Caio Monteiro de Barros usava seu espaço na imprensa para defender a necessidade de uma frente única de combate à carestia²⁵⁶, Mariano Garcia o criticava pelo fato de ter criado uma campanha que não teria contado com a anuência das entidades que representavam os trabalhadores. Cita nominalmente a COB, a FORJ, a LODF e a recém-criada CBT, como organizações que vinham pressionando há tempos os governos para que agissem pondo fim ao magno problema:

(...) O impulso que tomou essa necessária agitação nos últimos dias, foi felizmente para nós, ainda o resultado de nossa campanha aqui nesta coluna, cujas coleções pomos aqui à disposição de quem duvidar, onde temos tratado do assunto na medida dos nossos fracos conhecimentos, mas com a prática necessária, apontando os meios de resolvê-lo (...) ²⁵⁷.

O meio de agitação a qual se referiu no artigo era, além do uso da imprensa, o envio de petições aos governos. Como exemplo, cita a atitude tomada pela direção da Confederação Brasileira do Trabalho, que havia se mobilizado para solicitar ao governo federal a suspensão das tarifas alfandegárias cobradas sobre o açúcar, tendo em vista a informação recentemente veiculada nos jornais de que na praça comercial do Recife havia se formado um *trust* reunindo ao menos 17 firmas que contavam, inclusive, com o

²⁵⁶“Movimento Operário”. *Correio da Manhã*, edição 25.02.1913, pág. 3.

²⁵⁷“Coluna Operária”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 26.02.1913, p. 5.

apoio do governo de Pernambuco para agir. Ou seja, além de defender que fora a sua coluna n' *A Época* a responsável pela agitação do tema da carestia na imprensa, defendeu que era a organização na qual era secretário, a CBT, quem havia liderado a pressão junto ao governo por medidas efetivas contra os açambarcadores. A notícia de que o governo agiria não apenas impedindo a ação do *trust* do açúcar, como também suspenderia as tarifas cobradas pela Alfândega sobre os demais gêneros de primeira necessidade animou Mariano Garcia a publicar cartas de agradecimento que ele e Pinto Machado enviaram ao governo em nome, respectivamente, da LODF e da CBT:

"Exmo Sr. Presidente da República. Petrópolis. *A Confederação Brasileira do Trabalho* felicita v. ex. pelo ato generoso, bem humano, rebaixando até entradas livres de gêneros de primeira necessidade.

A vossa divisa, o vosso governo levarão o pão ao lar do operário; e torna-se assim, uma realidade. Nossos agradecimentos" - Pinto Machado, secretário geral. (...)

"Exmo. sr. Marechal Hermes , presidente da República, Petrópolis. *A Liga do Operariado do Distrito Federal* felicita v. ex. pelo ato generoso e humano de resolver o problema da carestia da vida". Pela diretoria da Liga - Mariano Garcia.²⁵⁸

Evidentemente, nem todas as entidades compartilhavam da mesma expectativa de Mariano Garcia e Pinto Machado de que o envio de petições seria suficiente para mover o governo do marechal no atendimento dessas demandas. A informação de que a suspensão das tarifas alfandegárias não iria, de fato, acontecer foi mais um indício de que a mobilização deveria ser permanente, razão pela qual a COB e a FORJ encamparam a realização de *meetings* como a sua principal atividade de campanha, decisão tomada em reunião promovida no dia 20 de fevereiro por 11 associações de trabalhadores na sede do Centro Cosmopolita. Reunindo representantes do sindicalismo revolucionário, como os delegados da FORJ e COB, anarquistas, como Cecílio Vilar e Rozendo dos Santos, e até mesmo integrantes de associações mutualistas, como os operários da Associação de Empregados Barbeiros e Cabeleireiros, a reunião, que não contou com delegados da LODF e da CBT, foi conduzida por Caio Monteiro de Barros, advogado do Centro Cosmopolita e redator da seção operária do *Correio da Manhã*. Uma das decisões tomadas coletivamente nesse primeiro encontro foi a criação do “Comitê de Agitação Contra a Carestia”, informação que contraria a tese de Mariano

²⁵⁸ *A Época*, Rio de Janeiro, edição 27.02.1913, p. 7.

Garcia de que essa campanha fora o resultado de uma iniciativa individualista, fruto de alguém alheio ao movimento operário.

A divisão que se seguiu no movimento ocorreu porque o comitê dirigido por Caio Monteiro de Barros priorizou defender o fim das tarifas alfandegárias, enquanto entidades como a FORJ e a COB incorporaram à campanha uma pauta de luta mais ampla que expressava demandas classistas das categorias profissionais por eles representadas, como demonstrou o trabalho de Kaio César Goulart Alves. A leitura das resoluções contendo as reivindicações de ambos os movimentos permite que se apreendam tais diferenças:

(...) O povo delibera, para debelar essa aflitiva situação, reclamar do governo a modificação da taxa dos direitos de importação, até mesmo da entrada, livre de direitos, durante o prazo que julgar necessário, para os artigos de procedência estrangeira, que possam competir com os similares produzidos ou açambarcados pelos trusts nesta Praça ou em outra do país (art. 55, n. VIII, da lei 2719, de 31 de dezembro de 1912, que orça a receita geral da República para 1913).

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1913 – (Assinados) Caio Monteiro de Barros, presidente, Alfredo Ford, Alberto Franco, Marcelino Ferrão.²⁵⁹

Ao povo em geral. Protesto e ação contra a carestia de vida. - Próximos comícios. [...] A Federação Operária do Rio de Janeiro, com as suas organizações populares interessadas em resolver este urgente problema, resolve:

- (1) Lembrar a quem competir a redução de 40% nas tarifas que afetam os gêneros de primeira necessidade.
- (2) Lembrar aos governos estaduais e municipais a redução de 40% nos gêneros de consumo.
- (3) Reclamar dos proprietários de prédios 30% de abatimento sobre os atuais aluguéis.
- (4) Sugerir o horário de oito horas de trabalho a todas as classes operárias ou trabalhadoras, incluindo empregados, etc.
- (5) Propor aos assalariados em geral a organização de uma tabela mínima de salários de acordo com as necessidades das classes assalariadas.
- (6) Propor que as mulheres percebam o mesmo salário que percebem os homens, fazendo-se uma ativa propaganda contra a exploração da infância e procedendo contra os patrões e até contra os pais que sem

²⁵⁹ “Movimento Operário”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21.02.1913, pág. 3. ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)*, op. cit., p.47.

imperiosas necessidades mandam os seus filhos menores às bárbaras labutas do trabalho.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1913 – Confederação Operária Brasileira – Federação Operária do Rio de Janeiro – Sindicato dos Sapateiros – Sindicato dos Carpinteiros – Sindicato de Ofícios Vários – Sindicato de Operários Marmoristas – União dos Alfaiates – União Geral dos Pintores – Fênix Caixeiral – Associação Operária Independente – S. de R. de T. Em Trapiches e Café.²⁶⁰

Ao colocar em diálogo o conjunto de reivindicações defendido por todas essas campanhas com aquele amparado por Pinto Machado e Mariano Garcia, nota-se claramente que parte do diagnóstico sobre as causas da carestia e as medidas capazes de superá-la era o mesmo para todos esses segmentos da sociedade. A suspensão das tarifas cobradas pela Alfândega sobre os gêneros de primeira necessidade era um deles. Tanto que ao circular a informação do encontro do ministro da Fazenda com a direção da Associação Comercial do Rio de Janeiro, presidida pelo barão de Ibirocahy, Mariano Garcia reagiu indignado, acusando essa entidade pelo recuo do governo na questão das tarifas. Ainda assim, expressou sua dúvida quanto ao acerto do ministro com aquela que considerava a casa dos açambarcadores, e aproveitou o ensejo para enviar um recado ao marechal: sendo verdadeira esta notícia, seu governo seria tão odiado quanto aquele que enfrentou a ira popular em 1904²⁶¹. Situação difícil a de Garcia, que, tal qual um equilibrista, precisava, para justificar seu apoio ao governo, que este tomasse medidas efetivas no combate a carestia. Na medida em que estas não vinham, elevava o tom das críticas, mas, de maneira a ainda poupar o chefe do Executivo, estas recaíam quase sempre sobre os seus auxiliares, invariavelmente retratados como os grandes culpados pela adoção de medidas que atentavam contra os interesses populares. Nessa mesma edição, Garcia se lembraria de outra decisão antipopular tomada pelo governo um ano antes: a sanção da lei de expulsão dos estrangeiros²⁶². Se dirigindo em tom de justificativa para os seus pares no movimento operário, culpou os “politiqueiros” por essa decisão, expôs sua contrariedade com a sua aprovação, e disse ter sido ela a grande culpada pela evasão de várias entidades de trabalhadores do IV Congresso Operário Brasileiro.

²⁶⁰A *Época*. Rio de Janeiro, edição 02.03.1913, p. 5 e p. 6. Apud: ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)*, op. cit., p.58.

²⁶¹“Coluna Operária”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 28.02.1913, p. 6.

²⁶²Refere-se ao deputado paulista Adolfo Gordo, autor dos projetos de leis apresentadas a favor da expulsão de estrangeiros, aprovadas no Congresso Nacional em 1907 e 1913.

As dificuldades enfrentadas por Mariano Garcia naquela conjuntura existiam porque, ao contrário de Pinto Machado – que não ocupava naquele instante um espaço fixo na imprensa empresarial devotado ao operariado –, redigia uma seção cuja pretensão era ser o eco de todo o operariado, ainda que na prática isso não ocorresse. Atacar a Associação Comercial, a ação dos açambarcadores, torná-los os vilões daquela crise não era um problema, pois todas as campanhas faziam o mesmo. O problema, difícil para ele, era que a direção d’*A Época* não poupava o chefe do executivo federal no restante do jornal, e uma das formas que encontrou para erodir a sua legitimidade era exatamente conferir enorme visibilidade para todas as campanhas e seus *meetings* contra a carestia, inclusive aquela conduzida por Caio Monteiro de Barros. Nisso, *A Época* se igualava ao *Correio da Manhã*, que tendo o seu redator como um dos oradores que ocupavam as tribunas improvisadas nos largos da cidade, corria para publicar seus discursos, como o transcrito abaixo:

(...) Se o presidente faltar à sua promessa, coloca-se fora da lei. E é fora da lei que então deve ser tratado. Mentir ao povo é uma ignorância. Se o governo não seguir o caminho da honra e do brio, não prezar a sua palavra, há, então, só um meio de salvação: é o povo enxotar os traidores a sua causa, e reivindicar por si mesmo o direito à vida.²⁶³

Logo, diferente do *Correio* e do restante d’*A Época*, a “Coluna Operária” funcionava como uma espécie de *bunker* do reformismo pró Hermes nesse jornal, o que seguramente começou a incomodar a sua direção, pois lhe retirava a legitimidade que almejava alcançar entre as entidades que foram para a rua. O próprio Mariano Garcia reagiu contrariado quando foram publicadas notas em outros diários afirmando que a FORJ não reconhecia *A Época* como o órgão oficial da entidade e da campanha. Para ele, mesmo a direção da entidade não sendo merecedora da sua confiança – “(...) porque são maus e rancorosos, perseguidores de todos os companheiros que não aceitam a sua orientação”²⁶⁴ – era ali, naquela coluna, onde encontravam espaço à sua disposição.

Na ocasião, Mariano Garcia lembrou a atitude dos diretores da FORJ junto à direção do jornal em 1912, quando pediram a sua demissão do jornal por causa da sua participação no IV Congresso Operário. Também sobraram farpas contra os demais jornais, que estariam reagindo ao sucesso d’*A Época* – “O sucesso d’*A Época* tem

²⁶³*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 6.03.1913, p. 3.

²⁶⁴“Coluna Operária”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 16.03.1913, p. 10.

prejudicado a alguns jornais, porém, a Federação e o operariado estamos certos, não terão muito do que nos acusar, e, entretanto essa Federação perdeu boa oportunidade de não dizer nada.²⁶⁵ Por fim, defendeu a sua participação naquele congresso, destacando as diferenças da sua militância e a de seus companheiros daqueles que os combatiam – defensores de “questões radicais de doutrina” – e reafirmou sua esperança no governo Hermes como aquele que se colocaria ao lado dos interesses do “povo de verdade”:

(...) Contra uma campanha infame contra nós e nossos companheiros se moveu, realizamos o 4º Congresso Operário Brasileiro. Disseram-nos ser um desejo de s. ex. que esse Congresso dissesse a s. ex. o que o operariado precisava.

Não hesitamos e trabalhamos, com outros companheiros, fizemos esse Congresso, nos abstivemos de mencionar, no programa enviado a s. ex. questões radicais de doutrinas, pedindo apenas, sem ferir as nossas ideias de justiça futura, aquilo que dentro do atual regime nos parecia razoável e possível (...)

O Regime republicano presidencial faz do seu presidente constitucional um ditador, e um ditador inteligente que se coloca ao lado dos que trabalham e produzem, o povo de verdade, e com o apoio deste sufoca e destrói todos os trusts que lhe perturbam a serenidade do governo. Pois bem, ouça-nos s. ex. e o seu governo será forte; a nossa causa é justa, é humana. Ainda é tempo.²⁶⁶

Enquanto Mariano Garcia atuava de maneira a manter alguma legitimidade enquanto uma voz influente do operariado na imprensa empresarial, evitando condenar os comícios e abrindo minimamente espaço para as campanhas da FORJ e da COB em sua coluna, seu companheiro na CBT, Pinto Machado, utilizou o abrigo dado pela imprensa para desqualificar o método de luta empregado por todas as entidades organizadoras dos *meetings*. Os diários mais próximos do governo na capital, como *O País* e o *Jornal do Brasil*, publicaram seus textos sobre a carestia, onde se dirigia aos operários do Brasil ressaltando que esse tema era motivo de preocupação para a Confederação Brasileira do Trabalho e que por isso vinha agindo para superar suas causas, mas ao seu modo:

Confederação Brasileira do Trabalho

Ao operariado do Brasil

Também a conquista da liberdade requer calma e método. As sociedades não se refazem em momentos – *Ytagy*. ”

²⁶⁵Idem.
²⁶⁶Idem.

Não julguem os membros da enorme classe operaria que a Confederação Brasileira do Trabalho não tenha cogitado da questão que presentemente se agita – a carestia da vida.

Temos agido a nosso modo, aguardando calmamente que o Governo resolvesse fazer alguma coisa que viesse de encontro às necessidades publicas.

No entanto, o que dissemos a 2 do corrente, realizou-se: - o Sr. Ministro da Fazenda nada fez até hoje, fugindo á questão de uma forma que deixa em péssima posição o Governo, que fez publicar que em breve resolverá o problema pela forma a seu alcance.

É necessário, no entanto, dizer que as medidas postas até hoje em pratica pelos operários envolvidos no movimento de protesto, não darão o resultado esperado.

E porque ainda temos na memoria os movimentos reivindicadores sustentados, nesta Capital em épocas passadas, é que não aconselhamos a ninguém ir á praça publica, porque essa forma de combate traz situações pouco agradáveis (...)²⁶⁷.

Àquela altura, Pinto Machado era um militante reconhecidamente associado ao governo Hermes por causa da liderança que assumiu na condução do IV Congresso Operário Brasileiro e, claro, pela direção que vinha imprimindo, ao lado de Mariano Garcia, à CBT. Por isso mesmo, as redações do *Correio da Manhã* e d'*A Época* não publicaram esse e outros artigos de sua autoria. E as razões são evidentes, como se depreende do trecho acima destacado: apesar de toda a urgência que o assunto requeria, o militante defendia que os trabalhadores deveriam aguardar calmamente pelas ações do governo, não sendo eficaz, portanto, as medidas de protesto postas em prática naquele momento pelos operários e suas entidades. Se Mariano Garcia havia alertado o governo para o perigo que corria caso não tomasse medidas imediatas contra a carestia, momento em que fez referência às consequências geradas pela Revolta da Vacina, para Pinto Machado o alerta, ou antes, a ameaça, era dirigida para os trabalhadores que ocupavam as ruas, uma forma de lembrá-los sobre as prisões, degredos e assassinatos praticados pelos aparelhos repressivos do Estado contra as lideranças daquela revolta. Esse alerta, no fundo, expunha o alto nível de vinculação de Pinto Machado com o governo Hermes, e serve como indício da inculcação por ele absorvida das preocupações próprias daqueles que cumpriam funções como operadores da coerção, então temerosos sobre a real possibilidade de explosão de uma nova revolta popular na cidade.

Preocupado em debelar a carestia e garantir a harmonia social, Pinto Machado defendeu, ainda nesse mesmo artigo, a adoção das “cooperativas de trabalho e consumo,

²⁶⁷Machado, Pinto. “Confederação Brasileira do Trabalho”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 18.03.1913, p. 6. Grifos meus.

onde o trabalho e esforços sejam aproveitados em benefício comum”, tema que seria recorrente no seu trabalho jornalístico nos anos 1910; o fim da proteção tarifária, entendida como uma política a serviço dos interesses da indústria nacional, chamada de “fictícia” – termo empregado pelos defensores do setor agrícola para desqualificar o industrial, cuja produção dependia de insumos não produzidos no país –; a aprovação de leis que impedissem a ação dos “intermediários” entre o produtor e o consumidor; de reformas que qualificassem as redes de transportes; a valorização do trabalho nacional e, por fim, cobrou a ação efetiva dos legisladores, até ali incapazes de agirem para debelar as causas da carestia.²⁶⁸

Deve-se ressaltar, no entanto, que esse conjunto de medidas, em especial a criação de cooperativas de trabalho, era reivindicação amparada por uma fração dos produtores rurais brasileiros. Sônia Regina de Mendonça destacou, em sua obra “O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)” o quanto os fazendeiros vinculados ao abastecimento do mercado interno, organizados através de uma associação de classe, a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), buscou inscrever, no âmbito das ações do Ministério da Agricultura, seus interesses classistas, em especial seu projeto de revalorização da “vocação agrícola do país”.²⁶⁹ Defendendo a necessidade de diversificar a produ o de gêneros agrícolas e de expandir o saber técnico científico nas lavouras, esse grupo, ciente das dificuldades em enfrentar o projeto hegemônico dos fazendeiros ligados ao café e às demais culturas de exporta o, passaram a disputar o controle do recém-criado Ministério como forma de concretizar seus planos para a agricultura nacional. Nesse sentido, as a es desse  rgo foram estruturadas para a execu o de medidas que viessem garantir a expansão e qualifica o das lavouras de pequenos e médios proprietários rurais, cuja produ o era considerada estratégica para a diminui o da enorme dependência do país frente aos gêneros importados.

Mas naquela conjuntura de crise, nem o governo federal, endividado, admitia abrir mão do seu principal tributo, o imposto sobre importa o, e nem certos sindicatos patronais de produtores agrícolas vinculados ao mercado interno estavam dispostos a sofrer concorrência de seus congêneres internacionais, como era o caso do a u ar.²⁷⁰

²⁶⁸Machado, Pinto. “Confedera o Brasileira do Trabalho”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edi o 18.03.1913, p. 6.

²⁶⁹MENDON A, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo, Hucitec, 1997, pp. 41-42.

²⁷⁰Naquele momento, o a u ar brasileiro havia perdido espaço no mercado internacional, tornando-se um dos menores itens da pauta de produtos exportados pelo país. Conferir em: MENEZES, Joimar de Castro. *Setor Externo e Política Econ mica do Brasil – 1913 a 1918*, op. cit., p. 42.

Ainda assim, Pinto Machado abraçou a pauta da diversificação agrícola e da adoção do cooperativismo no campo como bandeiras estratégicas para o enfrentamento da carestia. Em nome desse projeto, iniciou uma aproximação com a SNA e seus dirigentes, bem como com aqueles que dirigiam o Ministério da Agricultura; propugnou a necessidade de a Prefeitura investir na construção e reforma de vias de comunicação que conectassem os distritos rurais com o restante da cidade; e cobrou, junto ao governo do Estado do Rio, a diminuição dos tributos cobrados sobre insumos considerados vitais para a população e as empresas instaladas na capital, como o carvão e a lenha. A partir dessa avaliação, adotou, como presidente da CBT, a mesma estratégia de ação que havia empregado dois anos antes no *Congresso Suburbano*: o envio de petições para uma miríade de autoridades, como observado nas transcrições a seguir:

Exmo. Sr. Dr. Oliveira Botelho, digníssimo *presidente do Estado do Rio*, Niterói – Confederação Brasileira do Trabalho, com sede á rua Visconde Inhaúma 109, vem respeitosamente solicitar de V. Ex. seus bons ofícios no intuito de conseguir o *rebaixamento dos direitos interestaduais que a esse Estado pagam o carvão e a lenha, combustíveis de primeira necessidade para o povo (...)*
União, paz e justiça – Pinto Machado, secretário geral.

Do Sr. *Ministro da Agricultura* recebeu a Confederação Brasileira do Trabalho o seguinte telegrama:

“Pinto Machado – Rua Visconde de Inhaúma 109 – Rio – Peço-vos serdes interprete junto á Confederação Brasileira do Trabalho, meus sinceros agradecimentos pelo modo lisonjeiro para a minha pessoa com que a Confederação Brasileira do Trabalho apreciou a entrevista á minha orientação, que me parece corrigir ao menos em parte o mal que aflige a população.

Para boa execução do meu programa conto com o valioso e indispensável auxilio de todas as agremiações operarias, principalmente da Confederação Brasileira do Trabalho, cujo prestígio nas classes obreiras é notável. Próxima segunda-feira vos farei remessa mil exemplares trabalho “Teoria e pratica de cooperação”, pedindo-vos deles fazer útil distribuições. Hipotecando todo meu apoio classes produtoras, saúdo-vos cordialmente” – Pedro Toledo, ministro da agricultura.

Do *deputado* Mario Hermes, recebeu a mesma associação o seguinte telegrama:

“Pinto Machado e mais signatários do telegrama n. 367.621-26 – Rua Visconde de Inhaúma 109 – Rio – Agradeço-lhes delicado telegrama e faço votos para que breve desapareçam as aflições levadas ao lar do operariado pela carestia da vida. Afetuosas saudações” – Mario Hermes.²⁷¹

²⁷¹O Paiz, Rio de Janeiro, edição 4.03.1913, p. 4. Grifos meus.

Em que medida essas iniciativas expressavam a pauta de reivindicação dos trabalhadores que militavam na Confederação Brasileira do Trabalho é difícil responder. O que é possível afirmar com mais segurança é que estas proposições eram de caráter similar àquelas defendidas por Mariano Garcia e por Caio Monteiro de Barros: todas buscavam atacar o problema da carestia dos alimentos pela via de uma política econômica que, de um lado, e de forma emergencial, suspendesse as tarifas alfandegárias e, de outro, conduzisse reformas que garantissem maior autonomia alimentar ao país. Essa posição é, em parte, distinta daquela adotada pela FORJ e pela COB, que em seu manifesto cobrou, além da suspensão das tarifas, uma série de pontos diretamente ligados ao mundo do trabalho e dos trabalhadores: a instituição da jornada de trabalho diária de 8 horas para todos os trabalhadores, a criação de uma tabela mínima de salários e a igualdade de gênero no recebimento dos salários. Parafraseando a máxima de Itagy, pseudônimo inventado por Pinto Machado, – “As sociedades não se refazem em momentos” – percebe-se que os três líderes socialistas, descrentes da possibilidade de mudanças bruscas na sociedade, e propondo a leitura de que a carestia atingia a todos, inclusive setores da classe proprietária, direcionaram sua militância para a abertura de canais de negociação com os operadores do sistema político. Se para Machado e Garcia o diálogo deveria se dar pela via institucional, para Caio Monteiro de Barros era estratégico ocupar as ruas da cidade como forma de tirar o governo da inércia. O seu papel de liderança lhe garantiu, inclusive, um encontro com o presidente Hermes da Fonseca no dia 2 de março em Petrópolis, onde entregou petição cobrando o cumprimento, pelo governo, do artigo 55 da Lei da Receita, que determinava a livre entrada dos gêneros de primeira necessidade no país, como o charque, o açúcar, a banha e os cereais²⁷².

Ao refletir sobre o tipo de sindicalismo socialista compartilhado por Pinto Machado, Mariano Garcia e Caio Monteiro de Barros, Cláudio Batalha destacou que ele unia o positivismo com o humanismo francês, e o quão influente se tornou no Brasil, especialmente pela ampla recepção da obra “Socialismo integral”, de Benoît Malon²⁷³. Pinto Machado, em vários momentos, se declarou “socialista de Estado”, sinônimo, para ele, de um regime político parlamentarista onde atuaria um robusto partido político

²⁷²*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, edição 2.03.1913, p. 3.

²⁷³BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O Socialismo no Brasil na época da II Internacional: uma revisão de algumas interpretações correntes*. Texto apresentado no XV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu/MG, 1991, p.7.

operário com ramificações em todo o país²⁷⁴. Logo, a incorporação, pelo Estado, das pautas sociais viria através da atuação dos legítimos representantes dos trabalhadores na política. Mas, diferentemente do socialismo integral de Malon, que entendia ser necessária a conquista do sufrágio universal para se garantir a maioria parlamentar aos trabalhadores²⁷⁵, não se verifica nas falas de Pinto Machado e Mariano Garcia a defesa desse princípio.

Mesmo sem uma base social robusta, a pretensão de ambos os militantes quando criaram a Liga do Operariado do Distrito Federal e a Confederação Brasileira do Trabalho era, aos poucos, a partir das conquistas amealhadas junto aos detentores do poder, ganhar a simpatia e o apoio dos trabalhadores para o partido. Se se levar em consideração que a campanha contra a carestia era uma espécie de prova de fogo para as suas pretensões à frente dessas entidades, o fracasso foi devastador, como prova a efêmera existência das duas, dissolvidas nos estertores do governo Hermes, e pelas derrotas eleitorais que sofreram ao se candidatarem ao posto de intendentes do Conselho Municipal, representando os eleitores do 2º Distrito eleitoral da cidade, no pleito realizado em novembro de 1913²⁷⁶.

A lógica hierárquica, e por que não, autoritária, que atravessava a compreensão de ambos sobre os mecanismos de funcionamento da sociedade levou Mariano Garcia a afirmar que o regime presidencial republicano faz do seu presidente “constitucional um ditador, um ditador inteligente”,²⁷⁷ ao permitir que este, se quiser, se coloque ao lado dos que trabalham e produzem. A fama de ditador de fato existiu, mas não pelos motivos evocados por Mariano Garcia. Quando março caminhava para o seu fim, após os *meetings* terem alcançado seu auge com o comício “monstro” no Largo de São Francisco de Paula, no domingo 16 de março, e com as campanhas ainda amargando a derrota frente à decisão tomada pelo governo Hermes de não contrariar os interesses dos grandes atacadistas e produtores rurais, defensores intransigentes de um livre cambismo que lhes garantia privilégios, Garcia refletiu sobre a pertinência das entidades continuarem recorrendo aos comícios como principal arma de luta contra a carestia:

²⁷⁴Seção “Pelo Operariado”. *O Tempo*, Rio de Janeiro, s/d. Miscelânea Pinto Machado.

²⁷⁵BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O Socialismo no Brasil na época da II Internacional: uma revisão de algumas interpretações correntes*. op. cit. p. 11.

²⁷⁶Nesta eleição, Benjamin Magalhães alcançou 261 votos, Mariano Garcia 46 e Pinto Machado apenas 3 votos. *Anais do Conselho Municipal*. Ata da sessão preparatória de 15.11.1913, p.21.

²⁷⁷“Coluna Operária”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 16.03.1913, p. 10.

(...) O presidente da República, que, diga-se a verdade, tem vontade de se colocar ao lado do povo sofredor, está coagido pelos politiqueros que o fingem prestigiar e pelos argentários da Associação Comercial, e, por isso, parece, nada fará pelo povo. *Nós, na nossa rude franqueza, já aqui o dissemos, que em tais casos, só resta ao operariado cruzar os braços, recolher-se a seus lares, parar todos o trabalho, fazerem um sacrifício, e fazerem isso pacificamente, para não dar motivo a intervenção da policia armada, o que seria de funestos resultados para o operariado desorganizado.*

As oposições políticas, como é natural, hão de procurar tirar partido desta situação calamitosa do povo, para insurgi-lo contra o governo constituído, o que de modo algum nos convém, não pode convir ao operariado; porque nessas lutas, como temos dito e diremos sempre, será o único sacrificado (...) *E é por assim pensar que não julgamos que os comícios devam continuar.*

A greve geral pacífica ou cada um que continue a ser explorado como até hoje. Sem protesto. Tudo mais, é perder tempo, arriscar-se a ter de ir para as prisões ou servir aos interesses de todos os políticos que estão no poder ou que para lá querem subir, que têm sido os maiores inimigos e causadores de todas as desgraças (...) deste generoso povo.

278

Ao escrever essa coluna pedindo o fim dos comícios e a adoção da “greve pacífica” como única forma eficaz de luta pelos trabalhadores, Mariano Garcia já havia sido orador em um *meeting*, realizado em Pilares, distrito de Inhaúma, no dia 23 de março. O diário *A Época* repercutiu esse comício, chamando a atenção para o fato de que este era apenas o primeiro de uma série que viria a ser promovido nos subúrbios. A razão que levava seu redator, ao lado de Benjamin Magalhães e Pinto Machado à praça pública se devia à política levada adiante pelo prefeito Bento Ribeiro de criação de pequenos mercados em localidades de diferentes distritos da capital, um antigo pleito visto como essencial por essa intelectualidade para forçar o barateamento dos preços dos alimentos. A princípio fora da lista dos bairros selecionados pela municipalidade para a instalação dos mercados, Pilares acabou sendo incorporado por causa da campanha liderada por Pedro Pinto de Miranda, um dos proprietários com comércio no local, conforme descrito pela “Coluna Operária”:

(...) Falou com o redator desta coluna, falou com o nosso companheiro Pinto Machado, secretário Geral da Confederação Geral do Trabalho, falou com diversos moradores, negociantes, lavradores, e proprietários do lugar, e ei-lo trabalhando. Enquanto n’ *A Época* nós reclamávamos, Pinto Machado no *Correio da Noite* e junto ao prefeito em nome da Confederação, um abaixo assinado corria pelos moradores, que,

²⁷⁸“Coluna Operária”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 29.03.1913, p. 6. Grifos meus.

felizmente não chegou ao seu destino, devido ao general prefeito o ter lido e atendido imediatamente (...) ²⁷⁹.

Um dia depois, a edição d'*A Época* trouxe, junto com o seu noticiário sobre a carestia, e sob a chamada “Um aspecto do *meeting* do último domingo”, uma fotomontagem em que se sobressaíam a multidão e três dos oradores que discursaram para a “massa popular” presente no *meeting* suburbano (Imagem XIII): Mariano Garcia, Benjamin Magalhães e Pinto Machado.



²⁷⁹“Coluna Operária”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 24.3.1913, p. 6.

A REVOLUÇÃO PELA FOME

O POVO AGITA-SE

O MOMENTO É GRAVE

A agitação no interior

DECLARAÇÕES DA FEDERAÇÃO OPERARIA

Aos que soffrem...

Esta é a situação, realmente se agita em todo o Brasil, se principia a sentir a crise econômica, a falta de alimentos, a falta de trabalho, a falta de dinheiro, a falta de tudo o que é necessário para a vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Rio de Janeiro, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Pernambuco, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Minas Gerais, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em São Paulo, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Bahia, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Rio Grande do Sul, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Paraná, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Rio de Janeiro, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Pernambuco, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Minas Gerais, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em São Paulo, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Bahia, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Rio Grande do Sul, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Paraná, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Rio de Janeiro, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Pernambuco, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Em Minas Gerais, a situação é a mesma. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida. O povo se agita, se revolta, e começa a lutar por sua liberdade, e começa a lutar por sua dignidade, e começa a lutar por sua honra, e começa a lutar por sua vida.

Um aspecto do "meeting" de domingo ultimo



Mariano Garcia, Benjamin Magalhães e Pinto Machado fallam á massa popular

Uma jovem que desaparece na Avenida Rio Branco

O Carnaval, embora já terminado, não deixou de trazer para a Avenida Rio Branco, a noite de domingo, uma jovem que desapareceu. A jovem, de nome desconhecido, foi vista por última vez na Avenida Rio Branco, e desde então não foi mais vista. A polícia está procurando por ela, mas sem sucesso até agora.

TENTATIVA DE SUICÍDIO

Um homem de nome desconhecido tentou suicidar-se na noite de domingo, na Avenida Rio Branco. Ele se jogou de uma janela do alto de um prédio, mas foi salvo pelos bombeiros. Ele está atualmente em um hospital, e sua condição é grave.

Ferido á bala

Um homem de nome desconhecido foi ferido por uma bala na noite de domingo, na Avenida Rio Branco. Ele foi atingido no peito e está atualmente em um hospital, onde está sendo tratado. A polícia está procurando pelo responsável pelo crime.

Agressão

Um homem de nome desconhecido foi agredido por um grupo de pessoas na noite de domingo, na Avenida Rio Branco. Ele foi atingido com socos e está atualmente em um hospital, onde está sendo tratado. A polícia está procurando pelos responsáveis pelo crime.

Ainda e sempre os autos.

Um homem de nome desconhecido foi preso por um crime na noite de domingo, na Avenida Rio Branco. Ele está atualmente em um hospital, onde está sendo tratado. A polícia está procurando pelo responsável pelo crime.

FAZER, um seguro sem ler os prospectos d' "A CARIOCA" é arrender-se.

DEIXAR, para amanhã a leitura desses prospectos, é arrender-se a aguilarda.

ESTUDAR, a organização d' "A CARIOCA" e inscrever-se logo como mutualista.

UM CASO GRAVE

Uma mulher aborta com resultado de uma droga que ingurg

Uma mulher de nome desconhecido abortou com o uso de uma droga que ingurg. Ela está atualmente em um hospital, onde está sendo tratada. A polícia está procurando pelo responsável pelo crime.

O serviço medico-legal acephalo

Dois dois Barões qual terá o director?

Dois Barões qual terá o director? Este é o nome de um serviço médico-legal que está sendo criado em Rio de Janeiro. O serviço será dirigido por um dos dois Barões.

Um homem aborta com resultado de uma droga que ingurg

Um homem de nome desconhecido abortou com o uso de uma droga que ingurg. Ele está atualmente em um hospital, onde está sendo tratado. A polícia está procurando pelo responsável pelo crime.

Um homem aborta com resultado de uma droga que ingurg

Um homem de nome desconhecido abortou com o uso de uma droga que ingurg. Ele está atualmente em um hospital, onde está sendo tratado. A polícia está procurando pelo responsável pelo crime.

Um homem aborta com resultado de uma droga que ingurg

Um homem de nome desconhecido abortou com o uso de uma droga que ingurg. Ele está atualmente em um hospital, onde está sendo tratado. A polícia está procurando pelo responsável pelo crime.

Um homem aborta com resultado de uma droga que ingurg

Um homem de nome desconhecido abortou com o uso de uma droga que ingurg. Ele está atualmente em um hospital, onde está sendo tratado. A polícia está procurando pelo responsável pelo crime.

CONSELHO MUNICIPAL

O Conselho Municipal reuniu-se na noite de domingo, na Câmara Municipal. O presidente do Conselho, Sr. João de Deus, abriu a sessão e fez um relatório sobre o trabalho do Conselho durante o mês anterior. O Conselho aprovou o relatório e decidiu sobre algumas questões importantes.

CONSELHO MUNICIPAL

O Conselho Municipal reuniu-se na noite de domingo, na Câmara Municipal. O presidente do Conselho, Sr. João de Deus, abriu a sessão e fez um relatório sobre o trabalho do Conselho durante o mês anterior. O Conselho aprovou o relatório e decidiu sobre algumas questões importantes.



Imagem XV: "A revolução pela fome". A Época, Rio de Janeiro, edição 25.03.1913, p. 3.

Cordeas e flores naturais

Cordeas e flores naturais são vendidos em abundância na Avenida Rio Branco. Os vendedores oferecem uma grande variedade de produtos, incluindo cordeas de diferentes cores e flores naturais de várias espécies. Os produtos são muito populares entre os consumidores.

INGESTA PARA ALIMENTAÇÃO

INGESTA PARA ALIMENTAÇÃO CRIANÇAS FRACAS, CONVULSIVAS, FERVIDAS E AMAS DE LEITE.

A VARIOLA

O Posto Vaccinico instalado na redação d' A Epoca funcionou hontem, de 1 ás 2 horas



É preciso que o povo se vacine para evitar a epidemia de variola que nos ameaça

A presença desses militantes em um evento em praça pública não tem nada de incoerente ou contraditório, como a princípio pode parecer. De fato, como busquei demonstrar, Pinto Machado e Mariano Garcia se posicionaram, mesmo que em momentos distintos, contra a ocupação das ruas pelos trabalhadores. Tanto é assim que a LODF promoveu apenas um comício, em Bangu, no dia 30 de março, e mesmo assim,

ao que tudo indica, sem a anuência dos militantes, pois seus nomes não constam entre os oradores²⁸⁰, e a CBT não promoveu nenhum *metting* ao longo de todo o período.

Logo, o que explica o envolvimento dessas lideranças na Praça de Pilares era o tipo de arranjo negocial que embasou aquela conquista: a ação de proeminentes suburbanos junto a prefeitura, ou, como o próprio Mariano Garcia expressou em sua coluna, a pressão que ele e Pinto Machado fizeram na imprensa, em conluio com a iniciativa de Pedro Pinto de Miranda, responsável por coletar assinaturas entre moradores e comerciantes da região para a confecção de um abaixo-assinado a ser entregue ao prefeito. Se na esfera federal o campo de negociação que buscaram estabelecer com o governo não vinha surtindo o efeito desejado, na municipal, ao menos, já era possível colher alguns frutos. A realização do comício em Pilares, portanto, não se destinava a pressionar o alcaide para a conquista de demandas específicas daquela população, mas, antes, fora uma forma de prestar agradecimento pela medida adotada por seu governo e, claro, colher os dividendos pelo sucesso alcançado enquanto representantes dos interesses suburbanos junto à municipalidade.

3.3. A luta contra a carestia nos subúrbios: projetos em disputa.

A pressão para que o sistema político adotasse medidas que viessem amenizar a carestia da vida nos subúrbios integrou o conjunto de preocupações de Pinto Machado e Mariano Garcia. Em um dos artigos publicados n’*O Paiz*, Pinto Machado se dirigiu não apenas aos operários como também ao “povo” dos subúrbios, onde viviam muitos dos agremiados da CBT, destacando o avanço que a decisão da Prefeitura representava para a campanha, já antiga, de defesa da criação de pequenos mercados e feiras nas zonas suburbanas. Para ele, era necessário acabar com a figura do intermediário no comércio de alimentos, permitindo ao pequeno lavrador vender diretamente sua produção nas zonas onde viviam milhares de trabalhadores. Ao discorrer sobre as localidades que deveriam receber esses mercados, expôs aquelas que condensavam habitações populares, muitas dos quais vizinhas a pequenas lavouras, evidenciando o quão diverso eram os usos do solo suburbano:

²⁸⁰ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)*. op. cit., p. 85.

(...) Aos mercados já autorizados, poderá o Sr. prefeito aumentar ainda um no *largo de Madureira*, próximo á agencia de Irajá; um em *Deodoro*, em frente à estação, assim como nas *estações de Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Pavuna e freguesia de Jacarepaguá*.

Todas essas localidades condensam hoje em seu seio, populações enormes de proletários, que devem gozar de iguais regalias, acrescendo que para esses lados temos também pequenos lavradores em quantidade.

Esta agremiação, que tem muitos agremiados na zona suburbana, aplaudindo as medidas postas em pratica pelo prefeito, somente pode desejar que o digno administrador da cidade se coloque nesta emergência difícil ao lado do povo, de acordo com os desejos externados pelo Sr. presidente da Republica.

União, paz e justiça – Antônio Augusto Pinto Machado, secretário geral ²⁸¹.

Na realidade, a iniciativa desse projeto coube ao Conselho Municipal, onde desde 1907 um projeto de lei, o de nº 22, começou a tramitar. Em 1911, o intendente Ângelo Tavares, médico residente no Méier e estreado na política²⁸², abraçou essa pauta, responsabilizando-se pela redação de um substitutivo posteriormente apresentado à mesa do Conselho para apreciação. Ao defender a necessidade de sua aprovação perante seus pares, o intendente refletiu sobre as causas geradoras da crise da carestia, os tormentos dos seus efeitos sobre a vida dos mais pobres, e as medidas cabíveis às instituições municipais no enfrentamento da crise. A explanação de Ângelo Tavares é interessante por vários motivos. Primeiro, ao discorrer sobre as causas da crise, percebe-se que o alvo era o mesmo que viria a ser mirado pelas lideranças do reformismo socialista na crise de 1913: o excesso de tarifas cobrado pelos governos sobre os produtos estrangeiros, e a conivente liberalidade do sistema político para com os atacadistas. Nos subúrbios, em especial, a alta dos preços dos alimentos era ainda maior devido ao reduzido número de feiras e mercados, restando à população comprá-los no comércio a retalho. Por isso, o intendente acreditava ser obrigação do Legislativo municipal produzir uma nova lei que dotasse o prefeito dos meios necessários para o enfrentamento dessa questão.

Mas ao defender a aprovação dessa nova legislação, Ângelo Tavares foi muito além, e esboçou o que pode se chamar de uma teoria sobre a “boa administração municipal”. Influenciado pelas inovações aplicadas por governos de cidades europeias, tais como as observadas em Londres, Birmingham, Liverpool, Edimburgo, dentre outras, defendeu a premência desse ente da federação assumir responsabilidades na

²⁸¹Machado, Pinto. “A Revolução da fome”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 4.03.1913, p. 4. Grifos meus.

²⁸²Ele fora eleito pelo segundo distrito para assumir uma vaga na legislatura 1911-1913.

governança da cidade que até então eram monopolizadas pelo capital privado. Ele se referia especialmente às crescentes demandas da população que habitava os grandes centros industriais, cujas municipalidades se viam premidas a encontrar soluções para uma série de questões de ordem urbana – abastecimento de água, encanamento de esgoto, alimentação, moradia, transporte, educação, etc –. Daí que muitas administrações recorreram à municipalização da exploração desses serviços de natureza pública. Tendo a Inglaterra como parâmetro, listou as funções que várias das suas cidades vinham assumindo ao longo do último decênio:

(...) Citemos, por direito de conquista, em primeira linha, a Inglaterra; todas as cidades industriais inglesas têm, de 10 anos a esta parte, resolutamente assumido a direção de serviços públicos, graças ao espírito liberal dos seus governos. *Elas se fizeram agricultoras, marceneiras, fabricantes de sabão, fornos, de roupas, de dinamos; exploram hotéis, banhos públicos, lavanderias municipais, obra de interesse de primeira ordem para a higiene publica. Outras têm parque, mercados, produzem gêneros alimentícios; cultivam legumes e até flores, como Glasgow. A municipalização inglesa se insinua nas modalidades mais imprevistas da produção, a direção dos banhos de mar, locação dos frigoríficos para a carne. (...)* Entre nós, *esboça-se a aurora promissora de grandes benefícios operados pelo Estado, cujo chefe, eminentemente democrático, fez ponto capital de seu programa – auxiliar o proletariado na sua vida social.*²⁸³

A defesa de maior protagonismo do Estado na administração direta de serviços públicos essenciais era, naquele momento, alimentada pelas expectativas que o intendente nutria com relação ao governo Hermes. A promessa de construção de vilas proletárias por sua administração ia ao encontro daquilo que Ângelo Tavares entendia como papel do Estado no governo das modernas sociedades. Em sua elaboração, chegou mesmo a explicitar que o objetivo final da municipalização de certos serviços não deveria ser o lucro pecuniário, e sim um fim social, razão pela qual elaborou seu projeto de lei visando dar maior protagonismo ao poder público municipal no gerenciamento dos mercados a serem construídos. Após alguns adendos do intendente Campos Sobrinho, que adicionou ao texto do artigo 1º um complemento visando destacar que o mercado era apenas para o comércio a retalho, a lei, sucinta, foi aprovada pelo plenário do Conselho no dia 22 de novembro e sancionada pelo prefeito no dia 28 do mesmo

²⁸³Discurso de Ângelo Tavares no Conselho Municipal. *Anais do Conselho Municipal*. Ata da 6ª Sessão de 13.11.1911, pp.13-14. Grifos meus.

mês. Nela, é possível perceber a tentativa dos legisladores de regularem a venda dos alimentos de maneira a evitar a ação dos intermediários, e, ainda mais importante, expõe o quão pressionado se sentia o Legislativo municipal em apresentar alguma medida de efeito que viesse a aliviar a carestia na vida dos munícipes:

O Conselho Municipal resolve:

Art. 1. Fica o Prefeito autorizado a construir, por concorrência publica ou por administração, segundo os termos desta lei, pequenos mercados destinados *exclusivamente ao comercio a retalho de produtos de pequena lavoura, aves de alimentação, peixes e caças, no Distrito Federal.*

Art. 2. Serão esses pequenos mercados distribuídos, a juízo da Prefeitura, pelas zonas urbana e suburbana do Distrito Federal, segundo as necessidades publicas. (...)

Art. 4. A Prefeitura cobrará de cada locatário o aluguel mensal de vinte mil réis (20\$000) pelo metro quadrado ocupado, segundo marcações claramente desenhadas no solo do mercado, *obrigando-se o locatário á tabela máxima de venda, estabelecida mensalmente pela Prefeitura.* (...)

Art. 5. *Ficam isentos do pagamento de imposto de licença os lavradores que a juízo da Prefeitura, provarem essa qualidade.*

Art. 6. *Nos mercados de que trata o art. 1º não poderá ser arrendada ou alugada mais de metade da respectiva área.*²⁸⁴

A gestão do general Bento Ribeiro Carneiro Monteiro à frente da Prefeitura (1910-1914) ainda levaria um ano para iniciar a execução da lei, transformada no Decreto 1.362. De início, o governo fez chamada pública para a construção de três mercados, todos em regiões fora dos subúrbios: nas Praças Municipal (Centro) e Benfica (próximo de São Cristóvão), e outro na praia de Botafogo, onde hoje fica a Praça Nicarágua, ao término da Av. Osvaldo Cruz. Logo em seguida, autorizou a construção de outro pequeno mercado na região central, desta vez na Praça General Osório, já desaparecida com a abertura da Avenida Presidente Vargas²⁸⁵. Apenas em 1913, durante o auge da crise da carestia, e pressionada, a Prefeitura autorizaria novas feiras nas zonas suburbanas (não houve a construção de mercados como os listados acima²⁸⁶). Os irmãos Eduardo e Benjamin Magalhães, redatores da coluna “Nos

²⁸⁴ *Anais do Conselho Municipal*. Ata da 22ª Sessão de 22.11.1911, p. 25. Grifos meus.

²⁸⁵ GORBERG, Samuel; FRIDMAN, Sergio A. *Mercados no Rio de Janeiro: 1834-1962*. Rio de Janeiro, Samuel Gorberg, 2003, p.124.

²⁸⁶ Segundo os autores Samuel Gorberg e Sérgio Fridmann, o contrato previa que o consórcio vencedor, a Cia. Federal de Fundação, deveria construir os mercados com as seguintes características: “construção metálica com embasamento de colunas de alvenaria, cobertura com telhas de “eternite”, assentas sobre forro de madeira de pinho de riga (...) os passeios em volta dos mercados serão cimentados. A contratante

Subúrbios” do jornal *A Época*, não deixaram de associar o aumento da tensão social que a cidade atravessava naquele início de ano com essa decisão do prefeito, que, “atônito com o clamor geral da imprensa e atendendo às inúmeras solicitações dos moradores ordenou a multiplicidade dos mercados ao ar livre, nas zonas suburbanas (...)”²⁸⁷. Assim como Pinto Machado, os redatores defenderam a necessidade de esses mercados serem instalados nas localidades margeadas pelas linhas férreas, pois que estes pontos facilitariam o transporte, distribuição e venda dos gêneros produzidos pelos lavradores. Outra preocupação em comum era a cobrança para que a Prefeitura fiscalizasse perenemente o funcionamento dos mercados, de modo a evitar a ação dos comerciantes em “grosso”, cujo poder de fogo poderia resultar na compra de quase todos os gêneros ali vendidos²⁸⁸.

Se em relação aos mercados era perceptível a existência de um ponto de contato entre os irmãos Magalhães e os jornalistas Pinto Machado e Mariano Garcia, quando o assunto eram as campanhas contra a carestia e avaliações sobre a conduta do governo federal naquela crise, a discordância se sobressai. Diferentemente da “Coluna Operária”, sob a direção de Mariano Garcia, a “Nos subúrbios” adotou um tom mais enérgico e crítico com relação ao governo do marechal Hermes da Fonseca. Além de advogado e tipógrafo os irmãos Magalhães, que recentemente haviam fundado o semanal *O Suburbano*, integravam a classe proprietária do distrito do Engenho Novo (donos de uma tipografia), mas foram incluídos no *Dicionário do Movimento Operário*, exatamente por terem assumido a função de jornalistas redatores da seção suburbana d’ *A Época*²⁸⁹, visto que a coluna se destacou pela publicação das “queixas” dos habitantes dos subúrbios, cujos distritos já eram associados ao campo popular. Mas esse vínculo não significou que ambos expressassem concordância sobre todos os temas ou projetos que em nome dos interesses suburbanos foram debatidos ao longo dos anos 1900 e 1910. Quando o assunto eram os *meetings* contra a carestia, por exemplo, se posicionaram frontalmente favoráveis. E mais, acreditavam que a opção por ocupar ruas e praças deveria ser seguida pelos suburbanos, também vítimas da “ganância e sordidez dos esforçados exploradores” e da omissão do governo:

fará o abastecimento d’ água e esgoto, a locação de caixas d’ água e hidrômetros tudo de acordo com os projetos aprovados. Todas as pinturas serão a óleo e terão tantas mãos de tinta quantas forem necessárias pelo Engenheiro fiscal”. GORBERG, Samuel; FRIDMAN, Sergio A. *Mercados no Rio de Janeiro*, op. cit., pp. 124-125.

²⁸⁷ *A Época*, Rio de Janeiro, edição 15.03.1913, p. 5.

²⁸⁸ *A Época*, Rio de Janeiro, edição 15.03.1913, p. 5.

²⁸⁹ BATALHA, Claudio. *Dicionário do Movimento Operário*, p. 96.

Felizmente vai despertando o maior entusiasmo, *principalmente nas classes proletárias*, a ideia dos comícios populares, para protestar contra a horrorosa carestia dos gêneros de primeira necessidade.

O povo brasileiro sofre resignadamente todas as afrontas, mas em dado momento sabe reagir com a máxima energia, despertando os poderes públicos da criminoso indolência ante os grandes problemas que agitam o meio social.

Resta agora, que o governo nefando do marechal não mande, como supremo escarnio, espaldeirar o povo que se reúne para defender os interesses do estômago, tão sacrificados pela ganância dos exploradores.

O movimento de protesto vai ter vida nos subúrbios. Breve serão iniciados os comícios populares. Já é tempo!

É preciso que a população suburbana reaja contra a carestia, que não tem razão de proliferar, porque os grandes mercados estão abarrotados de gêneros importados.

Se abandonarmos nossos direitos, seremos vitimados pela ganância e sordidez dos esforçados exploradores.

*Não podemos confiar no poder público. O Brasil atualmente atravessa uma crise tão dolorosa, em matéria de administração, que pode assemelhar-se a um festim de Balthasar ou a um pagode carnavalesco.*²⁹⁰

A seção ainda publicaria artigo com um discurso mais virulento contra o governo Hermes, inclusive defendendo que o povo recorresse à violência, conforme já acontecera na cidade com a Revolta do Vintém. Mas é preciso que se tomem alguns cuidados ao avaliar esse tipo de posicionamento. A militância que Eduardo e Benjamin Magalhães privilegiavam nos subúrbios era aquela compartilhada por Pinto Machado e Mariano Garcia, ou seja, a exercida dentro do mais absoluto respeito à lei e à ordem. Não à toa, cerraram fileiras no *Congresso Suburbano*, uma associação que se esforçou ao máximo em estabelecer uma aproximação com os administradores públicos e políticos. Aliás, o desejo não era apenas o de criar e estabelecer aproximações com políticos e administradores cariocas, como também o de elevá-los à condição de operadores desse campo. Por isso o interesse do irmão mais velho, o advogado criminalista Benjamin Magalhães, em se candidatar a uma vaga de intendente do Conselho Municipal naquele ano, como já havia chamado atenção, e também em 1917 e 1919. Como candidato pelo segundo distrito, área que abrangia toda a zona suburbana da cidade, é de se presumir que a radicalidade presente no discurso do jornalista era uma tentativa de fortalecê-lo eleitoralmente no pleito que se avizinhava. Além disso, como ambos não compunham as bases de nenhuma entidade de trabalhadores, e não estavam participando da direção de nenhuma campanha, tornava-se muito mais fácil para eles

²⁹⁰Nos Subúrbios”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 27.02.1913, p. 6. Grifos meus.

defender o recurso à violência pelos populares, pois não precisavam agir na defensiva como aquelas entidades, alvos permanentes da vigilância e repressão policial.

O temor de que os comícios fossem associados ao descontrole e ao quebra-quebra era tamanho que a FORJ acompanhava com atenção todas as notícias sobre os comícios publicadas pela imprensa. Certa vez, enviou carta a *O Paiz* para contestar nota local publicada n’*A Época* cujo teor informava que os oradores do próximo comício iriam incitar o povo a reagir com a máxima energia, inclusive utilizando a violência, se necessário, contra o governo. Segundo a entidade:

(...) Precisamos que as autoridades competentes vejam bem donde partem os gritos de revolução, em páginas inteiras e letras bem grandes, para que amanhã não se diga que as associações operárias fomentam a revolta no momento presente.

Concitamos somente o operariado a agremiar-se para que, unido e forte, em uma invencível falange possa exigir, o que lhe pertence. Rio, 12.03.1913.²⁹¹

A carta expõe com toda a clareza a dimensão que a crise da carestia havia assumido na – e através da – imprensa diária e os cuidados que as entidades promotoras daquelas campanhas precisavam ter com os conteúdos que eram publicados sobre o movimento pelos diferentes periódicos. A crítica, nesse caso, é bem dirigida: para as lideranças à frente da COB/FORJ, as estratégias editoriais adotadas pelo jornal *A Época*, especialmente o vocabulário e manchetes escolhidos para captar a atenção do leitor – “A Revolução pela Fome” – poderia mais atrapalhá-los do que ajudá-los, na medida em que continha uma espécie de devir disruptivo conduzido pelos “famintos”, cuja narrativa continha a justificação antecipada para a ação arbitrária das forças de coerção. Na medida em que os comícios levavam mais gente para a rua e o potencial de conflito aberto pairava no ar, a redação d’*O Paiz*, por exemplo, decidiu mudar o título que acompanhava o noticiário diário sobre a crise. Nesse caso, de “A Revolução da Fome” passou para a “Carestia da Vida”. O jornalista Oscar Guanabara, responsável por redigir os artigos sobre o tema no diário de João Lage, explicou que essa mudança ocorria por causa das medidas adotadas pelo governo Hermes. Ele se referia, em especial, ao incentivo dado pelo governo para a formação de cooperativas de consumo,

²⁹¹*O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 14.03.1913, p.1. Grifos meus.

via Ministério da Agricultura, e pela execução da lei dos mercados públicos, do intendente Ângelo Tavares, posta em prática pela Prefeitura²⁹².

Evidentemente, não foi por esse motivo que a FORJ publicou nota criticando o uso do termo “revolução” pela imprensa. As medidas postas em prática pelo governo Hermes não eram vistas como suficientes para barrar o aumento dos preços e estavam longe de atender as demandas da entidade, como prova a sua extensa pauta de reivindicações. Além disso, a posição crítica da FORJ evidencia o quão atenta estava sua direção para os possíveis usos políticos que a imprensa fazia daquela crise e da mobilização popular. No caso d’ *A Época*, como agora se percebe, o problema não residia apenas na falta de legitimidade que conferiam à “Coluna Operária”, redigida por um militante historicamente opositor do anarcossindicalismo; suas críticas também recaíam sobre a cobertura mais abrangente sobre a crise publicada sob a chamada “A Revolução pela Fome”; assim como nos conteúdos estampados na sua seção suburbana, cujos redatores clamavam abertamente pelo uso da violência pelos manifestantes. Apesar de todo o discurso favorável aos comícios, sabe-se apenas de um único em que um dos Magalhães marcou presença – aquele realizado em Pilares –, cujos oradores foram, dentre outros, Pinto Machado e Mariano Garcia. O mesmo cuja razão de ser foi o de promover um agradecimento público ao general prefeito da capital.

No caso da cobertura sobre a carestia elaborada pela imprensa empresarial carioca, faz-se necessário não apenas considerar o cálculo político dos donos das empresas editoras das folhas, como também analisar quem apoiava ou fazia oposição ao governo Hermes²⁹³, e os usos políticos daí derivados, como também se deve estar atento às trajetórias individuais e aos vínculos sociais nos quais os jornalistas empregados por esses veículos estavam inseridos. Pobres de origem, ex-operários e residentes nos subúrbios, Mariano Garcia e Pinto Machado incorporaram, no debate sobre a carestia,

²⁹²Guanabarrino, Oscar. “A Revolução da Fome”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 7.03.1913, p.2.

²⁹³Evidente que o dono d’ *A Época*, ou qualquer outro proprietário das empresas jornalísticas organizadas sob o modelo capitalista, não buscava uma transformação radical da sociedade. Nesse ponto, o que havia era o interesse em abocanhar um mercado pujante leitores e de anúncios cujo crescimento era exponencial na medida em que aumentava a taxa de alfabetização entre os trabalhadores, sendo, portanto, necessário contemplar certas demandas do “povo”. De posse desse poderoso instrumento de convencimento, Vicente Piragibe buscou construir pontes de diálogo com todas as frações do movimento operário, oferecendo uma coluna operária para um nome da fração reformista, mas jamais abrindo mão de conferir visibilidade às campanhas conduzidas pelos anarcossindicalistas. Opositor do Partido Republicano Conservador, do presidente Hermes, sofreu perseguição política, chegando a ser preso durante o estado de sítio decretado pelo governo no final de 1913. Em seguida, se lançou candidato a deputado federal pelo Distrito Federal nas eleições de 1915, se elegendo pela primeira vez. Sobre Vicente Piragibe, conferir nota biográfica escrita por Izabel Pimentel da Silva em: ABREU, Alzira Alves de (coord. Geral). *Dicionário histórico biográfico da Primeira República, 1889-1930*. [Recurso Eletrônico]. FGV, 2015.

uma importante dimensão até aqui pouco explorada: a do direito à moradia. Logo, cabe interrogar de que maneira a questão do uso do solo urbano foi abordada por esses militantes e como a articularam com a vida dos proletários suburbanos.

Em 1904, ao ingressar na atividade jornalística com o lançamento d’*A União Operária*, Pinto Machado destacou, no artigo de fundo por ele redigido, que a sua batalha era para que a classe dos “desprotegidos” se unisse. Nesse texto de estreia, o jovem militante tratou de expressar os dramas vividos por aqueles que, como ele, residiam em precárias “mansardas”. O subúrbio que se descortina no órgão oficial da “união operária” criada no Engenho de Dentro, e que se arvora a voz do operariado daquela localidade, é, portanto, o da pobreza:

Querer é poder

(...) Viemos do nada e nada somos. *Mas por virmos do nada conhecemos bem as necessidades dos nossos companheiros e da nossa classe.*

Batalhamos à tempos em prol da união dos desprotegidos, e *desprotegido também, sabemos de sobra o que é a fome o que é a miséria, não somos degenerados: não, combatemos lealmente, armas á vista, combate sincero.*

*Não exigimos nada que não seja justiça, justiça para nossa causa, justiça para o nosso estomago, justiça para nosso organismo depauperado, pelo excesso do trabalho, pelas muitas necessidades que existem na nossa mansarda onde não há luz, onde falta pão, onde falta conforto e onde na maioria temos as esposas, os filhos e nós próprios com propensões extraordinários para tuberculose.*²⁹⁴

Aos poucos, a incorporação de novos sujeitos sociais oriundos de estratos da sociedade até então excluídos das redações de periódicos e da prática jornalística levaria para as páginas dos diários de maior vendagem temas sensíveis como a escassez e a precariedade da habitação popular. Três anos depois, Pinto Machado publicaria artigo no *Jornal do Brasil* reforçando a leitura que se tornaria hegemônica na imprensa suburbana de que os subúrbios eram a mais completa expressão do abandono, ainda mais após a inauguração de parte da reforma Passos no centro. Margeando as ruas aleatoriamente criadas naquela expansão desenfreada, lembrou, estavam os:

²⁹⁴“Querer é poder”. *A União Operária*, Engenho de Dentro, edição 1 de Maio de 1904, p. 1. Grifos meus.

(...) Os casebres, condenados em sua maioria, a falta de habitações aumentam e o pobre luta terrivelmente para obter hoje uma choupana onde se possam abrigar das intempéries (...)

No aluguel da mísera e imunda casa vai todo o ordenado de um pobre, e o estomago há de sofrer a consequência da falta de alimento, e o espirito embrutece, e a alma se contamina de revolta, se desorienta. São essas as vítimas da sociedade, são essas as criações da miséria e da dor.

*Percorram-se todos esses subúrbios. Mato, capim, terrenos devolutos em quantidade, casebres em ruínas, outros de “condenação afixada”, e poucas, muito poucas construções e essas somente para os ricos, os felizes, os protegidos da sorte (...)*²⁹⁵

A abordagem presente nesses dois artigos escritos por Pinto Machado nos anos iniciais de sua atividade na imprensa parte de um princípio elementar, o de que ele, por sofrer dos mesmos males, era capaz de expressar o sentimento de injustiça sofrido pelos mais pobres que habitavam os subúrbios. Mas esse território não era apenas espaço da pobreza. Era também o dos “ricos, os felizes, os protegidos da sorte”, cujas casas, mesmo que em menor número, faziam parte da paisagem suburbana. O mesmo princípio embasou a prática política e jornalística realizada por Mariano Garcia em sua coluna n’*A Época*. A sua condição de suburbano fora evocada para legitimar suas intervenções no debate sobre as necessidades do operariado que ali residia:

(...) *Quem nos acompanha nesta coluna, sabe que não temos esquecido desse grande operariado, que reside por esse subúrbio afora, porque, residindo há cerca de 12 anos, nessa extensa zona, do Distrito Federal, não podíamos esquecer dos nossos interesses que são os mesmos interesses desse enorme operariado que o habita.*

*E nós, desde que nos iniciamos no movimento operário, devemos dizê-lo com toda a franqueza, fomos sempre nos inspirando nas nossas próprias necessidades (...)*²⁹⁶

A força desse vínculo o levou, inclusive, a tentar criar uma “Liga Operária Suburbana”. Em uma nota de Agosto de 1912, o jornalista convidou todos os interessados a participarem da nova agremiação a comparecerem à Rua Dr. Leal, nº 174, no Engenho de Dentro. Ainda que a iniciativa não tenha prosperado, Mariano Garcia não deixaria de lembrar a uma fração dos seus leitores, os letrados operários suburbanos, que eles estavam unidos enquanto habitantes de um mesmo pedaço da cidade²⁹⁷. Logo, compartilhavam experiências em comum que alimentavam sua

²⁹⁵Machado, Pinto. “Casas para a pobreza”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 13.01.1907, p. 11. Grifos meus.

²⁹⁶“Coluna Operária”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 20.08.1913, p.4. Grifos meus.

²⁹⁷“Coluna Operária”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 6.08.1912, p.6.

militância no movimento operário – “(...) entendemos que a nossa luta, a nossa campanha, deve começar no lar, no local onde vivemos, para que o reflexo dessa luta se vá refletindo em toda a parte”.²⁹⁸ Daí seu interesse em transformar em pauta jornalística aspectos relevantes da vida operária suburbana. Certa vez, cobrou o diretor da EFCB, Paulo de Fontin, a construção de uma parada na localidade conhecida como Vila de São José, situada entre as estações de Realengo e Vila Militar. A demanda já havia se transformado em um abaixo assinado subscrito por 400 moradores e endereçado ao diretor da repartição pública. Mariano Garcia então se colocou como advogado daquele movimento e, lembrando a sensibilidade do administrador para com os “humildes”, reforçou, agora através da imprensa, a justiça daquele melhoramento, “pois aquela pobre gente que ali reside, que tem de andar a correr as primeiras horas da manhã, em caminho do seu trabalho, tem de tomar o trem em Realengo, ou na estação militar, no ramal de Santa Cruz”²⁹⁹ Além da defesa de questões como essa, e do apoio que concedeu ao projeto de criação de mercados públicos nos subúrbios, Mariano Garcia veio a se tornar uma das principais vozes – no interior do movimento operário – em defesa da criação de mecanismos legais que garantissem a expansão da construção de moradias voltadas para os mais pobres no Distrito Federal.

Um dos efeitos das reformas urbanas ocorridas no centro da cidade no início do século XX foi a drástica diminuição no número de moradias populares na área central, fruto tanto das demolições levadas a cabo pela administração Passos (1902-1906) para a abertura e alargamento de ruas e avenidas, quanto do fechamento, pela Saúde Pública (via governo federal), de centenas de prédios que abrigavam cortiços e estalagens³⁰⁰. Apesar dessa redução acentuada, que elevou sobremaneira o valor dos imóveis disponíveis para venda e aluguel na cidade, a municipalidade e a União não se colocaram a obrigação de empreender qualquer tipo de política pública voltada para a construção de novas moradias, o que provocou sobremaneira a elevação da densidade populacional dos imóveis ocupados pelas classes populares no centro. A exceção, naquela conjuntura, foi a construção de um conjunto de casas populares na Avenida Salvador de Sá pelo governo Passos, medida que passava ao largo do real enfrentamento do problema. Para se ter uma ideia, se o aumento dos alugueis fora sentido por todos os

²⁹⁸“Coluna Operária”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 20.08.1913, p.4.

²⁹⁹“Coluna Operária”. *A Época*, Rio de Janeiro, 7.08.1913, p. 7.

³⁰⁰Segundo Sylvia Damazio, a Prefeitura foi responsável pela demolição de 600 habitações coletivas, que abrigavam cerca de 13.000 pessoas, enquanto a Saúde Pública derrubou por volta de 70 casas, desalojando em torno de 1.000 pessoas. Conferir em: DAMAZIO, Sylvia. *Retrato Social do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Eduerj, 1996, p.61.

estratos sociais, entre os trabalhadores o peso desse gasto no orçamento doméstico foi ainda maior. Sylvia Damazio, ao abordar essa dimensão na vida da classe trabalhadora carioca, recorreu ao jornal operário *A Voz do Trabalhador*, órgão oficial da COB, para obter informações sobre o ônus dos alugueis na renda do operariado. Segundo a autora:

(...) as fábricas de tecidos, em 1908, estavam alugando casas para operários por 8\$, 10\$ e 30\$, sendo os salários dos tecelões de 600 a 1\$ por dia. “Portanto, o aluguel mais baixo representava 44% do salário mínimo e o mais alto 50% do salário mínimo”.³⁰¹

Àquela altura, antes mesmo dessas reformas pressionarem a população mais pobre a se deslocar para os morros e zonas mais longínquas da capital, os distritos suburbanos mais próximos do centro, o de Inhaúma e Irajá, já apresentavam mudanças significativas em sua composição social: eram distritos majoritariamente habitados por trabalhadores pobres. A historiadora Cristiane Regina Miyasaka, ao pesquisar a experiência dos moradores do distrito de Inhaúma entre 1890 e 1910 chamou a atenção para o fato de que nesse distrito, em 1906, os trabalhadores da indústria já compunham a maioria daquela população³⁰².

A leitura da “Coluna Operária” n’*A Época* permite apreender que, entre 1912 e 1913, no auge da carestia, Mariano Garcia reafirmou a necessidade de aprovação de antigos projetos que há muito defendia na esfera pública para minorar a insuficiência de casas baratas na cidade³⁰³, enunciando uma intervenção que se caracterizaria por uma abordagem pragmática do problema, cujo princípio era a defesa, junto à classe política, da aprovação de medidas que garantissem variadas saídas para o problema. A principal delas era a permissão para que os próprios trabalhadores construíssem suas casas.

³⁰¹DAMAZIO, Sylvia. *Retrato Social do Rio de Janeiro*, op. cit., p.61. O trecho entre aspas fora retirado d’ *A Voz do Trabalhador*”, Rio de Janeiro, 2.08.1908.

³⁰²MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Dissertação de Mestrado em História, Campinas, SP, UNICAMP, 2008, pp. 48. Segundo este estudo, os trabalhadores da indústria que ali residiam “somavam 11.240 pessoas” o que transformou Inhaúma no “distrito carioca com o maior número de trabalhadores desse setor, com aproximadamente 10% do total da categoria”. Além disso, afirma a autora que se “somarmos aqueles que trabalhavam na indústria, em serviços domésticos, como jornaleiros, trabalhadores braçais, em profissões mal definidas ou 50 desconhecidas, temos um total de 81% da população economicamente ativa de Inhaúma, o que correspondia a quase 30 mil trabalhadores”. Idem, pp. 49-50.

³⁰³Antes de abordar o tema da carestia dos alugueis na “Coluna Operária”, Mariano Garcia já o havia explorado no jornal *Gazeta Operária* (1902-03; 1906). Marcelo Badaró Mattos afirma que as propostas encampadas pelo militante variaram entre a defesa da “intervenção do poder público – construindo casas, ou mesmo cedendo terrenos e flexibilizando as posturas municipais para a autoconstrução dos trabalhadores – e a defesa de uma alternativa mutual”. Esta última ocorreria mediante a união dos próprios trabalhadores em torno de uma associação responsável por gerir um fundo voltado para esse fim. MATTOS, Marcelo Badaró, *Escravidados e livres*. op. cit, pp. 65-66.

No fundo, isso já vinha ocorrendo nas regiões menos valorizadas dos subúrbios, onde o menor valor do solo atraía as classes populares. A intervenção de Pinto Machado junto à Prefeitura defendendo que os novos mercados públicos fossem construídos em localidades dos distritos de Irajá (Madureira, Deodoro, Pavuna), Campo Grande (Bangu), Santa Cruz e Jacarepaguá dá uma dimensão do espraiamento dos trabalhadores na ocupação do solo suburbano e na conformação dos subúrbios, e o quanto o jornalista buscava se instituir na esfera pública enquanto intérprete dos anseios dessa população.

No entanto, mesmo nos bairros mais antigos desse subúrbio a composição social também não era homogênea, como este trabalho vem demonstrando. A pesquisa conduzida por Elaina Serfaty sobre a ocupação do bairro do Engenho de Dentro no período entre 1870 e 1906 avançou nessa discussão ao demonstrar, através de vasta documentação oficial, o quão socialmente diversificado eram os seus habitantes. Ao acompanhar a abertura de novas ruas e construções, a autora identificou imóveis destinados para os mais diferentes usos. No início dos anos 1900, as vinte e sete ruas nesse bairro já abrigavam, além das Oficinas da EFCB (inauguradas em 1871) e da fábrica da Companhia de Curtumes São Lázaro³⁰⁴, imóveis como casas térreas (a maioria), chalés, lojas, sobrados, oito habitações do tipo avenidas e dezesseis imóveis cujos proprietários alugavam quartos. Essa gama variada de imóveis permitiu à autora afirmar, em conjunto com a análise de custos dos impostos prediais, que o bairro era habitado tanto por trabalhadores de menor renda, como os operários das fábricas ali instaladas, como também, e em número significativo, por pequenos e médios proprietários, muitos inclusive donos de mais de um imóvel, diretamente interessados na valorização do mercado imobiliário do bairro³⁰⁵.

Outro tipo de registro – a literatura de ficção e de caráter memorialístico de Lima Barreto – já havia apresentado esse caráter multifacetado da composição social dos subúrbios no início do século XX. O fato de o literato ter sido habitante daquelas paragens, e de ter convivido com pobres e “aristocratas” dos subúrbios, levou-o a abordar aspectos desse cotidiano na sua literatura. Em uma passagem de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* o autor, elevando o subúrbio ao posto de personagem, discorreu sobre os contornos de sua paisagem, composta por uma gama variada de ruas e casas:

³⁰⁴SERFATY, Elaina Reoli Cirilo. *Pelo Trem dos Subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870-1906)*. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro, PUC/RJ, 2017, pp.58-59.

³⁰⁵Idem, pp.59-60.

Os subúrbios do Rio de Janeiro são a mais curiosa coisa em matéria de edificação da cidade. A topografia do local, caprichosamente montuosa, influiu decerto para tal aspecto, mais influíram, porém, os azares das construções.

Nada mais irregular, mais caprichoso, mais sem plano qualquer, pode ser imaginado. As casas surgiram como se fossem semeadas ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começam largas como boulevards e acabam estreitas que nem vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com um ódio tenaz e sagrado.

Às vezes se sucedem na mesma direção com uma frequência irritante, outras se afastam, e deixam de permeio um longo intervalo coeso e fechado de casas. *Num trecho, há casas amontoadas umas sobre outras numa angústia de espaço desoladora, logo adiante um vasto campo abre ao nosso olhar uma ampla perspectiva.*

*Vai-se por uma rua a ver um correr de chalés, de porta e janela, parede de frontal, humildes e acanhados, de repente se nos depara uma casa burguesa, dessas de compoteiras na cimalha rendilhada, a se erguer sobre um porão alto com mezaninos gradeados. Passada essa surpresa, olha-se acolá e dá-se com uma choupana de pau a pique, coberta de zinco ou mesmo palha, em torno da qual formiga uma população; adiante, é uma velha casa de roça, com varanda e colunas de estilo pouco classificável, que parece vexada e querer ocultar-se, diante daquela onda de edifícios disparatados e novos.*³⁰⁶

A abordagem de Lima Barreto descortina uma ocupação variada daqueles territórios, onde se sobressaem tanto ruas de fisionomia feia e irregular, com seus chalés humildes, choupanas de pau a pique, antigas casas de roça entremeadas por casas burguesas e novos edifícios. O memorialista Gastão Cruls, por sua vez, em seu livro *Aparência do Rio de Janeiro*, ressaltou a contribuição de Lima Barreto para essa abordagem sobre os subúrbios mas preferiu resgatar de sua memória um subúrbio mais homogêneo, aquele:

*“(...) da grande chácara, em que se pode ler o jornal pela manhã, de pijama e chinelos sem meia, estirado numa boa rede, corrida entre duas mangueiras; o subúrbio do sobrado avarandado com jardim à frente, onde mora o engenheiro da Central ou o clínico mais conceituado da localidade; o subúrbio do chalezinho alambicado e do bangalô para boneca, que até anuncia na fachada a felicidade dos donos: “Mon nid”, “Mon repôs”, “Mon rêve”, ou mais brasileiroamente, “Lar de Adelia”, “Vila Cleonice”, “Tugúrio de Totônia” (...)*³⁰⁷

³⁰⁶BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo, Penguin, 2011, pp.191-192. Grifos meus. Publicado originalmente como folhetim nas páginas do Jornal do Comércio entre agosto e outubro de 1911 ganhou edição como livro pela primeira vez em 1915 pela Revista dos Tribunais.

³⁰⁷ CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro (notícia histórica e descritiva da cidade)*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1952, 2º Volume, p. 564. Grifos meus.

Esse subúrbio multifacetado, que para muitos ainda evocava o território do idílico naquele início da década de 1910, era objeto de intensas disputas acerca das formas de sua ocupação pela população. Mariano Garcia, por exemplo, havia percebido que a ânsia embelezadora então em voga nas mentes das elites republicanas vinha dominando os corações e mentes daqueles que militavam ao seu lado. Por isso, não deixou de expressar seu descontentamento com os seus companheiros de redação n'*A Época*, Eduardo e Benjamin Magalhães, por causa da defesa que estes fizeram junto à Prefeitura para que esta impedisse o surgimento de “pardieiros” e “favelas” naquelas zonas. Uma das “medonhas favelas” de que a seção “Nos Subúrbios” se referiu em certa ocasião era a existente em Dona Clara, localidade situada entre Madureira e o Campinho, no subúrbio da Central, que abrigava um “célebre botequim” na Rua Capitão Macieira frequentado por uma “horda de assassinos e desordeiros”³⁰⁸. Os tumultos seriam constantes, razão pela qual a seção cobrou ação enérgica da polícia naquele ponto do bairro.

Se a associação entre violência e espaço da pobreza não era uma novidade na cidade, tantas vezes acionada para desqualificar a vida dos moradores de morros e cortiços da área central³⁰⁹, esta avançava nos anos 1910 para a incorporação dos territórios mais desvalorizados dos subúrbios. Essa elaboração, entretanto, não era produto apenas da pena de renomados jornalistas e intelectuais de fora dos subúrbios, mas, também, de jornalistas suburbanos. Eduardo e Benjamin Magalhães moravam próximos à estação do Sampaio, no distrito do Engenho Novo, integrado administrativamente à área urbana da cidade na década anterior³¹⁰. Para esses

³⁰⁸“Nos Subúrbios”. *A Época*, edição 18.03.1913, p.7.

³⁰⁹Magali Engel se debruçou sobre os posicionamentos assumidos por renomados intelectuais da cidade – como Olavo Bilac – acerca das habitações que surgiam a partir da ocupação popular dos morros da área central, como o do Pinto, Livramento e Conceição, no mesmo período abordado por esta tese. Para a historiadora, o literato contribuiu para instituir na imprensa a ideia de que o morro era um espaço duplamente perigoso: de um lado, porque ameaçaria a ordem constituída e, de outro, porque nele grassariam os hábitos da miséria e do desânimo. Ao investigar o trabalho jornalístico de outros intelectuais, como João do Rio e Lima Barreto, Magali Engel identificou semelhanças e diferenças de abordagem. Este último, em especial, se distanciava dos dois primeiros por ser um ferrenho crítico das reformas embelezadoras, do seu sentido excludente que o levava a condená-las. Os dois primeiros, ainda que reconhecessem as consequências que tal projeto acarretava para as classes populares, como a diminuição no número de habitações populares, as consideravam indispensáveis para a promoção do progresso da capital. Verificar em: ENGEL, Magali Gouveia. “Os intelectuais, as habitações populares e as políticas públicas na capital republicana (fins do século XIX e inícios do século XX)”. In: ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia; SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2012, pp. 123-143.

³¹⁰ O Decreto n° 434, promulgado em 16 de junho de 1903, reorganizou a divisão territorial do Distrito Federal. Até aquela data, o Rio de Janeiro contava com 27 distritos, dos quais 10 eram considerados

intelectuais, que militavam ardorosamente para que a britadeira remodeladora alcançasse as ruas e praças de seu distrito, o Engenho Novo ainda careceria da feição urbana condizente com o seu novo estatuto, mas ainda assim estava mais perto do ideal de urbanidade que preconizavam do que a “favela” de Dona Clara. As localidades de Riachuelo, Sampaio, Engenho Novo e Méier eram as de ocupação mais antiga e os mais habitados no subúrbio da Central e onde as obras de “melhoramentos”, ainda que tímidas, já eram uma realidade.

Ao longo dos anos 1910, como mostrei nos capítulos anteriores, o Méier tornou-se a “capital” dos subúrbios. Os proprietários, comerciantes, jornalistas e políticos que ali residiam se esforçaram em pressionar os governos e intendentes para a conquista de vários melhoramentos para o bairro. A primeira estação do Corpo de Bombeiros e a primeira Praça ajardinada foram construídas nos arredores da sua estação ferroviária, escolhas que reforçaram a sua capitalidade informal. As chácaras, casas burguesas, sobrados e bangalôs, habitados por gente como o “engenheiro da Central e pelo clínico mais conceituado”, referidas nas reminiscências de Gastão Cruis, se por um lado adornavam apenas o saudosismo do autor, pois se conectava com um subúrbio ainda mais antigo, anterior ao retalhamento das chácaras e à sua ocupação pelo “povo” pobre, por outro traz indícios sobre as tensões acerca do processo de transformação urbana em andamento nas décadas iniciais do século XX.

Na ausência de uma ação mais enérgica por parte do Estado, Mariano Garcia não titubeou, e fez sua escolha: a falta de casas baratas na cidade era tão crônica que a solução mais rápida para a sua imediata superação era a “liberdade de construção” nos subúrbios, ou seja, a diminuição de exigências legais para as obras que, para alguns, gerariam a criação de várias “favelas”. Por isso, mesmo sabendo que não conseguiria apoio entre seus pares, defendeu esse projeto no âmbito do *Congresso Suburbano*. Mas, como veio a expressar em sua coluna, muitos dos seus companheiros de militância, ainda que fossem para a imprensa falar em nome do povo, estavam mais preocupados em defender os interesses de outros grupos sociais:

(...) Mas, nós que procuramos concorrer para tudo quanto seja um meio de pratico para atenuar a vida dos que não têm o necessário e trabalhando, portanto, contra os que em tudo nos exploram e nos oprimem, não descansamos nem desanimamos da nossa campanha em

suburbanos. Após o referido decreto, passou a ter 25 distritos, sendo 7 *suburbanos*. Já os distritos rurais, até meados do século XX, eram 4: Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz.

prol da liberdade de construção, porque será um meio de multiplicarem as casas, diga-se mesmo as "favelas", porque os subúrbios têm terrenos para a construção de milhares de "favelas", que estão desabitadas.

*Mas, os nossos companheiros que dizem na imprensa defender os interesses do povo, quase geralmente só defendem os proprietários e comerciantes.*³¹¹

A sua campanha para a construção de casas baratas, afirma, só recentemente teria recebido o apoio de outros setores da sociedade – fala no apoio da imprensa; que entrou no programa dos “politiqueiros”; começou a interessar a alguns capitalistas, e até nas mensagens dos candidatos aos governos estaduais e da União –:

(...) Foi assim a nossa campanha a um termo que não esperávamos e com grande satisfação vimos construir-se as avenidas da Prefeitura e o início das vilas operárias no atual governo, embora digam que não são para operários, o que para nós não importa, porque a nossa questão principal é que se façam casas, muitas casas.³¹²

E indica um caminho capaz de acelerar esse projeto: a organização de companhias privadas destinadas a construir casas baratas para aluguel, e financiamentos para que após seis anos o inquilino se torne o proprietário. Comenta a iniciativa do capitalista João Maria da Silva Junior, que havia enviado petição ao Senado pedindo autorização para seu projeto, tendo o governo a única obrigação de garantir que seus operários fossem os inquilinos. O Senado não avançou na discussão, o que para ele era o resultado da sua falta de interesse pelas demandas do povo. A mesma crítica já havia sido dirigida ao Conselho Municipal, que no passado havia dado permissão para construção de habitações coletivas do tipo avenidas pela *Companhia do Saneamento*, responsável pela construção de quatro conjuntos: na estação do Sampaio, na Rua do Lavradio e as vilas Ruy Barbosa e do Saneamento, ambas no Jardim Botânico. Para ele, quando a empresa recebeu a concessão para construir essa “imunda e indecente como qualquer casa de cômodos”, foi determinado o aluguel máximo de 25\$000 mensais, o que não ocorreu. Ele continua sua argumentação destacando que nada mais foi feito sobre o tema:

(...) Nada mais se fez até que recorremos a campanha em prol da *liberdade de construção nos subúrbios*, campanha essa que não

³¹¹“Coluna Operária”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição de 3.03.1913, p. 7. Grifos meus.

³¹²“Coluna Operária”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 18.03.1913, p. 6.

abandonaremos enquanto não a conseguirmos ver realizada ou morremos.

Mas, ao lado dessa campanha de liberdade de construções nos subúrbios, se impõe também nesse imenso território, que vai por aí a fora até os confins de Santa Cruz, a decretação do imposto territorial, como medida de urgente necessidade, para que os senhores que tem terrenos e não precisam vender senão por preços fabulosos, paguem impostos à municipalidade, ou então eles que construam casas e as aluguem, embora por alugueis pela hora da morte, como os outros proprietários, mas que construam ou vendam aos quiserem construir.

313

A intervenção de Mariano Garcia defendendo que a Prefeitura viesse a cobrar um imposto territorial sobre os terrenos sem uso nos subúrbios, além de dar visibilidade ao problema da especulação imobiliária nessas regiões, é mais um indício do fortalecimento de um movimento que, reunindo diferentes agentes nos inícios do século XX e articulado a partir dos subúrbios, passava a cobrar maior protagonismo dos poderes públicos sobre várias dimensões da vida na urbe. Ainda que os projetos defendidos não chegassem a questionar a legitimidade dos negócios privados, colaboraram para politizar a dinâmica de seu funcionamento ao esgarçar a noção dos direitos fundamentais. Se o intendente Ângelo Tavares fora o responsável por uma lei destinada a dar maior protagonismo à municipalidade no gerenciamento dos novos mercados públicos, objetivando controlar a ação dos atacadistas, Mariano Garcia pressionava pela adoção de várias saídas para o problema da falta de habitação popular.

À liberdade de construção de moradias pelos próprios trabalhadores, cobrou intervenção pública para que estimulasse as empresas privadas a construírem habitações, desde que respeitadas os limites impostos pelos governos e, claro, aplaudiu a decisão da União em construir, ela própria, vilas proletárias em diferentes pontos da capital. As cobranças direcionadas ao prefeito Bento Ribeiro partiam do reconhecimento de que era um administrador sensível às demandas populares. Um general prefeito, escolhido para assumir tal posto pelo marechal presidente, homens de fardas cujas carreiras na política foram associadas por esses militantes a um campo dissidente do conchavo oligárquico e, portanto, suscetíveis às pressões externas vindas de outras direções da sociedade.

Entretanto, a concepção hierárquica e autoritária presente nas falas públicas de Pinto Machado e Mariano Garcia, que no debate sobre a carestia intervieram,

³¹³“Coluna Operária”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 27.03.1913, p. 6. Grifos meus.

respectivamente, desqualificando a presença popular nos comícios ou negando o seu potencial enquanto agente catalizador de mudanças expressam os limites do seu reformismo. No bojo dessa conjuntura de crise, esses intelectuais, ainda que divididos em relação a questões variadas, recorreram ao instrumento de ação social e intervenção pública mais eficaz de que dispunham: os periódicos. Suas páginas e colunas foram utilizadas para articular e propor projetos que, se por um lado expressavam ideias marcadamente progressistas para a época, ao inquirirem o Estado a assumir obrigações com a moradia e alimentação – formulando uma concepção de direitos sociais ausentes na Constituição de 1891 –, era conservador ao naturalizar a reprodução de um campo político restrito que afastava a participação popular da condução da coisa pública, ou seja, da própria República.

No tenso debate sobre a carestia, a iniciativa do governo Hermes de construir as vilas proletárias e a execução da lei dos mercados públicos pela administração Bento Ribeiro, ainda que insuficientes, foram consideradas por Mariano Garcia, Pinto Machado, e pelo intendente, e também colaborador da imprensa suburbana, Ângelo Tavares, como medidas reformistas que demonstravam o caráter diferenciado desses governantes, pois, pela primeira vez, haviam dirigido a atenção do poder público para os pobres e para os subúrbios. O que eles não dizem, no entanto, e que ajuda a compreender o próprio espaço que conquistaram na imprensa enquanto “jornalistas suburbanos”, era a natureza das transformações que a cidade atravessava naquele início de século e o quanto isso impactava o sistema político. As campanhas contra a carestia, nas ruas e na imprensa, no centro e nos subúrbios, eram a expressão das tensões surgidas pela extrema precarização vivida pela grande maioria da população. Logo, não era por defenderem valores como igualdade ou justiça que políticos de diferentes esferas responsáveis pelo governo da capital se movimentavam para amenizar a carestia e sim, em alguma medida, pelo temor do descontrole, do caos, da fragmentação política e social, “ameaças” e temores que a própria imprensa ajudou a criar. Nessa conjuntura, as zonas suburbanas e rurais da cidade passaram a merecer maior atenção de intelectuais e políticos, preocupados em redirecionar seus usos com vistas a evitar a agudização da tensão social.

Pinto Machado, dentre os intelectuais suburbanos, se sobressaiu na defesa dessa ânsia modernizadora dos campos cariocas. No final do mandato de Bento Ribeiro, agradeceu o prefeito pelo pioneirismo “(...) de cuidar de outras zonas da cidade e, sobretudo, dos subúrbios, que representam, aliás, duas terças partes da capital, em

população e em extensão territorial”³¹⁴ e refletiu sobre as inúmeras demandas ainda à espera de investimentos públicos capazes de dinamizar a economia do Distrito Federal:

(...) Não se compreende mesmo, como até hoje não foi resolvido o construir-se uma ampla avenida suburbana, que partindo de São Cristóvão fosse terminar pelo menos na Vila Militar, quando não fosse em Bangu, hoje uma cidade industrial por excelência, embora pouco conhecida pelos patriotas da rua do Ouvidor.

A par dessa artéria, que é de uma necessidade urgente, não se pode mais admitir que a estrada estratégica que é a Real de Santa Cruz, continue no abandono em que se encontra, um verdadeiro atoleiro nos dias chuvosos que faz da *vida dos carreiros um verdadeiro inferno*.

(...)

*O que queríamos era facilidade para os transportes dos gêneros da lavoura, era o trabalho do lavrador valorizado, era a viação suburbana na altura que é para desejar em uma cidade como a do Rio de Janeiro que se pode dizer, é muito bonita na aparência, mas entregue a um cruel abandono na parte que representa o celeiro, o trabalho e a atividade.*³¹⁵

Escrito no final dos mandatos de Hermes da Fonseca e Bento Ribeiro (1914), este artigo anuncia uma nova virada no perfil da militância de Antônio Augusto Pinto Machado. Tornado funcionário público após ser escolhido para ser o administrador da recém-inaugurada e inconclusa Vila Proletária Marechal Hermes, um colosso para a época, previsto para abrigar, quando totalmente pronto, 738 prédios de um ou dois pavimentos, com habitações para 1.350 famílias e solteiros, além de edifícios públicos e comércio³¹⁶, a vila fora construída nos terrenos da antiga Fazenda de Sapopemba, escolhidos para abrigar inicialmente apenas a Vila Militar. Instalada no entroncamento de duas linhas da EFCB – uma se dirigindo para o limite da cidade no eixo Oeste, até Santa Cruz, outra rasgando a paisagem em direção ao Estado do Rio, no que hoje é a Baixada Fluminense –, a vila era uma novidade numa paisagem que ainda abrigava

³¹⁴Artigo assinado por Antônio da Pedreira, pseudônimo criado por Pinto Machado. O texto foi publicado originalmente no jornal *A Notícia*, sem identificação de local e data de publicação. Miscelânea Pinto Machado.

³¹⁵Idem. Grifos meus.

³¹⁶O geógrafo Alfredo César Tavares de Oliveira defende que a Vila Proletária construída pelo governo em Sapopemba visava funcionar como uma espécie de vitrine da sua política de aproximação com a fração reformista do movimento operário. A grandiosidade do projeto se destacaria na paisagem da região, contrastando das demais ruas que a compunham, caracterizadas pela falta de ordenamento urbano e por habitações precárias. O autor, ao lado de Nelson da Nóbrega Fernandes, escreveu artigo criticando a invisibilidade dessa iniciativa no âmbito da bibliografia sobre urbanismo e naquela sobre habitações populares, para quem o marco inicial da intervenção do Estado nessa área fora o governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945). Conferir em: OLIVEIRA, Alfredo César Tavares de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega. “Marechal Hermes e as (des)conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não vista”. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon, e FERNANDES, Nelson da Nobrega (Orgs.). *150 Anos de Subúrbio Carioca*. Rio de Janeiro, Lamparina/Faperj, 2009, pp.58-63 e p.70.

pequenas lavouras, na divisa do distrito de Irajá com o de Campo Grande e o de Jacarepaguá. Pinto Machado, premiado pelo governo por seu apoio incontestado, mas amargando o fracasso da Liga do Operariado do Distrito Federal e da Confederação Brasileira do Trabalho, circunscreveu a partir de então seu vínculo com a causa operária à organização de eventos promovidos pelo *Sport Club União*, criado por ele no interior da vila. A partir desse momento, e nos anos seguintes, como o capítulo a seguir mostrará, priorizou militar a favor da causa da “pequena lavoura”, entendida como fundamental para acabar com outra crise da carestia em 1917. Ao lado de Mariano Garcia e outros intelectuais suburbanos, recorreu ao único instrumento em que realmente se sentia forte: a imprensa.

CAPÍTULO 4 – INTÉRPRETES DA CLASSE PROPRIETÁRIA SUBURBANA E RURAL

No dia 5 de Dezembro de 1916, Pinto Machado compareceu ao salão nobre da *Sociedade Nacional da Agricultura* (SNA) para proferir uma das conferências programadas pela entidade para o seu tradicional encontro semanal. A sessão, aberta pelo presidente da associação, o então ministro das Relações Exteriores do governo Venceslau Brás, Lauro Müller, prosseguiu com intervenções de representantes dos produtores de algodão e cana de açúcar de diferentes partes do país, e foi finalizada com a comunicação de Pinto Machado, intitulada “A pequena lavoura nas zonas suburbana e rural”. Falando para doutores, o jornalista pediu um voto de confiança para as proposições que elaboraria em seguida:

Suburbano, conhecedor profundo dos interesses e necessidades dos subúrbios, vendo o abandono dessa parte da Capital da República, resolvi, sem procuração de quem quer que seja, vir contar à Sociedade Nacional da Agricultura, a benemérita e patriótica agremiação que tanto tem feito pela lavoura, do estado atual das terras, outrora celeiros valiosíssimos do Rio de Janeiro.

Desculpar-me-ão V. Exas. o atrevimento. *O que me falta em competência, será sanado pela boa vontade do que vai ser dito (...)*

³¹⁷

Naquele final de primavera de 1916, Pinto Machado estava ciente de que o aumento dos preços dos alugueis e dos alimentos havia alcançado o maior índice desde o estouro da primeira crise da carestia, em 1913³¹⁸. Seguramente intuía a persistência desse quadro de crise no ano que se avizinhava, pois o conflito bélico mundial continuava gerando impactos profundos na cadeia produtiva de boa parte dos países. Mas alguns setores da economia brasileira respiravam mais aliviados. A indústria, em especial o setor têxtil, estava em vias de fechar o ano de 1916 com aumento na produção. A dificuldade de o setor fabril europeu produzir toda a sorte de mercadorias em quantidade suficiente para suprir a demanda de seu vigoroso mercado abriu brechas para a importação de uma gama variada de produtos importados, situação que veio a

³¹⁷ “Conferência”. *Echo Suburbano*, Madureira, s/d. Miscelânea Pinto Machado.

³¹⁸ Conforme dados sobre o aumento dos preços no país entre 1912 e 1921 reunidos por Boris Fausto o primeiro ano da série apresentou índice de 37,9, em 1917 chegou a 63,9 e, em 1918, 75,9, tomando como referência 1919 – 100,0. Conferir em: FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e conflito social: 1880-1920*, op. cit., p. 188.

favorecer os artigos manufaturados brasileiros. Com o aumento da produção interna, as indústrias elevaram a contratação de mão de obra, diminuindo significativamente o desemprego. Entretanto, o aumento dos salários não garantiu maior tranquilidade às famílias dos trabalhadores, pois os produtores rurais do país também buscaram aproveitar as oportunidades que se descortinava com o aumento da importação de alimentos por parte dos países beligerantes³¹⁹. Resultado: os ganhos abusivos dos exportadores, combinado com a queda dos salários provocaram, em 1917, a maior diferença na relação entre salário e custo de vida desde 1912³²⁰.

Entre 1914 e 1917, a mobilização entre os trabalhadores e suas entidades não cessou. Ao contrário, várias manifestações públicas foram realizadas na cidade do Rio de Janeiro para expressar o descontentamento da classe com os efeitos da guerra em seu cotidiano: a carestia, o desemprego, a redução dos dias de trabalho, os atrasos nos pagamentos, etc.³²¹ Mas foram nos meses iniciais de 1917 que essa insatisfação veio a se manifestar de maneira mais contundente. Em janeiro, assim como fizera em 1913, a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) iniciou uma série de encontros com representantes das entidades que a compunham com vistas a organizar uma nova campanha contra a carestia³²². Dentre as deliberações dessas reuniões, sobressaiu a criação de comissões de agitação em diferentes bairros da cidade; a realização de *meetings* aos domingos e a possibilidade de mais de um comício ser realizado concomitantemente³²³.

Descortinava-se, assim, a real possibilidade de um novo período de ocupação maciça dos logradouros públicos pelas classes populares. E ela se concretizou. Milhares

³¹⁹Com base em documentos da Diretoria de Estatística Comercial do Ministério da Fazenda para o período entre 1913 e 1918, Boris Fausto sistematizou informações sobre o aumento verificado na exportação (em quilos), pelo Porto de Santos, de alguns alimentos produzidos no Brasil. O arroz saltou de 360 para 5.307,149, o feijão de 410 para 54.749,120, a carne resfriada e congelada de 7.946,454 (em 1915) para 32.654,838 (em 1918). Cf. FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e conflito social: 1880-1920*. op. cit., p. 189.

³²⁰LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, p. 515.

³²¹Idem, p. 526.

³²²Esses delegados representavam desde sindicatos de categorias como Sapateiros, Panificadores, Operários em Pedreiras e dos Ofícios Vários, como os centros, como o dos Carregadores do Distrito Federal, o Operário Marmorista e o Cosmopolita, além de ligas operárias como a dos Empregados em Padarias e a União dos Oficiais Barbeiros.

³²³ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)*, op. cit., pp. 99-101. Segundo Boris Fausto, foi no período entre 1917-1919 que inúmeros sindicatos de resistência foram criados na cidade do Rio de Janeiro, como a União Geral da Construção Civil e a União Geral dos Metalúrgicos, muitos dos quais responsáveis pela decretação de greves (80 no total) que atingiram 53 empresas. Cf. FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social, 1890-1920*. op. cit., p. 203.

de pessoas compareceram aos eventos públicos conduzidos pela FORJ no centro e nos subúrbios do Rio de Janeiro no primeiro semestre de 1917. Se não bastasse, na virada para o segundo semestre greves estouraram numa quantidade impressionante. A cidade respirava tensão.

Se no passado um verdadeiro campo de estudos sobre o abastecimento às cidades foi estruturado com o intuito de compreender a dinâmica dos segmentos envolvidos na produção e comércio³²⁴, a partir dos anos 1970 alguns trabalhos priorizaram investigar possíveis relações entre a crise da carestia e a luta de classes. Boris Fausto³²⁵, Carlos Fico e Kaio César Goulart Alves, em especial, centraram suas análises na movimentação das entidades de trabalhadores buscando responder questões que mobilizam especialmente os pesquisadores da chamada História do Trabalho, como as referentes às formas de organização e mobilização, consciência de classe, ideário político, etc. Embora cheguem a resultados distintos, Carlos Fico e Kaio Goulart contribuíram decisivamente para esse campo de estudos ao identificarem a centralidade dada pelos trabalhadores à questão do abastecimento alimentício nas cidades no período da Primeira República³²⁶.

³²⁴ O historiador Pedro Henrique Pedreira Campos mapeou a historiografia sobre esse campo de estudos e concluiu que se pode dividi-lo em três grupos: “Oprimeiro, mais antigo e incipiente, inclui os trabalhos de Mafalda Zemella e Myriam Ellissobre o abastecimento da região das minas setecentistas. O segundo grupo, assim como oprimeiro, vem da USP e é liderado por Sérgio Buarque de Holanda e Maria Odila Dias (...) O terceiro grupo, o mais amplo e o maissistemático, é o grupo da história agrária feito em Niterói e no Rio de Janeiro e tem aliderança da professora Maria Yedda Linhares (...) Segundo o autor, a terceira geração contribuiu decisivamente para o campo de estudos do abastecimento ao considerar que uma crise abastecimento não pode ser compreendida apenas como o resultado de problemas na comunicação, mas que é preciso levar em consideração a produção, circulação e o consumo, e o quanto se vinculam às estruturas sociais da época em que se inserem. Cf. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A contribuição da História do Abastecimento para a historiografia brasileira. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina, ANPUH, 2005. CD-ROM, pp. 1-9.

³²⁵ O foco de sua atenção recaiu sobre as entidades do sindicalismo revolucionário, cuja influência entre os trabalhadores foi crescente nesse período. A organização de comícios contra a carestia (1912-13 / 1917) e a deflagração de greves são exemplos da tática de ação direta que esse grupo colocou em prática. Além dessa corrente organizatória, o autor também trabalhou com aquela que identificou como “trabalhista”, predominante apenas no Rio de Janeiro, caracterizado por atuar defendendo um conjunto de pautas circunscrito à defesa da ampliação de direitos sociais. Ou seja, era uma corrente adepta do que ele chama de “colaboracionismo de classe”, pois buscava estabelecer alianças com governantes e parlamentares, e fora liderada por Mariano Garcia e Antônio Augusto Pinto Machado. Além de empregar um termo que apenas faz sentido em outro contexto histórico, no pós 1930, a análise de Boris Fausto foi estruturada a partir de um construto teórico que não levou em consideração as experiências concretas desses militantes. E mais, ainda que reconhecesse a pujança dos setores médios do Distrito Federal, não buscou aprofundar em sua pesquisa a movimentação política desse segmento na cidade e as alianças que estabeleceram com lideranças do campo reformista do movimento operário, como este trabalho vem demonstrando. Cf. FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social, 1890-1920*. op. cit., pp. 70-81 e pp. 218-220.

³²⁶ FICO, Carlos. *Cidade capital: abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro, 1890-1945*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, UFF, 1989; ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das*

No capítulo anterior, busquei demonstrar que as ações levadas adiante pelas entidades mais combativas do movimento operário não foram compartilhadas pelas principais lideranças suburbanas da fração reformista. Pinto Machado e Mariano Garcia atuaram na crise de 1913 buscando estabelecer pontes de contato com o mundo político a fim de conquistarem medidas que, acreditavam, poderiam beneficiar aqueles que ansiavam representar na esfera pública: os operários suburbanos.

Mas, como se viu, a militância desses homens era alimentada por interesses outros que invariavelmente os afastavam do campo popular. O fato de Pinto Machado discursar em 1916 naquela que era a maior entidade de representação dos interesses de frações da classe agrária brasileira traz indícios que permitem ampliar a discussão sobre os projetos amparados na esfera pública por ele e seus companheiros de militância “pró-subúrbios” na segunda crise da carestia, entre 1917 e 1919. No bojo das discussões em torno dessa crise, a rede social organizada e liderada por esses jornalistas buscou expressar, em diferentes canais organizativos, projetos de intervenção na e pela cidade de setores da classe mercantil e agrária do Distrito Federal.

Ainda que sem o prestígio e a projeção dos intelectuais da elite republicana, estes vinham, desde o *Congresso Suburbano*, tecendo críticas ao estado de abandono vivido pela lavoura da capital. Em 1913, na primeira crise da carestia, o desejo de ampliar a produção e distribuição dos gêneros de primeira necessidade tornou-se assunto de primeira ordem. Ou seja, além do associativismo que vinham desenvolvendo desde o início dos anos 1900 com o objetivo de conquistar os “melhoramentos urbanos” tão almejados para as localidades onde viviam e que diziam representar, agora buscavam intervir no debate público sobre a carestia pressionando os agentes públicos a remodelarem também os territórios da cidade que exerciam funções tipicamente rurais.

Logo, reconhecendo que os periódicos e periodistas suburbanos eram parte constitutiva do movimento de ascensão dos negócios privados estabelecidos nas margens da capital federal, onde capitalistas, comerciantes, lavradores e profissionais liberais compunham um poderoso grupo de pressão, neste capítulo buscarei responder como atuaram e quais projetos formularam e encamparam em outra conjuntura de crise, entre 1917-1919. O trabalho jornalístico que produziram revela muitos consensos, mas também uma variada gama de conflitos no interior da classe proprietária suburbana, como se verá a partir de agora.

4.1. Em nome de quem? Atacadistas, varejistas e consumidores na pena dos periodistas suburbanos.

Assim como procedera na crise de 1913, Pinto Machado se colocou o mais distante possível da campanha liderada pelas entidades adeptas do anarcossindicalismo, mesma postura adotada pelos demais jornalistas suburbanos. Contudo, ao buscar informações com o intuito de mapear quais nomes compuseram o corpo de oradores dos 33 comícios realizados na cidade em 1917, arrolados meticulosamente pelo historiador Kaio César Goulart Alves, percebi que ao menos um não fora organizado pela FORJ: o realizado em Cascadura no dia 1º de abril. Segundo o autor, uma “pequena assistência” compareceu na Praça de Cascadura e assistiu às intervenções de Eduardo Magalhães, Casemiro Lopes da Silva e Vianna Ferraz³²⁷. Se em 1913 Benjamin Magalhães, Pinto Machado, Mariano Garcia e o comerciante Pedro Pinto de Miranda realizaram um comício na Praça de Pilares para agradecer a administração Bento Ribeiro pela instalação de um mercado naquela localidade, desta vez quais interesses moveram Eduardo Magalhães e seus companheiros a promoverem um *meeting* em Cascadura?

A matéria sobre o comício publicada no diário *A Época* oferece algumas pistas. Além de redator da seção suburbana desta folha, Eduardo Magalhães era, junto com Casemiro Lopes da Silva, membro de uma entidade recém-criada, a *Associação Beneficente Comercial Suburbana*, cujo presidente, Francisco Antônio Correa, fora o responsável por abrir os trabalhos no ato em Cascadura. Quando todos os oradores já haviam discursado, um representante da FORJ, José Caiazzo, pediu a palavra para dizer que a associação tinha toda a liberdade de organizar seu comício, mas que não poderia deixar de expressar sua discordância com o posicionamento de Casemiro Lopes, para quem o problema da carestia não tinha origem nos pequenos comerciantes³²⁸. Sua postura indica que nesse debate, a avaliação da FORJ era divergente daquela expressada pelos militantes que dirigiam, compunham as bases ou eram simpáticos às causas da associação de classe organizada por uma fração dos varejistas suburbanos.

³²⁷ Desta vez, as mobilizações contra a carestia conseguiram angariar um apoio ainda maior da população, que compareceu, em maior ou menor número, em diferentes pontos da capital: nas Praças Onze, do Senado, dos Arcos e da Harmonia; no Estácio, Benfica; em São Clemente, Laranjeiras, Vila Isabel e Gávea; além de localidades do subúrbio da central, como Engenho de Dentro, Piedade, Cascadura e Madureira, Bangu, Santa Cruz; e do subúrbio da Leopoldina, como Ramos. Cf. ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)*, op. cit., p. 120.

³²⁸“O Comício de Cascadura”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 2.04.1917, p.2.

A fundação da *Associação Beneficente Comercial Suburbana* em 1916 é uma evidência de que os comerciantes do subúrbio mais antigo da cidade, o que margeava a EFCB, se sentiam pressionados a reunir forças para fazer frente aos desafios impostos pelo aumento do custo dos alimentos, principal mercadoria vendida pelas casas comerciais em grosso e a retalho espalhadas por aquelas localidades. Nesse contexto, os principais nomes da imprensa suburbana reforçaram o papel de intérpretes da classe mercantil ao utilizarem as páginas dos jornais para apoiar toda a movimentação que esse segmento articulava para superar os impasses que acreditavam estar vivendo. Um dos projetos discutidos naqueles anos, e que mereceram o amparo dos irmãos Magalhães, foi aquele que defendia a criação de cooperativas de produção e consumo pelos varejistas suburbanos. Além deles, outros jornalistas desse periodismo abraçaram essa causa, como Pinto Machado e Xavier Pinheiro. Ao lado de Francisco Antônio Correa, presidente da associação comercial, o grupo compareceu a várias reuniões e palestras em diferentes grêmios com o intuito de arregimentar apoio à entidade e suas iniciativas. N' *O Suburbano*, Benjamin Magalhães publicou artigo de sua autoria elogiando posição assumida por Arthur Abreu, “*leader* do comércio das zonas da Leopoldina Railway” presente em um desses encontros:

O Comércio Varejista

(...) *O cooperativismo entre os varejistas será, sem dúvida alguma, a redenção dos pequenos negociantes*, esmagados pelos atacadistas poderosos, milionários, vendendo com a “faca aos peitos”, torturando de imposições esses negociantes cujos nomes às vezes são arrastados pela rua da amargura, nos grandes centros comerciais, figurando até em quadros negros, quando por qualquer circunstância de momento não podem satisfazer as enormes exigências dos senhores (...)

A união de 2000 a 3000 varejistas, fortemente solidários, fará frente ao atacadista sem alma, ao açambarcador feroz, e *dessa união teremos logicamente o barateamento dos gêneros de primeira necessidade* (...)

³²⁹.

Os quatro jornalistas compareceram ao salão do *Grêmio Recreativo de Bonsucesso* não apenas para reportar o evento, como também para conduzi-lo, como revela artigo publicado na seção “O Subúrbio” d’ *O Paiz*:

³²⁹“O comércio varejista”. *O Suburbano*, 1918. Grifos meus. Miscelânea Pinto Machado.

Pró-Comércio

Ante ontem, no magnífico salão do *Grêmio Recreativo de Bonsucesso*, realizou-se a reunião convocada pela *Associação Beneficente Comercial Suburbana*, que tem como presidente o infatigável e esforçado Sr. Francisco Antônio Correa.

Aberta a sessão, às 8 horas da noite, com a presença de negociantes e empregados no comércio suburbano, principalmente em Bonsucesso, o Sr. Francisco A. Correa *convidou para dirigir os trabalhos da mesa o nosso diretor* que, aceitando a distinção que lhe foi conferida, convidou, por seu turno, para fazerem parte da mesa, os Srs. Arthur Abreu e José Ganinho Torres, antigos e estimados negociantes de Bonsucesso.

Depois de lido o relatório da Associação, oraram os Srs. *Benjamin Magalhães, advogado da florescente Associação, coronel Pinto Machado e tenente Eduardo Magalhães que mostraram os serviços da Associação Comercial Suburbana, enaltecendo a ação e a operosidade do seu atual presidente em benefício do comércio local*

330

O “nosso diretor” descrito na matéria como convidado para dirigir a reunião no subúrbio da Leopoldina Railway era Xavier Pinheiro, que desde março de 1918 havia assumido a condução do suplemento suburbano d’ *O Paiz*, o maior e mais amplo noticiário dedicado aos subúrbios em circulação na imprensa empresarial do Rio de Janeiro. As iniciativas conduzidas pela direção da *Associação Comercial Suburbana*, por exemplo, eram acompanhadas de perto por Xavier Pinheiro, que recorrentemente publicava notas sobre reuniões, resultados de eleições internas, projetos debatidos pelos sócios e, claro, os eventos organizados pela entidade que contavam com a participação dele e de seus companheiros de imprensa, como foi o caso do divulgado no artigo intitulado “Pró-Comércio”.

Ao esquadrinhar o conteúdo publicado na seção “O Subúrbio” d’ *O Paiz*, foi possível identificar pontos de convergência acerca das causas da carestia entre as análises elaboradas por seus jornalistas e colaboradores com aquela defendida pelo negociante Arthur Abreu e amparada por Benjamin Magalhães, a saber, a de que os grandes responsáveis pelo aumento dos preços dos alimentos eram os atacadistas. Pinto Machado, ainda que defendesse um conjunto de intervenções governamentais nas áreas de plantio da cidade como forma de aumentar a produção agrícola, reconhecia a responsabilidade dos intermediários no encarecimento dos gêneros de primeira necessidade. Por isso mesmo, enviou uma petição para o prefeito Amaro Cavalcanti (1917-1918) solicitando providências de sua administração junto aos mercados e feiras

³³⁰ “Pró-comércio”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 29.06.1918, p. 8. Grifos meus.

com o objetivo de frear a atuação daqueles que intitulava de “açambarcadores”, que compravam um volume maior de mercadorias do que era permitido pela lei para posteriormente revende-las a preços superiores para os consumidores³³¹. Benjamin Magalhães foi além e defendeu a requisição, pelo governo, dos alimentos estocados nos armazéns e trapiches administrados pelas companhias de capital privado³³², proposição idêntica a defendida pela FORJ em seus comícios contra a carestia que encheram as ruas da cidade um ano antes.

O debate sobre a carestia vinha, inclusive, mobilizando integrantes das casas legislativas que em alguma medida possuíam bases eleitorais entre categorias de trabalhadores, de baixa e média renda, como fora o caso do deputado pelo Distrito Federal, Vicente Piragibe. Exercendo o primeiro mandato parlamentar, apresentou projeto de lei ampliando os poderes do Conselho Municipal na regulamentação do comércio existente na cidade, tais como: a permissão para a cobrança de uma taxa de exportação sobre os gêneros produzidos no Distrito Federal, visando encarece-los caso não fossem destinados para venda no próprio distrito; e o poder de legislar sobre o comércio em grosso ou a varejo dos gêneros de primeira necessidade, facultando a aplicação de penas pecuniárias e até mesmo de prisão para aqueles que não respeitassem as normas estabelecidas. Ao prefeito, o projeto concedia o direito de expropriar os alimentos estocados nos armazéns caso fosse comprovado o açambarcamento ou a formação de *trusts*, desde que posteriormente colocados à disposição dos comerciantes que se comprometessem a respeitar os preços previamente definidos pela Prefeitura³³³. O projeto de lei acabou solenemente ignorado pela maioria dos parlamentares do Congresso Nacional, contudo, a pressão da opinião pública deu resultado e em junho de 1918 o governo federal apresentou uma medida concreta de combate à carestia ao criar, através do Decreto de nº 13.069, o *Comissariado da Alimentação Pública* órgão responsável por:

Verificar, semanalmente, o estoque de gêneros alimentícios e de primeira necessidade existentes nos armazéns, trapiches, depósitos e mais estabelecimentos congêneres, para o fim de conhecer da sua quantidade, qualidade e procedência, respectivamente;

³³¹ Machado, Pinto. “O Subúrbio”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 16.4.1918, p.9.

³³² Magalhães, Benjamin. “O Subúrbio”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 30.5.1918, p.9.

³³³ ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)*. op. cit, p. 124.

Inquirir do custo de produção desses gêneros, do preço de aquisição nos centros produtores ou à entrada dos mercados, e dos preços pelos quais são os mesmos vendidos aos consumidores;

Adquirir, por compra, os gêneros referidos, quando for necessário, requisitá-los ou desapropriá-los por necessidade pública, como medida excepcional do estado de guerra em que nos achamos, para dar-lhes o destino conveniente;

*Convencionar com os armazéns e outros estabelecimentos ou casas idôneas para a venda de gêneros alimentícios ou de primeira necessidade, nas quantidades e limites de preços estipulados ou estabelecer armazéns destinados ao mesmo fim (...)*³³⁴.

A medida, considerada um marco no campo da intervenção estatal no setor de suprimento de alimentos às cidades³³⁵, foi bem recebida pela maioria dos jornalistas e colaboradores da seção suburbana d'*O Paiz*, ainda que diferenças pontuais na avaliação sejam reconhecíveis. José R. Vieira de Melo, que assinava artigos sob a rubrica “O Meu Dia”, congratulou o governo da República por ouvir os clamores do povo, mas, diferentemente de Benjamin Magalhães, não via necessidade de o poder público adotar o que chamou de “medidas extremas”, como a limitação do comércio exportador, a requisição de gêneros em depósitos, ou a desapropriação desses gêneros. Isso porque, segundo ele, o país havia assumido o compromisso de auxiliar os países da Entente mediante a venda de grande soma de alimentos. Outros colaboradores, contudo, estavam mais preocupados em pressionar o governo a cumprir em sua integralidade os dispositivos constitutivos do recém-sancionado decreto, e menos complacentes com os temores do comércio. Um dos artigos não assinados, intitulado “A Carestia”, ao abordar a questão lembrou que todos os atores envolvidos no mercado de alimentos – produtores rurais, criadores de animais, bem como atacadistas e retalhistas – iam a público se defender alegando prejuízos com a conjuntura pela qual passava o país. De forma retórica, pergunta quais seriam, afinal, as causas da carestia: a insuficiência dos transportes e as altas tarifas cobradas pelas empresas concessionárias? Os impostos municipais e as taxas cobradas pela Alfândega? Ou “estaremos em monopólio de tudo quanto interessa o alimento, a saúde, à vida dos deserdados da fortuna?”. A resposta

³³⁴Decreto de nº 13.069 de 1918 cria o *Comissariado da Alimentação Pública*. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 14.6.1918, p.9. Grifos meus.

³³⁵Ao analisar a bibliografia sobre a história do abastecimento, Pedro Henrique Pedreira Campos chamou a atenção para a centralidade dos estudos conduzidos por Maria Yeda Linhares, autora de uma obra de fôlego sobre o tema cujo marco temporal vai do período colonial até 1918. Segundo ela, a criação do *Comissariado da Alimentação Pública* pelo governo Venceslau Brás atestaria o quão grave havia se tornado a carestia para as classes populares, razão pela qual se tornou urgente o poder público agir no sentido de intervir no comércio buscando arbitrar os interesses divergentes entre os diversos setores envolvidos. Conferir em: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “A contribuição da História do Abastecimento para a historiografia brasileira”, op. cit.p.9.

para essa pergunta vem ao final do artigo quando adverte o encarregado de dirigir o novo órgão federal, o ex-senador Leopoldo de Bulhões, de que sua luta será delicada, pois terá que enfrentar “o arдил de indivíduos que fazem do comércio, neste momento, a instituição que explora e leva o povo ao desespero, pela fome (...)”³³⁶.

Mas essa exploração não era fruto apenas do açambarcamento promovido pelo comércio atacadista. A cobertura sobre a carestia realizada pela *Gazeta Suburbana* traz elementos que permitem verificar a quota de responsabilidade de açougues, armazéns, padarias e tantos outros estabelecimentos do comércio varejista no aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Ao longo do primeiro ano de existência do *Comissariado da Alimentação Pública*, a coluna “Ecos” (não assinada) saiu em sua defesa, refutando aqueles que agiam para desqualificá-lo publicamente. Em uma edição, solicitou ao comissário Vieira Souto, que havia assumido o cargo em janeiro de 1919, “verificar se os retalhistas retêm no interior de seus estabelecimentos certas mercadorias cujos preços fixados na tabela do Comissariado não satisfazem a ganância desses negociantes”.³³⁷ Em outra, explicou didaticamente aos leitores como agiam os retalhistas para burlar a fiscalização da repartição:

Dir-nos-ão, por exemplo, que os taverneiros são vítimas dos atacadistas. Que estes lhes vendem gêneros a preços superiores aos da tabela do Comissariado (...)

Expliquemo-nos melhor:

Suponhamos que um taverneiro qualquer comprou ao atacadista 5 sacos de farinha ao preço de 24\$ cada um. Pagou, portanto, conforme a tabela 120\$, não é verdade? Devia ser. Acontece, porém, que em ajuste prévio, o taverneiro aceitou o preço total de 132\$, ou seja, uma diferença para mais de 2\$400 em cada saco, diferença essa que foi paga por fora.

Como por fora, perguntarão?

Deste modo: além da importância de 120\$ correspondente aos cinco sacos de farinha, conforme a tabela do Comissariado, o atacadista menciona mais a correspondente à diferença, que será proveniente de 4 quilos de linguiça.

A linguiça, porém, é só para constar. O taverneiro conformou-se previamente em não recebê-la³³⁸.

O comissariado não seria defendido apenas por essa coluna do jornal. Em junho de 1919 o seu noticiário reproduziu, na íntegra, extensa matéria publicada em *O*

³³⁶“A Carestia”. Seção Suburbana”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 24.6.1918, p.9.

³³⁷“Ecos”. *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 24.5.1919, p.2. Nesse período, o jornal era propriedade de C. Costa e sua redação era dirigida por Manfredo Liberal. José R. Vieira de Mello ocupava o posto de gerente comercial e em novembro do mesmo ano assumiu a direção da folha.

³³⁸“Ecos”. *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 5.7.1919, p.2.

Imparcial onde se lia um balanço extremamente positivo das ações encampadas pelo órgão. Estas davam concretude não apenas às recorrentes críticas dirigidas aos atacadistas, como também reforçavam a posição do redator da seção “Ecos”, para quem os varejistas agiriam, muitas vezes, como cúmplices daqueles comerciantes, auxiliando-os a descumprir os valores estabelecidos na tabela confeccionada pelo comissariado³³⁹. O balanço realizado por esse órgão para a Praça do Rio de Janeiro no período entre Janeiro e Maio de 1919 revela que esse desrespeito era generalizado nos diferentes tipos de estabelecimentos comerciais da cidade (Imagem XV):

Estabelecimentos Fiscalizados														
MEZ	AÇOUGUES	ARMAZENS DE COMESTÍVEIS	ATACADISTAS	BARRACAS DE PEIXE	DEPOSITOS			ESTANCIAS DE LENHA	FABRICAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	PADARIAS	QUITANDAS	REFINAÇÕES DE ASSUCAR	TORREFAÇÕES DE CAFÉ	TOTAL
					de aves e ovos	de carvão e lenha								
Janeiro.....	10	142			22	26		4	18	14				236
Fevereiro.....	61	911	28		17	57	6	18	21	40				2.146
Março.....	36	1.874	18		29	57		18	69	42	2	3		1.151
Abril.....	66	1.506	15	8	43	59	8	10	28	42		5		1.798
Maio.....	25	1.028	12		22	15		10	22	43				1.177
Totais.....	108	5.461	72	8	133	214	14	50	158	181	7	11		6.508

Estabelecimentos Autoadados														
MEZ	AÇOUGUES	ARMAZENS DE COMESTÍVEIS	ATACADISTAS	BARRACAS DE PEIXE	DEPOSITOS			ESTANCIAS DE LENHA	FABRICAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS	PADARIAS	QUITANDAS	REFINAÇÕES DE ASSUCAR	TORREFAÇÕES DE CAFÉ	TOTAL
					de aves e ovos	de carvão e lenha								
Janeiro.....	14	58			2	6			2					48
Fevereiro.....	14	160	16			5			5					200
Março.....	1	151	8		1	5		2	1	5				174
Abril.....	6	87	5	2	12	11			3					126
Maio.....	2	101	2		15	14				3				137
Totais.....	23	537	31	2	30	41	2	1	15	3				685

Imagem XVI: “No Comissariado”. *Gazeta Suburbana*, Méier, edição 21.6.1919, p.2.

Utilizando os números absolutos com o intuito de averiguar quais estabelecimentos fiscalizados foram, relativamente, mais autuados, conclui-se que os atacadistas eram os campeões: 42,46%. Não muito distante, porém, estavam os açougues, com 34,2%, seguidos pelos armazéns de secos e molhados, 10,19%, padarias, 9,49% e, menos significativo, as quitandas, 4,22%. Ainda que essa amostragem não especifique em quais distritos da cidade estavam localizados cada um dos

³³⁹A tabela, que sofreu reajustes ao longo do período de vigência do comissariado (1918-1920) definia valores máximos para os gêneros de primeira necessidade (Álcool, bacalhau, banha, café torrado ou moído, carne, carne seca, ovos, peixe fresco, polvilho de arroz, sal comum nacional, feijão preto, sabão, querosene, dentre outros) a serem vendidos pelo comércio em grosso (atacadista) e a retalho (varejista).

estabelecimentos fiscalizados e autuados, é certo que aqueles em funcionamento nos distritos suburbanos e rurais também compunham esse universo. E a atuação mais rígida da administração Vieira Souto vinha incomodando uma fração dos varejistas suburbanos agremiados na *Associação Beneficente Comercial Suburbana*. A direção desta associação, ao lado da responsável pela condução da *Liga do Comércio*, entrou com uma representação junto à Presidência da República solicitando providências contra a gestão do Comissário. A resposta de Vieira Souza foi publicada no diário *A Época* e dirigida tanto ao *Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, ao qual o órgão era vinculado, como às entidades da classe mercantil. Nela, o diretor rebate os argumentos de que estaria perseguindo e multando “sem piedade” os comerciantes, chegando até mesmo a ironizar a reclamação dos varejistas suburbanos, para quem o comissariado vinha autuando aqueles que vendiam gêneros aos consumidores com preços abaixo da tabela vigente – “É inacreditável que alguém tenha concebido e formulado queixa tão pouco hábil, inverossímil”, afirma³⁴⁰. Seja como for, a contrariedade desse e de outros segmentos econômicos contra as inéditas atribuições intervencionistas do comissariado acabou por dar resultado. Um ano depois, o governo do presidente Epitácio Pessoa substituiu esse órgão pela *Superintendência de Abastecimento*, cujas funções eram bem mais modestas³⁴¹.

As críticas dirigidas pelos sócios da *Associação Beneficente Comercial Suburbana* ao *Comissariado da Alimentação Pública* é um termômetro eficaz para se avaliar os interesses dessa fração da classe mercantil suburbana na crise da carestia que se abateu sobre a capital no final dos anos 1910. Pois, enquanto o governo federal não havia criado o órgão, prevalecia na imprensa o discurso que os posicionava em campo diametralmente oposto ao dos atacadistas. E de fato essa é uma dimensão que se deve considerar, pois se trata de setores com forças díspares, onde as firmas com maior poder de fogo nesse mercado tinham condições de impor preços perante os pequenos retalhistas. Razoável, portanto, que se organizassem naqueles anos de crise a partir de interesses variados: com o intuito de fortalecê-los na condução das negociações junto aos atacadistas; com vistas a criarem um modelo de negócios voltado, também, para a

³⁴⁰“O Comissariado”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 3.4.1919, p.6.

³⁴¹ A confecção de tabelas de preços e o controle sobre as exportações mediante a requisição de alimentos foi abolido. Agora, o foco passava a ser o atendimento dos pequenos lavradores, em especial o aperfeiçoamento do circuito distribuidor, financiamento, disseminação de modernas técnicas agrícolas e saneamento das zonas agrícolas. SANTOS, Leonardo Soares dos. “Zona, Sertão ou Celeiro? A constituição histórica do cinturão verde da cidade do Rio de Janeiro e seus impasses, 1890-1956”. In: SANGULARD, Carlos Eduardo Moreira de Araújo e SIQUEIRA, José Jorge (orgs.) *História Urbana, memória, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013, p.267.

produção de gêneros, conforme atestado pelo projeto de criação de cooperativas de produção e consumo; com o objetivo de reunirem forças capazes de inscrever suas demandas junto aos poderes públicos; e, por fim, que conquistassem o amparo dos periódicos para as suas propostas de maneira a viabilizar na esfera pública a opinião de que não eram os algozes daquela crise, e sim mais uma das suas vítimas.

Entretanto, com a mudança de orientação do governo federal, esse segmento cerrou fileiras junto aos setores mais dinâmicos da economia, cujos interesses residiam em garantir o esvaziamento do comissariado criado para intervir no estratégico, e potencialmente explosivo, setor de abastecimento alimentício às cidades. Nesse sentido, o noticiário em nome dos subúrbios transformou-se numa espécie de tribuna onde se disputavam leituras e interpretações sobre a crise da carestia e formas de solucioná-la. Ainda que mais articulados e influentes, os varejistas suburbanos não eram as únicas vozes presentes nessa imprensa: o morador/consumidor e os produtores rurais compunham grupos de interesse que em alguma medida eram relevantes para a viabilidade comercial desse periodismo suburbano.

Somado a isso, havia um componente de suma importância que precisa ser considerado – o da relação estabelecida pelos jornalistas suburbanos com potentados, políticos ou não, estabelecidos no segundo distrito eleitoral. Os conflitos concernentes a essa conjuntura podem ser mais bem compreendidos quando se acompanha uma das campanhas públicas conduzidas e amparadas por essa imprensa – a de criação e ampliação dos mercados e feiras livres suburbanos.

4.2. Ruas e Praças em disputa: comércio, imprensa e política no debate sobre os mercados e feiras livres.

As administrações Bento Ribeiro (15.11.1910 / 15.11.1914), Azevedo Sodré (6.5.1916 / 14.1.1917) e Amaro Cavalcanti (15.1.1917 / 15.11.1917), pressionadas a encaminharem soluções para a crise da carestia, propuseram a criação de novos mercados e feiras livres nos pontos mais populosos da cidade. O primeiro regulamentou, como se viu no capítulo anterior, lei aprovada pelo Conselho Municipal que incentivava a criação de mercados públicos voltados para a venda do comércio a retalho. O segundo, por sua vez, modificou a legislação do início do século que regulava as feiras. Se em 1904 o Decreto nº 997 estabelecia maior controle apenas para as feiras existentes nos distritos urbanos, como, por exemplo, a determinação de que ocorressem

obrigatoriamente aos domingos, feriados e dias santos, agora, o Decreto nº 1.126, aprovado em Novembro de 1916, ampliava o controle da Prefeitura também sobre aquelas existentes nos distritos suburbanos. A medida, por um lado, ampliou o número de feiras nessas zonas, mas por outro, modificou hábitos há muito arraigados entre aqueles que produziam e comerciavam suas verduras, legumes, carnes e toda sorte de mercadorias nos largos e praças daquelas localidades. Isso porque a Prefeitura proibiu as feiras diárias em um mesmo local, instituindo em seu lugar um calendário definindo os dias da semana para a realização de feiras em cada bairro. Desta feita, se quisessem continuar ofertando suas mercadorias diariamente, os lavradores teriam que se deslocar a cada dia da semana, de segunda a sexta, para um local diferente, conforme determinado pela programação elaborada pela administração Sodré: as segundas, na Praça da Estação, no Encantado (Inhaúma); as terças, na Rua São Francisco Xavier (Eng. Novo) e na Estação da Penha (Irajá); as quartas, na Praça da Estação de Piedade (Inhaúma); as quintas, na Rua Imperial, esquina da Rua Arquias Cordeiro (Méier) e no Campo dos Cardosos (Inhaúma); as sextas, na Praça da Estação de Ramos (Irajá), na Praça do Engenho Novo e na Estação de Cascadura (Inhaúma) ³⁴².

A decisão contida no decreto sancionado pela Prefeitura gerou forte reação entre os lavradores estabelecidos no distrito de Inhaúma. Em Dezembro de 1916, *A Época*, apesar do apoio dado ao presidente Venceslau Brás, reforçou a oposição que vinha mantendo com relação ao governo interino de Sodré, substituto de Rivadávia Corrêa nomeado pelo governo federal em Maio daquele ano. O argumento utilizado pela folha para esse oposicionismo residia no fato de o prefeito não avançar em uma política de valorização do funcionalismo e do operariado municipais, segmentos que compunham a base eleitoral do dono e diretor do jornal, o deputado Vicente Piragibe. Como demonstrei no primeiro capítulo, este político havia conduzido uma aproximação junto a nomes influentes estabelecidos nos subúrbios, como os irmãos Magalhães, alocados estrategicamente na direção da seção “Nos Subúrbios”. Com o novo decreto da Prefeitura sobre as feiras, o jornal aproveitou o descontentamento dos lavradores e se colocou à disposição do grupo para auxiliá-los a barrar a mudança.

³⁴²O Decreto nº 1.126, de Novembro de 1916 foi composto por 24 artigos visando regulamentar feiras ou mercados livres. O Artigo 1º dá uma dimensão da mudança: “Ficam estabelecidos, nas zonas urbana e suburbana do Distrito Federal, uma vez por semana, para cada local e no dia previamente marcado, feiras ou mercados livres, os quais funcionarão nas praças e outros logradouros públicos constantes de relação anexa, que poderá ser ampliada ou reduzida a juízo do Prefeito.” A íntegra da nova legislação se encontra em: GORBERG, Samuel; FRIDMAN, Sergio A. *Mercados no Rio de Janeiro: 1834-1962*, op. cit., pp.136-138.

Várias matérias foram publicadas na primeira página do diário em Dezembro reproduzindo os argumentos dos “pequenos lavradores”, para quem o problema não residia na criação das novas feiras livres, mas sim no impedimento de funcionamento daquelas estabelecidas permanentemente pelo governo de Pereira Passos (1902-1906). Argumentavam que teriam dificuldades de se locomoverem pela cidade, e que tal medida prejudicaria os habituais consumidores, retirando-lhes de sua proximidade os tradicionais pontos de venda. Ao menos duas reportagens de capa foram publicadas com fotografias retratando os lavradores na redação de *A Época*, apresentados a partir de títulos que os ressaltavam em “desespero”³⁴³, e o prefeito como o “inimigo” da classe

344

A origem dos lavradores, habitantes de localidades como Encantado, Engenho de Dentro, Todos os Santos, Piedade e Cascadura evidencia não apenas o desejo de Vicente Piragibe reforçar seu nome enquanto político devotado à defesa dos interesses aparentemente unívocos dos subúrbios, como também aponta para um conflito de natureza mais estrutural, que vem a ser o reforço da função do distrito de Inhaúma enquanto território de crescimento da mancha urbana do Distrito Federal. Ou seja, enquanto área estratégica para o adensamento populacional e consequente fortalecimento do mercado imobiliário voltado para a construção de prédios destinados à moradia e ao comércio³⁴⁵. Logo, dos distritos suburbanos e rurais, o de Inhaúma era o que apresentava o menor número de lavradores. Segundo o Censo de 1920, havia na cidade 2.088 estabelecimentos rurais, sendo que a maioria dos cultivos e criadores se encontrava em Guaratiba (1.151 unidades), Campo Grande (588) e Santa Cruz (164). As 185 unidades restantes estavam espalhadas pelos demais distritos da cidade, especialmente em Jacarepaguá, Irajá e Inhaúma³⁴⁶. Cruzando esses dados com a distribuição ocupacional da população economicamente ativa da cidade por distritos, elaborados pelo mesmo Censo, tem-se em Inhaúma um contingente de 1.821 pessoas que sobreviviam da “exploração do solo”, um número menor que o verificado em Jacarepaguá, de 2.563, e em Irajá, cuja soma totalizava 3.279 pessoas,³⁴⁷. Conjugando

³⁴³“As feiras do Sr. Sodr e e o desespero dos lavradores”. *A  poca*, Rio de Janeiro, edi o 13.12.1916, p.1.

³⁴⁴“O Prefeito avariou a economia do distrito”. *A  poca*, Rio de Janeiro, edi o 8.12.1916, p.1.

³⁴⁵SANTOS, Joaquim Justino dos Santos. *Contribui o ao estudo da História do subúrbio do Rio de Janeiro (a freguesia de Inhaúma: de 1743 a 1920)*. Disserta o de Mestrado em História, Rio de Janeiro, UFRJ, 1987 pp. 5-7.

³⁴⁶LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, op. cit, p.537.

³⁴⁷ABREU, Maurício de. *A Evolu o Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPP, 2008,p.85. Segundo o censo, esse segmento totalizava 30.436 pessoas, distribuídas por todos os distritos da capital. O maior

pequenas lavouras com criadouros de animais³⁴⁸, tem-se um quadro que desnuda um campo de tensão para aqueles que sobreviviam dessas atividades rurais no distrito cada vez mais urbanizado de Inhaúma, cujo processo se espraiava também para o de Irajá³⁴⁹.

Com o crescimento dos mercados e feiras livres nos subúrbios, os donos ou arrendatários dessas propriedades passaram a contar com novos pontos de venda próximos de suas lavouras. Em Cascadura, ponto nodal do sistema de transportes, que conta com uma das mais antigas estações ferroviárias da EFCB – inaugurada em 1858 – e de onde saíam linhas de bonde para o distrito de Jacarepaguá³⁵⁰, há anos havia sido criada uma feira para a qual os lavradores se deslocavam diariamente para vender gêneros como arroz, milho, feijão, batata-inglesa e mandioca, culturas que, segundo Eulália Lobo, vinham apresentando forte crescimento no início do século XX, ainda que insuficientes para alimentar uma população que crescia a taxas muito elevadas³⁵¹.

O problema para esses lavradores é que a pressão exercida pelos moradores/consumidores junto à Prefeitura para aumentar a regulação e fiscalização desses pontos de venda vinha crescendo e ganhando as páginas dos impressos. Quando a administração Passos autorizou o funcionamento de pequenos mercados em algumas localidades suburbanas, a seção “Os Subúrbios” do *Jornal do Brasil* publicou cartas de moradores denunciando inúmeras práticas que consideravam lesivas para os

contingente se concentrava em Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz e nas Ilhas, perfazendo 50% do total (15.218); em seguida, vinham as freguesias de São Cristóvão, Engenho Novo, Méier, Inhaúma e Irajá, com 24% do total (7.351); os distritos da área central, somando 10,8% (3.276); os do Eixo Sul, com 8,3% (2.517), e, por fim, os do Eixo Norte, Engenho Velho, Andaraí e Tijuca, com 6,8% (2.074).

³⁴⁸Em 1920, existiam 1.191 cabeças de gado bovino em Inhaúma e 3.100 em Irajá. Já o suíno somava 1.019 em Inhaúma e 1.929 em Irajá. Conferir: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, op. cit, p.536.

³⁴⁹ Segundo Robert Moses Pechman, que estudou o mercado urbano de terras e a formação dos subúrbios cariocas em sua tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Urbanismo da UFRJ, o crescimento no número de residências que engloba a freguesia de Irajá é o maior da cidade no período entre 1906 e 1920: 22,5 %. Em termos populacionais, a freguesia de Irajá possuía 27.410 habitantes no recenseamento de 1906; em 1920 esse número chega a 99.586, o maior aumento verificado nesse período na cidade: 263%. As áreas que margeiam a linha férrea da Central do Brasil depois de Cascadura teriam sofrido uma onda urbanizadora na primeira década do século XX, prolongando-se até os anos 1930. Até este período, essa região era constituída por inúmeras fazendas, como as da Portela, da Bica, do Campinho, do Valqueire, Sapopemba, da Boa Esperança, Nazareth e dos Afonsos. Conferir em: PECHMAN, Robert Moses. *A gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro*. Tese-UFRJ/PUR. RJ, 1985, pp.131-132.

³⁵⁰O primeiro trecho foi inaugurado em 1875, ligando a localidade até o Tanque. Nos anos 1880 a linha foi ampliada, atingindo sete quilômetros e abrangendo outras localidades de Jacarepaguá. Na década de 1890, a *Companhia de Jacarepaguá* explorava as linhas da Taquara e Freguesia (Porta D'Água). Em 1911 essa concessão foi transferida para a *Companhia Ferro Carril Vila Isabel*, administrada pela *Light and Power*. SANTOS, Noronha. *Meios de Transporte no Rio de Janeiro*. Vol.1. Secretaria Municipal de Cultura, Rio de Janeiro, 1996, pp. 276-278.

³⁵¹LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, op. cit, p.536-537.

consumidores, presentes não apenas na Praça do Mercado de Cascadura como em outras estabelecidas em diferentes pontos da cidade:

O Mercado de Cascadura

(...)

O mercado de Cascadura (...) reclama serias e enérgicas providencias do Sr. Agente da Prefeitura do distrito de Inhaúma. Providencias que quanto mais retardadas redundarão em grande prejuízo da população suburbana.

A começar da hora em que começa a funcionar o mercado, o que constitui grave infração, e termina pela grande exploração dos atravessadores, cumpre ao Agente da Prefeitura regularizar e coibir a pratica de semelhantes factos que representam vergonhosas “chantagens”.

Assim é que o mercado de Cascadura, em desacordo com as leis municipais, começa a funcionar às 8 horas da noite, *mas pelo dobro do preço quando a venda é feita a retalho (...) e, quase sempre abaixo do valor quando os pequenos lavradores são abordados pelos grandes comerciantes que, formando uma espécie de “Trust” organizam o verdadeiro monopólio*, desvirtuando assim o fim benéfico da postura municipal que criou semelhantes mercados³⁵².

As Praças do Mercado

(...)

Nas praças de Cascadura, Engenho de Dentro e Meyer, onde parecia haver sido estabelecido um horário regularizando e limitando o seu funcionamento, nada mais existe que se pareça com horário ou regularidade.

Na de S. Francisco Xavier, onde nunca houve horário nem coisa semelhante e onde também os verdadeiros lavradores, licenciados pela Prefeitura, se misturam com aventureiros que ali exploram, à sombra daqueles, a mercancia diária, cremos que ainda ninguém se lembrou de mandar proceder a uma fiscalização séria, capaz e sensata.

No entanto, parece-nos que as autoridades municipais deviam se encarregar da fiscalização de tais praças, visto que elas funcionam em lugares públicos, ocupando largos, atravancando esquinas e espalhando pelas calçadas os seus abastecimentos de frutas, hortaliças, aves, etc, prejudicando desse modo o transito.

Além disto, que já é um grande inconveniente, imaginai, Sr. Redator, que, em uma destas praças, ficam durante todo o dia expostos ao sol ou ao mau tempo todos aqueles elementos indispensáveis à nossa alimentação; e avaliai também que esplendida beleza em hortaliças deparará o consumidor que vae abastecer de legumes e o encontra já meio cozido (...) ³⁵³

O que as duas cartas permitem observar é a existência de conflitos entre consumidores, lavradores e comerciantes nas feiras suburbanas fragilmente reguladas

³⁵²“O Mercado de Cascadura”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 20.10.1916, p.3. Grifos meus.

³⁵³ “As Praças do Mercado”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição 24.10.1916, p.5. Grifos meus.

pela municipalidade, que em 1904 priorizou legislar sobre aquelas existentes nos distritos urbanos. As cartas enviadas pelos leitores à coluna suburbana do *Jornal do Brasil* já indicam a percepção entre moradores dos subúrbios do qual o problemático era a ação dos “grandes comerciantes”, que estariam desvirtuando a razão de ser desses pontos de venda: o barateamento dos preços dos alimentos. Mas também expõe outras inquietações, como o relacionado ao desregramento dos horários de funcionamento, a ausência de cuidados com a salubridade, e, representativo das expectativas nutridas por leitores oriundos das camadas médias, o desejo de que a Prefeitura interviesse de maneira mais rígida no ordenamento urbano dos logradouros onde funcionavam as feiras.

O decreto de Azevedo Sodré, portanto, pode ser lido como uma tentativa de a municipalidade conter a ação dos intermediários que agiam livremente nesses pontos de venda, de maneira a desarticular negociações tidas como prejudiciais aos consumidores, assim como uma resposta acerca das pressões de moradores incomodados com o que consideravam um cenário de desordem urbana. O interessante é que, ao determinar o fim das feiras permanentes no distrito de Inhaúma, o governo acabou promovendo uma marcada diferenciação entre duas localidades vizinhas, Madureira e Cascadura. A primeira compunha o distrito de Irajá e a segunda constituía o de Inhaúma. Diferentemente das feiras de Ramos e da Penha, que foram incluídas na programação da Prefeitura para funcionarem apenas uma vez por semana, a de Madureira não entrou no decreto. Resultado: a feira permanente do bairro alcançou um protagonismo que em poucos anos a elevou ao posto de maior entreposto agrícola dos subúrbios, enquanto a de Cascadura amargou uma lenta decadência³⁵⁴.

O governo de Amaro Cavalcanti, sucessor de Sodré à frente da Prefeitura, reconhecendo a importância adquirida por essas duas feiras, mandou construir mercados

³⁵⁴ Mas é importante destacar que a legislação que embasou a regulamentação de Azevedo Sodré sobre as feiras sofreria mudanças na administração de Amaro Cavalcanti. O Decreto nº 1.185 de 1918 é considerado um marco no campo da legislação urbanística da cidade. Nele foram delimitados os territórios que compunham as zonas urbana, suburbana e rural do Distrito Federal. Irajá, que em 1914 era considerado um distrito rural, passou a integrar a zona suburbana, assim como os territórios que iam do litoral da Baía de Guanabara até Jacarepaguá, e os povoados de Santíssimo, Campo Grande e Santa Cruz. Ou seja, a Prefeitura reconheceu na legislação o vertiginoso processo de adensamento populacional em andamento em Irajá, bem como aquele verificado nos povoados que cresciam em torno das estações ferroviárias de bairros encravados nas antigas freguesias rurais, como Campo Grande e Santa Cruz. A zona rural da cidade passava, assim, a ser constituída tanto pelas terras que margeavam essas localidades como pela totalidade do território que constituía o distrito de Guaratiba. Conferir em: BORGES, Marília Vicente. *O Zoneamento na cidade do Rio de Janeiro: gênese, evolução e aplicação*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, 2007, p.72.

públicos tanto no Largo de Madureira quanto na Praça de Cascadura³⁵⁵. A festa de inauguração de ambas constitui evento de relevo para se compreender a natureza dos interesses em disputa naquele pedaço dos subúrbios, e o quanto aquela demanda acionava múltiplos atores a partir de interesses os mais distintos. O prefeito não apenas compareceu ao evento como acolheu em sua comitiva, nomes influentes da política carioca cujas carreiras eram alicerçadas junto ao eleitorado do segundo distrito, como o deputado Otacílio Camará e os intendentes Geremário Dantas, Eduardo Xavier, Mendes Diniz e Júlio Cesário de Melo. O Mercado de Madureira mereceu maior atenção por parte da comitiva e, por seguinte, da imprensa, que em sua cobertura acusou a presença de influentes nomes do comércio e da lavoura de Irajá no evento, revelando o quão articulados estavam em torno do engrandecimento daquele entreposto:

(...)

Principalmente a inauguração do mercado de Madureira teve excepcional importância, merecendo os maiores louvores os iniciadores dessa festividade srs. Antônio e Eduardo Almeida e Cândido Ferreira.

A Prefeitura fez uma grande obra de benemerência, o mercado está funcionando agora graças aos esforços do deputado Octacílio Camará, dr. Geremário Dantas e coronel Manoel Luiz Machado, este que há longos anos é um denodado batalhador pela causa da lavoura de Irajá onde goza de largo prestígio político³⁵⁶.

Os lavradores de Inhaúma não deixaram de expressar sua contrariedade com o fortalecimento desse mercado. Na seção suburbana d' *O Paiz*, artigo não assinado associou o enfraquecimento da feira de Cascadura com a decisão da Prefeitura de acabar com a feira permanente em sua praça. A obrigatoriedade de irem, todos os dias, para o Largo de Madureira os vinha desarticulando, de maneira que até mesmo o mercado ali construído era, segundo o autor, “o pior de todos e está fadado a desaparecer”³⁵⁷.

³⁵⁵O geógrafo Gilmar Mascarenhas de Jesus afirma que o modelo de mercado coberto remonta à década de 1870, mas que apenas nos inícios do século XX as administrações municipais optaram por expandi-los. Segundo o autor, estes comprimiriam o desejo das autoridades de exercerem maior controle sobre o comércio varejista da cidade, de maneira a diminuir ou impedir a ação do comércio ambulante nos distritos urbanos da capital. Segundo ele, “expulsos os quiosques, as quitandas ou feiras africanas, os ambulantes incompatibilizados com os novos padrões de civilidade, enfim, todo um conjunto de meios de sobrevivência popular, o que adveio em seu lugar? Para substituir as tradicionais formas de distribuição varejista de alimentos, a Prefeitura do Distrito Federal decidiu pela multiplicação dos mercados cobertos (...) incluindo a doação de terrenos públicos para sua construção e exploração por empresas privadas”. Conferir em: JESUS, Gilmar Mascarenhas de. “Modernidade Urbana e Flexibilidade Tropical: as feiras livres na cidade do Rio de Janeiro (1904-1934)”. *Revista GEOUERJ*, Rio de Janeiro, ano 2, n.2, 1997, p.32.

³⁵⁶“Inauguração do Mercado de Madureira”. Jornal não identificado, s/d. Miscelânea Pinto Machado.

³⁵⁷“Seção Suburbana”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 27.06.1918, p.8.

O conflito entre lavradores de diferentes distritos é apenas uma das faces dos interesses em jogo na campanha pela criação de novas feiras e mercados nos subúrbios. Seguramente não faltavam aqueles que desejavam falar em seus nomes na esfera pública, como Vicente Piragibe por meio da imprensa empresarial. Em grande medida, a criação desses pontos de venda era tida como uma maneira de beneficiá-los a partir da eliminação da figura do atravessador, condição capaz de garantir alimentos mais baratos à população. Logo, a imprensa suburbana se notabilizou enquanto valioso instrumento de pressão sobre a Prefeitura, reforçando o seu papel de intérprete desses anseios, um dos ingredientes a compor o que se pode chamar de “esfera pública suburbana”.

Portanto, não surpreende que a cada instante seu noticiário cobrasse das autoridades a criação de mercados e feiras em bairros onde inexístiam³⁵⁸; que pressionasse pela recriação daqueles que haviam fechado³⁵⁹; que elogiasse a inauguração de novos pontos³⁶⁰; e que associassem essa política pública com a melhoria das condições de vida do operariado, e da pobreza em geral³⁶¹, como se verifica na seção suburbana d’ *A Época*, cujo redator, Benjamin Magalhães, vinha de uma nova derrota na eleição para intendente do Conselho Municipal³⁶², em 1917. Se por um lado falhara em se tornar, ele próprio, um dos representantes do eleitorado do segundo distrito no Legislativo carioca, por outro, era sem dúvida alguma um nome fundamental, ao lado dos demais periodistas suburbanos, para alavancar as pretensões políticas dos nomes mais influentes daquela que surgia como a principal agremiação partidária do Distrito Federal nos anos finais da década de 1910: a Aliança Republicana (AR).

Liderado por Paulo de Frontin, o partido redigiu um programa, apresentado em 1918, que em grande medida era alicerçado na pretensão de amparar os anseios da crescente população urbana da capital. Um dos pontos abordados nesse documento era o combate ao açambarcamento dos gêneros de primeira necessidade, problema que o partido acreditava poder ser enfrentado mediante o incremento da produção,

³⁵⁸ *A Época*, Rio de Janeiro, edição 24.11.1917, p. 6. A seção “A Época nos Subúrbios” cobrou da Prefeitura a criação de um mercado em Quintino, no subúrbio da Central; Já na *Gazeta Suburbana* (edição 12.7.1919, p. 2), a seção “Ecos” cobrou a criação de outro mercado no Méier, desta vez na Avenida Amaro Cavalcanti.

³⁵⁹ *A Época*, Rio de Janeiro, edição 4.12.1917, p.6. A mesma seção cobrou a reabertura do mercado que existia em São Francisco Xavier na época em que funcionava uma estação de mesmo nome no ramal da Leopoldina Railway.

³⁶⁰ *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 3.6.1918, p.10. O noticiário elogia a Prefeitura pela criação da nova feira na Praça da Bandeira, e solicita que novas sejam criadas em bairros como Vila Isabel, Gávea e Tijuca.

³⁶¹ *A Época*, Rio de Janeiro, edição 16.11.1917, p. 6.

³⁶² “O Pleito de Anteontem”. *A Época*, Rio de Janeiro, edição 22.05.1917, p.1. O jornalista alcançou 1.715 votos pelo segundo distrito, ocupando o décimo quarto lugar na disputa.

distribuição e venda dos produtos produzidos pelas lavouras do DF. Apoiadores da administração Amaro Cavalcanti, os políticos abrigados no partido – como Otacílio Camará, deputado federal desde 1915, e Aristides Caire, eleito para a Câmara Federal em 1917 –, ao lado de nomes da intendência municipal, compareciam não apenas em eventos oficiais organizados para festejar inaugurações de obras da Prefeitura, como também compunham o corpo de convidados de comemorações e encontros promovidos por potentados locais.

No Arraial da Penha, por exemplo, um dos maiores proprietários rurais dos territórios às margens da Baía de Guanabara, o padre Ricardo Silva, decidiu comemorar, em Setembro de 1918, os trinta anos da primeira feira livre da antiga freguesia de Irajá. A força do seu prestígio pode ser atestada pelo elenco de personalidades presentes na festa organizada para mais de uma centena de convidados. Representando ao mesmo tempo a Prefeitura e a Aliança Republicana compareceram Aristides Caire e Otacílio Camará, reeleitos para a Câmara dos Deputados em 1918. Da imprensa, compareceram representantes de jornais diários da cidade, como *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *A Época*, e nomes do periodismo suburbano, como Pinto Machado, os irmãos Magalhães e Xavier Pinheiro, que, ao lado de Francisco Antônio Correa, da *Associação Beneficente Comercial Suburbana*, formaram a comissão organizadora do evento³⁶³.

A informação de que os jornalistas suburbanos foram os organizadores da festa reforça o quão importante eram os periódicos suburbanos ou as colunas que redigiam nos grandes diários para aqueles que integravam o circuito de poder daqueles distritos. Aliados da administração Amaro Cavalcanti e dos políticos da Aliança Republicana, os irmãos Magalhães publicaram matéria sobre o evento n' *O Suburbano* que era um verdadeiro libelo de propaganda das personalidades que encarnavam o jogo político daquele pedaço da capital federal³⁶⁴. A presença de trabalhadores pobres no evento, informado pela reportagem, e a intenção do veículo de ressaltar a figura do padre enquanto homem caridoso e sensível ao sofrimento dos humildes indica o potencial da efeméride enquanto evento síntese para a instituição ou reprodução das redes de clientela típicas de áreas urbanas, firmadas por esses operadores do sistema político a partir do atendimento de demandas próprias das populações residentes em áreas em franco processo de urbanização. O fato de uma festa ter sido organizada para comemorar o aniversário de uma feira livre, e sua capacidade de mobilizar tantos

³⁶³*O Suburbano*, Sampaio, s/d. Miscelânea Pinto Machado.

³⁶⁴*O Suburbano*, Sampaio, s/d. Miscelânea Pinto Machado.

agentes entre aqueles com poder decisório ou prestígio intelectual nos subúrbios, demonstra o potencial eleitoral adquirido pela campanha por mais feiras e mercados naquela conjuntura de crise.

Mas será que todos os segmentos sociais que habitavam os subúrbios apoiaram tal política? Como, por exemplo, reagiram os donos de estabelecimentos comerciais frente ao processo de expansão desses pontos de venda? O comparecimento de Francisco Antônio Correa às festas organizadas para a inauguração dos mercados de Madureira e Cascadura e para a comemoração da feira da Penha indica que para a direção da *Associação Comercial Suburbana* essa política pública era bem vinda. A preocupação da entidade com a ampliação desses mercados constituía elemento fundamental de um audacioso programa de reformas urbanísticas defendido por sua direção em 1919. Através de extenso memorial redigido por seu 1º Secretário, Casemiro Lopes da Silva, e publicado na *Gazeta Suburbana*, a associação defendeu a necessidade de, em nome do combate ao desemprego e à fome e como forma de evitar a emigração do operariado e dos demais trabalhadores residentes na capital, a Prefeitura mandar construir uma grande “Avenida Suburbana” que partisse do centro e margeasse os dois lados dos trilhos da central até o extremo Oeste da cidade, no distrito de Santa Cruz.

Em sua proposta, cada estação da EFCB contaria com um mercado, “com todas as condições da higiene moderna”, e centros de diversões, cuja administração ficaria a cargo de uma empresa vencedora de concessão a ser organizada pelo governo. O projeto ainda previa que esta companhia teria o direito de desapropriar os terrenos às margens da estrada de ferro para a construção tanto dos mercados como de novos edifícios, que deveriam estar prontos no momento de sua inauguração. Para que esse faraônico projeto de remodelamento dos subúrbios fosse executado, o memorial previa a adoção de regras criteriosas para a ocupação do solo urbano:

Tais construções devem obedecer a uma só altura em toda a extensão, mas obedecendo as regras da arquitetura, e serão submetidas, ou ao Club Nacional de Engenharia, ou a uma comissão de engenheiros e arquitetos nomeados pelo governo. Nos respectivos mercados e nos pontos em que os engenheiros julgassem necessários, poderiam ser estabelecidas torres luminosas com poder iluminativo de grande alcance, para serem acesas não só durante as festas do Centenário, como nas grandes datas nacionais.

A mesma empresa construiria grandes hotéis, um na estação de Deodoro, e outro em Santa Cruz.

À mesma empresa seria dado também o direito de uma linha de automóveis para passageiros, a qual seria dividida em cinco seções, do

Centro da Cidade até Santa Cruz, sendo cobrados por cada seção duzentos réis (...) ³⁶⁵.

Reproduzindo o mesmo modelo adotado pela Prefeitura à época das reformas urbanas conduzidas pela administração Pereira Passos no centro da cidade, o projeto estabelecia a necessidade de uma banca de notáveis, formada por arquitetos e engenheiros, para escolher os prédios que adornariam a extensa “Avenida Central” dos subúrbios. Indiferente aos custos sociais que tal ideia acarretaria, mesmo entre os comerciantes que dizia representar, a *Associação Comercial Suburbana* sonhou com um espaço público dotado de hotéis, centros de diversões, um animado tráfego de automóveis e dezenas de mercados espalhados pelos subúrbios à dentro de modo que, vistos em conjunto, fossem o espelho das pretensões que acalentavam enquanto agentes ordenadores do social.

Nesse sonho, evidentemente, não havia espaço para a continuidade de hábitos e práticas da população pobre residente nos subúrbios, e nem mesmo para atividades de trabalho e produção como as do abastecimento de gêneros, na medida em que acabaria com o que restava de áreas de plantio, por exemplo. Em uma cidade tradicionalmente dependente do comércio ambulante, o pedido por mais mercados e feiras nos subúrbios se configura como anseio de frações do comércio estabelecido nas ruas mais valorizadas daqueles bairros de avançarem no controle sobre aqueles que sobreviviam perambulando pelas ruas a gritar suas mercadorias. Na mesma *Gazeta Suburbana*, o redator anônimo da seção “Ecos” conclamou o prefeito Paulo de Frontin (23.01.1919 / 28.07.1919) a criar novos mercados nos centros populosos dos subúrbios, pois tal medida poria fim:

(...) a esse bando de indivíduos mal trapilhos e sujos que diariamente vemos nas ruas do subúrbio a pregoarem frutas, aves, ovos, flores, carvão, tudo enfim, de modo irritante e até indecoroso, *por preço superior, às vezes, aquele de que se serve quem legalmente se fixa em determinado ponto para fazer esse comércio* ³⁶⁶.

Para outros comerciantes, contudo, as feiras representavam uma ameaça aos seus interesses, como se verifica na crítica dirigida pela imprensa suburbana aos retalhistas que questionavam a política de ampliação desses pontos de venda adotada pela Prefeitura, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela *Superintendência do*

³⁶⁵*Gazeta Suburbana*, Méier, 6.11.1919, p.5.

³⁶⁶“Ecos”. *Gazeta Suburbana*, Méier, 24.5.1919, p.2.

Abastecimento, administrada pela União. Tomando o cuidado de diferenciar o bom do mal comerciante, o artigo condenou aqueles que entendiam serem as feiras:

(...) um atentado à lei praticada pelo governo.

Por quê? Por concorrerem as feiras livres, disse-nos ele, com os estabelecimentos comerciais abertos ao público depois de pagos pesados impostos aos cofres municipais e federais, afora outros encargos pecuniários.

Concorde-se com isso.

Mas, perguntando nós, qual o meio de o governo ajudar o povo a viver em face da carestia injustificável dos gêneros de primeira necessidade? Pois não é fato que nas feiras livres o povo está comprando gêneros de primeira qualidade por preço muitíssimos inferior ao do exigido pelo comércio fixo a retalho? É. E por que não faz o mesmo esse comércio?

Ouça isto caladinho: por pirataria!³⁶⁷

Nessa disputa, os comerciantes contrários a essa política perderam. Na década de 1930, ao menos 42 feiras funcionavam em diversos bairros da capital³⁶⁸, fruto da bem sucedida pressão sobre os poderes públicos pró ampliação dos pontos de distribuição e venda das mercadorias produzidas pelas lavouras espalhadas pela cidade. Mas para que esse processo alcançasse os resultados esperados era preciso que as propriedades rurais aumentassem a produção dos gêneros de primeira necessidade ofertados à população da maior metrópole do país. Logo, um intenso debate sobre os fatores de produção das lavouras mobilizou proprietários rurais, entidades de classe, poderes públicos e a imprensa no final dos anos 1910.

Entre os jornalistas e intelectuais suburbanos, o esforço em participar dessa discussão os levou novamente a ampliar os mecanismos comumente empregados de intervenção na esfera pública. Além da imprensa e do associativismo, dessa vez decidiram criar uma campanha pública que incorporasse os largos da cidade em sua militância. Entre novembro de 1917 e julho de 1918, Pinto Machado, Eduardo e Benjamin Magalhães, Mariano Garcia e Xavier Pinheiro, ao lado de Francisco Antônio Correa, se uniram e fundaram um comitê devotado a enfrentar aquela que consideravam a maior causa da carestia da vida: a insuficiência da produção agrícola. Surgia, assim, o *Comitê de Agitação e Ação Pró Pequena Lavoura*.

³⁶⁷Jornal não identificado, s/d. Miscelânea Pinto Machado.

³⁶⁸JESUS, Gilmar Mascarenhas de. “Modernidade Urbana e Flexibilidade Tropical: as feiras livres na cidade do Rio de Janeiro (1904-1934)”, op. cit., p.35.

4.3. O ‘Comitê de Agitação e Ação Pró Pequena Lavoura’.

Fora enquanto colaborador da página suburbana d’*O Paiz* que Pinto Machado publicou, entre 1917 e 1918, uma série de artigos intitulados “Pela Zona Rural”. Nela é possível captar as ambições alimentadas pelo jornalista quanto ao futuro das zonas suburbana e rural da capital federal, e os sentidos do reformismo que vinha defendendo na esfera pública no final daquele decênio. Sob o pseudônimo de Itagy, o autor se notabilizou pela publicação de histórias cujas narrativas misturavam personagens fictícios e reais a indicar para os leitores os caminhos capazes de garantir, para a imprevisível e instável urbe carioca, a tão acalentada harmonia social. Em uma das histórias, ao discorrer sobre a decisão de um jovem casal que decidiu se mudar do agitado bairro do Engenho de Dentro rumo à distante e isolada Guaratiba, Itagy cravou uma das máximas que caracterizariam sua escrita imaginativa:

(...) *Como é fácil encontrar a felicidade!* Como a dois passos da Avenida onde a inutilidade se preme e acotovela, se pode viver feliz, sem depender de outra coisa senão: coragem, pertinência e amor ao trabalho!

Olhando os terrenos devolutos, áreas enormes, eu verificava o número de casais, de indivíduos que ali poderiam encontrar a ventura que aqui nos centros industriais não encontrarão nunca!

“Só é feliz quem se julga” e uma vez que o Joaquim e a Geralda se dizem felizes, e de fato o são. A luta do pobre é sempre a luta pelo pão, e o pão à farta, somente pode existir nos lares dos cultivadores da terra.

(...)

*A verdadeira felicidade do homem está na terra e para ela devem voltar os olhos todos os sequiosos de paz e conforto*³⁶⁹.

A devoção nutrida pelo jornalista ao mundo rural ocorria no transcurso de um movimento de intensas mudanças que se operavam no cotidiano da população da cidade. O distrito de Irajá, onde residia e trabalhava como jornalista e administrador da *Vila Proletária Marechal Hermes*, ainda que, visto do alto e à distância, como escreveu em uma das suas crônicas em 1918, fosse dotado de elementos próprios de um subúrbio à moda inglesa – “(...) com suas roças, estradas de ferro, estradas de rodagem, matas, serras e morros” a abrigar “belas vistas, topograficamente de uma beleza atraente, deslumbrante e encantadora”, uma vez explorado bem de perto era a expressão do mais acabado abandono, onde tudo falta – água potável, policiamento, calçamento, esgotos,

³⁶⁹Machado, Pinto (Itagy). “Pela Zona Rural” *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 29.5.1918, p.10. Grifos meus.

vias urbanas, etc – que somados compunham uma lista tão extensa de deficiências que o levou a bradar aos leitores: “A Zona Rural jaz abandonada”³⁷⁰. Mas em um período não muito distante, prossegue o jornalista, estes territórios comporiam um quadro de rara beleza, onde conviveriam na mais perfeita harmonia o homem e a natureza, o poderoso e o fraco:

Outrora, quando as freguesias de Inhaúma e Irajá, Campo Grande, Jacarepaguá e Guaratiba, tinham em seu seio fazendas enormes; quando havia roças que valiam ...100:000\$ divididas em quinhões de 5; quando a Penha, Irajá, Pavuna, Campo Grande, mais pareciam à noite e aos domingos, aldeias portuguesas, atravessadas pelos roceiros, guitarristas, cantadores do fado, homens alegres e felizes que regavam a terra – mãe comum de todos os seres – com o suor que frutificava, era uma ventura percorrer-se essas partes da zona da nossa capital, era de ver as festas religiosas nas matrizes locais, construídas por portugueses, com que pompas eram realizadas, sempre com bordos fartos aos pobres ou aos incapazes, francos e leais, desejando a fartura de todos.³⁷¹

De fato, as maiores fazendas, especializadas no cultivo de cana de açúcar e café, que povoavam a paisagem das antigas freguesias rurais da Corte praticamente haviam desaparecido no final da década de 1910³⁷². Como demonstrei anteriormente, as pequenas propriedades rurais predominavam nos distritos mais longínquos da capital federal: Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba – a maioria, composta por hortas e pomares, até 41 ha, seguidas pelas de 41 a 100 há –, e apenas irregularmente ocupavam trechos dos distritos de Inhaúma e Irajá, em franco processo de urbanização³⁷³. Este último, em especial, já não apresentaria os caracteres que poucos anos antes transportavam o jornalista Pinto Machado para a atmosfera das aldeias de Portugal, onde nasceu: “(...) Irajá foi, não há vinte anos, uma sucursal de uma província portuguesa. Tudo, todos os recantos da terra (...) eram cultivados com carinho e amor”³⁷⁴.

Tais elaborações de Pinto Machado compõem um conjunto de preocupações que apontam para a existência de um tipo de intelectual militante raramente abordado nos estudos que se debruçaram sobre a história do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do

³⁷⁰Machado, Pinto (Itagy). “Pela Zona Rural”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 22.05.1918, p.9.

³⁷¹ Idem.

³⁷²SANTOS, Joaquim Justino dos Santos. *Contribuição ao estudo da História do subúrbio do Rio de Janeiro*, op. cit., pp 4-5.

³⁷³LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, op. cit., p.744.

³⁷⁴Machado, Pinto (Itagy). “Pela Zona Rural”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 2.03.1918, p.9.

século XX: o que idealiza a natureza e o mundo rural. Letrado e morador dos subúrbios, Pinto Machado vinha de uma trajetória de ascensão social que era fruto das possibilidades abertas aos trabalhadores de maior nível educacional. Filho da metrópole, e exercendo funções típicas da cidade modernizada, buscou conquistar o seu espaço no concorrido mercado da respeitabilidade pública, no qual literatos vinham, desde fins do século XIX, exercendo papéis de tribunos na imprensa.

A geração de intelectuais surgida na década de 1870 e suas formas de atuação serviam como um farol a iluminar os caminhos a serem percorridos por Pinto Machado e seus companheiros de militância pró-subúrbios, cuja pretensão de intervir na esfera pública era alicerçada em um engajamento ético devotado a construir a nação e a remodelar o Estado³⁷⁵. Angel Rama lembra que um dos componentes da crise que se abateu sobre a antiga cidade letrada latino-americana nessa virada de século era a emergência daqueles que, falando a partir dos povoados recentemente urbanizados, nutriam a ambição capitalina e que “a partir de sua ambígua e desmesurada posição média, quiseram rivalizar com a classe alta”³⁷⁶.

Nesse caso, a rivalidade que se pode apontar reside na tentativa de um estrangeiro de origem pobre como Pinto Machado trabalhar para se estabelecer publicamente, também, como um “escrevinhador regional” ou “jornalista roceiro” cuja experiência como habitante de Irajá o habilitava a falar como especialista em questões agrárias³⁷⁷. Desprezando o mundo das multidões que se acotovelava na “Avenida”, palco, segundo ele, de “inutilidades”, apontou, para os deserdados da fortuna, outro caminho capaz de dar-lhes dignidade: a ida para os campos. O desemprego, a fome, a precariedade enfim que caracterizava a vida das classes populares do Rio, composta, dentre outros, por milhares de imigrantes como ele vindos do exterior e de outras partes do país, alimentava os pesadelos daqueles que perseguiam a sobrevivência material na cidade. Os comícios contra a carestia no primeiro semestre de 1917 e as greves que estouraram no meio do ano eram considerados por Pinto Machado como prenúncios de um movimento ainda mais radical capaz de desestabilizar o governo da República.

É nesse contexto de instabilidade que os jornalistas suburbanos decidiram reproduzir a mesma estratégia adotada pelos militantes da FORJ em sua campanha contra a carestia: a organização de comícios públicos. Mas, diferentemente destes, que

³⁷⁵SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983, pp. 78-79.

³⁷⁶RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, p.109.

³⁷⁷Machado, Pinto (Itagy). “Pela Zona Rural”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 14.05.1918, p.9.

se dirigiram preferencialmente aos trabalhadores urbanos com o intuito de fortalecer uma campanha contra a carestia que exigia o congelamento de preços de gêneros e aluguéis, aqueles priorizaram falar para os “amanhadores da terra” através de encontros domingueiros realizados em localidades onde existiam lavouras, condição que os levou a viajar e percorrer todos os distritos suburbanos e rurais da capital federal, e mesmo de cidades vizinhas, como Engenheiro Neiva (atual Nilópolis) e Nova Iguaçu.

Para que o leitor compreenda as pretensões nutridas por esses militantes ao criarem a campanha “de agitação e ação pró pequena lavoura”, os sentidos das reformas que jornalistas suburbanos pleitearam junto às diferentes esferas de poder estabelecidas na cidade, e o grau de vinculação dessas proposições com os projetos de sociedade amparados por frações das classes mercantil e agrária que conduzirei, a partir deste momento, reflexão sobre as experiências na condução do *Comitê de Agitação e Ação Pró Pequena Lavoura*.

Na condição de diretor do *Echo Suburbano*, Pinto Machado havia iniciado, em Novembro de 1917, a publicação de uma série de artigos sobre o comitê em prol da lavoura. O primeiro, intitulado *O Momento*, serviu tanto para a reflexão sobre as motivações que o levaram a criar a campanha, como também foi essencial para qualificar os idealizadores do projeto, vistos como “(...) pequenos e humildes fazedores de jornalismo na roça, temos a convicção de que bem saberemos cumprir com os nossos deveres, aqui, ali, onde os acontecimentos nos levarem, onde o governo determinar”³⁷⁸.

O semanário de Madureira era apenas um dos pilares que viriam sustentar o movimento. Seus companheiros da militância em prol dos subúrbios compuseram o grupo de oradores que por quase um ano viajou em busca da audiência dos lavradores, de maneira que as entidades e os órgãos de imprensa que compunham a rede de comunicação social articulada por essa intelectualidade foram acionados para a promoção do comitê: *O Comércio*, editado em Santa Cruz, que contava com a colaboração de Mariano Garcia; *O Suburbano*, dos irmãos Benjamin e Eduardo Magalhães, também redatores da seção “Nos Subúrbios”, d’*A Época*; a *Gazeta Suburbana*; e, por fim, a seção “O Subúrbio” d’*O Paiz*, dirigida por Xavier Pinheiro. Por fim, entidades como a *Associação Comercial Suburbana* e o *Centro Triangular*

³⁷⁸*Echo Suburbano*, Madureira, edição 4.11.1917. Miscelânea Pinto Machado. Grifos meus.

Progressista também forneceram quadros para o comitê através dos seus respectivos presidentes, Francisco Antônio Correa e José de Almeida Marques³⁷⁹.

Dentre os veículos da imprensa periódica, *O Paiz* parece ter se destacado como a arena com maior poder de difusão da campanha. Através de sua seção suburbana o diário convocou a população para participar dos comícios, repercutiu as notas e comentários sobre eles, noticiou as ações dos seus integrantes junto aos administradores públicos, divulgou análises de seus colaboradores acerca dos problemas enfrentados pelos lavradores e, claro, apontou os caminhos e saídas capazes de regenerar a agricultura nacional. Nenhum outro veículo da imprensa empresarial concedeu tamanho espaço para o comitê em prol da lavoura. O fato de sua direção ter entregado a um dos idealizadores do comitê a redação do seu noticiário suburbano não é mera coincidência, ainda mais em um ano fortemente marcado pelo recrudescimento da tensão social em função da carestia. Por isso, cabe interrogar, a partir da análise do conteúdo publicado pela seção, quais vínculos sociais e proximidade político-ideológicas podem ser estabelecidos entre *O Paiz*, os membros do comitê, governos e frações da classe proprietária carioca.

Vivenciando grave crise financeira e altamente dependente dos governos, que lhes compravam espaço para a publicação de balanços e atos oficiais, *O Paiz* era uma espécie de tribuna oficialista. A contratação de Xavier Pinheiro para a direção da seção “O Subúrbio”, como destaquei no primeiro capítulo, era a garantia buscada pelo jornal de que aquele espaço não daria problemas para a sua direção. Simpático às administrações Venceslau Brás e Amaro Cavalcanti, e às ações que ambos vinham desenvolvendo no combate à carestia, a pena do jornalista e as escolhas editoriais que privilegiou acabaram por legitimar tais medidas.

Ainda que o comitê pró-lavoura não fosse oficialmente uma iniciativa governamental, seus idealizadores fizeram questão de vinculá-lo ao chamamento feito pela Presidência da República em 1917, na ocasião em que o país declarou guerra à Alemanha, para que os lavradores intensificassem a produção dos gêneros de primeira necessidade. Pinto Machado não poderia ser mais explícito quanto a isso quando afirmou ser:

³⁷⁹ Dentre todos os periódicos envolvidos nessa campanha, apenas *O Paiz* e *A Época* possuem edições preservadas para o período 1913-1918 na Biblioteca Nacional. O trabalho com os títulos da imprensa suburbana foi realizado a partir dos recortes reunidos e conservados por Pinto Machado e através de edições da *Gazeta Suburbana* preservadas para os anos 1919-1920.

(...) efetivamente necessário fazer ver ao povo que na época presente, não se deve gastar um tostão mal gasto. Todos os esforços devem ser congregados para que haja em cada lar o máximo de economia, em benefício da coletividade.

Sua Ex^a, o venerado chefe de Estado, diz ainda: *'Intensifique-se tanto quanto possível a produção dos campos, afim de que a fome, que bate, já as portas da Europa, não nos aflija também, e antes possamos ser o celeiro de nossos aliados.'*³⁸⁰

No mesmo artigo em que publicou trechos do discurso de Venceslau Brás, o *Echo Suburbano* também destacou a iniciativa primeira de Pinto Machado ao tomar conhecimento do chamado presidencial:

(...) Logo após o Brasil aceitar a guerra imposta pelos atos infames da Alemanha, quando o Sr. Presidente da República nomeou a comissão dirigente do *Comitê de Produção*, o nosso companheiro Pinto Machado escreveu ao ilustre Dr. *Miguel Calmon*, pondo-se à disposição do mesmo Comitê, no intuito de falar aos pequenos lavradores, no afã de haver o máximo de terra cultivada.³⁸¹

O fazendeiro Miguel Calmon era ex-ministro de *Viação e Obras Públicas* (1906-1909) do governo Afonso Pena e exercia, naquele ano, o cargo de vice-presidente da *Sociedade Nacional da Agricultura* (SNA), condição que sem dúvida alguma pesou em sua escolha para a direção do recém-criado *Comitê de Produção*, órgão da União responsável por apresentar soluções para a crise de abastecimento às cidades. O desejo dos idealizadores do *Comitê Pro Lavoura* de se colocarem como soldados à disposição não apenas do governo federal como também das demais esferas de poder da cidade resultou na escolha de nomes de dirigentes da SNA, políticos e governantes para compor o quadro geral do comitê. São eles: presidente de honra: Venceslau Brás; presidentes honorários: José Rufino Bezerra Cavalcanti (ministro da Agricultura, 1915-17); Amaro Cavalcanti (prefeito do Distrito Federal); Miguel Calmon; Lauro Muller (presidente da SNA entre 1912-21 e senador por Santa Catarina, 1917 – 1926); presidente geral e efetivo do comitê: André Gustavo Paulo de Frontin (senador pelo DF, 1917-18); secretário-geral: Pinto Machado; membros ativos da propaganda: presidente, advogado Benjamin Magalhães; secretário: Francisco Antônio Corrêa; procurador: Inácio Pinto de Miranda Filho (despachante da Prefeitura). Havia também um conselho

³⁸⁰*Echo Suburbano*, Madureira, novembro de 1917. Miscelânea Pinto Machado. Grifo meu.

³⁸¹*Echo Suburbano*, Madureira, novembro de 1917. Miscelânea Pinto Machado. Grifos meus.

deliberativo permanente que incluía fazendeiros, como o Padre Ricardo Silva, apresentado como representante da lavoura da zona da Leopoldina e o ex-intendente Francisco Pinto da Fonseca Telles, pela lavoura de Jacarepaguá; o funcionário público Azevedo Lima, pelo *Conselho Municipal*; Ennes de Souza, primeiro presidente da SNA (1897-1898), além de outros nomes do periodismo suburbano.

A identificação de todas essas personalidades aponta para um traço importante da atuação desses jornalistas que era a busca por sua legitimação pública perante os leitores e, também, face as autoridades e grupos políticos na cidade. E ela era sustentada no campo simbólico a partir de uma cobertura jornalística que recorrentemente os retratavam como homens de ação, cuja interlocução com os detentores do poder político e, por conseguinte, com os aparelhos burocráticos do Estado, lhes garantiriam condições para influir na obtenção das demandas pelas quais ansiavam os seus leitores-moradores-produtores de riquezas.

Como é possível observar a partir dos nomes estrategicamente escolhidos para ocupar os postos de patronos do comitê, a interlocução que a campanha almejou estabelecer com os produtores agrícolas cidade à dentro se desenvolveu, em larga medida, a partir do diálogo desses militantes com as proposições que integravam um audacioso projeto de reforma da agricultura nacional defendido pela SNA no período da Primeira República. Mas quais seriam os pontos nodais desse reformismo? É possível identifica-los, por exemplo, nos temas que mobilizaram os oradores em suas conferências públicas? A tabela abaixo, montada a partir de informações esparsas recolhidas na imprensa, permite responder essa e outras perguntas:

TABELA V – COMÍCIOS PÚBLICOS ORGANIZADOS PELO COMITÊ DE AÇÃO E PROPAGANDA PRÓ PEQUENA LAVOURA

DATA	LOCAL	CONFERENCISTAS	TEMAS POR ORADOR
11.11.1917	Chácara das Palmeiras, no Arraial da Penha	Pinto Machado, Mariano Garcia, Benjamin Magalhães, Eduardo Magalhães, Jeronymo Bandeira de Mello e outros.	?
18.11.1917	Localidade Pedreira, em frente à estação Irajá da EF Rio D'Ouro	Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães e Francisco Antonio Correa	?
25.11.1917	Cidade de Nova Iguaçu (antiga Maxambomba)	Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães, Vianna Ferraz e Francisco Antonio Correa	?

30.11.1917	No Centro Triangular Progressista, na estação de Rio das Pedras	Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães, Vianna Ferraz e Francisco Antonio Correa	?
9.12.1917	Largo do Tanque, freguesia de Jacarepaguá	Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães, Vianna Ferraz e Francisco Antonio Correa	?
16.12.1917	Praça do Mercado, Estação do Engenho de Dentro	Pinto Machado, Elzio Maia, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães, Vianna Ferraz e Francisco Antonio Correa	?
23.12.1917	Pilares, em Inhaúma, no ponto dos bondes Méier-Inhaúma	Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Elzio Maia, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães, Vianna Ferraz e Francisco Antonio Corre	?
30.12.1917	Arraial da Pavuna, em frente à estação da EF Rio D'Ouro	Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Elzio Maia, Mariano Garcia, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães, Vianna Ferraz e Francisco Antonio Correa	?
?	Largo de Madureira, em frente à estação de mesmo ano.	Pinto Machado, Eduardo Magalhães, Mariano Garcia e Francisco Antonio Correa	?
13.1.1918	Em frente à estação de Santíssimo, do ramal de Santa Cruz da EFCB	Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães e Francisco Antonio Correa	?
20.1.1918	No ponto dos bondes da Localidade do Mato Alto, em Guaratiba	Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães e Francisco Antonio Correa	?
27.1.1918	Praça Felipe Cardoso, em Santa Cruz	Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães e Francisco Antonio Correa	?
3.2.1918	Parada de "Lucas", na estação da EF Leopoldina	Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães e Francisco Antonio Correa	?
24.2.1918	Localidade da "Ilha, em Guaratiba	Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães e Francisco Antonio Correa	?
10.3.1918	Em frente à estação de Ricardo de Albuquerque	Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães e Francisco Antonio Correa	?
17.3.1918	Praça Paulo de Frontin, estação de Engenheiro Neiva	Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães, Francisco	?

	(Nilópolis)	Antonio Correa e Dr. Raul Apocalipse	
24.3.1918	Estação de Campo Grande	Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães, Vieira de Mello e Dr. Raul Apocalipse	“Adubos e maquinismos”; “Produções e sementeiras”; “Por que a lavoura não tem braços”; “A economia da lavoura”; “A influência da lavoura na grandeza da Pátria”; “Conselhos aos lavradores”
7.4.1918	Localidade da “Pedra”, em Guaratiba	Presidência: Dr. Xavier Pinheiro Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães, Vieira de Mello, Dr. Raul Apocalipse e Francisco Antonio Correa	? “Grandeza e decadência de Guaratiba”; “O exército da lavoura”; “A lavoura e os braços”; “O concurso da mulher na lavoura”; “A alegria do lar do lavrador”; “Conselhos aos lavradores”; “Por que morre a lavoura”
21.4.1918	Largo do Bodegão, Santa Cruz	Presidência: Dr. Xavier Pinheiro Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães, Vieira de Mello e Francisco Antonio Correa	? “A cooperação na lavoura”; “Mercados e feiras livres”; “A alimentação dos lavradores”; “Apelo aos lavradores”; “O que são os formigueiros”; “É preciso desenvolver a lavoura”
28.4.1918	Estação de Paciência, ramal de Santa Cruz da EFCB	Presidência: Dr. Xavier Pinheiro Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães, Vieira de Mello e Francisco Antonio Correa	? “A vida dos campos”; “Os algozes do lavrador”; “Terras devolutas”; “Plantai, lavradores”; “O problema agrícola”; “A companheira do lavrador”
5.5.1918	Estação de Engenheiro Trindade	Presidência: Dr. Xavier Pinheiro Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães, Vieira de Mello e Francisco Antonio Correa	? “A poesia dos campos”; “A uberdade do solo”; “O cooperativismo agrícola”; “A mãe dos prodígios”; “Razões aos lavradores”; “Trabalhos abençoados”
26.5.1918	Estação de Mesquita, no ramal Belém da EFCB	Presidência: Dr. Xavier Pinheiro. Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães, Vieira de	? “A terra não morre”; “Terra e pátria”; “Luta pela terra”; “A planta e

		Mello e Francisco Antonio Correa	a terra”; “Legislação de terras”; “Revolvimento da terra”
2.6.1918	No ponto de bonde próximo à Igreja da Penna, em Jacarepaguá	Presidência: Dr. Xavier Pinheiro Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Eduardo Magalhães, Vieira de Mello, Mariano Garcia e Francisco Antonio Correa	? “Os trabalhos do comitê”; “Os deveres dos donos da terra”; “União dos lavradores”; “Luta pelo pão”; “A terra e os braços”; “Pátria do lavrador”
16.6.1918	Parada do Colégio, estação da EF Rio D’Ouro	Presidência: Dr. Xavier Pinheiro Pinto Machado, Benjamin Magalhães, Mariano Garcia, Eduardo Magalhães, Vieira de Mello e Francisco Antonio Correa	? “Asprezas da luta”; “A imprensa e a lavoura”; “Missão que nobilita”; “Terra mater”; “Amor entre os homens”; “Terra e sementes”
?	Arraial da Penha	?	?
?	Anchieta	?	?
?	Penha	?	?
?	Bangu	?	?
21.7.1918	Campo Grande	?	?

Fonte: Elaborada com base em informações reunidas a partir da leitura de materiais diversos (recortes de material jornalístico e folhetos de propaganda) reunidos na *Miscelânea Pinto Machado*.

Os exatos 29 comícios conduzidos pelos mais influentes nomes do periodismo suburbano abordaram questões prementes para os pequenos, e nem tanto, produtores rurais da capital, como, por exemplo, a necessidade de modernização das técnicas agrícolas; o incentivo à formação de cooperativas de produção; a falta de mão de obra nos campos; a discussão sobre a legislação acerca da propriedade da terra, além, é claro, de elaborações marcadamente ideologizadas sobre a agricultura e uma suposta vocação agrícola da “Pátria” brasileira que, em conjunto, integravam um movimento que ficou conhecido como a “ideologia do agrarismo”, ou “ruralismo”.³⁸²

Os setores ligados à produção de gêneros destinados ao mercado interno acabaram criando uma entidade que viria a atuar como órgão de classe devotado a impactar a sociedade política, ou seja, a ocupar os aparelhos do nascente Estado republicano com vistas a programar políticas públicas formuladas no âmbito da *Sociedade Nacional da Agricultura*. Segundo Sonia Regina de Mendonça:

³⁸²Sônia Regina de Mendonça, em seu estudo sobre o conjunto de representações e práticas acerca do mundo rural brasileiro, identificou que o ruralismo foi um movimento de organização de determinadas frações da classe dominante brasileira. MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo, Hucitec, 1997.

Dessa iniciativa resultaria um pequeno grupo de quarenta e sete indivíduos que, reunidos em maio de 1896, na sede da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, lançaria as bases de uma organização agrícola mais abrangente a cuja testa encontrava-se o idealizador dos *comícios*, o engenheiro politécnico Antônio Ennes de Sousa. O objetivo da instituição era o de tornar-se um centro mobilizador de forças e formador de opiniões, de modo a “*servir como ponto de apoio para todo e qualquer esforço em prol do melhoramento agrícola do nosso país*”, o que ganha maior relevância ao considerar-se a tendências industrializantes manifestas pelos líderes do novo regime até o episódio do Encilhamento, fazendo com que a entidade recém-criada enfatizasse a missão de “*congregar coletivos e individuais esforços para integrar o Brasil no conceito de país essencialmente agrícola*” (Poliano, 1942, p.98).³⁸³

Os comícios agrícolas a que a autora se refere foram organizados por Ennes de Souza no contexto pós Abolição quando, para muitos proprietários rurais, as lavouras vinham atravessando um período de desajustamento por causa da supressão do braço escravo. Logo, a ideia da caravana era difundir estratégias de compensação capazes de leva-los a atravessar aquele momento de dificuldades. Com o passar do tempo, a SNA ganhou musculatura suficiente para inscrever, na esfera pública, os marcos do debate sobre os desafios a serem enfrentados pelo produtor rural brasileiro. Desta posta, a pesquisa de Sônia Regina de Mendonça apontou a existência de uma agenda alicerçada na defesa de uma filosofia antiurbana que ressaltava as vantagens da vida no campo, e a necessidade de que a agricultura fosse pensada por “homens de ação”, como os agrônomos, e não por “notáveis”. Como forma de debelar a crise pela qual passava a agricultura nacional (entendida como atrasada), a entidade saiu em defesa da criação de novas associações rurais e caixas de crédito e propôs a fundação de campos de demonstração e escolas práticas de agricultura que atuassem como centro irradiador da aplicação da ciência nos campos:

(...) Assim, cinco bandeiras se ressaltariam dentre as consideradas capazes de promover a regeneração da agricultura nacional: a) a diversificação produtiva; b) o associativismo; c) a criação de uma agência do aparelho de Estado permeável a suas petições e inquietudes; d) a modernização agrícola pela difusão do ensino técnico e da mecanização e, finalmente, e) a multiplicação da pequena propriedade como estratégia de fixação da mão-de-obra no campo. O substrato comum a todas elas residia numa dada explicação para o mencionado atraso do país, bem como na identificação de seus

³⁸³MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*, op. cit., pp. 41-42. Grifos da autora.

interesses particulares com os de toda a agricultura. Para atingir tais objetivos, a Sociedade desempenharia quatro papéis: a) o de instância organizativa dos proprietários rurais de menor peso; b) o de agência de propaganda e formação de opinião no seio da classe dominante; c) órgão de consulta e prestação de serviços aos associados e, finalmente, d) o de instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos (...)³⁸⁴.

Na conjuntura de crise da carestia no final dos anos 1910, as bandeiras desfraldadas pela SNA em sua tentativa de encaminhar as soluções para o que considerava o atraso da agricultura brasileira foram, em menor ou maior grau, assimiladas e reproduzidas pelos jornalistas suburbanos. Evidentemente que os títulos das conferências apenas esboçam esse vínculo, assim como a própria necessidade que sentiram de criar um comitê em prol da lavoura era inspirado em movimento idêntico outrora idealizado e executado pelo fazendeiro Ennes de Souza em sua tentativa de encaminhar soluções para o problema agrário que entendia existir no final do século XIX. Diante da ausência de fontes que reproduzam os conteúdos das conferências ministradas por todos os oradores do comitê, trabalhei com os artigos jornalísticos publicados em profusão na seção suburbana d' *O Paiz* e na imprensa suburbana. A análise desse material permite que se avalie com clareza em que medida os intelectuais suburbanos relacionaram as proposições articuladas no interior da SNA com as necessidades concretas dos lavradores das zonas suburbana e rural que afirmavam representar na imprensa.

Não há dúvida de que, dentre todos os militantes envolvidos na condução do *Comitê Pró Lavoura*, aquele que se pode apontar como o mais orgânico à SNA era o seu idealizador, Pinto Machado. A assimilação da ideologia do agrarismo ocorreu a partir do estreitamento das relações do jornalista com a entidade. Em 1916 ele fora um dos conferencistas do seu tradicional encontro semanal, onde discorreu sobre “A pequena lavoura das zonas suburbana e rural”³⁸⁵. Em 1917 foi aceito, por unanimidade, como seu sócio efetivo e tornou-se interlocutor privilegiado daquela que Sônia Regina de Mendonça considera a agência do aparelho estatal mais permeável às demandas dessa fração da classe agrária, o Ministério da Agricultura.

Além de referendar, através da coluna “Pela Zona Rural”, o ideário antiurbano e antiindustrialista preconizado pela entidade, o jornalista se tornou um dos mais fervorosos defensores de um conjunto de reformas que garantissem a redução dos

³⁸⁴Idem, pp. 49-50.

³⁸⁵*Echo Suburbano*, Madureira, s/d. Miscelânea Pinto Machado.

fatores de produção das lavouras, tais como: o aumento do investimento público em infraestrutura, especialmente em saneamento básico e transportes; a aprovação de legislação que destinasse as terras devolutas para a produção agrícola; aumento do crédito voltado para o financiamento da lavoura; bem como a adoção de medidas legais que garantissem maior disponibilidade de camponeses para os donos e arrendatários das terras. Essa leitura da realidade, como se verá, alimentou as avaliações dos demais jornalistas e colaboradores d' *O Paiz* nas discussões sobre a “crise da lavoura”.

Um dos pontos dessa extensa pauta debatida por esses homens era o acesso à terra. A seção comandada por Xavier Pinheiro publicou uma série de artigos, assinados ou não, onde se discutia as razões pelas quais havia na cidade uma enorme quantidade de terras, muitas delas devolutas, sem qualquer uso ou exploração econômica. Pinto Machado, por exemplo, enviou petição ao Ministro da Agricultura condenando prática levada adiante pelos grandes proprietários que estariam aumentando o valor dos alugueis cobrados aos lavradores que arrendavam suas terras, situação que levava muitos a terem de abandoná-las³⁸⁶. Tal crítica também fora veiculada por autor de artigo não assinado que se posicionou contra a existência da grande propriedade em centros populosos como o Rio – “(...) consideramo-la mesmo como a causadora imediata de muitos dos embaraços que perturbam a vida regular da pequena lavoura”³⁸⁷. Outro, por sua vez, abordou os efeitos do processo de urbanização sobre as localidades surgidas nas margens da ferrovia da central. Em artigo intitulado “Terrenos Devolutos”, associou essa ocupação inteiramente ao esforço da iniciativa privada, e lembrou que uma das suas consequências era a existência de “irregularidade que se nota na construção de núcleos de população disseminadas aqui e ali, ficando devolutos terrenos e terrenos no meio de localidades populosas”. Por isso, cobrou da Municipalidade a criação de mecanismo legal capaz de evitar que naquelas zonas continuasse existindo quem especulasse com a terra³⁸⁸. Pinto Machado não apenas defendeu a criação de um imposto territorial para aqueles que não explorassem suas terras, como instou o governo a requisitá-las caso ficasse demonstrado a tentativa do proprietário de utilizá-las para fins de especulação³⁸⁹.

Outra demanda que mereceu a atenção da seção foram as dificuldades enfrentadas pelos lavradores para a obtenção de crédito. Os articulistas que versaram

³⁸⁶“O Subúrbio”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 13.04.1918, p.9.

³⁸⁷*O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 20.04.1918, p.9.

³⁸⁸“Terrenos Devolutos”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 4.05.1918, p.11.

³⁸⁹*O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 8.06.1918, p. 9.

sobre o tema foram unânimes em apontar a inexistência de estabelecimentos de crédito voltados especialmente para o financiamento da atividade agrícola. O colaborador Amaro Arthur, por exemplo, lembra que após inúmeras visitas feitas aos lavradores, identificou ser a falta de dinheiro a principal queixa da classe. Por conta disso, propôs ao governo criar um banco agrícola cuja sede seria instalada em Cascadura³⁹⁰, mesma proposta de artigo não assinado, que sublinhava a posição privilegiada da localidade por causa da sua estação ferroviária, ponto de parada obrigatório dos trens de todos os ramais. Intitulado “Bancos Rurais ou Caixas Agrárias”, o artigo divulgou o desejo dos lavradores encaminharem ao governo mensagem cobrando essa medida, e lembrou o quão justo era esse pleito na medida em que faltaria dinheiro “para atender as suas muitas necessidades, inclusive o pagamento dos salários e a aquisição de instrumentos agrários e do gado para tração dos veículos destinados ao transporte dos produtos da lavoura”³⁹¹.

No tópico referente ao aumento do investimento público em infraestrutura, Benjamin Magalhães defendeu a necessidade de se construir uma estrada de ferro entre Guaratiba e Jacarepaguá, cujo ramal se conectaria com a estação D. Clara da EFCB. Para ele, tal decisão proporcionaria aumento na produção de gêneros, pois daria aos lavradores transporte de rápida comunicação com o restante da cidade. Segundo o jornalista, a linha de bondes recentemente inaugurada entre Campo Grande e Guaratiba seria insuficiente para dar conta da demanda presente e futura. Além de lento para o transporte de mercadorias, considerava que a política tarifária aplicada pela concessionária que explorava o serviço de carris penalizava o pequeno produtor. Por isso lamentou que a exploração desse serviço não resultasse no aumento das rendas do Estado mediante tomada de decisões que priorizassem a conexão da cidade com suas áreas de plantio:

(...) Não condeno o furor industrial oriundo de elementos formados por companhias e empresas; apenas lastimo a ausência de providencias legislativas na distribuição das linhas férreas, valorizando localidades, os campos, enfim, adiantando-se ás ambições, canalizando para as algibeiras de altos capitalistas aquilo que deveria ficar nos cofres da Republica.³⁹²

³⁹⁰*O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 30.04.1919, p.9.

³⁹¹ “Bancos Rurais ou Caixas Agrárias”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 13.05.1918, p.13.

³⁹²*O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 1.5.1918, p.9.

Vieira de Mello foi além e defendeu a redução de todas as tarifas cobradas pelas concessionárias que exploravam as estradas de ferro e empresas de cabotagem³⁹³, enquanto Pinto Machado reforçou a necessidade de se investir em vias de comunicação terrestre que conectassem as lavouras entre si e com os distritos urbanos. Por isso defendeu a urgência de se realizarem obras de saneamento que drenassem as áreas pantanosas e alagadiças existentes nos caminhos das estradas:

Para utilidade da lavoura e portanto, interesse da própria Municipalidade, é preciso: sanear Guaratiba, Jacarepaguá e Barra da Tijuca; dar escoamento às águas e tornar carroçáveis as estradas: de Benfica a Penha, da Penha a Irajá, e de lá a Cascadura. Toda a Estrada Real de Santa Cruz, em parte já melhorada; a Estrada da Pavuna, melhoramentos já idealizados para a ligação automobilística Rio-Petrópolis; abertura de antiga e inutilizada estrada – só para animais, que outrora ligava o Méier – Boca do Mato – a Jacarepaguá; melhoramentos nas estradas que ligam Campo Grande a Guaratiba, Arraial da Pedra e Pontal; façam o mesmo nas estradas Cascadura – Jacarepaguá – Gávea; e Cascadura – Jacarepaguá – Tijuca (...) ³⁹⁴

O investimento no saneamento das zonas rurais, no entanto, não serviria apenas para a construção de todas essas vias de comunicação. O jornalista abraçou entusiasticamente a fundação, pelo governo federal, da *Liga Pró-Saneamento do Brasil*, dirigida pelo médico sanitarista Belisário Penna, como meio capaz de diminuir e mesmo evitar as mortes da população pobre residente nas áreas rurais³⁹⁵. Benjamin Magalhães foi outro a elogiar publicamente o governo por conta dessa campanha, na ocasião de inauguração de um posto de profilaxia em Pilares, Inhaúma – “Suburbanos, temos prestado todo o modesto apoio da nossa palavra, embora pouco rumorosa, e sem os lampejos da oratória, ao ingente ideal higiênico cuja intensificação se deve, para honrar a verdade, ao Dr. Venceslau Brás (...)”, mas não deixou de criticar as epidemias que recorrentemente atingiriam a população dessas zonas por causa da falta de atenção da defesa sanitária. Logo, atacou a diretoria da Saúde Pública, vista como “burocrática” e “pachorrenta” ³⁹⁶.

Se por um lado o noticiário suburbano d’ *O Paiz* abrigava articulistas esperançosos quanto ao sucesso das medidas governamentais destinadas a diminuir a

³⁹³ *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 14.6.1918, p.9.

³⁹⁴ *Echo Suburbano*, Madureira, s/d. Miscelânea Pinto Machado.

³⁹⁵ *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 17.04.1918, p.6.

³⁹⁶ *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 1.5.1918, p.9.

taxa de mortalidade entre os trabalhadores do campo, por outro não foram poucos aqueles que conclamaram os governos a adotarem políticas públicas capazes de aumentar os braços nas lavouras. Mas, condizente com o ideário propugnado pela SNA, tais demandas vinham embaladas por desejo ainda mais audacioso: o de disponibilizar aos donos de terras trabalhadores forjados a partir de formação condizente para o trabalho em lavouras que, desejavam-se, fossem orientadas pelo uso racional das novas técnicas agrícolas.

Aliás, o interesse em aumentar o contingente de camponeses disponíveis para os produtores rurais fora um dos objetivos mais obstinadamente perseguidos pelos iniciadores do *Comitê Pró Lavoura*, como se pode verificar através do primeiro da série de cartazes confeccionados especialmente para a divulgação de cada um dos 29 comícios públicos organizados pela campanha desenvolvida pelos quatro jornais suburbanos (Imagem XVI).

Ao conclamar, além dos lavradores, os proletários e desempregados a comparecerem nesse primeiro evento, seus iniciadores expuseram o desejo de se comunicar com a população pobre com o intuito de convencê-la sobre a possibilidade do trabalho no campo “baratear a vida”.

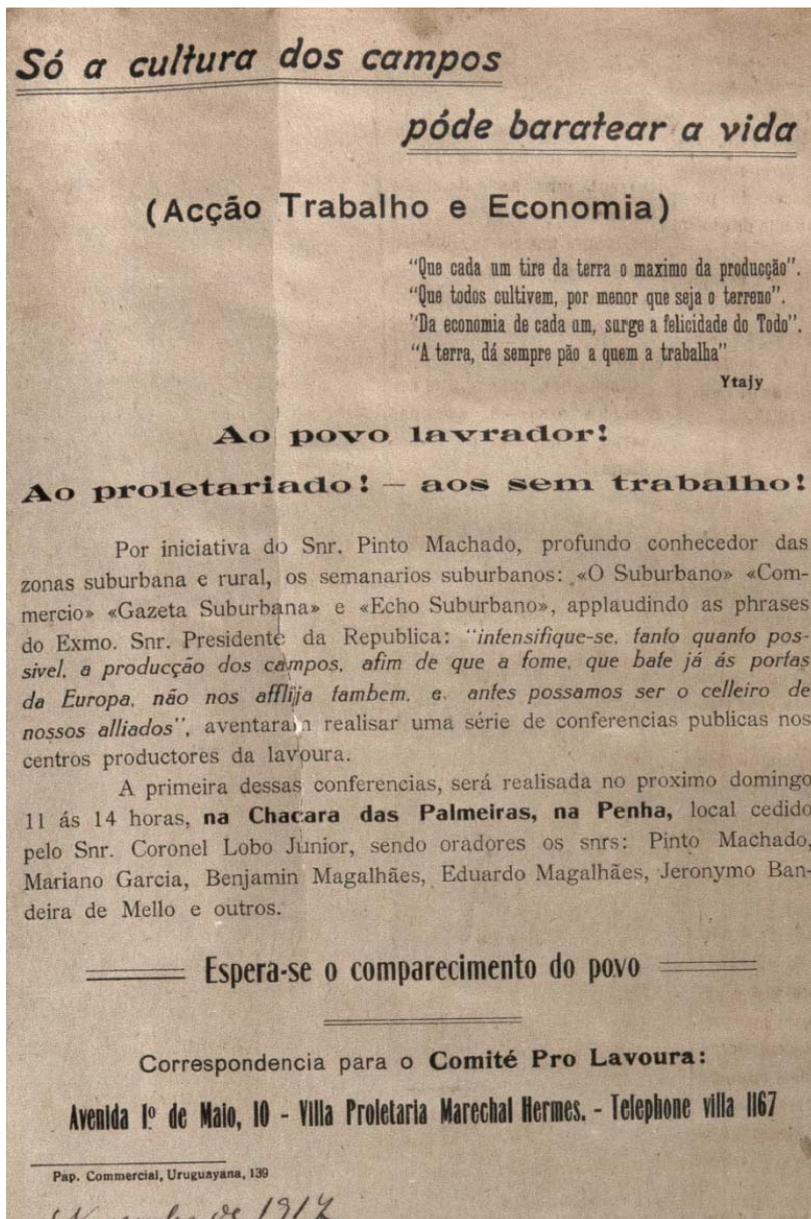


Imagem XVII: Folheto de Propaganda do Comitê Pró Lavoura para o 1º comício, na Penha, em novembro de 1917. *Coletânea Pinto Machado.*

Ainda que administrador da maior vila proletária da cidade, a de Marechal Hermes, Pinto Machado entendia que a quantidade de trabalhadores envolvidos nessa obra, e em outras conduzidas pelo governo federal na cidade, vinha reduzindo o número de braços nas lavouras do DF:

Com os grandiosos serviços da duplicação das linhas da Central do Brasil e construção das vilas militares e proletárias, o povo que vivia do trabalho dos campos abandonou-os para se dedicar a serviços mais penosos, mas que lhe trazia, embora que aparentemente, resultados mais práticos. Resultou que, após a paralização dessas obras, os que haviam abandonado os campos deixaram-se ficar por aqui, nos grandes centros, aumentando o número de famintos e concorrendo

para os que conseguiram trabalho tivessem de trabalhar para si e os sem colocação³⁹⁷.

Seguramente, os grandes centros referidos no texto eram, também, as áreas densamente povoadas de Inhaúma e Irajá. A presença da pobreza nesses distritos era motivo de preocupação permanente para os segmentos mais abastados que habitavam esses territórios. Através dos artigos que redigiu para a seção dirigida por Xavier Pinheiro em *O Paiz*, Satanelo advertiu reiteradamente o governo da República sobre o quão dramáticos eram os efeitos da carestia entre os mais pobres residentes naqueles distritos – “No subúrbio, onde a maioria dos habitantes é pobre e os que alguns recursos têm não são tamanhos que possam ser considerados milionários, a impressão do flagelo é maior”³⁹⁸. Se o tom de denúncia visava, por um lado, sensibilizar a classe política para o drama vivido pela população mais vulnerável daquelas paragens, por outro também serviu para alertar tais poderes sobre os riscos que a persistência da fome no seio desse segmento poderia acarretar para a desestabilização do tecido social. Por isso, assim como Pinto Machado, associou o desenvolvimento da lavoura à adoção, pelas autoridades, “de meios inteligentes de atrair essa população sem recursos para os campos onde, a par de serviços que prestaria aumentando as fontes de produção de muitos desses gêneros – daria a essa população sem emprego uma ocupação rendosa e segura”³⁹⁹.

No fundo, o que esses homens buscavam era contribuir para o sucesso de decreto recentemente sancionado de recrutamento de trabalhadores nacionais para os chamados *Patronatos Agrícolas*, administrados pelo *Ministério da Agricultura* sob o argumento de que era necessário restabelecer o equilíbrio entre a população urbana e a rural, uma vez que a vida nas capitais vinha exercendo fascínio entre os jovens tidos como desaparelhados “para o exercício de qualquer emprego ou atividade honesta”⁴⁰⁰.

Em “Quem quer trabalhar”, articulista anônimo se despiu de qualquer subterfúgio e aconselhou diretamente os “necessitados” e “desocupados” e se dirigirem à “Diretoria de Povoamento” do Ministério para serem atendidos e encaminhados aos

³⁹⁷ *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 27.03.1918, p.9.

³⁹⁸ *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 05.05.1918, p. 6.

³⁹⁹ *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 30.06.1918, p.11.

⁴⁰⁰ Decreto n. 12.893, de 28 fevereiro de 1918. Autoriza o Ministro da Agricultura a criar patronatos agrícolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do Ministério. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02/07/2017.

diferentes estabelecimentos – postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais ou patronatos agrícolas – destinados a “ministrar, além da instrução primária e cívica, noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária a menores desvalidos”.⁴⁰¹ As prováveis dificuldades que enfrentariam, afirma, não deveria desanimá-los, pois seria:

(...) melhor trabalhar na lavoura, mesmo mediante a diária de 3\$, do que ficar numa capital onde, por ser muito cosmopolita, as competições são violentas e a luta pela conquista do pão de cada dia, principalmente no momento que atravessamos, se faz mortificante ou desanimadora⁴⁰².

O valor da diária para remuneração do trabalho agrícola utilizado como parâmetro para encorajar os mais pobres a se transformarem em colonos era usualmente pago, em 1906 (ou mais de uma década antes), àqueles que desempenhavam ocupações de menor ganho no mercado de trabalho, como, por exemplo, serventes e ajudantes de pedreiros⁴⁰³. Além dos ganhos reduzidos, sair de área urbana onde as chances de conseguir trabalho eram maiores e onde o grau de autonomia individual e mesmo de ação coletiva eram consideráveis, se comparados com o mundo rural, constituíam fatores de relevo para a ineficácia de tal propaganda. Entretanto, o decreto sancionado pelo governo Venceslau Brás não contava apenas com a prática do convencimento enquanto método de ação. O uso da coerção também compunha o escopo dos dispositivos à disposição dos agentes públicos. A prática mais usual, e que mereceu entusiásticos aplausos do noticiário suburbano d’ *O Paiz*, era a apreensão de menores de rua para posterior envio às colônias agrícolas, uma medida vista como:

(...) de alta relevância social (...) Mais do que nunca se impõe, agora, o estabelecimento desses patronatos principalmente se se atender a que se faz necessário aumentar-se a produção agrícola, tanto ou mais que a industrial, para o que se deve lançar mão de todos esses *menores que por ai andam a encher as tavernas e os botequins em palestras estéreis ou em combinações prejudiciais à propriedade alheia, quando se não constitui elemento pernicioso à ordem publica.*

A instituição desses patronatos não só *regenerará esses indivíduos*, que no desabrochar da vida não veem diante de si senão criminosos e más companhias, que, como eles, também precisam de regeneração, o

⁴⁰¹ “Quem quer trabalhar”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 13.04.1918, p.9. Grifo meu.

⁴⁰² “Quem quer trabalhar”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 13.04.1918, p.9.

⁴⁰³ DAMAZIO, Sylvia. *Retrato Social do Rio de Janeiro*, op. cit., p.50. Esse valor era pago aos trabalhadores não qualificados em 1906. Um especializado percebia em torno de 7\$ a 9\$. Ainda que o período seja razoavelmente distante do período abordado pelo articulista, permite ter uma noção de quem era o alvo privilegiado dos executores e divulgadores dessa política de Estado.

que só o trabalho bem dirigido e distribuído lhes pode proporcionar, como vem solucionar um dos nossos maiores problemas sociais ⁴⁰⁴.

Longe de ser opinião isolada de um ou outro jornalista, a defesa apaixonada de projeto extremamente autoritário era a expressão de um campo político-ideológico conservador que moldava a visão de mundo daqueles que exerceram funções intelectuais em nome da defesa dos subúrbios, muitos dos quais eram operadores dos aparelhos de coerção obcecados pela ordem. Sidney Chalhoub já havia chamado a atenção para a suspeição generalizada sobre a pobreza que prevaleceu entre políticos e segmentos da elite da Corte nas décadas finais do século XIX, e em especial após a Abolição, quando os antigos mecanismos de controle social engendrados no âmbito privado pelos senhores de escravos entraram em obsolescência. Naquele contexto as instituições responsáveis pela formulação das leis e sua aplicação adotam o conceito de “classes perigosas” cuja matriz repousava na legitimação da repressão sobre aqueles considerados suspeitos apenas por sua condição social e étnica, ou seja, o pobre em geral e o negro em particular⁴⁰⁵. Na República, esse movimento ganharia contornos de saber científico, de maneira que as instituições do Estado voltadas para a coerção passaram a sofrer alterações cada vez mais frequentes visando reformar o social. Maria Clementina Pereira Cunha destacou o quão estratégico passou a ser o papel da polícia no novo regime:

(...) não apenas a medicina encontra, sob a República, um lugar ao sol. É notável no período a reformulação intensa de um conjunto de instituições de recuperação, regeneração ou simplesmente punição, voltadas a setores considerados problemáticos da população urbana - como mendigos, menores abandonados infratores, alcoólatras e idosos. A primeira delas, pré-condição para as demais, é, naturalmente, a polícia - suporte indispensável à existência das instituições propriamente "científicas" de cura ou regeneração (...) ⁴⁰⁶.

Se o combate aos cortiços no centro havia sido o *locus* privilegiado para as ações levadas adiante pelos governos republicanos em sua busca pela regeneração das “classes perigosas”, nos subúrbios o projeto de criação dos patronatos agrícolas era almejado

⁴⁰⁴ *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição 21.06.1918, p.8. Grifos meus.

⁴⁰⁵ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996, pp. 23-24.

⁴⁰⁶ CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Os Bacamartes da República”. In: SILVA, Fernando Teixeira da; Naxara, Márcia R. Capelari; Camilotti, Virgínia C (orgs). *República, Liberaisimo, Cidadania*. Piracicaba, Editora Unimep, 2003, p.126.

pelos segmentos mais abastados como capaz de cumprir a mesma função: expulsar os pobres dos bairros populosos e enviá-los para os estabelecimentos rurais. A direção da *Associação Comercial Suburbana* não deixou de se posicionar sobre o assunto. Em 1919, o mesmo memorial que saiu em defesa da construção da “Avenida Suburbana” nos moldes da sua famosa congênere do centro, defendeu a criação de dois tipos de colônias agrícolas: uma correcional, para onde deveriam ser remetidas todas “as pessoas de meios desonestos de vida, que infestam todos os centros populosos”, e outra para as pessoas que voluntariamente se dispusessem a viver nos campos⁴⁰⁷. Forçado ou voluntário, uma vez nas colônias caberia ao projeto educacional adotado pelo governo transformar, mediante rigorosa disciplina, esses integrantes do mundo da “desordem” em trabalhadores dispostos à sujeição e ao mando⁴⁰⁸.

Logo, ao encamparem os diversos elementos da agenda de “regeneração da agricultura nacional”, os jornalistas suburbanos envolvidos no *Comitê Pró Lavoura* contribuíram para fixar na esfera pública certo senso comum acerca das saídas capazes de atacar as raízes da crise vivida pelo setor de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade da maior metrópole do país, ainda que na maioria das vezes não explicitassem as origens sociais de tais proposições. Essa dimensão permite enriquecer e qualificar a compreensão sobre as intervenções conduzidas pelas diferentes esferas de poder da cidade – União, Prefeitura e Legislativo federal e municipal – com o intuito de transformar aquelas zonas em um verdadeiro celeiro agrícola, pois incorpora ao conhecimento histórico alguns atores sociais organizados nos subúrbios e o grau de sucesso que alcançaram na tentativa de inscrever suas demandas junto aos poderes públicos. E ele foi bem considerável, se se levar em consideração o conjunto das intervenções levadas adiante pela administração Amaro Cavalcanti e pelo Ministério da Agricultura no governo Venceslau Brás.

O historiador Leonardo Soares dos Santos foi um dos poucos pesquisadores a se debruçar sobre a dinâmica das transformações vividas pelas zonas rurais da cidade do Rio de Janeiro no período abordado por esta pesquisa. Ao refletir sobre o processo de constituição do que chama de “cinturão verde” da cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1956, o autor trabalhou com fontes variadas que abarcavam desde projetos de lei, articulados no âmbito dos poderes públicos – Prefeitura e o Conselho Municipal –, até periódicos da imprensa suburbana. Na documentação oficial, identificou uma série de

⁴⁰⁷ *Gazeta Suburbana*, Méier, 6.11.1919, p.5.

⁴⁰⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. op. cit, p.87. Grifos da autora.

propostas de reformas que visavam, aos poucos, aumentar a produção agrícola das áreas rurais da cidade. A necessidade de sanear toda a região era vista como condição *sine qua non* para o êxito desse projeto, ambição que foi amparada, como se viu, por alguns periódicos suburbanos, que teriam incorporado os diagnósticos elaborados pelos nomes mais influentes do campo sanitaria da época⁴⁰⁹. No âmbito da gestão municipal identificou o desejo do prefeito Amaro Cavalcanti, expresso na mensagem enviada ao Legislativo municipal, de “animar, auxiliar, favorecer, sem solução de continuidade, o desenvolvimento da lavoura”, de maneira que esta se tornasse uma política pública permanente “reconhecido na lei, uma das obrigações permanentes do Governo local”⁴¹⁰. Sua administração criou a *Superintendência da Lavoura do Distrito Federal*, investiu na construção e obras de melhoramentos de estradas vicinais das zonas suburbana e rural capazes de conectá-las aos grandes eixos viários, como a Avenida Suburbana; além de ter transformado a Escola Mauá, localizada em Deodoro, em uma escola prática de ensino agrícola⁴¹¹.

No entanto, ainda que o autor contribua para os estudos sobre os projetos de intervenção amparados pelos poderes públicos nas áreas rurais da cidade, ele usou a imprensa suburbana apenas como fonte de informação, razão pela qual não politizou as escolhas editoriais dos jornalistas que a dirigiam, deixando assim de considerá-los como partícipes dos debates, polêmicas e lutas de seu tempo, e de compreendê-los enquanto formuladores e/ou intérpretes de interesses de grupos específicos da sociedade carioca. Afinal, se assim tivesse procedido, poderia ter respondido quem compunha os “grupos de pressão” que se articulavam nos subúrbios e que ao longo dos anos iniciais do século XX instituíram na imprensa a noção de “abandono” para as localidades em que viviam, e que a partir daí empreenderam uma série de ações voltadas à transformação daquela realidade⁴¹².

No final dos anos 1910 e ao longo da década seguinte, as ações levadas adiante pelos poderes públicos para aumentar a produção dos gêneros de primeira necessidade e debelar os efeitos sociais da crise da carestia, fruto dessa mobilização/pressão de

⁴⁰⁹SANTOS, Leonardo Soares dos. Zona, Sertão ou Celeiro? A constituição histórica do cinturão verde da cidade do Rio de Janeiro e seus impasses, 1890-1956”. In: SANGULARD, Carlos Eduardo Moreira de Araújo; Siqueira, José Jorge (orgs.) *História Urbana, memória, cultura e sociedade*, op. cit., p.256-260.

⁴¹⁰Discurso Amaro Cavalcanti publicado nos *Anais do Conselho Municipal*, 9/7/1917, p.217. Apud: SANTOS, Leonardo Soares dos. Zona, Sertão ou Celeiro? A constituição histórica do cinturão verde da cidade do Rio de Janeiro e seus impasses, 1890-1956”, op. cit., p.263.

⁴¹¹SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os Subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. *Mneme, Revista de Humanidades*. Natal, ano 12, vol. 30, 2011, pp.268-269.

⁴¹²Idem, p.272.

segmentos da sociedade, não se encerrou com o fim do comitê pró-lavoura em meados de 1918. Outras iniciativas, reunindo alguns nomes conhecidos da militância pró-subúrbios, surgiram em torno de agremiações voltadas especialmente para a representação política dos pequenos lavradores. Em 1920 foi criado, no bairro de Marechal Hermes, em Irajá, o *Centro Político Rural*, e em 1925, na zona de Campo Grande, na estação ferroviária de Augusto de Vasconcelos, o *Partido Agrário do Distrito Federal*. Ambas contaram, entre os sócios, com a militância de Pinto Machado. Na primeira ele atuou como orador oficial, e na segunda como conselheiro fiscal.

A fundação das duas agremiações evidencia a esperança de homens como Pinto Machado de se estabelecerem como lideranças de um contingente de pequenos proprietários rurais, operários e camponeses que, acreditavam, acorreriam em grande número para as zonas rurais da capital. O centro eleitoral fundado na Vila Proletária Marechal Hermes definiu como sua missão “Unificar todos os habitantes da zona rural da Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, especialmente proletários, operários e *amanhadores da terra*, pequenos lavradores”. O segundo ponto do seu programa não poderia ser mais explícito quanto aos seus propósitos: “Sustentar a mais acérrima *propaganda política, pela imprensa e pela palavra*, no intuito de aumentar o número de eleitores notadamente em localidades onde as não haja”. O centro também acionaria a defesa da luta pela conquista dos “melhoramentos” locais como imã para atrair sócios e eleitores, além de outras pautas que há muito mobilizavam as camadas médias suburbanas mais articuladas nos subúrbios, como a da:

(...) Criação de uma Subprefeitura nos subúrbios, de molde a que, os direitos pagos à Prefeitura pelos moradores dos subúrbios, sejam aplicados em favor e benefício dos suburbanos e habitantes da zona rural⁴¹³.

A primeira direção do centro, que se arrogava apenas o direito de dirigir moralmente, sem cobrança de taxas ou contribuições aos sócios, foi composta por um coronel do Exército, Francisco Cabral da Silveira, auxiliado pelo vice-presidente Eurico Mattos, repórter d’ *A Noite*; secretários, Francisco de Campos, funcionário público e Aníbal Ferreira Gomes, operário; Álvaro Ribeiro de Queiroz, lavrador e tenente Flávio José de Andrade, negociante, assumiram as funções de tesoueiros. Outros nomes assumiram a função de procuradores e advogados, como foi o caso de José de Almeida

⁴¹³ “Centro Político Rural”. Sem identificação de periódico e s/d. Miscelânea Pinto Machado. Grifos meus.

Marques, alocado na parte jurídica. A comissão de propaganda reuniu uma miríade de militares, evidenciando o protagonismo que esse segmento vinha a muito assumindo na política do segundo distrito, em especial em Irajá.

Ainda que pouco se saiba sobre o enraizamento social de agremiações como essas, é perceptível o quanto a militância que se organizou nas duas primeiras décadas do século XX nos subúrbios cariocas a partir da luta contra a carestia pressionou por um redirecionamento das atribuições do Estado. Uma das leituras possíveis dos significados dessa militância, tanto no Congresso Suburbano quanto na Campanha Pro Lavoura – é a pressão por um Estado mais interventor, que reivindicava a ampliação de suas responsabilidades com a sociedade e, neste sentido, pode indicar uma intensa busca pela conquista e exercício de direitos sociais. Em uma sociedade onde inexistia a noção de negociação política, onde a política era (e é) extremamente excludente, se eles não conseguiram alterar a forma de fazer política naquele contexto conseguiram, pelo menos, ampliar os agentes e sujeitos sociais. Por outro lado, algumas soluções propostas conseguiram desencadear uma pressão para ampliação, nos subúrbios, dos investimentos necessários para a incorporação daqueles territórios à urbanidade. Na Campanha Pro Lavoura, as zonas rurais também seriam incorporadas, mas sem mudança de função. Ao contrário, a intervenção do Estado caminharia no sentido de resgatar um passado tido como glorioso: o de celeiro agrícola.

A investigação sobre os jornais e jornalistas suburbanos, desenvolvida desde algum tempo, demandou um contínuo reelaborar das questões que a orientaram de modo a superar a relativa ausência dessa temática na historiografia e, também, a dispersão e fragmentação das fontes causadas pelo desinteresse na preservação dos periódicos suburbanos. Quando iniciei esta investigação, pretendi que ela resultaria num exercício de história social da imprensa na qual analisaria a atuação de jornalistas e periódicos suburbanos em sua relação e diálogo com as colunas sobre os subúrbios criadas pelos grandes diários cariocas. No decorrer da pesquisa, a intenção inicial de uma análise comparativa e entrecruzada para desvendar o processo de constituição de um mercado de notícias – dos subúrbios ao centro e das redações dos grandes diários em direção inversa – mostrou-se parcialmente viável em função das coleções restritas a apenas alguns títulos suburbanos e pequenos intervalos temporais.

De todo modo, o acesso a relatos diretos dos próprios jornalistas – atuantes nas duas pontas da imprensa naquela conjuntura – permitiu persistir nesta trilha e reconhecer a existência de outras histórias vividas na então capital federal, nas margens dos trilhos e da cidade. Homens que se reconheciam como jornalistas e intelectuais adotaram uma postura ativa frente às questões mais pulsantes de seu tempo, e através do recurso à palavra impressa se esforçaram para conquistar o respeito daqueles que desejavam representar: “os suburbanos”. Os títulos mais influentes dessa imprensa e seus mais destacados jornalistas foram por muito tempo referência para os segmentos mais organizados dessa população, dialogando com eles e articulando em seus nomes ações frente aos demais canais de representação pública.

Ao longo de todo o trabalho procurei apreender o protagonismo desses jornalistas ao reconstituir parcialmente suas histórias *na* e *com* a imprensa, para a partir de suas próprias experiências entender suas escolhas e opções e o tipo de militância envolvida na constituição de uma esfera pública suburbana – através do trabalho incessante de editores, redatores, representantes comerciais, correspondentes locais, tipografias –, que em conjunto articularam e deram sentido nas páginas dos impressos às causas que abraçaram e às diversas frentes e estratégias de batalha. Naquele instante, a imprensa suburbana foi estratégica não só para constituir sujeitos e grupos sociais como suburbanos e legítimos porta vozes “dos subúrbios” como para garantir visibilidade a um conjunto variado de iniciativas individuais e coletivas, algumas delas nascidas e

fomentadas por eles próprios como foi o caso das campanhas públicas da *Liga da Ação Suburbana*, *Liga da Ação Cívica*, *Congresso Suburbano* e *Comitê Pró Pequena Lavoura*.

Na década de 1920, o fenômeno do periodismo suburbano arrefeceu. Com ele, também desapareceu o grupo de jornalistas mais articulado e com maior poder de pressão que ao longo das duas primeiras décadas articulou todas essas iniciativas na cidade. Dos títulos mais destacados dessa imprensa, apenas *O Suburbano* dos irmãos Magalhães perdurou até 1941. As razões para o fim dessa militância talvez residam no próprio sucesso da opção que fizeram pela luta política e eleitoral. Além disso, os distritos em que viviam conquistaram vários dos “melhoramentos” urbanos, transformando-se em bairros integrados de maneira mais orgânica à cidade.

Mas talvez seja mais importante responder sob quais bases foram construídas a ideia de uma suposta unidade suburbana e o quanto essa imprensa foi responsável por isso. Com certa recorrência me vinha à mente uma das perguntas feita pela professora Heloísa de Faria Cruz na arguição da minha dissertação de mestrado – como explicar esse movimento em torno de uma identidade suburbana no período pesquisado? Como ela própria evidenciou em suas pesquisas, na outra metrópole em gestação no país naqueles anos, São Paulo, o surgimento de pequenas folhas nos bairros não construiu uma identidade semelhante a partir dos seus vínculos com as localidades e nem pretendeu “falar” ao conjunto dos moradores de diferentes bairros. Aqui, ao contrário, ainda que editados em bairros específicos – de forma desigual e descontínua ainda que mais intensas no “subúrbio da Central do Brasil” –, a grande maioria dos títulos expressava a pretensão de falar em nome da coletividade suburbana e de todos os suburbanos. E isso não se resumiu às suas experiências com o periodismo, ou à criação de uma entidade devotada a organizá-los enquanto classe, como foi o caso do *Centro Suburbano de Imprensa*. Agremiações de cunho reivindicativo (*Centro Progressista Suburbano*) clubes e grêmios literários (*Club Progressista Suburbano*, *Associação Suburbana de Letras*), associações da classe proprietária (*Associação Comercial Beneficente Suburbana*, *Sociedade União Comercial Suburbana*), e da trabalhadora (*União Operária Suburbana*, *Associação dos Quitandeiros e negócios correlativos suburbanos*) também carregavam em seus nomes referência a esse amplo território da cidade.

Por um lado, me parece evidente que a afirmação dessa identidade precisa ser pensada nos termos propostos por Hall para quem “a identidade e a diferença estão

inextricavelmente articuladas ou entrelaçadas em identidades diferentes”⁴¹⁴ e que só podem ser “unificadas” através de variadas formas de poder cultural. Essa foi a aposta e tentativa de um grupo de homens que, apesar de suas origens sociais e de classe distintas se organizaram a partir de uma perspectiva de comunidade, de aproximação entre interesses e objetivos políticos compartilhados articulados a partir da produção do “pertencimento” a um lugar. Pinto Machado e Mariano Garcia, por exemplo, oriundos de tradições e movimentos operários tentaram fazer essa articulação também com o operariado que habitava os subúrbios. Em grande medida fracassaram, e um dos possíveis motivos talvez seja a dificuldade que lideranças desse tipo enfrentavam em dialogar com os trabalhadores e, ao mesmo tempo, conciliar com os interesses de grupos patronais. O historiador Leonardo Affonso Pereira já havia alertado para o preconceito que nutriam com relação, por exemplo, ao envolvimento dos trabalhadores com associações recreativas, especialmente as carnavalescas, vistas como um “flagelo” que visita anualmente os trabalhadores, como certa vez escreveu um militante em *O Gráfico*⁴¹⁵.

A resposta para a pergunta passa, portanto, pela ação de outros grupos sociais e da vinculação com outros interesses mais amplos. Os distritos suburbanos e rurais compunham o segundo distrito eleitoral do então Distrito Federal, o que significa que intendentes, deputados e senadores precisavam conquistar o voto dessa população moradora nos subúrbios. Atenta a esta necessidade – e ao esforço de aproximação dos grandes diários em direção a este eleitorado – esta imprensa suburbana contribuiu sobremaneira para a construção de uma identidade em comum ao elaborar cotidianamente o discurso do nós (suburbanos) versus eles (o restante da cidade e seus governantes). E essa imagem foi em grande medida estruturada a partir dos interesses e projetos mais amplos defendidos pelos pequenos proprietários e negociantes mais influentes estabelecidos nos bairros, sem dúvida a fração mais articulada do eleitorado daquele distrito e detentora do poder econômico capaz de patrocinar campanhas e jornais.

Logo, é possível afirmar que os títulos mais duradouros da imprensa suburbana e seus jornalistas são aqueles que se estabeleceram a serviço de um projeto de sociedade

⁴¹⁴ HALL, Stuart. “A dialética das identidades”. In: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DPA Editora, 2004, pp.86-87

⁴¹⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A Flor da União: Festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro (1889-1922)”. *Terceira Margem: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura*. UFRJ, Ano X, nº 14, 2006, p. 173.

dos pequenos e médios proprietários e que contaram com anúncios e outras formas de financiamento de suas edições. Exerceram, portanto, a função de intelectuais das camadas médias, que na antiga capital ganhavam robustez por causa dos crescentes investimentos dos governos na educação básica e na máquina pública. E esse projeto, se por um lado expressava os olhares preconceituosos desses segmentos em relação às classes populares, por outro incorporava em certa medida suas demandas e preocupações, assim como expressa críticas aos grandes capitalistas e às limitações que a ideologia liberal então em voga colocava para o Estado. As reiteradas críticas que expuseram nessa imprensa à grande propriedade rural improdutiva evidenciam isso.

É bem verdade que se opuseram a qualquer tentativa que os levassem a pagar mais impostos, e a reação negativa à tentativa do prefeito Azevedo Sodré de aumentar os tributos pagos pelos comerciantes suburbanos em 1916 é uma das evidências dessa postura. No entanto, a imprensa suburbana não cansou de cobrar por mais investimentos públicos na infraestrutura urbana de alguns bairros; na ampliação do número de escolas; na extensão das linhas de bondes; no aumento da frequência dos trens de passageiros nos subúrbio; na criação de uma política pública voltada para a construção de casas baratas; e, por fim, na cobrança por intervenção do Estado na regulação da relação entre o capital e o trabalho e de um projeto mais amplo de remodelação das áreas agrícolas. Ou seja, eles defendiam um Estado mais atuante e interventor nas várias dimensões da vida coletiva e cidadina.

Logo, para finalizar, gostaria de reiterar o quanto as experiências desses sujeitos históricos em torno da palavra impressa permitem redefinir a compreensão que temos sobre a história da cidade na Primeira República, especialmente naquilo que se refere ao debate sobre os limites das instituições no exercício da representação política. A partir das experiências e redes de interlocução que esse jornalismo, mais autoral, opinativo, e menos preso aos ditames do mercado foi capaz de construir e efetivamente representar certos interesses organizados da sociedade – haja visto o reconhecimento e espaço conquistados nos grandes diários e nas campanhas políticas – é possível afirmar que a vida política na cidade era muito mais rica e complexa do que geralmente se imagina. Apesar de todo o arcabouço legal que restringia a participação política, estes homens não se furtaram a pressionar, cobrar, avaliar, propor e se opor àqueles que desempenhavam funções de governo e de representação parlamentar. Questões que, ainda hoje, poderiam nos ensinar e estimular na busca não apenas pela democratização

dos meios de comunicação quanto no agenciamento e ampliação da participação popular no debate de questões de interesse público nas cidades.

Biblioteca Nacional

Periódicos

Jornal *A Penna*, Ano I, nº 1. Jacarepaguá, Agosto 1921.

Jornal *Lux*, Ano I, nº 1. Méier, Novembro 1910.

Jornal *Folha do Rio*, Méier, edição 21.11.1909.

Jornal *O Suburbano*, Ilha do Governador, edição 1.03.1900.

Jornal *O Suburbano*, Inhaúma, 10.05.1912.

Jornal *O Suburbano*, Sampaio, 1935-1941.

Jornal *O Santacruzense*, Santa Cruz, Outubro 1908-outubro 1909

Jornal Suburbano, Madureira, julho de 1911.

Jornal *O Santa Cruz*, Santa Cruz, janeiro 1911 – julho 1911.

Jornal *Tribuna Suburbana*, Madureira, Janeiro de 1910.

Jornal *Comercio Suburbano*. Piedade, maio- julho 1902.

Jornal *Gazeta Suburbana*. Todos os Santos, setembro 1910 – setembro 1911; abril 1919 –dezembro 1920.

Jornal *Progresso Suburbano*. Piedade, março - agosto 1902.

Jornal *O Espinho*, São Cristóvão, novembro 1882 – fevereiro 1883.

Jornal *O Echo Suburbano*. Engenho de Dentro, agosto 1901 – setembro 1901.

Jornal *O São Christóvão*, São Cristóvão, 12.12.1909.

Jornal *O Subúrbio*. Méier, julho 1907 – outubro 1908.

Revista Suburbana, Centro, fevereiro 1933 - dezembro 1933.

Revista suburbana. Méier, julho 1918 – novembro 1918.

Revista Suburbana, Méier, Agosto 1922 – setembro 1922.

Revista Suburbana, Méier, 16.05.1906.

Jornal *Pequeno Pharol*, Piedade, 22.12.1904.

Jornal *Gazeta Suburbana*, Todos os Santos, dezembro 1883 – fevereiro 1885.

Jornal *O Scenario*, Méier, 25.01.1902.

Jornal *O Condor*, Madureira, 20.01.1908.

Jornal *O Alfinete*, Paróquia do Espírito Santo, 17.03.1883.

Jornal *Echo Suburbano*, Madureira, abril 1911 - dezembro 1911.

Jornal *A União Operária*, Engenho de Dentro, 1.05.1904.

Revista Reflexo Suburbano, Engenho de Dentro, setembro 1907.

Almanaque Suburbano, Sampaio, edição 1911.

Almanaque Suburbano, Sampaio, edição 1912.

Arquivo Suburbano, Marechal Hermes, edições fevereiro-abril 1920.

Indicador Suburbano, Méier, edição Setembro de 1935.

Jornal *A Época*, Rio de Janeiro, julho 1912 - 1919.

Jornal *A Tribuna*. Rio de Janeiro, 1891 – 1911.

Jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro, 1894-1920.

O Jornal, Rio de Janeiro, 1919-1930.

Jornal *Correio da Noite*, Rio de Janeiro, 1913-1915.

Jornal *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1885-1888.

Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1901-1920.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1891-1918.

Revista *O Malho*, Rio de Janeiro, 1911.

Arquivo Nacional

Estatutos

Fundo 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos / Estatutos das Sociedades Cíveis /
Código de Referência: BR RJANRIO 66.ESV.

Livro de Matrícula de Oficinas, impressos, jornais e periódicos

Fundo Ofício de Registros de títulos e documentos, 6/ Livro de matrículas de oficinas,
impressos, jornais e periódicos. Código: BR, AN, Rio TB.LMO.1.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Periódicos

Almanaque da Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1903.

Almanaque Suburbano, Rio de Janeiro, 1941.

Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro, edição 18.03.1939.

Revista da Semana, Rio de Janeiro, edição 29.08.1914.

Publicações oficiais

Anais do Conselho Municipal do Distrito Federal (1900-1917)

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de (coord. Geral). *Dicionário histórico biográfico da Primeira República, 1889-1930*. [Recurso Eletrônico]. FGV, 2015.

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Zahar, 1987.

_____. “A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930). *Revista Espaço e Debates*. São Paulo. NERU, Ano VII, vol. 1, nº 21, 1987.

ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)*. Dissertação de Mestrado em História, UFOP, 2014.

ALVES, Kaio César Goulart. “Trabalhadores contra a carestia de vida: apontamentos sobre a historiografia dedicada aos estudos dos movimentos sociais de 1913 e 1917 na cidade do Rio de Janeiro”. *Revista Aedos*. Porto Alegre, vol. 5, nº 13, 2013.

BALCÃO, Lier Ferreira. *A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913)*. In: FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Cidades*. São Paulo, PUC, Editora Olho D’água, 1999.

BARBERO, Jesus-Martin. *Dos meios às mediações, comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva. *Operários do pensamento (visões de mundo dos tipógrafos no Rio de Janeiro, 1880-1920)*. Dissertação de Mestrado, UFF, 1991.

_____. *Os donos do Rio, Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2000.

_____. “Jornalistas, “senhores da memória”?”. Texto apresentado no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2004. <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/1248/1/R0165-1.pdf>>

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. “Sobre História: Imprensa e Memória”. In: MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de KHURY, Yara Aun. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d’Água, 2006.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. *Famintos do Ceará: Imprensa e Fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX*. Tese de Doutorado em História. São Paulo, PUC/SP, 2004.

BARRETO, Lima. *Feiras e Mafuás*. Rio de Janeiro, editora Mérito, 1953

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo, Penguin, 2011.

BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. 1ª Edição. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O Socialismo no Brasil na época da II Internacional: uma revisão de algumas interpretações correntes*. GT: Partidos e Movimentos de Esquerda. XV Encontro Nacional da Anpocs. Caxambu, MG, 1991.

_____. *Dicionário do Movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

_____. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Alves. *O Tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000

_____. “Experiências Associativas e Mutualismo no Brasil”. In: BATALHA, Cláudio Henrique; CORD, Marcelo Mac. *Organizar e Proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil*. Campinas/SP. Editora da Unicamp, 2014.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, volume I. Editora Brasiliense.

BORGES, Marília Vicente. *O Zoneamento na cidade do Rio de Janeiro: gênese, evolução e aplicação*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, 2007.

BOSI, Alfredo. Figuras do *eu* nas recordações de Isaías Caminha. In: BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo. Penguin; Companhia das Letras, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo. Perspectiva, 2011.

CAMPOS, Andreia da Silva Lucas de. *Fábio Luz e a pedagogia libertária: traços da educação anarquista no Rio de Janeiro (1898-1938)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, FE/UERJ, 2007.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “A contribuição da História do Abastecimento para a historiografia brasileira”. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina, ANPUH, 2005. CD-ROM.

CARONE, Edgar. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro, CIRJ/Cátedra, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas/SP, Editora da Unicamp, 2012.

_____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo. Companhia das Letras, 2003.

CORRÊA, Maria Letícia; SANTOS, Ricardo Augusto dos. (orgs.) *Os Intelectuais e a Cidade: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2012.

COSTALLAT, Benjamim. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

COUTINHO, Eduardo Granja. Processos contra-hegemônicos na imprensa carioca, 1889-1930. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). *Comunicação e contra hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro (notícia histórica e descritiva da cidade)*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1952.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo, Educ/Fapesp/Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

_____ e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto história*. São Paulo. EDUC, nº 35, julho-dezembro 2007.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Os Bacamartes da República”. In: SILVA, Fernando Teixeira da; Naxara, Márcia R. Capelari; Camilotti, Virgínia C (orgs). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba, Editora Unimep, 2003.

DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1996.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo; Companhia das Letras, 1998.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

ENGEL, Magali Gouveia. “Os intelectuais, as habitações populares e as políticas públicas na capital republicana (fins do século XIX e inícios do século XX)”. In:

ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia; SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2012.

FANAIA, João Edson. “Antônio Azeredo”. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e conflito social: 1880-1920*. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

FAZOLATO, Tatiana Peres. *Rio de Janeiro, século XX: os subúrbios e o deslocamento das indústrias*. Monografia em Economia. Rio de Janeiro, CCJE/UFRJ, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Cidades*. São Paulo, Olho d’água, 1999.

_____. “O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?”. *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 6, Jan./Jun. 1992.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. In: *Revista Projeto história*, nº 10, dez/1993. Revista do Programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de História PUC/SP.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O Rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro, 1858-1945*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2011.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo, Editora Ática, 1988.

FONSECA, Vítor Manoel Marques da. *No Gozo dos Direitos Civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.

FRANCA, Luciana Penna. *Teatro Amador: a cena carioca muito além dos arrabaldes*. São Paulo. Alameda, 2016.

FREIRE, Américo. *Uma Capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____. *Sinais trocados: o Rio de Janeiro e a República brasileira*. Rio de Janeiro, 7 letras, 2012; *Uma capital para a república: poder federal e forças locais no campo político carioca na virada para o século XX*. Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2015.

_____. “Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969)”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n.24, p. 295-322, 1999.

FICO, Carlos. *Cidade capital: abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro, 1890-1945*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, UFF, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

GORBERG, Samuel; FRIDMAN, Sergio A. *Mercados no Rio de Janeiro: 1834-1962*. Rio de Janeiro, Samuel Gorberg, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. (Jornalismo). Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil, 1870-1920*. Traduzido por Cecy Ramires Maduro. Brasília, EDUNB, 1993.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* / Max Horkheimer e Theodor Adorno. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. “Modernidade Urbana e Flexibilidade Tropical: as feiras livres na cidade do Rio de Janeiro (1904-1934)”. *Revista GEOUERJ*, Rio de Janeiro, ano 2, n.2, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro, 2001.

LIMA, Romney Anderson Lemos de. *Subúrbio, o refúgio dos infelizes? O cotidiano no subúrbio. Um estudo de caso sobre Oswaldo Cruz*. Monografia em História. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.

LOBO, Eulália. *Questão habitacional e movimento operário*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1989.

MACIEL, Laura Antunes; Almeida, Paulo Roberto de; Khoury, Yára Aun. *Outras histórias: memórias e linguagens* (Orgs.). São Paulo, Olho d’Água, 2006.

MACIEL, Laura Antunes. *Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores?* História e Perspectivas, V.1, 2008.

MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa, esfera pública e memória operária (1880-1920)”. *Revista de História*. São Paulo, USP, nº 175, Jul-Dez 2016.

Maciel, Laura Antunes. “Cultura Letrada, intelectuais e memórias populares”. In: ENGEL, Magali Gouveis; CORRÊA, Maria Letícia; SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2012.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da Política: a Capital Federal - 1892-1902*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004

MARQUES DE MELO, José Marques de (Org.). *Comunicação e classes subalternas*. São Paulo, Cortez, 1980.

MARTINS, Ismênia de Lima, LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer e KOCHER, Bernardo. *Guia dos jornais operários do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 1988.

MATTOSO, Ernesto. *Cousas do Meu Tempo (reminiscências)*. Boudeaux, Imprimeries Gounouilhou, 1916.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008.

MATTOSO, Rafael. *Echos de resistência suburbana: Uma análise comparativa das contradições sócio-espaciais cariocas a partir das experiências dos moradores da Freguesia de Inhaúma (190-1903)*. Rio de Janeiro/RJ. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2009.

MEDAWA. Carlos Eduardo Martins Costa. *O mercado dos orixás: uma etnografia do Mercado de Madureira no RJ*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Niterói, UFF, 2003.

MENDONÇA, Leandro Climaco. *Memória e vida cotidiana em Madureira, um bairro da cidade do Rio de Janeiro*. Monografia em História, UFF, Niterói, 2007.

MENDONÇA, Leandro Climaco. *Nas Margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo, Hucitec, 1997.

MENEZES, Joimar de Castro. *Setor Externo e Política Econômica do Brasil – 1913 a 1918*. Tese de Doutorado em História, São Paulo, USP, 2015

MIYASAKA, Cristiane Regina. *Cotidiano dos moradores suburbanos do Rio de Janeiro através das páginas da imprensa (1913)*. Monografia em História. Campinas, UNICAMP, 2004.

MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Dissertação em História, UNICAMP, 2008.

MIYASAKA, Cristiane Regina “Na mira dos funcionários municipais: considerações acerca das infrações de postura nos distritos suburbanos do Rio de Janeiro no início do século XX”. *Revista Mundos do Trabalho*, ANPUH/ GT Mundos do Trabalho/Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, v. 5, n. 9, 2013.

MORAES, Dênis de. *Crítica da mídia e hegemonia cultural*. Rio de Janeiro. Mauad X. Faperj, 2016.

_____. *Vozes Abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação*. Rio de Janeiro. Mauad X. Faperj, 2011.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

OJEDA, Valéria. *Madureira – ontem e hoje capital dos subúrbios*. Monografia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Niterói, UFF, 1993.

OLIVEIRA, Márcio Piñon, e FERNANDES, Nelson da Nobrega (Orgs.). *150 Anos de Subúrbio Carioca*. Rio de Janeiro, Lamparina/Faperj, 2009.

OLIVEIRA, Alfredo César Tavares de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega. “Marechal Hermes e as (des)conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não vista”. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon, e FERNANDES, Nelson da Nobrega (Orgs.). *150 Anos de Subúrbio Carioca*. Rio de Janeiro, Lamparina/Faperj, 2009.

PAIVA, Evelyn Morgan Monteiro. “Henrique Tavares Lagden”. *Dicionário da elite republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. ‘A Flor da União: Festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro (1889-1922)’. *In: Terceira Margem: Revista do Programa de Pós Graduação em Ciência da Literatura*. UFRJ, Ano X, nº 14, 2006.

_____. “Os Anjos da Meia Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República”. *In: Revista Tempo*. Revista do Programa de Pós Graduação em História da UFF. Vol. 19, nº 35, 2013.

_____. “Negociações Impressas’: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. *In: História* [online]. 2016, vol.35, e99.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A classe Operária no Brasil: Documentos (1889 a 1930)*. São Paulo, Editora Alfa Ômega, 1979.

PINHEIRO, Xavier. *Marechal Floriano, consolidador da República. Comemoração ao quinto ano de sua morte*. Culto cívico de Xavier Pinheiro e de republicanos florianistas intransigentes. Rio de Janeiro, Editora Laemert, 1900. Disponível em: <https://archive.org/stream/marechalflorian00pinhgoog#page/n9/mode/2up>. Acesso em: 05/06/2017.

PINTO, Surama Sá. *Só para iniciados: O jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro, Mauad X/ FAPERJ, 2011.

_____. “Elite Políticas e o jogo de poder na cidade do Rio de Janeiro (1909 - 1922)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Brasília, v. 422, p. 107-120, 2004.

PESSANHA, Eline Gonçalves da Fonte e MOREL, Regina Lúcia de Moraes. (Coords.). *Guia do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ)*. Rio de Janeiro, 2ª. Ed., Laboratório de Pesquisa Social do IFCS/UFRJ, 2006.

PECHMAN, Robert Moses. *A gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro*. Tese, UFRJ/PUR, 1985, RJ.

Popular Memory Group. “Memória popular: teoria, política, método”. Traduzido por Helen Hudges e Yara A. Khoury, em FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto e KHOURY, Yara Aun.(Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo, Olho d’Água, 2004.

RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo, Boitempo, 2015.

REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

RODRIGUEZ, Hélio Suevo. A descrição da Linha do Centro. In: *A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro: o resgate de sua memória*. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004.

SANTOS, Araci Alves. *Entre as estações: o subúrbio carioca na obra de Lima Barreto*. Monografia. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 2004.

SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. *Contribuição ao estudo da história do subúrbio do Rio de Janeiro (a freguesia de Inhaúma: de 1743 a 1920)*. Dissertação em História, UFRJ. Rio de Janeiro, 1987.

_____. *De freguesias rurais à subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em História social, USP, 1996.

SANTOS, Leonardo Soares dos. “Os Subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX”. *Mneme, Revista de Humanidades*. Natal, ano 12, vol. 30, 2011.

_____. “Zona, Sertão ou Celeiro? A constituição histórica do cinturão verde da cidade do Rio de Janeiro e seus impasses, 1890-1956”. In: SANGLARD, Carlos Eduardo Moreira de Araújo e SIQUEIRA, José Jorge (orgs.) *História Urbana, memória, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.

SANTOS, Noronha. *Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1996.

SARLO, Beatriz. *Modernidade Periférica: Buenos Aires 1920 e 1930*. São Paulo. Cosac Naify, 2010.

SARMENTO, Carlos Eduardo B. *Autonomia e Participação: o Partido Autonomista do Distrito Federal e o campo político carioca (1933-1937)*. Tese de Doutorado em História, UFRJ, 1996.

_____. “A Arquitetura do Impossível – a estruturação do Partido Autonomista do Distrito Federal e o debate autonomista nos anos 1930”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Rio de Janeiro, uma cidade na História*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Numa “encruzilhada de talvezes”. Um grande romance aos pedaços. In: BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo, Penguin, 2011.

SERFATY, Elaina Reoli Cirilo. *Pelo Trem dos Subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870-1906)*. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro, PUC/RJ, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

SILVA, Ana Cristina Cordeiro da. *Lima Barreto, um olhar literário dos subúrbios cariocas*. Monografia. Rio de Janeiro. IFCS/UFRJ, 2005.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. RJ, Paz e Terra, 1988.

SILVA, Jefferson Nazareno da. *A diversificação sócio-espacial no subúrbio do Rio de Janeiro*. Monografia, Rio de Janeiro, IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional), UFRJ, 2004.

SILVA, Izabel Pimentel da. “Aristides Caire”. In: ABREU, Alzira Alves de (coord. Geral). *Dicionário histórico biográfico da Primeira República (1889-1930)*. [Recurso Eletrônico]. FGV, 2015.

SILVA, Izabel Pimenta da. “Pinheiro Machado”. In: ABREU, Alzira Alves de (coord. Geral). *Dicionário histórico biográfico da Primeira República, 1889-1930*. [Recurso Eletrônico]. FGV, 2015.

SILVA, Izabel Pimentel da. “Octacílio de Carvalho Camará”. In: ABREU, Alzira Alves de (coord. Geral). *Dicionário histórico biográfico da Primeira República, 1889-1930*. [Recurso Eletrônico]. FGV, 2015.

SILVA, Izabel Pimentel da. “Vicente Piragibe”. In: ABREU, Alzira Alves de (coord. Geral). *Dicionário histórico biográfico da Primeira República, 1889-1930*. [Recurso Eletrônico]. FGV, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Atualizada. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguelho, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VENEU, Marcos Guedes. *Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895*. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 30, n. 1, 1987.

WILLIAMS, Raymond. “Introdução”. In: *Palavras-chave*. Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo, Boitempo, 2007.

_____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar editora, 1979.

_____. “Meios de comunicação como meios de produção”. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo, Ed. Unesp, 2011.

_____. *O Campo e a Cidade: na História e na Literatura*. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

ZICMAN, Renée B. “História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas”. *Projeto História*, 4, São Paulo, Educ, jun. 1985.